

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

**A Projeção Política da República Popular da China:
O caso da América do Sul, 2002-2015**

MILTON ALFREDO REYES HERRERA

Tese de Doutorado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Economia Política Internacional, sob orientação do Prof. Dr. Raphael Padula

UFRJ

Rio de Janeiro, RJ, Brasil

Abril de 2018

FICHA CATALOGRÁFICA

H565 Herrera, Milton Alfredo Reyes
A projeção política da República Popular da China: O caso da Sul América, 2002-2015 / Milton Alfredo Reyes Herrera. – 2018.
259 p. ; 31 cm.

Orientador: Raphael Padula.
Tese (doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Economia, Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, 2018.
Bibliografia: f. 231-250.

1. Economia política internacional. 2. Projeção política. 3. China. 4. América do Sul.
I. Padula, Raphael, orient. II. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de Economia. III. Título.

CDD 338.91

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário: Lucas Augusto Alves
Figueiredo CRB 7– 6851 Biblioteca Eugênio Gudín/CCJE/UFRJ

MILTON REYES HERRERA
LA PROYECCIÓN POLÍTICA DE LA REPÚBLICA POPULAR CHINA:
EL CASO SUDAMÉRICA, 2002-2015

Tese de Doutoramento apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial para obtenção de título de Doutor em Economia Política Internacional, sob orientação do Prof. Dr. Raphael Padula

BANCA EXAMINADORA:



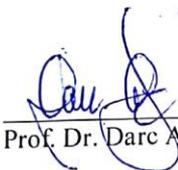
Prof. Dr. Raphael Padula (IE/PEPI/UFRJ) - orientador



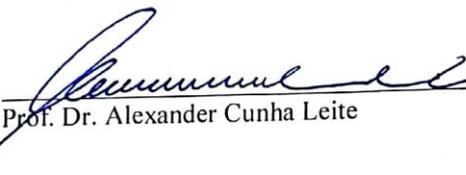
Prof. Dr. Jose Luis Fiori



Prof. Dr. Carlos Aguiar de Medeiros



Prof. Dr. Darc Antonio da Luz Costa



Prof. Dr. Alexander Cunha Leite

Por y para Lorena, Emiliano y Mamá

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa foi possível graças às Políticas Públicas do Estado Equatoriano, ao apoio institucional do Instituto de Altos Estudos Nacionais e da Pontifícia Universidade Católica do Equador; graças ao Estado brasileiro e à Universidade Federal do Rio de Janeiro; e a várias instituições e organizações da República Popular da China.

Agradecimentos a Padula, pela referência sobre o PEPI e pelo convite para fazer parte dessa construção coletiva, e claro, pela orientação; e a cada um dos professores e colegas da UFRJ, vocês sabem muito bem de meu apreço e consideração.

Muito obrigado aos meus colegas e amigos da academia e instituições chinesas e às minhas universidades no Brasil e no Equador. Agradeço a todos, e deixo um abraço sul-americano daqui para a China.

Todo meu agradecimento a Alexei Páez Cordero, irmão e maestro; sinto falta de seus conselhos, sugestões, críticas e gritaria: este trabalho é para você, ¡*Salud!*.

RESUMO

Este estudo analisa a implantação da Projeção Política da República Popular da China na América do Sul, no período de 2002 a 2015, a partir do campo da Economia Política Internacional, através de um método estrutural histórico que dialoga com uma abordagem interdisciplinar. Por meio da revisão de fontes bibliográficas e documentais, entrevistas com informantes qualificados e registro de campo, a pesquisa propõe que a República Popular da China projeta seu poder de forma pragmática, sem buscar uma hegemonia na América do Sul, deixando espaço para benefícios mútuos, embora os países da região não aproveitem plenamente essas oportunidades.

Palavras-chave: Projeção Política. Economia Política Internacional Crítica. Método Histórico Estrutural. China. América do Sul.

ABSTRACT

This study analyzes how has been deployed the Political Projection of the People's Republic of China in South America in the period 2002-2015, from the field of International Political Economy's, and through historical-structural method that dialogues with an interdisciplinary approach. Through the review of bibliographical and documentary sources, interviews with qualified informants, and field research, this thesis proposes that the People's Republic of China projects its power in a pragmatic way without looking for hegemony in South America, leaving space for mutual benefits, although the countries in the region did not deeply harness such opportunities.

Keywords: Political Projection. Critical International Political Economy. Historic Structural Method. China. South America.

LISTA DE SIGLAS

CASS	Academia de Ciências Sociais Chinesas (na sigla em inglês)
ADS	América do Sul
ALC	América Latina e Caribe
AOD	Assistência Oficial ao Desenvolvimento
CDB	Banco de Desenvolvimento da China (na sigla em inglês)
ICBC	Banco Industrial e Comercial da China (na sigla em inglês)
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
CICIR	Instituto Chinês de Relações Internacionais Contemporâneas (na sigla em inglês)
CCCWS	Centro Chinês para Estudos Mundiais Contemporâneos (na sigla em inglês)
CAD	Comitê de Assistência ao Desenvolvimento
CES	Complexo Estado-Sociedade
CESC	Complexo Estado-Sociedade Chinês
US\$	Dólar americano (na sigla em inglês)
EPI	Economia Política Internacional
EEUU	Estados Unidos
FSH	Forças Sociais Hegemônicas
ICA	Associação Confuciana Internacional (na sigla em inglês)
IED, OFDI	Investimentos Extranheiro Diretor (na sigla em inglês)
IFI	Instituições Financeiras Internacionais
CASS-ILAS	Instituto de Estudos da América Latina da Academia de Ciências Sociais Chinesas (na sigla em inglês)
MRH	Milton Reyes Herrera
OCDE / OECD	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico (na sigla em inglês)
OM	Ordem Mundial
OEM	Ordem Econômica Mundial
PCC / CCP	Partido Comunista da China (na sigla em inglês)
PPC	Projeção Política Chinesa

RI	Relações Internacionais
RPC	República Popular da China
SIPRI	Stockholm International Peace Research Institute
SFI	Sistema Financeiro Internacional
SPC	<i>Soft Power</i> Chinês
TC	Teoria Crítica
TPP	Parceria Transpacífica (na sigla em inglês)
TRI / IRT	Teorias das Relações Internacionais (na sigla em inglês)
UNASUR	União das Nações Sul-americanas

ÍNDICE

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1: ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL: CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE DA PROJEÇÃO POLÍTICA	
1.1. Marco histórico e debate epistemológico sobre RI, EPI	21
1.2. Relações entre poder e hegemonia: contribuições da EPI a partir da TC	28
1.2.1. Poder e dominação, reflexões no pensamento social	29
1.2.2. Hegemonia, teoria crítica e EPI	31
1.3. Contribuições para a EPI crítica: elementos para a compreensão da projeção política	36
1.3.1. Abordagem da perspectiva histórica	36
1.3.2. Estruturas históricas: contribuições conceituais ao <i>complexo Estado-sociedade</i>	37
1.4. Elementos para o debate sobre <i>capacidades de força</i>	40
1.4.1. Contribuição no campo das <i>ideias</i>	40
1.4.2. Contribuições no campo de capacidades materiais	42
1.5. Contribuições para a compreensão da ordem mundial contemporânea: a <i>globalização</i>	44
1.6. Geografia política e geopolítica: Estado e poder	46
Reflexões finais do capítulo.....	52
CAPÍTULO 2: A CONSTRUÇÃO DA PROJEÇÃO POLÍTICA CHINESA: MATRIZES QUE INFORMAM E ELEMENTOS QUE A CONFORMAM	53
2.1. Matriz confucionista: do indivíduo às Relações Internacionais	56
2.1.1. Matriz confucionista, sociedade harmoniosa	57
2.1.2. Matriz confucionista, conflito e guerra	68
2.2. Perspectivas contemporâneas chinesas de RI	73
2.2.1. Outros elementos centrais que informam o pensamento estratégico chinês	73
2.2.2. Construção das teorias de RI e seguridade chinesas	77
2.2.3. <i>Soft Power</i> chinês	83
2.2.4. Os anéis de interesse orientados para a segurança	86
2.3. A nova China e o PCC como intermediário na Ordem Mundial	89
2.4. Elementos complementares para compreender o relacionamento do Estado na RPC	93
Reflexões finais e conclusões do capítulo	99
CAPÍTULO 3: A PPC NA AMÉRICA DO SUL 2002-2015: RELAÇÕES COMERCIAIS, ESTABELECIMENTO DO DIÁLOGO POLÍTICO E INVESTIMENTO	105
3.1. China da incorporação ao sistema internacional à <i>globalização</i> : contextualização geral para a compreensão da PPC na América do Sul	105
3.2. A PP da RPC na América do Sul, 1949-2002.....	109
3.3. Das relações e agendas comerciais até o estabelecimento do diálogo político.....	114
3.3.1. Desenvolvimento do comércio	114
3.3.2. Elementos complementares para compreender a dinâmica e a PPC no nível comercial.....	122
3.3.3. Abordagem comercial, os TLC com a região	125
3.3.4. Setor de Segurança e Defesa: comércio.....	130
3.3.5. Rumo ao estabelecimento dos diálogos políticos	135
3.4. Rumo ao aprofundamento das relações: Investimento	138

Reflexões finais e conclusões do capítulo	152
CAPÍTULO 4: APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS E DO DIÁLOGO POLÍTICO	159
4.1. Implantação financeira: aprofundamento das relações políticas e econômicas.....	159
4.1.1. Dos interesses domésticos chineses até a implantação financeira na região	159
4.1.2. Decolagem e implantação financeira chinesas na região: créditos 2002-2015.....	165
4.1.3. <i>Loans-for-Oil</i>	172
4.1.4. Montantes e condições do crédito chinês.....	175
4.1.5. Mecanismos complementares à implantação financeira da China	180
4.2. Cooperação e aprofundamento do diálogo político: iniciativas estratégicas da PPC.....	183
4.2.1. As primeiras iniciativas em 2008.....	186
4.2.2. Livro Branco de 2008, sobre a política da China para América Latina e Caribe.....	190
4.2.3. Do Livro Branco até o aprofundamento do relacionamento político y la cooperación.....	199
4.2.4. Fórum China-CELAC.....	206
Reflexões finais e conclusões do capítulo.....	215
REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES FINAIS	222
Referências	231
Anexos.....	251

INTRODUÇÃO

As relações entre a República Popular da China (RPC) e a América do Sul (ADS) são atualmente um dos temas mais relevantes para nossa região, em sua forma mais evidente: a econômica; mas também para as que são menos exploradas: as que se referem ao caráter político interestatal, e aquelas que têm a ver com as possíveis reconfigurações da China e da região, face à Ordem Mundial (OM).

Nesse sentido, embora as relações econômicas ADS-China tenham aumentado significativamente desde o início do século – o que gerou uma vasta literatura, especialmente sobre questões econômicas e comerciais –, ainda existem limitações para entender a dinâmica da Projeção Política Chinesa (PPC) e como ela processa sua relação com os países da América do Sul. Trata-se de limitações tais como o conhecimento escasso de elementos centrais em nossa região sobre história, política, sociedade, construções filosóficas e culturais chinesas, e a relação destas com seu quadro político-econômico, seu pensamento estratégico e sua perspectiva de longo prazo.

São limitações que têm impactado nas percepções sobre a política externa da China, como têm desenvolvido uma série de imagens, que vão desde as *exotizantes*, que, a partir de leituras realistas minimalistas, tentam ler a PPC como similar à de outras grandes potências; ou daquelas que tentam apresentar o enorme desenvolvimento chinês das últimas décadas como resultado direto da abertura ao livre comércio, àquelas que caracterizam o gigante asiático como potência predatória.

Além do exposto acima, deve-se notar como um precedente que a relação entre a RPC e a região passou por etapas diferentes, de modo que aqui vamos rever uma caracterização que leva em conta a América Latina e Caribe (LAC) e a ADS, esta última ocupando seu próprio espaço a ser analisado, dado seu peso e importância dentro do subcontinente latino-americano, e espaços de integração que atingiram um nível mais alto de maturidade em relação aos já existentes, e mesmo dentro da construção da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC).

Como pano de fundo, podemos ressaltar que, desde a fundação da República Popular da China até 2001 (período que será descrito no capítulo 3), podemos encontrar diferentes momentos da relação. Assim, em um nível geral, podemos nos referir a uma primeira vez, entre os anos 1950, 1960, quando a relação RPC-ALC ocorreu sem intermediação oficial dos Estados.

Em um segundo momento geral (anos 1970), apontam-se dois submomentos: a) a partir da distensão com Washington (avançada em reunião Nixon-Mao em 1972), observa-se o estabelecimento de relações diplomáticas, com exceção do Paraguai; com um nível mínimo de relações comerciais; e b) o da transição, como eixo transversal à relação, provocada pelo processo de Reforma e Abertura (*Gǎigé Kāifàng* 改革开放), que desde 1979 influenciou na projeção chinesa no cenário internacional. Esta curiosamente coincide com a década complexa dos anos 1980 e o fracasso das economias latino-americanas, mas com o intercâmbio comercial que aumentou de “1.331 millones de US\$ en 1980, a 2.294 millones de US\$ en 1990” (REGALADO, 2009, p. 7).

Por outro lado, aqui podemos apontar um terceiro momento – 1990-2001 (quando a RPC inicia um processo de implantação internacional, que significará a busca de articulação entre seus interesses internos e os da OM). Nesse cenário, inaugura-se um período marcado pela exibição diplomática de visitas de alto nível à região da América Latina e Caribe, e especialmente a ADS. Mesmo assim, o nível de intercâmbio comercial passou de “de los 2.294 millones de US\$ en 1990, a 14.938 millones en el año 2001” (ibid.), acompanhado por forte aumento nos tratados de intercâmbio cultural e acadêmico.

Intercâmbio que, entendido a partir do campo das ideias (e, claro, no que se relaciona especificamente com a inteligência entendida como informação), tem impacto sobre o diálogo político, e explicações ligadas a questões como o *soft power* com características chinesas, ou tais como a “Ascensão Pacífica” (SHI, 2007), posteriormente chamada de “Desenvolvimento Pacífico” (ROCHA, 2006), todos elementos inter-relacionados que compõem o campo para analisar e compreender a PPC na ADS no momento seguinte (2002-2015), objeto desta investigação. É um momento que significou uma aceleração constante em termos de relações econômicas e políticas que impactam e são impactadas pela OM. Período que coincide, no começo, com:

- A plena ascensão da China¹ na ordem econômica mundial (OEM), o período de governo de Hu Jintao em 2002, e com ela a incorporação do conceito de *soft power* chinês (SPC) no âmbito da política externa da República Popular da China, e maior abordagem à ADS em termos econômicos e de intercâmbio político, acadêmico e cultural.

- A consolidação e o surgimento de projetos políticos em vários países sul-americanos que propõem um papel de intermediação mais ativa e forte de seus respectivos Estados; e o declínio do chamado projeto “neoliberal” (ou, mais especificamente, liberal economicista) na

¹ Em 2002, a China já se posicionava como a oitava maior economia do mundo, passando a sexta em 2004, quarta em 2006, terceira em 2009, e finalmente a segunda a partir de 2010.

ADS, e da influência americana na região, e (pelo menos temporariamente), que incluiu o fracasso do ACL; e

- Que se encerra com 2015, ano que poderia ser caracterizado como (a) quando um primeiro *clímax* com o estabelecimento do fórum China-CELAC: espaço de relação estratégica com a região, onde ADS é um pilar fundamental; como mostram as visitas permanentes (com ênfase nos países desta sub-região) dos mais importantes representantes chineses, nesta e na última década; bem como a então relativa maturidade da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) como espaço de integração política; e (b) tempo de espera, com o início da mudança de correlações de forças dentro de alguns Estados sul-americanos, que impactam no impulso integracionista.

Da mesma forma, deve-se notar que este quarto momento, a partir das relações crescentes desde o início do século XXI, pode ser entendido a partir do estudo da projeção chinesa, considerando de maneira geral a existência de três dinâmicas articuladas e caracterizadas de acordo com a ênfase do submomento:

- a) Relações com ênfase no Comércio, e evolução acelerada semelhante à observada no crescimento espetacular do período anterior;
- b) Aprofundamento do investimento direto; que transformou a América Latina, e especialmente a ADS, na segunda região beneficiária, somente depois da Ásia.
- c) Aprofundamento do Investimento, Financiamento (Crédito), e progresso na internacionalização do *yuan*, e mais especificamente no caso da América do Sul com Argentina, Brasil e Chile.

Dinâmicas, acompanhadas de documentos oficiais como o Livro Branco de 2008, “Documento sobre a política da China para a América Latina e o Caribe”, publicado pelo Conselho de Estado da China, ou o Plano de Cooperação dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos – China (2015-2019), do 1º Fórum China-CELAC de 2015; e afirmações sobre o interesse de elevar as relações para uma estratégica, materializando uma cooperação omnidirecional e passando de uma complementaridade estática (atual) para uma dinâmica.²

Aqui, deve-se reconhecer que, apesar do fato de que a questão comercial permaneceu central ao relacionamento, dentro da retórica chinesa em grande parte deste quarto momento; as relações do RPC na OM, e especificamente na frente do ADS, são cruzadas por uma lógica, onde a centralidade ocorre entre Estado-estado.

² Milton Reyes Herrera, MRH, Notas de campo, presentacao de texto del académico de CASS, Song Xiaoping, en FLACSO, México, octubre de 2014.

Este ponto se soma, por exemplo, a todas as limitações de compreensão sobre a China, já mencionadas; como o caso concreto de que durante vários anos não houve resposta oficial ao Livro Branco de 2008 – “por nenhuma das organizações multilaterais regionais, incluindo o Grupo do Rio e a UNASUL, nem pelos países da região, com exceção do Chile e do Brasil” (MONGE, 2012, p.7), e o segundo de forma limitada; Tudo isso limita a possível realização de oportunidades que poderiam ser alcançadas pela particularidade, especificidades ou peculiaridades da projeção política implantada pelo gigante asiático na região e contra a OM.

Portanto, no período indicado e dado que: a) o aumento crescente de ritmo e velocidade das relações; e b) a complexidade da RPC permitem concluir que, para entender como a China processa seus interesses, é necessária uma abordagem pertinente, como a da TC no campo da Economia Política Internacional (EPI).

Assim, a fim de resolver a questão geral de como ele implantou a PPC em ADS, é necessário elevar o objetivo geral desta pesquisa: compreender o pensamento estratégico e a projeção política da República Popular da China em relação aos Estados da América do Sul, com ênfase no período 2002-2015. Período em que a ADS tem um peso específico, produto de sua própria agenda de integração e relacionamento com a China.

Da mesma forma, para responder ao objetivo geral, propõe-se também abordar os seguintes objetivos específicos:

- Discutir e apresentar os elementos teóricos, epistemológicos e metodológicos que permitam abordar de forma adequada a complexidade do tema da pesquisa;
- Analisar, compreender e interpretar o pensamento estratégico chinês; e caracterizar os elementos centrais que compõem a construção da PPC.
- Analisar transversalmente a PPC, de acordo com os papéis particulares de intermediação do Estado propostos nos países da América do Sul (fortes ou mínimos) entre 2002 e 2015.
- Observar os resultados da PPC nos países sulamericanos, em termos de benefício mútuo e contra a OM, até 2015.

Todos os objetivos, orientados para analisar as particularidades e especificidades da RPC; e após o estudo de ideias e documentos estratégicos que informam e conformam com a PPC, têm uma hipótese central, que é que a RPC projeta seu poder de forma pragmática sem buscar a hegemonia no ADS, deixando espaço para benefícios mútuos, embora os países da região não tenham aproveitado plenamente essas oportunidades.

Agora, percebendo que há um déficit de conhecimento sobre a construção civilizatória da China, e sobre os detalhes de como a China processa seus interesses contra a OM e a

região; esta pesquisa propõe como método central aquele caracterizado como Histórico-Estrutural, de caráter dialético e fenomenológico:

El método de las Estructuras Históricas representa lo que pueden ser llamadas totalidades limitadas. La estructura histórica no representa al mundo global, sino más bien a una particular esfera de la actividad humana en su totalidad históricamente localizada. La dialéctica es introducida, en primer lugar, por derivación de la estructura particular, no de un modelo abstracto del sistema social o modo de producción, sino de un estudio de la situación histórica con la cual se relaciona, y en segundo término, buscando la emergencia de las estructuras rivales que expresan posibilidades alternativas de desarrollo” (COX, 1993, p. 146-7).

Da mesma forma, a pesquisa levará em conta as possibilidades oferecidas pela abordagem interdisciplinar em Relações Internacionais (IR), e a análise do tipo intertextual para fazer uma abordagem abrangente de (a) a construção do pensamento estratégico e da PPC, e (b) a importância das ideias, entender a inter-relação diante das capacidades materiais e das instituições (de caráter nacional e internacional). Isso também contribuirá na compreensão da conformação da relação particular Estado-Forças Sociais, Ordem Mundial; e da articulação *entre os Complexos Estado - Sociedade* Chinesa e os sul-americanos.

E, para superar entendimentos redutivos e limites teóricos, sobre o tema da Projeção Política da República Popular da China no caso das ADS, é necessário realizar um estudo que inclua as respectivas Formas de Estados, na perspectiva proposta pelo conceito de *Complexo Estado - Sociedade* (CES), seguindo os orçamentos da TC de Robert W. Cox (1993) no campo do EPI; onde o estado não está separado da sociedade civil; e é que a separação do estado, as esferas da sociedade; bem como destes diante da ordem internacional, resulta de uma convenção que permite um exercício didático e abrangente, mas que não se apresenta como tal na “realidade”; e não explica a relação mútua entre essas estruturas históricas.

Portanto, na análise das *Formas de Estado*, vale a pena mencionar que o equilíbrio estatal que Cox oferece baseia-se na análise de forças sociais (DEVETAK, 2005) e sua ligação com o nível econômico precisamente porque, nas relações de dominação e subordinação, que atravessam o globo,

[...] the state plays an intermediate though autonomous role between, on the one hand, social forces, and the other hand a world order which embodies a particular configuration of power determined by the states-system and the global economy (COX, 1981, p. 141).

Na mesma linha, a composição do *Complexo Estado - Sociedade* ou *Formas de Estado*, o caráter particular de hegemonia e a Projeção Política que daí se materializa, também podem ser entendidos a partir da relação de influência mútua entre três categorias de forças,

expressa como potenciais (COX, 1993) em: *Ideias, Capacidades Materiais e Instituições*. Isso nos permitirá entender o impacto e a influência da dupla trajetória entre o Estado e o cenário da OM e, especialmente da PPC em nossa região, de acordo com a periodização aqui estudada.

Portanto, propõe-se uma abordagem que vai caracterizar a PPC é proposta, e as respostas na ADS, de acordo com o estudo de matrizes de projetos políticos hegemônicos em progresso (durante o período de estudo) e em relação ao grau de intermediação proposto para os respectivos Estados (papel de intermediação ativa / papel de intermediação mínima); e resolver o problema de pesquisa que se colocará em torno de: como a Projeção Política da República Popular da China se desenvolveu na América do Sul, em geral, e no período de 2002-2015 em particular?

Questão que deve ser resolvida, levando-se em conta que o estudo se concentrará nos países latino-americanos da ADS, como uma unidade de análise mais viável a ser estudada e por ser relativamente mais homogênea, em relação às demais unidades políticas da ADS.

Por todo o exposto, para abordar o tema deste trabalho foram utilizadas técnicas de pesquisa que levam em conta a coleta e sistematização de fontes bibliográficas primárias e secundárias, autores especializados e fontes de notícias. A informação foi obtida através da revisão e sistematização de documentos oficiais do Estado, organizações regionais, reuniões bilaterais; realizou-se, ainda, análise de banco de dados e estudos especializados sobre a relação China-LAC.

Adicionalmente, foram sistematizadas as informações obtidas através da técnica de observação de campo aplicada à experiência acadêmica de um total de 15 anos (2002-2017), informações coletadas através de várias visitas à China, e intercâmbios acadêmicos e político-institucionais. A isto se somaram as informações geradas pela observação direta e contínua no campo realizada entre 2004 e 2007. E ainda, neste estudo, novas informações de campo foram coletadas entre 2014 e 2017, o que permitiu que as percepções prévias fossem contrastadas e corroboradas, obtendo-se novas sugestões de fontes.

Finalmente, deve-se assinalar que esta pesquisa propõe uma abordagem interdisciplinar e intertextual, que considera pertinente a aplicação de técnicas etnográficas, como o registro de informações no diário de campo, entrevistas com informantes qualificados (especialistas, acadêmicos, tomadores de decisão), e referências a opiniões, algumas das quais foram consideradas ou foram solicitadas a estar sujeitas à confidencialidade (*customary practice*).

A pesquisa inicia-se **no primeiro capítulo**, com uma abordagem teórica e conceitual,

com perspectivas relevantes sobre: a) a relação entre RI e EPI; b) contribuições do EPI na perspectiva da teoria crítica (TC) sobre as relações entre poder e hegemonia; c) contribuições conceituais para entender o tema da projeção política. Também será discutida, através de um exercício dialético, a inter-relação entre as três categorias de força já mencionadas e que compõem uma estrutura histórica particular ou *Blocco histórico* (GRAMSCI, 1971; 1980), com outras teorias. Finalmente, as contribuições conceituais sobre a *globalização* e contribuições da Geopolítica serão levadas em conta.

No **segundo capítulo**, os princípios e diretrizes estratégicas da PPC são analisados e interpretados; a concepção de temporalidade em muito longo prazo que informa a implantação de táticas e estratégias; as construções cognitivas da tradição chinesa; o pensamento confuciano (especialmente o clássico), que também tem relação com o entendimento de uma ética particular em frente a RI.

Aquí também se propõe um estado da arte sobre as principais reapropriações e reconstrução das “teorias ocidentais” sobre a própria construção de RI chinesas e da segurança; além disso, são abordadas as especificidades do tipo de intermediação do Estado chinês.

No **terceiro capítulo**, como pano de fundo, são feitas uma abordagem das relações entre China e ADS no período 1949-2002; e uma contextualização do contexto global, atravessada pela utopia da *globalização* de natureza liberal. Em seguida, aborda-se a PCP em ADS, através da análise de agendas de relações comerciais e de novos cenários gerados até o estabelecimento do diálogo político; e que também são acompanhadas pelo aprofundamento das relações econômicas na área de Investimento Estrangeiro Direto (IED) na China no período de 2002 a 2015.

No **quarto capítulo**, a PPC será estudada por meio de uma análise que leva em conta uma implantação que vai do aprofundamento das relações econômico-políticas ao aprofundamento do diálogo político regional.

Primeiro é realizado um estudo que trata da implantação financeira chinesa como parte do aprofundamento das relações políticas e econômicas; em seguida, concentra-se mais na decolagem e implantação financeiro chinês na região (2002-2015). Posteriormente, revisa-se a cooperação regional e aprofunda-se o diálogo político, entendido dentro das iniciativas estratégicas da PPC Transversalmente, no mesmo capítulo, analisam-se os resultados globais e os novos cenários gerados pela implantação financeira chinesa e os cenários gerados pelas propostas e iniciativas de cooperação, como parte da implantação da PPC.

Esta pesquisa culmina com as conclusões e reflexões finais. Além disso, visa gerar uma abordagem que contribui para estudos sobre a relação, com base em três elementos: a primeira, e mais óbvia, é fazer um esforço para compreender investigações complementares, que limitam a observar a produção acadêmica,³ marcada por:

- Centralidade, especificidade e especialização dos estudos econômicos (se não economistas); e focado em três perspectivas principais: a) os estudos que são orientados a um aprofundamento da abertura; b) aqueles que incidem sobre os riscos para a capacidade industriais dos países sul-americanos; e c) destinadas a gerar iniciativas que geram apenas benefícios atividades econômicas para a região.
- A especificidade dos estudos sobre o tema “China”, dos campos particulares da cultura, filosofia, ação estratégica, etc., mas com pouco desenvolvimento nos campos aplicados ao relacionamento com o LAC, e ainda menos na especificidade do ADS.⁴
- A limitada literatura no campo específico das relações China-ADS.
- Pouca literatura (ou muito específica) sobre o relacionamento, sob a perspectiva de estudos estratégicos, geopolíticos, de segurança ou de defesa.
- Limitada produção de acadêmicos da região no campo de visão e diretrizes de ação estratégicos da RPC, tanto no nível geral e na natureza específica de sua relação com a América Latina e América do Sul.
- Poucas análises da relação da EPI, e ainda menos a partir da perspectiva da TC, limitação compreensível porque há apenas um programa de pós-graduação em EPI na região, a Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Inexistência de estudo concreto sobre a PPC, nem para a América Latina, nem para a unidade de análise de ADS especificamente.

³ Como exemplo, ver os registros da Red Iberoamericana de Sinología (RIBSI) (<http://www.politica-china.org/ribsi.php>); Observatorio de Política China e sua revista *Jixi Zhongguo* (ver temas em: <http://www.politica-china.org/nova.php?id=2467&clase=32&lg=gal>); Centro de Estudios China México (<http://www.economia.unam.mx/cechimex/index.php/es/cuadernos>), eixo articulador da Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China (RED ALC-CHINA), (eixo temáticos em: <http://www.redalc-china.org/index.html#>); rede social acadêmica Academia Edu (<https://www.academia.edu>); o buscador Google e Google Academia, ou ainda os arquivos da CEPAL e ALADI.

⁴ Ver, por exemplo, os perfis docentes do Colegio de México (<http://ceaa.colmex.mx/areas-de-especializaciom/china>) e seu catálogo de publicações (<http://ceaa.colmex.mx/catalogo-de-publicaciones/2014-09-04-15-45-56>).

- Existência de uma variedade de estudos realizados por acadêmicos de outras regiões, com ênfase em solvência e em sinologia, mas com limitada compreensão da complexidade apresentado por ADS.
- Estudos sobre a relação de China-América Latina e ADS, conduzidos por acadêmicos de outros países e, especialmente, o “norte”, mediado por perspectivas e interesses estratégicos extra-regionais.⁵
- Déficit de especialistas e redes acadêmicas na China na região, com uma presença importante no campo da Economia, ou no estudo específico da cultural ou histórica.

Por outro lado, como segundo elemento, pode-se notar que esta pesquisa propõe um esforço de pesquisa que discute, reconhece os limites e propõe as contribuições para o nível teórico e metodológico para: a) o campo da EPI, especialmente aquele relacionado na perspectiva da TC, levando em conta a segunda, que aqui se propõe um estudo que materialize um pouso de um programa de pesquisa para uma construção metodológica em uma investigação concreta; e b) a perspectiva interdisciplinar, considerada ainda periférica dentro dos estudos de Política Internacional.

Em terceiro lugar, este projeto, centrado na PPC na região, também poderia gerar elementos de compreensão da dinâmica e projetiva estratégica chinesa, em um contexto em que o crescimento sustentado do poder da República Popular da China tornou-se um dos atores centrais da OM e da Economia Global.

Cabe mencionar, como quarto e último elemento, que esta investigação é justificada em termos acadêmicos e práticos, porque propõe uma estrutura interpretativa de como a PPC é implantada, e as oportunidades que ela apresenta, com o objetivo acadêmico, decisores políticos e atores ligados à relação com a China em geral, e a China na América do Sul em particular. Pode-se apropriar, reconstruir, debater ou superar essa interpretação; bem como elaborar e propor novas perguntas e respostas dentro de um marco de ação estratégica, orientado para a materialização de oportunidades existentes e novas para a região.

⁵ Ver, por exemplo, publicações relacionadas a *Army War College Strategic Studies Institute (SSI), Center for Hemispheric Defense Studies*.

CAPÍTULO 1

ABORDAGEM TEÓRICO-CONCEITUAL: CONTRIBUIÇÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA ANÁLISE DA PROJEÇÃO POLÍTICA

Este capítulo discute elementos epistemológicos, teóricos e conceituais que permitem abordar o objeto de estudo desta pesquisa; reconhece-se que não existe qualquer coisa como uma teoria em si, divorciada de uma posição no tempo e no espaço (COX, 1981), como se assumiu nas teorias de RI de corte *racionalista*, ou seja: realismo, liberalismo, neorrealismo e neoliberalismo (SALOMÓN, 2002). Em primeiro lugar, será feita uma abordagem às teorias relevantes para o estudo do objeto analisado, no nível epistemológico.

Como uma segunda questão, com o objetivo de definir e caracterizar o conceito de projeção política nesta pesquisa, se discutirá a centralidade do conceito de hegemonia (relevante para a questão da assimetria das relações); finalmente, serão discutidos elementos teóricos e conceituais que enriquecem a estrutura interpretativa e metodológica orientado ao estudo de projeção política em geral e da RPC em particular, bem como o tipo de respostas da ADS.

1.1. Marco histórico e debate epistemológico sobre RI, EPI

Para analisar o campo das RI, é necessária uma abordagem histórica para compreender a matriz que deu sentido à configuração do discurso seus valores, em seu primeiro momento, relacionado com o poder do Estado e sua segurança. Assim, é necessário refletir sobre a estreita articulação da conformação disciplinar das RI com o campo da Segurança, bem como compreender tal articulação nos seguintes *momentos*:

- Os eventos e práticas concretas nas Relações Interestatais; bem como naqueles que conformariam as concepções sobre segurança do Estado. Práticas e até estratégias, que na prática foram implementadas, ainda não se adequavam a disciplinas teóricas como agora o são as RI ou estudos sobre segurança.

- A posterior construção da disciplina de RI e do campo de EPI, e segurança, dentro de uma *disputa paradigmática ou competência discursiva*,⁶ especialmente entre realistas e idealistas (liberais) a princípio.

⁶ Seguindo respectivamente as sugestões de Kuhn (2004), em primeiro lugar, e em segundo, de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe (1987).

Quanto ao primeiro ponto, é necessário notar que os eventos e práticas concretas relacionados com o poder nos níveis intra e interestatal, foram também objeto de outras sistematizações, em uma tentativa de interpretação, mas de um ponto de vista teórico particular. Por exemplo, pode-se citar o caso das concepções de relações interestatais e sua ligação com a Segurança que – na sequência da concepção realista da Kissinger (1995) – são deduzidos da *raison d'etat* (razão de Estado) do Cardinal Richelieu, na França da primeira metade do século XVII. Desta forma, seguindo o mesmo fio argumentativo, pode-se salientar que:

Los orígenes de la tradición realista pueden trazarse en la antigua Grecia (en el historiador griego Tucídides, cronista de las guerras del Peloponeso) y en la antigua India (en la obra de Cautilia, ministro del rey Chandragupta) y tiene sus principales exponentes en Maquiavelo y Hobbes. Pero el desarrollo del realismo como teoría con pretensiones explicativas de la realidad internacional tuvo lugar en el marco de la guerra fría (SALOMÓN, 2005, p. 4).

Nesse sentido, também é necessário reconhecer que das cinco principais preocupações dentro do campo das RI: “Segurança, Ordem, Justiça, Independência, Bem-Estar” (JACKSON; SORENSEN, 2003); o realismo nas RI centra-se principalmente – mas não exclusivamente – nas questões de segurança do Estado frente aos riscos externos, pois pressupõe reflexões sobre o Poder (entendido especialmente a partir da capacidade militar dos Estados) e considera essencial a existência de uma disputa permanente dentro das relações interestatais. Assim:

Según Celestino del Arenal (1990: 129-130): las principales características del realismo político como corriente teórica son: a) es una teoría normativa orientada a la política práctica... b) está dominada por el pesimismo antropológico; c) en coherencia con lo anterior, el realismo rechaza la existencia de una posible armonía de intereses y el conflicto se considera connatural al sistema internacional; d) la actuación del Estado viene determinada por el propio sistema. Con independencia de su ideología o sistema político-económico, todos los Estados actúan de forma semejante, tratando siempre de aumentar su poder; e) junto al poder, el segundo elemento clave del realismo es la noción de interés nacional, definida en términos de poder y que se identifica con la seguridad del Estado; f) en general, el realismo político asume que los principios morales en abstracto no pueden aplicarse a la acción política (SALOMÓN, 2005, p. 3).

O realismo também identifica uma estreita relação entre os interesses egoístas essenciais do indivíduo, com as ações de cada um dos Estados; isto é, a representação de ambos é construída como unidades homogêneas sem porosidades. Portanto, nessa mesma linha retórica, todos os Estados manteriam uma unidade essencial, semelhante às ações dos indivíduos, onde uma matriz essencialista e universalista persiste, mas de natureza secular. No

entanto, o realismo não sugere a existência de um sistema ou de uma estrutura anistórica de natureza essencialista que atravesse as RI, válida para interpretação e ação em qualquer momento histórico e em *todas as geografias* (todos os mundos). Portanto, não dispensa as ferramentas do estudo histórico de longo prazo, assim como seu “herdeiro”, o neorealismo, que também pode ser caracterizado como *funcionalismo estrutural* ou *teoria da solução de problemas*.

O neorealismo focalizaria então sua explicação mais nas características estruturais do sistema internacional, e menos nas unidades que o compõem. Segundo Waltz (1979), o comportamento das unidades do sistema (Estados) é explicado mais nas restrições estruturais do sistema do que nos atributos ou características de cada um deles.

É assim que, neste nível, uma crítica inicial pode ser feita aos neorealistas e objetivistas, porque esta teoria trata os homens e Estados como substâncias, onde a história é vista apenas como uma nascente com variações de temas recorrentes, perdendo assim seu conteúdo histórico e onde o futuro irremediavelmente se assemelha ao passado (COX, 1993). Portanto, deduz-se desta teoria que não haveria possibilidade de mudanças estruturais ou históricas, sendo seu principal interesse político basear a manutenção do *status quo* presente em um tipo específico e recorrente caracterizado como um Sistema Internacional.

As realidades básicas da matriz neorrealista, sobre o caráter do sistema:

Fueron concebidas como: 1. La naturaleza del ser humano, comprendida en términos del pecado original agustiniano o del hobbesiano “perpetuo y agitado deseo de poder y más poder que cesa sólo con la muerte” (Hobbes 16: parte 1, capítulo xi); 2. La naturaleza de los Estados, que difieren en sus constituciones nacionales y en sus capacidades de movilización de fuerzas, pero son similares en su fijación con un particular concepto de interés nacional (una mónada leibniziana), como una guía de sus acciones; 3. La naturaleza del sistema de Estados, que pone restricciones racionales a la desenfrenada persecución de intereses nacionales rivales mediante el mecanismo del balance de poder (COX, 1993, p. 131-132).

Embora, a partir do início dos anos 1980, o Neorealismo, junto com o Neoliberalismo (e seu paradigma sobre a interdependência), no debate conhecido como Neo-Neo, tente construir um programa científico, o primeiro será baseado principalmente em construções epistêmicas de corte positivista e neopositivista, que coincide com uma tradição epistemológica onde “*the harder positivist definition of theory dominant in the United States explains causal relations and contains ‘testable hypotheses of a causal nature’*” (QIN, 2007, p. 1).

Da mesma forma, Waltz (1979), fundador do Neorrealismo, fingindo atribuir rigor científico sua perspectiva, e tentando construir uma teoria clara, rigorosa e concisa, para que, segundo ele, “explicar algumas coisas, porém importantes”, conforme Solomon (2005, p. 15), “contribuiu, de uma perspectiva epistemológica popperiana”⁷ (neopositivista), para o debate dentro da epistemologia das RI.

Em todo caso, aqui se reproduz o desejo da busca dos fundadores das *ciências do homem* em poder apresentar a estas, igualmente solventes e objetivas como as ciências duras; então, eles retoricamente tentam se apresentar como essencialmente livres de valores, isto é, politicamente assépticos e universalmente válidos.

Nesse contexto, mas não só em relação aos esforços objetivistas acima mencionados, mas em relação a toda tradição teórica “*racionalista*”, que consideram possível julgar objetivamente o comportamento, como realismo / neorrealismo e liberalismo / neoliberalismo, ou também inscrito dentro do assim chamado *behaviorism*, respostas são produzidas por uma série de diversas teorias que foram chamadas de “*reflexivistas*”.

Então, “*the softer reflectivist definition of theory prevalent in Europe*” (QIN, 2007, p. 1) “*use[s] the term theory for anything that organizes a field systematically, structures questions, and establishes a coherent and rigorous set of interrelated concepts and categories*” (ACHARYA; BUZAN, 2010, p. 3). Apresenta-se aqui, ao contrário da definição de teoria racionalista, uma primazia na busca de compreender apenas a explicação dos problemas.

Entre as principais respostas, podemos apontar a TC no campo da EPI, o construtivismo, o pós-modernismo e o feminismo – perspectivas que, no entanto, não compõem um corpo epistemológico comum.

Por razões de relevância entre a teoria e o objeto de estudo, esta pesquisa levanta a necessidade de discutir principalmente a TC, e de analisar as abordagens epistemológicas do construtivismo e do pós-modernismo.

Assim, deve-se notar que desde a TC de Robert W. Cox, a reivindicação epistemológica e cientificista das teorias tradicionais em favor da neutralidade, incluindo o neorrealismo, é evidenciada como uma ideologia, já que esse autor reconhece que a teoria age a favor de alguém e a favor de um propósito específico. Desta forma:

No cabe duda entonces que toda teoría representa una perspectiva. “Las perspectivas provienen de una posición en el tiempo y en el espacio, particularmente en el tiempo y espacio social y político... En consecuencia, no existe

⁷ Proveniente da epistemologia do neopositivismo lógico de Karl Popper, que esboça uma perspectiva sistêmica e propõe que o método de *falseación* brindaria a ciência, na medida em que todo argumento e teoria podem ser submetidos à análise lógica das estruturas na linguagem (POPPER, 1980).

alguna teoría ajena a un punto de vista ubicado en tiempo y espacio. Cuando cualquier teoría se expone bajo tales condiciones, se impone examinarla en calidad de ideología, y pone al descubierto su perspectiva oculta (COX, 1993, p. 124).

Epistemologicamente, a teoria crítica de Cox afirma que sua concepção de dialética da ordem lógica

Significa un diálogo que procura la verdad por medio de la exploración de contradicciones. Un aspecto, es la confrontación continua de conceptos con la realidad que se supone ellos representan y sus ajustes a esa realidad a medida que ésta cambia continuamente. El otro aspecto, que es parte del método de ajuste de conceptos, es el conocimiento de que cada aserto concerniente a la realidad contiene implícitamente su opuesto y que ambos, aserto y opuesto, no son mutuamente exclusivos sino que comparten en alguna medida la verdad; una verdad, por otra parte, que siempre está en movimiento, y nunca encapsulada en ninguna forma definitiva (COX, 1993, p. 137).

No mesmo sentido, a teoria crítica, de acordo com Acharya e Buzan (2010, p. 9), “como outras *teorias progressistas* (por exemplo, o marxismo e o liberalismo) é universalista, mas ao contrário deles (e mais em comum com a sociologia histórica⁸) busca entender cada situação em seus próprios termos”.

Por outro lado, os autores construtivistas mostram interesse no estudo do papel dos fatores sociocognitivos nas RI, assunto que coincide em parte com a perspectiva anterior, levando em conta, transversalmente, a literatura relacionada à teorização sobre a sociedade internacional e os problemas de percepção nos processos decisórios (SALOMÓN, 2005, p. 50). Ainda propõe, no entanto, a possibilidade de aproximação entre racionalismo e reflectivismo em relação à epistemologia e à ciência, o que também vincula abordagens de autores considerados como funcionalistas construtivistas ou estruturalistas, que se propõem a superar diferenças epistemológicas e optam pelas amplas possibilidades de “pluralismo” (ACHARYA; BUZAN, 2010). No nível epistemológico, podemos indicar, em um sentido estrito, que: “*constructivism is mainly a methodological approach, not carrying any necessary normative content of its own*” (ibid.).

Por outro lado, ao abordar os pós-modernismos, é necessário reconhecer que, apesar da existência de uma diversidade de perspectivas, epistemologicamente, de maneira geral, podemos apontar o impacto dos planos de Feyerabend (1986) em sua obra “*Tratado contra o*

⁸ Segundo Acharya e Buzan (2010, p. 9): “*Historical Sociology is perhaps on the borders of IRT. It has links to Marx, Weber and other classical Western sociological thinkers. Although some parts of its literature have taken on broad world-historical themes, notably Wallerstein (1974) Mann (1986) and Hobson (2004), the main focus of this literature is on the making of the Westphalian state, and thus, like the English School, it puts European history on centre stage. Some elements of historical sociology, most notably Tilly (1990) cut close to realism in their linkage of the state and war*”.

método”, onde se questiona a relação absolutamente linear e de correspondência entre a ciência-verdade.

Assim, no fundo dessa perspectiva, o objetivo do desenvolvimento do pensamento e das teorias não é alcançar a verdade como uma totalidade a ser apreendida; o problema seria a plausibilidade das diferentes abordagens. Deixa-se aberta a porta para gerar uma pergunta: quem iria emitir critérios sobre a plausibilidade de um argumento e uma perspectiva? Então, não seria um público informado, sobre o assunto específico em estudo? Trata-se de um elemento compatível com as abordagens de Kuhn (2004), que reconhece o papel dos membros da comunidade científica na manutenção, desenvolvimento e defesa de paradigmas, assim como o da validação por atribuição a novos paradigmas dentro de revoluções científicas.

O que estaria em jogo aqui é a discussão sobre as possibilidades de alcançar a verdade, a partir de uma imagem que propõe, ao invés de “a verdade é sempre um horizonte, quando parece que nos aproximamos, o horizonte se move para um novo”.⁹ Além disso, reconhece-se que os critérios de verdade, ou de verisimilitude, reproduzirão um campo de poder dentro da relação entre conhecimento e poder, como nas obras de Foucault.

Abordagem que coincide com as de Acharya e Buzan (2010, p. 10), quando afirmam que o pós-modernismo tende a ser mais radical (do que o construtivismo) “*seeking out and challenging the endlessly unfolding relationship between knowledge and power, rejecting metanarratives and the Enlightenment project, and seeing ‘truth’ as a temporary social construction limited in time and space*”.

Aqui, é necessário rever a contribuição no campo da RI, que também pode ser encontrada no esforço de Richard Ashley (1984), que transita entre TC, construtivismo e pós-modernismo, resgata a relevância da relação de campo cognitivo- poder, quando inicia seu texto “*The poverty of neorealism*”, cita Bourdieu: “*The theory of knowledge is a dimension of political theory because the specifically symbolic power to impose the principles of the construction of reality-in particular, social reality-is a major dimension of political power* (ASHLEY, 1984, p. 225), para depois propor:

That the rudiments of an alternative competence model of international politics, a model more responsive to contemporary arguments in social theory, are already present in classical realist scholarship. Drawing especially upon the work of Pierre Bourdieu, I shall suggest that a dialectical competence model would allow us to grasp all that neorealism can claim to comprehend while also recovering from classical realism those insights into political practice which neorealism threatens to purge. Such a model, fully developed, would reinstate the theoretical role of practice.

⁹ Imagem que descreve também a relação entre busca de verdade, verisimilitude e possibilidade de novas perguntas (MRH, Notas, Alexei Páez Cordero – famoso professor e pesquisador equatoriano, Quito, 1998-2004).

It would sharpen the depiction of the current world crisis, including dilemmas of hegemonic leadership. And it would shed light on the role and limits of knowledge, including neorealism, in the production, rationalization, and possible transformation of the current order". (ibid., p. 229).

Até agora, em qualquer caso, podemos apontar tanto construtivismos quanto pós-modernismos, de acordo com Acharza e Buzan (2010, p. 9) que se apresentam como: *"alternatives to the materialist, positivist epistemologies underpinning realism and liberalism, seeing the social world as needing to be approached in its own terms as an intersubjective realm of shared understandings"*.

Da mesma forma, podemos apontar que ambas perspectivas apresentam reflexões pertinentes, para tentar entender por que a necessidade de fazer uma abordagem genealógica, intertextual e interdisciplinar de alguns dos princípios que sustentam a perspectiva da política externa chinesa, e especificamente como iria implantar seu PPC. Assim, as propostas teóricas e epistemológicas apresentadas nos permitem refletir sobre a construção cognitiva em sua relação com o poder, que especificamente no caso chinês, permitirá uma abordagem mais vigorosa sobre as particularidades de uma construção civilizatória como a chinesa, que apresentaria matrizes diferentes daquelas da continuidade estudada no "Ocidente".

Abordagem que coincide com a perspectiva de Chun (2010, p. 85), que seguindo as proposições de Cox, afirma:

Theories are induced from historical reality. If a certain IR theory reflects the history of a certain region, then it is a spatially limited theory. It also applies to the temporal dimension. If Western IR theories are limited only to the experience of the modern Western world, the reality of the non-Western world, which has the continuity from the traditional order, would not be properly theorized in the framework of Western IR theories.

Contudo, e além do debate centrado em debates epistemológicos, é necessário rever dentro das RI o problema do poder como um elemento central, onde os Estados seriam "os principais agregados do poder político" (COX, 1993, p. 120).

Nesse ponto, a TC de Cox aponta que as abordagens de RI realistas e as perspectivas do neorealismo diferem em como ele entende o problema do poder; enquanto os interesses destes últimos estão relacionados com a manutenção do *status quo*, os primeiros reconhecem a possibilidade de mudança histórica. Isso porque, no realismo clássico (como uma matriz, não necessariamente em todas suas perspectivas no campo das disciplinas das RI), a relevância da análise histórica do poder e da força para compreender e gerar mudanças e transformações históricas é reconhecida. É o caso do realismo de Carr (resgatado e

reapropriado nas obras de Cox), porque apresenta outras dimensões analíticas que complicam o estudo das relações interestatais.¹⁰

Nesse contexto, onde o poder e o Estado são centrais para o entendimento das relações entre os Estados, vale destacar a pertinência dessa abordagem para o esforço de pesquisa a ser desenvolvido e, especificamente, a necessidade de propor um arcabouço interpretativo e metodológico para a compreensão do tema da projeção política, pois esta, como primeira entrada, apresenta pelo menos uma dupla dimensão: por um lado, a centralidade do Estado na projeção; e por outro, as relações de poder que são propostas em qualquer relacionamento, além do meramente institucional.

No primeiro ponto, vale destacar a abordagem das formas de Estado, sob a perspectiva proposta pelo conceito da CES; seguindo os orçamentos da TC de Cox, o Estado não está separado da sociedade civil: “*the state, which comprises the machinery of government, plus civil society, constitute and reflect the ‘hegemonic social order’*” (COX, 1993 apud DEVETAK, 2005, p. 152); e é que a separação das esferas Estado, sociedade; bem como destes diante da ordem internacional, resulta de uma convenção que permite um exercício didático e abrangente, mas que não se apresenta como tal na “realidade”; e não explica a relação mútua entre essas estruturas históricas; e onde devemos também entender *as forças sociais* em sua conexão com o nível econômico.

Assim, esses elementos devem ser entendidos como inter-relacionados e mutuamente influentes. Porém, no segundo ponto, dada a complexidade da apreensão do conceito de poder em seu sentido mais amplo, e com o objetivo de propor elementos teóricos que permitam compreender o objeto de estudo e desenvolver a pesquisa, em seguida, faz-se uma caracterização diferenciada das relações entre poder e hegemonia, a partir das contribuições das EPI e da TC.

1.2. Relações entre poder e hegemonia: contribuições da EPI a partir da TC

Nas ciências sociais e, claro, nas RI, um dos conceitos mais difíceis de construir e apreender, dada a quantidade de sentidos que gera ou que lhe foi dada, é o de hegemonia.

¹⁰ Por exemplo, em seu trabalho *Vinte Anos de Crise 1919-1939*, podemos encontrar este tipo de contribuições: “As categorias teóricas são instrumentos que ajudam a entender essa realidade (o mundo dos anos do entre-guerras), organizando e dispondo os fatos e as possibilidades. Essa é, na verdade, uma característica comum às obras que permanecem. O objetivo primário da obra era o de oferecer uma possível explicação para a condição de instabilidade e insegurança da política internacional e também uma crítica às percepções correntes manifestas em atitudes e ações políticas que, sucessivamente, se revelavam inadequadas por não reconhecerem as dimensões mais incômodas da realidade econômica, política e social” (EIITI SATO, apud CARR, 1981, p. xvi).

Essa falta de definição faz desse conceito um termo que pode enunciar uma totalidade homogênea, que ao mesmo tempo não explica nada sobre as diferentes e particulares relações de poder. Assim, a falta de definição significou um uso que pode ser caracterizado como excessivamente amplo e pouco preciso; sob o qual várias interpretações são protegidas, onde o conceito não foi limitado e, portanto, uma aplicação rigorosa não foi alcançada.

Por isso, neste subtema é feita uma abordagem geral ao conceito de hegemonia e sua relação com questões como o poder e dominação no contexto das ciências sociais, para desenvolver ainda mais o tema da hegemonia da perspectiva da TC e avaliar o grau que ocupa dentro do problema do poder.

Primeiro, pode-se notar que a principal dificuldade é que o conceito de hegemonia, tal como o de poder – para além das definições etimológicas e enciclopédicas – pode ser apropriado discursivamente como uma coisa concreta, em que há “aparente consenso” sobre o sentido dado ao significado, mas que, no entanto, não expressa o grau de relação concreta entre os sujeitos-atores.

Na criação de sentidos sobre o significado desses conceitos, estes foram reapropriados em várias escolas, em especial, mas não exclusivamente, nas escolas positivistas no *marxismo estrutural* e o debate tradicional das RI (realismo-idealismo e matrizes); a partir de uma concepção semelhante àquela atribuída ao conceito de dominação (ou superioridade, ou predominância), e compreendendo esta última como uma relação vertical entre o dominador e o dominado; e não como uma relação dinâmica que contém múltiplas complexidades e formas de legitimidade, resistência e possibilidades de articulação e subversão contra a ordem em que tal relação se baseia.

1.2.1. Poder e dominação: reflexões no pensamento social

Sobre o problema do poder enquanto *relação*, o pensamento contemporâneo apresenta como pano de fundo para as abordagens de Hegel (1952) e, especialmente, a figura do mestre-escravo, onde a relação não é estática. O segundo atinge autoconsciência, podendo, através de seu trabalho, ser estoico (KELLY, 1978 apud ONUF; KLINK, 1989, p. 143) ou, paradoxalmente, pode gerar resistência, que através da sua autoconsciência pode parar de funcionar, invertendo a relação de dependência sobre o mestre (este aqui passaria a depender do escravo): paradoxo, onde o escravo também pode impor limites, e menos controle daqueles que podem impô-los (mestre).

Em segundo lugar, deve-se avaliar a noção de relações da figura hegeliana mestre-escravo, mas já como relações de classe, tal como proposto por Marx e Engels, e onde se incorpora o debate entre estrutura (Economia) e superestrutura (campo da Reprodução Ideológica), a estrutura determinando o segundo. Isto ocorreria porque nesses autores, o paradoxo acima desaparece: os mestres são os únicos que acreditam que a imposição de limites é aceitável, e eles devem transmitir essa ideia para seus subordinados, porque aqui as relações de *Controle* na linguagem de *Classes* são generalizadas. Assim, pareceria que para alguns esforços marxistas posteriores, a “Dominação”¹¹ é a única palavra que descreve adequadamente os relacionamentos opressivos e de exploração entre mestre e escravo (ONUF; KLINK, 1989, p. 154).

Em terceiro lugar, deve-se levantar as abordagens de Weber sobre o poder, que sendo uma relação muito ampla e ao cruzar todas as áreas da vida social, não é possível de ser desenvolvida conceitualmente. Por isso, propõe-se fazer uma delimitação, com o objetivo de torná-lo mais compreensível e permitir sua apreensão.

Assim, Weber propõe estudar o tema da dominação como uma forma concreta de poder possível de ser caracterizada através de seus tipos ideais de dominação (Racional, Tradicional, Carismática) (WEBER, 1942). A dominação também “como ‘rule’ ‘*Herrschaft*’, no pensamento social alemão” (ONUF; KLINK, 1989, p. 154), materializada através dos tipos de autoridade.

Aqui, *Herrschaft* (*rule*, regra, dominação) não se refere a relações de uma ordem unidirecional vertical, nem apenas formal, nem uma relação onde uma das partes exerce sua vontade sem resistência. Aqui a dominação, podendo ser assimétrica, implica *como se* “os dominados adotassem por si mesmos e como máxima de seu trabalho o conteúdo do mandato (vontade manifesta do governante)” (WEBER, 1942, p. 699), sem significar que eles realmente o aceitam. Assim, há certo grau de resistência que transforma qualquer relação de dominação em um relacionamento ativo; portanto, deve-se levar em conta também que existe uma correspondência entre o tipo de dominação exercida com um tipo de autoridade – a legitimidade que se espera dela.

Finalmente, neste ponto, deve-se notar que a discussão incluiu as abordagens gerais desses autores sobre o poder e a dominação, já que estas têm sido uma referência para a

¹¹ Embora na tradução em inglês da ideologia alemã (MARX; ENGELS, 1964), possa aparecer não como dominação, se não principalmente no sentido de “rule” (*ruling class*, e *ruling ideas*); ao mesmo tempo, a pesar de em inglês no *Dezeto Brumário* apareça várias vezes o termo *dominação* e apenas uma vez “rule”, nos originais de ambos se encontra como *Herrschaft*, mas dentro da definição já apontada (ONUF; KLINK, 1989, p. 154-155).

criação da proposta da TC como uma resposta que supera as teorias racionalistas tradicionais, e contra reapropriações estruturalistas do marxismo, dentro das RI e da EPI. Portanto, a seguir serão revistas as abordagens e contribuições para a discussão, a partir das propostas de Cox, cujo trabalho aborda especificamente o conceito de hegemonia, da tradição gramsciana, e o enriquece.

Através do exercício proposto, são apresentados elementos que contribuem para a pesquisa como uma abordagem do conceito de hegemonia e ao debate sobre o poder, em pelo menos três dinâmicas:

- Relação entre Estados particulares; e relações dos Estados dentro da OM.
- Relação entre projetos político-econômicos e intermediação do Estado (forte intermediação ou intermediação mínima).
- O caráter das forças sociais, como forças sociais hegemônicas (FSH) e forças sociais subordinadas (FSS), tanto nacional como internacionalmente.

1.2.2. Hegemonia, Teoria Crítica e EPI

Como Mónica Salomón (2005, p. 19) corretamente aponta, “o diálogo entre neoliberais e neorrealistas estruturou o debate da área ou subdisciplina da EPI, centrada na ‘interação recíproca e dinâmica na RI da busca pela riqueza e poder’, que é como Robert Gilpin (1975) a definiu”.

Em termos gerais, e como se observa na citação, podemos novamente ressaltar que nas teorias e debates que reproduzem a matriz realista, o conceito de Poder é central dentro da EPI e das RI; embora vários de autores importantes não tenham definido o suficientemente, provocando leituras onde o poder está basicamente associado à capacidade de força, e tem caráter autorreferencial (o poder é explicado pelo próprio poder). Esse problema tem outro elemento que também enfrenta o conceito: como ele é entendido, já que a matriz realista, em sua corrente clássica, compreende os problemas das RI, a segurança do Estado e do poder dentro de um contexto histórico, enquanto a corrente neorrealista, como se viu, os aborda dentro de uma visão sistêmica, *a-histórica* e com pretensões universalistas e cíclicas.

Diante do exposto, a TC, resgatando o realismo clássico em sua preocupação com o poder e as possibilidades de mudança histórica, ao mesmo tempo delimitará o poder dentro do campo da hegemonia, onde novamente certas perspectivas de realismo são consideradas válidas, mas dentro de uma visão histórica e estrutural, e uma conceituação que aumenta e

complica o problema. Nesse sentido, a TC propõe uma contribuição para complementar a questão do poder que atravessa as RI.

Aqui, numa primeira abordagem sobre o poder, deve-se notar também que, aderindo à tradição do materialismo histórico, a TC examina as conexões entre poder na produção, poder no Estado e poder nas relações internacionais (COX, 1993, p. 140). Mas ao mesmo tempo, a partir das possibilidades dialéticas, também reconhece que o potencial de alteração da esfera de produção poderia afetar outras áreas, tais como o Estado e a OM (ibid.) e vice-versa. Da mesma forma, é pertinente ressaltar que a TC, ao ser influenciada pelo Iluminismo e por autores como Kant, Hegel e Marx, incluindo a influência do pensamento grego clássico sobre autonomia e democracia, é considerada boa, como o pensamento de Nietzsche e Weber (DEVETAK, 2005, p. 137-138); e ao propor a emancipação sobre a legitimação da ordem existente; levanta a necessidade de entender as relações de poder que constroem a OM predominante. Assim, Cox “dirige sua atenção para as relações de dominação e subordinação que atravessam o globo” (ibid., p. 146), mas dentro de uma estrutura histórica concreta como a hegemonia.

Trata-se de um conceito apropriado e reconstruído a partir de Gramsci, no qual ao mesmo tempo uma dupla reflexão existente no trabalho de Cox deve ser considerada:

- Com a hegemonía, se enriquece e delimita o conceito de dominação presente em Weber (estendendo-se ao campo do internacional); e complica a perspectiva de Marx e dos marxismos ortodoxos (para os quais, é a estrutura “que prevaleceria” sobre a superestrutura, sendo a estrutura que define a superestrutura).

- A hegemonia, a partir da abordagem coxiana, seria diferente a partir da construção de matrizes realistas¹² e de entrada como Keohane¹³ (1980), segundo o qual “hegemonia” em RI

¹² Onde, por exemplo, haveria uma disputa entre tentativas hegemônicas e respostas contra-hegemônicas para explicar a dinâmica do mundo helênico em Watson (1992), ou de tentativas hegemônicas respondidas por alianças anti-hegemônicas na configuração do sistema internacional europeu (segundo Kissinger, 1995), quando em ambos os casos se referem a ameaças de superioridade militar e desdobramento do poder da força.

¹³ Visto dessa maneira por Cox, enquanto a teoria da estabilidade hegemônica de Keohane é “um esforço para ampliar a perspectiva realista com a inclusão de variações na autoridade das normas e instituições internacionais” (COX, 1993, p. 150). Além disso, pode ser mencionado que Keohane, em 1984, em seu livro *After Hegemony*, “proposed a neo-liberal theory of international cooperation, a theory that embraced three elements of neo-realism: the importance of international anarchy in shaping state behaviour, the state as the most important actor in world politics and the assumption of states as essentially self-interested. He also endorsed the Lakatosian model of theory construction that informed neo-realism” (KEOHANE, 1984, 1989 apud REUS-SMIT, 2005, p. 190).

é usada no sentido limitado de dominação por um Estado (ibid., p. 150) e sob a perspectiva da “estabilidade hegemônica”.¹⁴

Diante desses argumentos, em resposta, Cox propõe o conceito de hegemonia que, em síntese: “é representado como uma combinação de material de poder, ideologia e instituições” (COX, 1993, p. 155): “*It’s a form of domination where a class particular interests parade itself as universal*” (DEVETAK, 2005, p. 148). Conceito que, delimitado, pode ser aplicado para entender o CES em suas relações com a OM. Então, novamente encontramos as influências de Gramsci, que argumentou que “as RI seguem as relações sociais fundamentais (porque) toda renovação orgânica na estrutura modifica as relações organicamente absolutas e relativas, através das suas expressões técnico-militares; bem como os IRs afetam passiva ou ativamente as relações políticas” (GRAMSCI, 1980, p. 25). Então, nas palavras de Cox:

El sentido de una relación recíproca entre estructura (relaciones económicas) y superestructura (la esfera ético-política) en el pensamiento de Gramsci contiene la posibilidad de considerar el complejo Estado/sociedad como entidades constituyentes de un OM para explorar las formas históricas particulares tomadas por esos Complejos. Gramsci consideró las ideas, la política y la economía como relacionadas recíprocamente, convertibles una en otra y en unidades reunidas en un Blocco Histórico (COX, 1993, p. 138).

Blocco Histórico é um termo que, “nas obras de Gramsci, corresponde aproximadamente à noção de estrutura histórica” (ibid., p. 145), desenvolvido no trabalho de Cox sobre Poder, Estados e Ordens Mundiais. Nesse sentido, Cox aprofunda a questão da hegemonia como estrutura histórica, levando em conta primeiro a seguinte consideração:

La principal aplicación de Gramsci del concepto de hegemonía fue con respecto a las relaciones entre clases sociales (Ibíd.). Aunque, La forma del concepto, sin embargo, muestra sus lecturas de Maquiavelo y no se restringe a las relaciones de clases; tiene una aplicación potencial más amplia (por el mismo método dialéctico). Así para él, como para Maquiavelo, la cuestión general implícita en lo concerniente a hegemonía es la naturaleza del poder, y el poder es un centauro, en parte hombre, en parte bestia. Una combinación de fuerza y consentimiento¹⁵ (ibid., p. 145-146).

Portanto, a hegemonia também teria a ver com um grau de poder relacionado ao problema da legitimidade, uma vez que a força (relação material do poder) não poderia assegurar o domínio do forte na medida em que os fracos aceitassem as relações de poder dominantes como legítimas. Esta (aceitação) pode ser feita pelos fracos, se os fortes veem sua missão como hegemônica, e não meramente dominante ou ditatorial (ibid.). O significado dado a ela aqui se refere a:

¹⁴ No sentido que o debate neo-neo aponta, o mesmo Robert Keohane (1980) argumenta que as estruturas hegemônicas de poder, dominadas por um único país, são mais propensas a levar ao desenvolvimento de regimes internacionais fortes, cujas regras são relativamente precisas e bem obedecidas (COX, 1993).

¹⁵ Cox cita Maquiavel (1977, p. 149-150) e Gramsci (1971, p. 169-170).

Una estructura de dominación, que deja abierta la cuestión de determinar si el poder dominante es un Estado o un grupo de Estados, o alguna combinación de Estados y poder privado, lo cual es sostenido mediante la aceptación de una ideología y de instituciones consistentes con su estructura. De modo que una estructura hegemónica del OM es aquella en la cual el poder toma primariamente una forma consensual, distinta de un orden no hegemónico en el cual hay poderes rivales manifiestos y ninguna potencia ha podido establecer la legitimación de su predominio (ibid., p. 150).

Mais uma vez, observa-se que hegemonia e dominação estão em dois níveis diferentes: não pode haver dominação sem hegemonía, (entretanto) hegemonia é uma possível forma de dominação que podem ser tomadas (ibid., p. 150). Portanto, a hegemonia como estrutura – mas entendida historicamente – também é expressa em três categorias de forças (como potenciais) que interagem: capacidades materiais, ideias e instituições. Forças que são dinâmicas e mutuamente influentes e que caracterizamos abaixo.

Em primeiro lugar, surge o problema das instituições e institucionalização. E “[a]s instituições representam amálgamas de ideias e poder material muito peculiares que, por sua vez, influenciam o desenvolvimento de ideias e capacidades materiais” (ibid., p. 159).

Por outro lado, salienta-se que a *institucionalização* se tornou um meio “de estabilizar e perpetuar uma ordem particular. As instituições são reflexo das relações de poder em sua origem, e embora possam ter vida própria, podem se tornar um campo de batalha de tendências contrárias” (ibid., p. 144). Mesmo na sociedade, a criação de instituições rivais que refletem diferentes tendências pode ser estimulada.

Da mesma forma, pode-se apontar que haveria estreita relação entre institucionalização e hegemonía, já que mesmo

[...] las instituciones pueden adoptar la función de ancla de una estrategia hegemónica, dado que se prestan tanto a la representación de intereses diversos, como a la universalización de la política [...]. Sin embargo es imposible limitar la hegemonía a una dimensión institucional [...]. Las instituciones pueden ser medios de regulación de conflictos (función hegemónica) pero esto solo es una expresión de hegemonía, no su sinónimo (COX, 1993, p. 159).

Por outro lado, e desde Cox também reconhece que enquanto a categoria de instituição é um componente dessa estrutura, elas também são duas outras categorias de forças, expressas como potencial: ideias e capacidades materiais. No campo das ideias, Cox reconhecerá dois tipos:

- *Os significados intersubjetivos*, de acordo com Taylor (1965), seriam essas noções comuns sobre a natureza das relações sociais que tendem a perpetuar ambos os hábitos e expectativas de comportamento (ibid., p. 143). Ideias de longo prazo, e que naturalizariam as relações de poder.

- Aqueles que pertencem a “uma estrutura histórica, e que se referem a *imágenes colectivas* de uma ordem social realizada por diferentes grupos de pessoas”. Aqui, novamente, ele rompe com a visão de instrumentalização do Estado pela estrutura econômica, pois afirma que “o choque de imagens coletivas rivais é prova do potencial de caminhos alternativos de desenvolvimento e levanta questões sobre a possível base material institucional para o surgimento de uma estrutura alternativa” (ibid., p. 144).

Finalmente, aborda:

Las capacidades materiales (en tanto) éstas representan potenciales productivos y destructivos. Estos en su forma dinámica, existen como capacidades tecnológicas y organizativas, y en sus formas acumuladas, como recursos naturales susceptibles de transformación mediante la tecnología, como concentraciones de equipo (por ejemplo: industrias y armamentos) y como la riqueza que puede disponer de los anteriores (ibid.).

Assim, a relação entre essas categorias de força que permitem definir e compreender a dinâmica da hegemonia, apesar de expressar a potencialidade de compreensão tanto dentro do “interno” e “externo” de determinada relação com a comunidade política, devem ser complementadas também pelas configurações particulares, ou esferas de atividade (dentro do método das estruturas históricas), mas articuladas e mutuamente influentes:

- Organização da produção, especialmente no que diz respeito às forças sociais geradas pelo processo de produção;
- *Formas de Estado* derivadas de um estudo dos Complexos Estado - Sociedade;
- Ordens mundiais, isto é, as configurações particulares de forças que definem sucessivamente o problema da guerra ou da paz para o grupo de Estados (ibid., p. 147).

O Estado moderno, além disso, não é visto como um instrumento de certa classe nacional ou internacional, mas cumpre papel relativamente autônomo de intermediação entre as forças sociais e a OM. Daí novamente as configurações específicas e históricas de hegemonía marcam limites estabelecidos e pressões que existem, mas não como mecanicamente determinantes, e onde também é possível a construção de blocos e estruturas rivais para o surgimento de um modelo alternativo para a ordem até então vigente (nacional e internacionalmente).

Assim, pode-se finalmente concluir:

- Que o conceito de hegemonia desenvolvido pela teoria de Cox propõe, em primeiro lugar, uma revisão das estruturas e categorias de forças descritas, mas levando em conta o contexto histórico destas. Então aqui a aplicação do conceito de *hegemonia* deve ser avaliada

em cada caso, evitando fornecer a mesma caracterização a todos os problemas e situações a serem estudados.

- Essa perspectiva histórico-estrutural permite evitar que o problema da hegemonia e os graus de poder existentes em uma relação concreta sejam tratados dentro de um quadro que os aborde como se fossem um substrato natural e essencial, válido em todos os objetos de estudo de RI e outras ciências sociais.

- Perspectiva que nos permite superar este tipo de tratamento metodológico e conceitual que confere ao conceito de hegemonia, dominação ou poder como um mesmo todo; e que, ao mesmo tempo, não aprofunda ou explica as características e complexidades da construção e das relações de poder concretas.

1.3. Contribuições para a EPI crítica: elementos para a compreensão da projeção política

Além das diferenças epistemológicas *versus* tradições racionalistas, tendo em conta a proposta do método histórico estrutural (genético) e a perspectiva dialética da teoria crítica de Cox, por um lado, e as possibilidades oferecidas por outras correntes refletivistas (coincidentes em que as teorias são socialmente construídas), como no caso das propostas construtivistas e nas pós-modernas (interdisciplinaridade, verisimilitude, etc.); e considerando que em ambos os casos é possível o diálogo e a incorporação de elementos teóricos e conceituais de outras tradições e disciplinas; apresenta-se a seguir uma abordagem dos conceitos que podem enriquecer a compreensão do objeto de estudo.

1.3.1. Abordagem da perspectiva histórica

Como antecedente, deve-se notar que a PPC, além de ser entendida ou não apenas na perspectiva da hegemonia, seria informada por construções de longo prazo no campo das ideias, mas também por sua própria construção como um *Complexo Estado - Sociedade* (seguindo Cox), ou como Estado-Civilização (ZHANG, 2011; SHI, 2014). Então, considerando que “o enquadramento teórico, que tentasse esclarecer as ideias básicas e colocar os acontecimentos em sua competente perspectiva, seria uma preliminar essencial para qualquer exame cronológico” (BARRACLOUGH, s/d, p. 4). Assim, este estudo considera pertinente refletir sobre conceitos tais como:

- A de longa duração, no mesmo sentido que Braudel (1958), uma estrutura histórica é a *longue durée*, ou seja, a partir da reapropriação de Cox, seriam as práticas desenvolvidas por pessoas para lidar com as necessidades da vida social recorrentes e política, que são vistas como atributos fixos da natureza humana e do encontro social (COX, 1993, p. 192).

- A de longa transição entre as idades de Barraclough (s/d, p. 2-6), onde, no entanto, a continuidade não é, de modo algum, a característica mais saliente da História. Bertrand Russell (1931) disse certa vez que ‘o universo é todo feito de pontos e saltos’.

O que também se relaciona com a perspectiva desta pesquisa, pois encontra validade: (a) o argumento de que existe “a dificuldade de estabelecer quanto tempo leva a *longue durée*, particularmente em relação ao sistema mundial” (COX, 1993, p. 196); mas também porque (b) mais do que o sistema mundial – explicado como recorrente e de forma autorreferencial a partir do neorrealismo (em questões como equilíbrio de poder, por exemplo) – na TC se é possível encontrar transformações e descontinuidades entre diferentes quando surge a compreensão do “a vinculação entre as mudanças na produção, as formas de Estado e as ordens mundiais” (ibid., p. 191).

Uma vez que todas as alternativas acima são mencionadas, as perspectivas e conceitos são revisados abaixo, assim como são propostos os elementos que podem guiar a compreensão da PPC.

1.3.2. Estruturas históricas: contribuições conceituais para o *Complexo Estado - Sociedade*

De maneira geral, para compreender a relação entre a RPC e ADS, este estudo sugere a necessidade de uma abordagem para as formas de Estado (*Complexo Estado-Sociedade*) no seu papel de intermediário entre as respectivas Forças Sociais (articulados à produção) e OM em sua forma histórica concreta: o sistema interestatal, a partir do método das estruturas históricas, que segundo Cox (1993, p. 147):

[...] son modelos contrastantes; como tipos ideales, ellas proveen, en una forma lógicamente coherente, una representación simplificada de la realidad compleja y una expresión de tendencias limitada en su aplicabilidad en tiempo y espacio, más que desarrollos íntegramente realizados.

É neste contexto, que existe a possibilidade de recorrer a outras abordagens teóricas que permitam compreender o CES a partir de perspectivas como as da Sociologia e da Ciência Política, em diálogo com a abordagem dialética de Cox.

Para sociologia clássica de Weber (1942), ao citar a forma pura como um ideal do tipo estado moderno, observa-se que “*desde el punto de vista de consideración sociológica, una asociación política y en particular el Estado no se pueden definir por el contenido de lo que hacen*”; no entanto, o que define o Estado em si é a concepção de “*aquella comunidad humana que en el interior de un determinado territorio – el concepto de territorio es esencial a la definición – reclama para sí con éxito el monopolio de la coacción física legítima*” (p. 1.056), sendo que a coerção não é o meio normal nem único do Estado, mas seus meios específicos. Então aqui têm “*también el derecho de esta coacción física los individuos o asociaciones en medida en que el Estado se lo permita, así éste se considera, pues, como fuente única del derecho de coacción*” (ibid.).

Embora sejam estas as contribuições de Weber para entender as características gerais do Estado no caso sul-americano, no caso da China elas são ainda maiores quando, por exemplo, a burocracia tem sido construída historicamente sob princípios meritocráticos (entrada por meio de exames, do visãõ tradicional do *mandarim*), e porque a academia chinesa, em seu relacionamento com o Partido Comunista Chinês – PCC (e, portanto, o Estado chinês), resgata fortemente – pelo menos no nível da reflexão – as propostas de Weber.

Nesse sentido, é pertinente citar que Weber também observa que:

Toda empresa de dominio (Herrschaft, rule, regla, dominación)¹⁶ que requiere una administración continua necesita por una parte de la obediencia en la actuación humana con respecto con aquellos que se dan por portadores del poder legítimo y, por otra parte, por medio de dicha obediencia, la disposición de aquellos elementos materiales eventuales para el empleo físico de la coacción, es decir: el cuerpo personal y los medios materiales de administración (ibid., p. 1.058).

No Estado moderno estes elementos são dados separadamente, ou seja, o corpo pessoal não possui os meios materiais de administração, quem quer que seja, é o Estado, circunstância que permite distinguir, por seu uso racional, outras formas de Estado. Assim, a burocracia é essencial para a constituição do Estado Racional, porque é o espaço onde a regra legal é totalmente garantida como “*un sistema de reglas aplicado judicial y administrativamente según principios verificables y válidos para todos los miembros de toda la comunidad*” (DE LA TORRE, 1992, p. 9).

Portanto, para complementar a compreensão do Estado e a projeção política, deve-se notar o tipo puro proposto por Weber sobre o caráter da burocracia; isto é, governado por leis,

¹⁶ Os trechos entre parênteses não constam do texto original.

normas e “impersonalização”, embora possa ser atravessada pela problemática dos grupos de interesse (possível de ser entendida e ampliada pelo conceito de FSH).

No entanto, apesar de essa aproximação do tipo ideal nos permitir compreender e caracterizar o Estado em sua natureza institucional específica (que é uma contribuição para o debate sobre o Estado e instituições), esta abordagem deve ser complementada por reflexões em duas áreas:

- Um escopo mais amplo da relação entre o Estado e a disputa pelo poder político (que continuaria a ser localizado na esfera doméstica).

- Outra, que também se refere à relação entre o Estado e a esfera do internacional, e especificamente ao aumento de sua conformação, sobrevivência e aumento de poder.

No primeiro caso, é interessante rever a proposta institucional conservador apresentado por Huntington (1996), que analisa o estabelecimento de uma ordem política, é dada apenas depois de um projeto ter “decapitado” os projetos rivais em um duplo movimento: concentração de poder, e estabelecida tal ordem, desconcentração do poder político, onde cada demanda de atores políticos (referidos a seus interesses específicos) pode ser processada pela institucionalidade.

Tema relevante, permite avaliar o quanto há de fato uma ordem política na República Popular da China, e até onde se tem sido capaz de construir uma ordem política dentro dos países da ADS; entretanto, permite indagar se haveria ou não um projeto político nacional, que triunfou sobre os demais, e impôs os campos institucionais onde se processa o processamento das demandas dos diferentes atores.

Sobre o segundo ponto, e seguindo as perspectivas de Tilly (1985) sobre a forma como as guerras exibem um aumento do poder do Estado e sua penetração na sociedade, Miguel Angel Centeno argumenta que, no caso de ALC¹⁷, este processo não foi reproduzido, sobretudo pelas peculiaridades da região, tais como: a) menos conflito armado internacionalmente (em comparação com a Europa), e conflito armado, em particular, tem ocorrido nos processos de concentração de Estado em nível doméstico, e b) devido a uma característica da incapacidade histórica do Estado de aumentar seu poder em relação à

¹⁷ De fato, a caracterização que ele faz da continuidade que existiria como objeto de estudo entre o México e a América do Sul: *“My reasons for doing so were partly driven by geographical reality and partly by the limitations of any scholarly enterprise. Conversations with colleagues have convinced me that Central America represents important exceptions to my arguments. I felt, however, that this region was geopolitically separate, and its inclusion not only would have made the task of this book too daunting, but also would have unnecessarily complicated a narrative already containing significant twists and turns”* (CENTENO, 2002, p. 2).

extração de recursos econômicos via impostos, explicada por antecedentes até mesmo no período colonial (CENTENO, 2002).

Uma vez propostos elementos que contribuam para o debate das configurações particulares, ou esferas de atividade, dentro do método das estruturas históricas, é necessário abordar os elementos teóricos que complementam as três categorias de forças inter-relacionadas e mutuamente influentes (expressas como potenciais em Cox): as *Ideias*, as *Capacidades Materiais* e as *Instituições*; mas aqui delimitadas a partir de uma orientação que contribui para a reflexão sobre a projeção política da China, por um lado, e para as respostas da América do Sul, por outro.

1.4. Elementos para o debate sobre *capacidades de força*

1.4.1. Contribuição para o campo das *ideias*

Nessa área, é necessário discutir em primeiro lugar as contribuições sobre imagens intersubjetivas, como noções que, embora “se mantienen a lo largo de prolongados períodos, están condicionadas históricamente” (COX, 1993, p. 143).

Ideias intersubjetivas, habitus; imagens coletivas e imagens

As ideias intersubjetivas em ambos, “*nociones compartidas con respecto a la naturaleza de las relaciones sociales que tienden a perpetuar tanto hábitos como expectativas de conducta*” (ibid.), estão relacionadas ao conceito de *habitus* de longo prazo socialmente construído em Bourdieu, e isso pode ser visto como

Ese campo nutricao, en tanto principio unificador y generador de todas las prácticas...cuando no como efectos de la “toma de conciencia”[...] sistema de disposiciones inconscientes, que es el producto de la interiorización de las estructuras objetivas...en tanto lugar geométrico de los determinismos objetivos y una determinación del porvenir objetivo y de las esperanzas subjetivas (BOURDIEU, 2006, p, 44).

Assim, dentro deste campo *ideias intersubjetivas* e no campo do *habitus*, é possível compreender como estas informam as práticas que se reproduzem na ação concreta, além de projetos políticos institucionais nacionais e internacionais, e suas retóricas particulares; bem como identificar as ideias de longo prazo presentes na construção da projeção política.

Agora, levando em conta ainda que este tipo de ideias que informam como matrizes de pensamento, “para serem historicamente condicionadas, podem ser estudadas em suas origens,

e também podem sê-lo através de seu estudo, detectar sinais de enfraquecimento de algumas delas” (COX, 1993, p. 143). Então aqui também podemos entender como esse tipo de ideias “enquanto um componente das estruturas sociais (incluindo aquelas que regulam as interações internacionais) seriam socialmente construídas” (SALOMÓN, 2005, p. 40).

Da mesma forma, e porque as *ideias intersubjetivas*, embora tendam a perpetuar hábitos e expectativas comportamentais, não são apresentadas como essência, nem como universais, e podem estar sujeitas ao enfraquecimento. Elas também podem ser, entretanto, reapropriadas e reconstruídas; como proposto pelas abordagens do pós-modernismo (ROSENAU, 1992), uma possibilidade ainda mais evidente dentro do tipo de ideias relacionadas às *imagens coletivas*.

Possibilidade que pode ser entendida na medida em que estas últimas poderiam produzir um choque de imagens coletivas rivais, o que se poderia entender também como competição discursiva; e onde a possibilidade de articulação entre atores, com diferentes imagens coletivas rivais e em discursos específicos, também não é excluída (LACLAU; MOUFFE, 1987).

Por outro lado, e em outro nível de análise no campo das ideias, é pertinente rever as abordagens conceituais do *soft power*, enquanto discurso acadêmico que informa a construção conceitual da PPC, e na medida em que ela foi reconstruída pelas abordagens do *soft power* com características chinesas.

Soft power

O conceito de *soft power* pode ser verificado no trabalho seminal de Joseph Nye (*Soft Power*, 1990),¹⁸ onde o autor afirma que cada vez mais os fatores de tecnologia, educação e crescimento econômico, e até mesmo outros, como as ações de empresas multinacionais, tornaram-se elementos significativos no campo do poder internacional. Da mesma forma, além do campo científico, cultural e ideológico, novas formas de comunicação, mercados financeiros e difusão de tecnologias modernas representam o poder.

Al contrário do *hard power*, o *cooptative power* (com traços cooperativos) ou *soft power* representa a capacidade de um país para estruturar uma situação em que outros países desenvolvam preferências ou definam seus próprios interesses de forma consistente com as preferências do primeiro. Assim o *soft power* facilita a extensão do poder, embora seja capaz

¹⁸ Apresenta-se aqui um resumo e uma tradução livre do texto *Soft Power* (NYE, 1990, p. 153-171).

de permitir que um país com “*get other countries to do what it wants*”; al contrario del “*hard power or command power of ordering others to do what it wants*” (ibid.).

- Assim, o *soft power* seria implantado através da capacidade de implementar a agenda política e determinar o quadro ou debate como suas próprias preferências por “outros”, bem como através dos recursos do poder intangível (aqui dos Estados Unidos) contra outros países, tais como:
- Cultura: como atração cultural que uma sociedade pode exercer, e cultura popular exibida por diferentes canais de comunicação; e indústrias culturais, como cinema, música, etc.
- As instituições internacionais (tão importantes como o poder de comando difícil ou *hard command power*), elemento de poder que, embora não sendo novo, no cenário pós-Guerra Fria é relativamente cada vez mais importante.
- Ideologia (ideais-valores) que complementam as anteriores, por exemplo, os EUA, que são vistos como mais abertos a outras culturas e valores como a democracia e os direitos humanos que contribuem para a influência na arena internacional e em instituições internacionais.

Em resumo, em um trabalho posterior de Nye (2004), o conceito de *soft power* é definido quando:

A country may obtain the outcomes it wants in world politics because other countries – admiring its values, emulating its example, aspiring to its level of prosperity and openness – want to follow it. In this sense, it is also important to set the agenda and attract others in world politics, and not only to force them to change by threatening military force or economic sanctions. This soft power – getting others to want the outcomes you want – co-opts people rather than coerces them. “Soft power rests on the ability to shape the preferences of others.

No entanto, do que foi dito sobre a relevância do *Soft Cooptative Power*, deve-se notar que Nye também reconhece que está no mesmo nível de importância do *hard power*.

Neste ponto, é necessário ressaltar que esta pesquisa refletirá, no próximo capítulo, sobre as principais concepções de *soft power* reconstruídas pelo debate acadêmico na China, e que informam e influenciam tanto o discurso de sua política externa quanto a construção de sua projeção política; concepção que também dialoga com as tradições próprias da longa construção do pensamento chinês.

1.4.2. Contribuições para o campo de capacidades materiais

Tendo em conta que a partir da perspectiva da TC, o conceito de capacidades materiais refere-se sobretudo ao campo da economia, as forças sociais são influenciadas pelos processos de produção dos quais, dentro do poder exibidos na OM, o poder econômico é um dos elementos centrais. Aqui é necessário fazer reflexões que contribuam para a pesquisa.

Primeiro, e dadas as características assimétricas da relação, é necessário rever a dinâmica de intercâmbio econômico e de estrutura econômica na América do Sul, para entender se há uma reprodução das condições relativas a ele no esquema clássico da divisão internacional do trabalho na América Latina “venía a corresponderle, como parte de la periferia del sistema económico mundial, el papel específico de producir alimentos y materias primas para los grandes centros industriales” (PREBISCH, s/d, p. 5). E determinado cenário, entende-se que a relação centro-periferia¹⁹ seria desfavorável para os países que pertencem à segunda, porque eles (dentro do ciclo econômico) sofreriam deterioração dos termos de troca, no longo prazo, o que poderia impactar preços, gerar restrições cambiais e dificuldades estruturais no balanço de pagamentos no longo prazo. A isso, segundo Prebisch, de acordo com Ocampo e Parra (2003, p. 9), deveria somar-se a problemática segundo a qual devido “a las grandes disparidades técnicas y de disponibilidad de capital entre los países del ‘centro’ y de la ‘periferia’, se generan excedentes relativos de mano de obra que se traducen en un deterioro de los salarios relativos de los trabajadores de los países en desarrollo”.²⁰

No entanto, ao contrário do que se afirmou, deve-se notar que em grande parte deste estudo, a presença e consentimento da China mais geraram uma reavaliação temporal de produtos primários, apesar de não superar os problemas estruturais apresentados pelas ideias de Prebisch, colocando desafios adicionais à pesquisa. Mais ainda, quando as manufaturas chinesas e os produtos tecnológicos, orientados para bens de consumo e capital, tendem a aumentar em qualidade e reduzir os preços.

Como segundo ponto, e a partir de outra dimensão, devemos ainda introduzir as reflexões sobre como a economia afeta as relações internacionais entre Estados, mas também dentro da discussão sobre o fator de poder nas relações interestatais.

¹⁹ A hipótese de Prebisch, segundo Ocampo e Parra (2003, p. 8) “apunta a que la presión hacia el deterioro de los precios reales de los productos básicos opera a través de los mercados de factores y, por ende, de los términos de intercambio factoriales y sólo indirectamente, por los efectos en los costos de producción, sobre los términos de intercambio de trueque”. Afeta assim “todos los bienes o servicios producidos en los países en desarrollo, cualesquiera sean sus características o su demanda final” (ibid.).

²⁰ “En la visión de Prebisch (1950) esta asimetría se hacía evidente sobre todo durante las fases descendentes del ciclo económico. Así, los trabajadores de los países del centro no sólo eran capaces de elevar sus ingresos durante las fases de auge, sino también de defenderlos durante las recesiones cíclicas de la economía mundial. En cambio, frente a los excedentes y, por ende, frente al deterioro cíclico pronunciado de los precios de las materias primas, los trabajadores de la periferia eran incapaces de evitar la caída de sus ingresos durante las crisis” (ibid., p. 9).

Por exemplo, contra ações de Estados vizinhos, que podem ser estendidas a outros Estados nas atuais relações econômicas e internacionais;²¹ e na hipótese de ser ameaçado (desdobramento do poder concreto), uma das formas de ação dos Estados são as respostas defensivas:

The defensive response however, has also been important. No contemporary analysis of state behavior in international relations would be complete that did not recognize this and try to account for it. It follows logically that as governments tend to increase their concern with domestic welfare, including economic welfare, they will have to devise and to adopt new defensive weapons to protect this welfare should it be threatened or jeopardized from outside (STRANGE, 1970, p. 306).

Tal concepção deve ser considerada em relação às propostas políticas da China e de alguns Estados sul-americanos orientadas por projetos políticos neodesenvolvimentistas e neonacional-populares, mas também pela compreensão da busca de articulação estratégica da China na região. Por outro lado, e outrora, numa abordagem dos elementos teóricos que complementam a inter-relação entre *Ideias, Capacidades materiais e Instituições*, é necessário rever o tema da Globalização e, posteriormente, o fator Geopolítico.

1.5. Contribuições para a compreensão da ordem mundial contemporânea: a globalização

Considerando que na atual configuração da (des)ordem, o problema da *globalização* é apresentado como a construção de um discurso que projeta, configura e estrutura as relações e a hierarquia nas relações internacionais, deve-se notar que ela será entendida a partir das considerações que se seguem.

Historicamente, estamos na terceira fase do capitalismo. De acordo com Cox (1993) e na sequência da análise do desenvolvimento do capitalismo desde a Revolução Industrial²² até a primeira metade do século XX, apresentado na obra *A Grande Transformação de Polanyi*, o capitalismo experimentou um duplo movimento:

- No primeiro, “*el Estado fue vaciado de la actividad económica substantiva,*²³ *el mercado asumió su autorregulación y su automaticidad, a través de la instrumentalidad de la mano invisible que fue asumida como promotora del bien general*” (ibid., p. 4).

²¹ No contexto de globalização financeira e financiarização econômica, mas onde também *há bandeiras*.

²² Cox se refere a *The Great Transformation*, publicado pela primeira vez em 1944 por Farrar & Rinehart.

²³ Ao contrário da “*economía formal, en su búsqueda de reglas universalmente válidas, sigue una lógica sincrónica*”, a “*economía sustantiva orienta el pensamiento con una dimensión histórica diacrónica*” que faz referência aos “*procesos económicos incrustados en sociedades históricas específicas -o cómo estas sociedades se organizaron para satisfacer sus necesidades materiales. Hay, por supuesto, una diversidad de economías sustantivas*” (COX, 1993, p. 4).

- Enquanto o segundo, que coincide com a caracterização que Hobsbawm (2003) faz da “idade de ouro do capitalismo”, teria sido dado como:

Respuesta de la sociedad a las consecuencias socialmente destructivas (así se relegitimó al Estado como regulador de la economía y garante de una cantidad mínima de equidad social (...)) [así mismo] políticos conservadores como Bismarck y Disraeli, que entendieron que el Estado requería de una fuerte base social, iniciaron esta segunda fase, la cual fue continuada por la acción de movimientos de trabajadores y socialistas que culminaron en el estado de bienestar y la idea de democracia social (COX, 1993, p. 4).

Polanyi, por não ter vivido a crise da segunda fase desse duplo movimento, tampouco “pudo observar la tercera fase, la cual puede ser rastreada a finales de la década de 1960 y principios de la de 1970, cuando el patrón de la regulación parecería haber alcanzado sus límites en la estanflación y la crisis fiscal” (ibid., p. 5).

Agora, enquanto Cox afirma que “retrospectivamente la crisis aparece como consecuencia de la transición de una economía internacional a una economía global”, significando que, na primeira, “los Estados retienen una considerable capacidad de control sobre sus economías nacionales y pueden regular sus relaciones con la economía mundial externa”²⁴. Da mesma forma, ele aponta que “en la emergente economía global, la capacidad autónoma de los Estados se ha reducido, aunque en mayor medida para unos más que para otros. Los Estados son reducidos al rol de ajustar las economías nacionales a las dinámicas de una economía global desregulada” (ibid.).

Assim, a terceira fase representa o retorno “al primer movimiento descrito por Polanyi, pero ahora a escala global en lugar de a nivel nacional” (ibid.). Da mesma forma, pode-se notar que, após a crise do segundo movimento e no contexto da emergência da economia global, também testemunhou-se o processo de construção do padrão dólar flexível, desde a retomada da hegemonia dos EUA (TAVARES, 1985), que durante as próximas décadas, em meio a conflitos, contradições e crises vem consolidando sua direção no Sistema Financeiro Internacional (SFI).

Tal poder de comando, até o final da Guerra Fria, ou melhor dizendo, da *Paz Fria* (HOBSBAWM, 2003), tentou gerar uma unipolaridade multidimensional no início de 1990, permitindo monopolizar o significado do conceito de *globalização* que, como projeto “homogeneizante” em nível econômico, político, cultural e ideológico, se apresenta como um

²⁴ Assim: “Las instituciones de Bretton Woods fueron concebidas como un medio para lograr la cooperación entre los estados para llevar a cabo esta función reguladora” (ibid.).

destino universal, no qual o significado atribuído à *globalização* é novamente legitimado pela apresentação de interesses privados como universais.

Embora, devido a disputas no campo da geração de sentidos (e de significados do curso) sobre os termos e práticas da globalização, não seja possível falar de um único tipo de globalização, é pertinente observar e caracterizar a centralidade do significado “vencedor”:

Las características de la centralidad de la globalización incluyen la internacionalización de la producción, la nueva internacionalización del trabajo, nuevos movimientos migratorios del Sur hacia el Norte, el nuevo ambiente competitivo que acelera ese proceso, y la internacionalización del Estado... convirtiendo a los Estados en agencias de la globalización mundial (COX, 1993, p. 5).

Trata-se de características que, naturalmente, incluem um tipo específico de articulação que afeta o relacionamento – capacidades materiais – ideias, imagens e representações, tanto internamente quanto na correlação de forças na arena internacional. Ao mesmo tempo, o fazem no relacionamento Estados-forças sociais e OM, embora além do impacto de uma maneira concreta, apresente um discurso que tem pelo menos um duplo movimento ao nível da ideologia:

- Por um lado, visa separar a esfera do Estado (política) da do “mercado” (economia), e paralelamente reduz a intermediação da primeira em favor da segunda.

- Por outro, ele é apresentado como um destino “universalizante”, defende a homogeneização de práticas na política (nos estados e suas instituições) e na economia (vista quase exclusivamente a partir do mercado) em todos os CES. Da mesma forma, o faz na esfera da cultura, embora, como ideologia, sugerisse “o encontro” entre diferentes culturas mundiais – com base no *exotismo* e no aparente respeito pela diversidade.

É um ocultamento que não reconhece a influência e o impacto mútuos da esfera da cultura – como construção, não como essência – frente às esferas da política e da economia. Especialmente quando, também no campo da cultura, como na geração de significados, ideias, imagens e representações, e apropriação e reconstrução de significados, há recursos acumulados e assimetrias no campo da concorrência nas relações de poder global.

Da mesma forma, deve-se reconhecer que “o Ocidente”, por todos os itens acima, gerou percepções autorreferenciais sobre como explicar a projeção chinesa e sua implantação em face da *globalização*.

Agora, além do acima exposto, reconhece-se que o Estado chinês tem uma materialidade (instituições e burocracia) que é informada por ideias, imagens e representações de longo prazo, sem esquecer a perspectiva dialética tradicional chinesa e a do marxismo –

que permitem o diálogo entre a enorme bagagem do pensamento chinês e as perspectivas teóricas e políticas “ocidentais”. Surge aqui a necessidade de rever, no próximo capítulo, os elementos que informam e conformam a PPC em relação aos elementos históricos e estruturais indicados. No entanto, antes deste exercício, outros elementos teóricos que permitem entender a relação entre os interesses do Estado-poder na construção do PCP são analisados.

1.6. Geografia política e geopolítica: Estado e poder

A fim de iniciar uma reflexão sobre a relação entre segurança e interesses dos Estados, que permitirá contribuir para a compreensão da PPC, é necessário fazer uma abordagem geral sobre as propostas conceituais da Geopolítica. O tema é relevante não só para a discussão sobre o poder do Estado, mas também sobre aspectos como recursos acumulados de riqueza (recursos estratégicos). São elementos de interesse para a China como ator na região ADS, para os próprios países sul-americanos, mas também para a grande potência mundial, os EUA.

Assim, dentro das discussões teóricas relevantes, é inevitável mencionar Ratzel e sua obra *Geografia Política*, de 1897, como *Geografia do Estado*, onde, de acordo com Costa (1992, p. 33), o Estado é definido em sua dimensão de organismo territorial:

O Estado, como forma de vida, tenderia a comportar-se (por analogia) segundo as leis que regem os seres vivos na terra, isto, é nascer, avançar, recuar, estabelecer relações, declinar, etc. Os estados dependem de determinadas condições naturais, tais como a forma de relevo, as condições de circulação marítima e fluvial, etc., baseada na evidência empírica de que “os grandes Estados” desenvolveram-se sobre essas bases.

Estado que aqui não é necessariamente observado a partir de uma visão determinista,²⁵ enquanto se concebe apenas que “o desenvolvimento estatal de uma nação ou de um povo dependerá antes de tudo da sua capacidade em transformar essa potencialidade em algo efetivo” (ibid.). Reconhecem-se, então, a conformação histórica do Estado e as possibilidades de sua transformação, ainda mais quando este também é encarado como superfície terrestre, como fração da humanidade ou do trabalho humano (perspectiva compartilhada do *Realismo e a TC*). O Estado, no seu papel político e geográfico, teria aqui o potencial para ser “um organismo espiritual e moral, que como agente articulador genere o ideal nacional e a política nacional que mais que a raça e a lingua comuns, expresse un território comum” (ibid., p. 34).

²⁵ O mesmo Ratzel (1990, p. 54) propõe que crer “que o ‘homem é produto do ambiente’ é obscura e exagerada”.

Assim, o Estado precisa articular os temas de segurança externa e interna, já que “uma política estatal correta evita que as dissensões no interior da sociedade se transformem em conflitos geografizados” (ibid., p. 35).

Em outros processos constitutivos dos Estados, “não bastam laços comuns (culturais, linguísticos), também [...] é preciso que incorporem a suas lutas a dimensão territorial [...] assim os Estados podem formular e executar políticas gerais e políticas territoriais” (ibid.). Por isso, não basta unicamente fortalecer a dimensão política, tampouco apenas a territorial, porque “mais importante que extensão é a articulação e a coesão do espaço político ou organismo estatal-territorial” (ibid., p. 38-39).

Para Ratzel, em artigo posterior (“O solo, a sociedade e o Estado”), o território expressa as forças políticas de um Estado e um povo, tanto que “quando um povo reduz seu território, é, de uma maneira geral o começo de fim” (RATZEL, 1983). Também é necessário estabelecer “a relação crescimento da população – necessidades de subsistência”, o que reforça a visão da “a necessidade de contar com um espaço vital a partir da perspectiva do território” (COSTA, 1992, p. 40-41). É um elemento a se considerar para avaliar a realidade chinesa e sua potencial projeção para outras regiões.

Da mesma forma, o autor aponta os fatores geográficos de espaço (*Raum*) e posição (*Lage*), sendo que “o primeiro é o estudo do tamanho, a forma, o terreno e o clima da área ocupada pelo Estado; e o segundo refere-se às relações recíprocas entre o espaço do Estado e o meio ambiente” (MELLO, 1997, p. 8). Então, posição é o conceito

(que) articula alrededor de dos ideas: En sentido amplio, la posición es entendida como “vínculo permanente con el suelo”, “la pertenencia a una cierta porción de superficie terrestre” (Politische Geographie), a partir de lo cual es posible deducir una posición natural («localización» geográfica en latitud y longitud) y una posición política (pertenencia política de tal porción de tierra correspondiente a tal posición natural). En sentido estricto, la posición es entendida como “vecindad política” (Ibid.), es decir, comprendiendo el conjunto de las relaciones de influencia y de poder entre los Estados que pueden ser derivados de su posición geográfica respectiva (SIMÕES, s/p).

Além disso, também podemos apontar, além dos “fatores geográficos de espaço e posição / situação relativa, como fundamentais para a estratégia e geopolítica de um Estado”.²⁶

Ao contrário do anterior, e a partir de uma visão que minimiza a articulação geografia-política, Kjellén²⁷ sugere, de forma essencialista, que inevitavelmente: “os Estados vigorosos e

²⁶ Raphael Padula, fevereiro de 2018.

²⁷ Cujá “fama deve-se praticamente ao fato de ter cunhado o termo ‘geopolítica’ para expressar suas concepções sobre as relações entre o Estado e o território” (COSTA, 1992, p. 56).

cheios de vida temem o imperativo de expandir seu espaço, a través de colonização, amalgamação ou conquista” (COSTA, 1992, p. 56-57). É algo que poderia ser contrastado com a projeção chinesa, para comprovar ou descartar tal imperativo nas necessidades vitais da China, tais como aquelas relacionadas à segurança alimentar.

Por outro lado, como visto nesse autor, há aqui um ponto de vista sobre algumas questões ligadas às perspectivas da escola realista, mas que também esvazia a abordagem tradicional de seu corte histórico. Não obstante, um elemento relevante para se compreender as necessidades dos projetos políticos para os Estados da América do Sul, que adotam uma matriz desenvolvimentista, ou pelo menos tentam gerar maior autonomia, é a de Autarquia. Desta forma, segundo Kjellen (1975, p. 56-57):

El sistema económico ideal no debe buscarse en ningún extremo, sino en un justo término medio. La solución del problema económico general, el equilibrio entre el super-desarrollo y el desarrollo, colonial, se llama autarquía. Busca satisfacer las más importantes necesidades del país dentro de su propio territorio; concibe una producción y un consumo perfectamente engranados que, si fuera necesario, pueda existir por sí mismo completamente aislado [...]. La autarquía, por lo tanto, no es más que la individualidad económica del Estado, del mismo modo que su territorio físico es su individualidad geográfica, y su nacionalidad su individualidad étnica.

Entretanto, numa perspectiva que articula geopolítica e segurança, do ponto de vista das grandes potências: em primeiro lugar, Alfred T. Mahan deve ser considerado (“quem se tornou a bíblia dos defensores do destino do manifesto estadunidense e dos partidários da política de expansão do poderio naval norte-americano”) (MELLO, 1999, p. 15). Na visão desse autor, os Estados Unidos, “como Ilha-Continente, deveriam assegurar uma incontestável hegemonia no continente americano, conter o expansionismo japonês no Extremo Oriente, e, a médio prazo, arrebatar da Inglaterra a supremacia marítima mundial” (ibid., p. 15-16).

Mahan apresenta sua concepção de poder marítimo no seguinte parágrafo:

Nestes três elementos- produção, com a necessidade de troca entre os produtos; navegação, a través da qual esta troca é realizada; e as colônias, as quais facilitam e alargam as operações de navegação e tendem a protegê-las através da multiplicação de pontos de apoio – encontra-se a chave para boa parte da história (bem como política as nações marítimas (apud COSTA, 1992, p. 72).

Considera-se ainda a existência de estreita relação entre interesses comerciais e poder naval de natureza militar – onde o último poderia conter e derrotar os poderes terrestres. Relacionamento para o qual o elemento de recursos estratégicos é devido, como um fator fundamental que permite o fortalecimento material da referida potência naval.

Agora, a partir dessa perspectiva, o que na realidade significava o domínio dos mares por Inglaterra e EUA, que teria gerado uma autocontenção do desenvolvimento da China sobre os interesses navais²⁸ e uma centralização de seu comércio no de tipo terrestre.²⁹ No entanto, em termos atuais e por causa da projeção comercial do tipo *marine* (incluída na abordagem da iniciativa *One Belt-One Road*, e em seu recente interesse na construção de articulação bioceânica com a ADS), poderia haver uma mudança nesse padrão, elemento que deve ser considerado na pesquisa.

Mackinder (que irá influenciar autores sul-americanos relevantes, tais como Mario Travassos e seu *hearthland* sul-americano) propôs, no entanto, em sua Teoria do Poder Terrestre (1904), “*a existência secular entre dois grandes poderes antagônicos que se confrontavam pela conquista da supremacia mundial: o poder terrestre e o poder marítimo*” (MELLO, 1999, p. 12). Prevaleceria a primeira (MACKINDER, 1904).

De sua visão continentalista, também “relativizou a centralidade histórico-geográfica europeia (Europa deslocada do centro para oeste do planisferio [...] Europa tornou-se parte integrante de um sistema político fechado de âmbito mundial, e sua história foi subordinada à história asiática” (MELLO, 1999, p. 14).

Desde a concepção de *Pivot Area*, em 1904, e com conceitos como *Crescente Interno* ou *Marginal* e *Crescente Externo*, Mackinder considerava (no caso euroasiático, especialmente russo) que “o poder terrestre poderia canalizar parte de seus vastos recursos para o desenvolvimento de um poder marítimo [...] e que esse poder anfíbio poderia ultrapassar o poder marítimo britânico” (ibid., p. 17-18).

Tal conceito foi posteriormente renomeado e redimensionado, em 1919, sob o conceito de *Hearthland*, o qual o levou justamente a considerar que: “*Who rules East Europe commands the Heartland: Who rules the Heartland commands the World-Island: Who rules the World-Island commands the World*” (MACKINDER, 1996).

Apesar de esse autor ter mencionado a possibilidade de expansão terrestre da China às custas da Rússia (cada vez menos provável), aqui novamente nos encontramos com o cenário de uma potência emergente que, embora não mostre interesse em expansão territorial, tem a potencialidade para desenvolver um poder anfíbio. Trata-se de assunto interessante a ser

²⁸ Autocontenção que também tem antecedentes históricos: do século XV, e a última exploração do almirante Cheng Ho em 1433 (KENNEDY, 1990).

²⁹ Assunto que antes da ascensão da China como poder emergente, ainda poderia ser observado diretamente. Por exemplo, haveria três prioridades desde que a China começou a importar petróleo no início dos anos 1990: “*first, to diversify the country’s sources of imported energy; second, to rely as much as possible on suppliers with overland, not maritime, connections to China; and third, to entrust the procurement of foreign energy supplies to state controlled firms*” (KLARE, 2008, p. 77).

novamente analisado dentro dos interesses da PPC, pelo menos na questão de se assegurar recursos estratégicos e troca comercial, por via naval, com a ADS.

Retomando a discussão entre pensamento geopolítico e implicações sobre recursos estratégicos, podemos apontar que o geopolítico Spykman, influenciado pelas concepções de Mackinder sobre o mundo como um espaço politicamente fechado, propõe o fim do isolacionismo norte-americano. Então, esse autor “fundamentava-se numa concepção de geopolítica abrangente das relações de poder que se desenvolviam em escala mundial, (pelo que) os EUA não poderiam manter-se apartados sem graves consequências para sua segurança territorial e seus interesses territoriais” (MELLO, 1999, p. 98).

Assim, uma perspectiva favorável é criada para o intervencionismo, no qual os EUA vão se assumir como um poder. É um tema relevante para nossa região da ADS, porque Spykman a considera uma das cinco principais ilhas continentais, mas que em última análise deve ser realizada com base nas necessidades geopolíticas dos Estados Unidos através de “o grande espaço intercontinental (pan-região) que se estende do Alasca até a Patagônia e do Atlântico a Pacífico “(ibid.). Daí seu estudo “Estados Unidos Frente al Mundo”, no qual faz (especialmente na Parte Dois: A batalha para a América do Sul) uma análise detalhada dos fatores étnico-raciais, geográficos, políticos, culturais, de integração econômica, institucional, militar, mineral, agropecuário, etc., e que fortalecem a projeção norte-americana de poder sobre a ADS (SPYKMAN, 1944).

ADS, além desses recursos, deveria ser atraída, através de vários meios, especialmente sua sub-região mais desenvolvida – o chamado ABC (Argentina, Brasil e Chile), para a influência norte-americana, de modo a evitar uma articulação da região com a Alemanha do Terceiro Reich (SPYKMAN, 1975).

Tudo isto é um contexto em que os Recursos Naturais, especialmente estratégicos – que no caso da ADS ainda são abundantes – estão precisamente num cenário de competição entre grandes potências, porque “[t]he planet’s natural stocks of many vital resources are shrinking, endowing the relatively few untapped reservoirs that remain with vast geopolitical significance” (KLARE, 2008, p. 59).

No mesmo sentido, e tendo em conta a geografia da ADS, podemos fazer uma abordagem à suas particularidades que incluem recursos, localização e posição. Desta forma Moncayo (2016, p. 19) observa que, para o mesmo Klare, na “*por geopolítica o competencia geopolítica, también se podrá entender (o puede significar) la contienda entre grandes poderes y aspirantes a ser grandes poderes por controlar territorios, recursos y posiciones*

geográficas importantes, tales como puertos, canales, sistemas de ríos, oasis, y otras fuentes de riqueza e influencia”.

Mas enquanto os recursos são uma questão importante para entender a importância geopolítica da região, também o é sua posição em relação aos fatores económicos estratégicos fundamentais para manter a vantagem ou o crescimento geopolítico e geoeconômico das grandes potências, como observa Padula (2013).

Apresenta uma geografia estratégica, por sua posição geográfica e pelo seu espaço territorial continental e marítimo, dotado de significativos recursos escassos e/ou estratégicos para o desenvolvimento de importantes indústrias, inclusive para a indústria militar. Nesse sentido, podemos dividir a região em subregiões, de acordo com suas características geográficas, cujas condições geográficas levam a implicações de ordem política: o Atlântico Sul, a Bacia do Prata, a Bacia Amazônica e o litoral Pacífico (isolado pelas cordilheiras). São áreas que despertam interesses geoeconômicos e geopolíticos de potências de fora da região (p. 33).

No entanto, além de coincidir com a análise anteriormente proposta, deve-se notar que a pesquisa não pressupõe que os interesses de todos os países sejam processados da mesma forma, mesmo fazendo parte da esfera estratégica para sua própria projeção. Então, uma vez revisadas algumas perspectivas geopolíticas, é necessário realizar reflexões que condensem o debate na perspectiva a partir da qual se entenderá a PPC na região.

Reflexões finais do capítulo

Como resultado da abordagem teórica proposta, esta pesquisa compreenderá a PPC como resultado da interação e influência mútua entre: a) os interesses em fortalecer as capacidades materiais da própria China e sua ascensão global; b) o alcance das ideias que informam sua própria projeção e as que se desdobram em sua relação concreta com os países da região; c) a implementação das capacidades materiais concretas na relação bilateral; d) a dinâmica relacionada ao campo das instituições; e e) o contexto: cenário da ordem mundial histórica concreta. Isso também leva em conta a análise de longo prazo para entender os elementos que a compõem.

Tudo isso com o objetivo de analisar o tipo de implantação da RPC na região e seu contraste com o conceito de hegemonia aqui definido.

Finalmente, deve-se notar que, nesta pesquisa, a hegemonia será entendida através da aproximação e delimitação da TC; que, considerando ainda que discute o poder e incorpora dialeticamente alguns elementos do realismo, permite compreender que a acumulação de

estrutura de forças, capacidades materiais, também pode ser analisada sob concepções relacionadas a processos de geração de riqueza-poder ou de. acumulação de poder.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO DA PROJEÇÃO POLÍTICA CHINESA: MATRIZES QUE INFORMAM E ELEMENTOS QUE A CONFORMAM

Neste capítulo analisamos e interpretamos as matrizes que informam os princípios da Projeção Política e as diretrizes estratégicas da RPC. Para entender tal projeção, é realizado um estudo do Estado chinês, no qual se analisam os antecedentes histórico-culturais que informam sua construção no longo prazo e com uma perspectiva arqueológica.³⁰

E não é possível entender a projeção política chinesa sem os elementos filosóficos ou ideias intersubjetivas de muito longo prazo que coexistem na China contemporânea e que tanto como *ideias intersubjetivas*, ou *habitus* socialmente construído e de muito longo prazo, permitem falar de concepções "naturalizadas" no dia a dia dos indivíduos, da sociedade e do Estado-Civilização chinês.

Assim, deve-se notar que, desde a fundação da República Popular da China, o país não pode ser entendido sem se compreender o papel da centralidade e do tipo de direção do PCC. A China é um partido-Estado, enquanto a institucionalidade é liderada pelo partido, que gerencia as capacidades materiais, também constrói sentidos, se apropria, constrói e reconstrói significados, e opera no campo das ideias.³¹ Ao mesmo tempo que esse campo de ideias junto com o aumento do poder das capacidades materiais legitima a administração institucional, a cargo do partido, e mesmo na prática – apesar das reformas introduzidas desde 2002³² –, ele mantém a legitimidade de ser o guardião do último recurso do sistema jurídico.

É preciso reconhecer, adicionalmente, que a China não é apenas um Estado-nação, mas também um Estado-Civilização. Um Estado cuja materialidade (instituições e burocracia) é informada por *ideias, imagens e representações* de longo prazo, para não mencionar a perspectiva dialética tradicional chinesa e do marxismo, que permitem que o diálogo entre a enorme bagagem do pensamento chinês e perspectivas teóricas e políticas “ocidentais”.

³⁰ A qual, segundo Braudel (1978), “*necessita de vastos espaços cronológicos*”, permite superar a história de curto prazo, através da qual se poderia “*compreender o papel eminente da história das instituições, das religiões, das civilizações*” (p. 47).

³¹ Prova disso é a existência de um grupo de trabalho na Escola Central da PCC “*encargado de elaborar las expresiones adecuadas (conceptos) para describir el futuro desarrollo después de la primera fase del partido*”. Hoje estaría ainda “*en lo que se concibe como fase concreta inicial de la teoría del socialismo actual [...] Anteriormente, con Mao, se hablaba de un objetivo concreto: el comunismo. Si bien, los principios y direcciones no han cambiado, las expresiones bajo la teoría actual del socialismo propone fases concretas: por ejemplo, ahora estamos en la inicial: 2000-2020 (objetivo en 1978: deshacerse de la pobreza; 80’s: comida y alojamiento; 2000, fase inicial de la sociedad modestamente acomodada; 2020: consolidación de ésta*” (MRH, Notas de campo, China 20-30 março 2017).

³² Notas de campo, revisão de notícia e editoriais recorrentes no *China Daily*, dezembro 2002.

Dialética que na matriz confucionista não significa contradição entre tese e antítese, mas sim harmonização que resulta em “co-tese”

La dialéctica china entiende la meta relación de yin y yang como fundamentalmente armoniosa, la interacción entre yin y yang es el proceso de armonización, y la armonía se logra a través del Zhongyong o «vía mutuamente inclusiva» [...]. No se trata, por consiguiente, de opuestos enfrentados, sino de opuestos armoniosos. No se trata de tesis y antítesis, sino de co-tesis, o de yin y yang, que crean nuevas síntesis a lo largo del proceso de armonización (QIN, 2013, p. 9).

Por outro lado, "Ocidente", em um contexto de globalização e da presunção da existência universal de conformações de Estados como Estados-nação, há limites para compreender outras matrizes civilizatórias que, como no caso da China, são longos e, aparentemente, sem as rupturas e descontinuidades ocorridas no Ocidente (FIORI, 2014), mesmo sem os desaparecimentos ou “extinções”, como no caso de outras grandes civilizações. Tudo isso leva a gerar, no Ocidente, percepções autorreferenciais sobre como explicar a projeção chinesa e sua implantação diante das áreas de interesses estratégicos imediatos (campo de segurança e defesa) e contra regiões exteriores a elas, como no caso da América do Sul.

Então, quando falamos da China como um Estado-Civilização, nos referimos a dois elementos que podem ser tratados como “distintos, mas que não seriam equivalentes” (COX, 1995, p. 11), pelo menos no Ocidente: por um lado, os Estados “caracterizados por território e estruturas de autoridade” (ibid.); e por outro, civilização.

As civilizações incluem duas dimensões referidas: “a correspondência entre as condições materiais de existência e os significados intersubjetivos” (COX, 2002, p. 4), – o primeiro relacionado às capacidades materiais, e o segundo assumindo que:

Las civilizaciones son modos de ser, modos de comprender el mundo, modos de actuar a partir de esa comprensión. Conforman las percepciones de las personas y, como consecuencia, cómo reaccionar ante los hechos. Existen en el ámbito de la intersubjetividad –aquellas ideas compartidas que constituyen el sentido de la realidad para grupos grandes de personas, lo que piensan como si fuera el orden natural de las cosas (COX, 1995, p. 11).

Embora de outras perspectivas, a civilização seja “la representa como una esencia fija o espíritu”, na definição proposta por Cox (ibid.), seria mais rigoroso falar desta como: “el resultado de la acción colectiva humana, una amalgama de fuerzas sociales e ideas que

poseen una cierta coherencia pero que está en continuo cambio y desarrollo, en respuesta a los desafíos (que se le presentan) tanto desde dentro como desde fuera”³³.

Isso nos permite entender que a China contemporânea e o partido que a administra são informados, mas também interagem com:

- As ideias intersubjetivas presentes em sua construção civilizatória de longo prazo; e também interagem de maneira dialética – parte da tradição do pensamento chinês tradicional – com outras ideias intersubjetivas de outras culturas e civilizações, e

- “*As imagens coletivas de uma ordem social mantida por diferentes grupos de pessoas*” (COX, 1993, p. 158), onde existe também a possibilidade de um choque de imagens coletivas rivais; e nesse campo se manifesta na competição política em escala não apenas interna, mas também internacionalmente.

Na primeira questão, podemos salientar que tanto a RPC como a PPC são informadas pelo pensamento tradicional, tanto de Confúcio, como de perspectivas estratégicas tradicionais de longo prazo,³⁴ onde também sobrevive uma centralidade do pensamento confuciano que impacta tanto na ética como na “etiqueta” (*ritualidad, lǐ, 禮*) e na área dos recursos administrativos que, através de testes educacionais e de aptidão, têm perdurado na longa construção do Estado, instituições e burocracia.

Tal centralidade excede as interpretações que apresentam o confucionismo como um elemento instrumentalizado pelo discurso do PCC, especialmente quando o primeiro, como dimensão central da matriz civilizatória chinesa também informa aos membros do CESC e aos próprios integrantes do partido encarregados de gerar pensamento teórico e conceitual. Enfrentamos então um conjunto duplo de influência dialética e complexa, onde também o pensamento confucionista é alimentado por interpretações e reconstruções por parte das instâncias de geração de *sentidos* / significados do PCC – e, claro, do restante de seus membros e da sociedade chinesa.³⁵

³³ Adicionalmente Cox (1995, p. 13) aponta que Fernand Braudel (1994), em seu estudo sobre as civilizações, escreveu: “*la historia de las civilizaciones [...] es la historia de préstamos mutuos continuos a lo largo de los siglos, a pesar de que cada civilización ha mantenido su propia naturaleza original*”.

³⁴ Embora existam outras influências no pensamento da sociedad chinesa, tal como descrevem alguns autores, que observam que “*el confucianismo y el daoísmo juntos conforman a la persona [china], e implican un testimonio de la civilización y de los valores y objetivos de la vida social liberados de la sociedad y las preocupaciones sociales (Levenson, 1968, p. 44). Con la introducción del budismo en China en el siglo III, a pesar de su tensión inicial con el daoísmo, ambos se mezclaron dentro de la religión china popular (Wright, 1971)*” (MOHAMMADI, 2011, p. 310).

³⁵ Jogo complexo, no qual se expresam os limites explicativos referentes a se é o agente que transforma a estrutura, ou se esta é que impõe limites à ação do agente – dilema presente nas explicações construtivistas e nas pós-estruturalistas de corte crítico.

2.1. Matriz confucionista: do indivíduo às relações internacionais

Como um ponto introdutório, devemos assinalar que mais de 2.568 anos após seu nascimento, Confúcio, nem a China, no cenário político da época, viveram em um sistema interestatal, ou um que pudesse ser comparável a um sistema internacional; e menos ainda sob o conceito de soberania empregado pelo conceito *wesfeliano* (QIN, 2009).

Não obstante, a vigência do pensamento confucionista na matriz civilizatória, influi não só na construção do Estado chinês contemporâneo, seus decisores, mas também em seus teóricos das RI. Assim, tentando apontar brevemente uma microsociologia desses atores (DO, 2014), pode-se notar que, apesar das diferenças entre as abordagens e resultados de vários autores contemporâneos reconhecidos no meio acadêmico chinês, como Qin Yaqing, ou Yan Xuetong, as percepções – mas talvez a necessidade de reconstruir elementos cognitivos – do mundo confucionista como uma matriz de longo prazo para a interpretação do mundo contemporâneo ainda estão presentes; e mesmo a uma distância de 2.000 anos, elas são resgatadas como relevantes para o exercício acadêmico abrangente das RI.

Por exemplo, segundo Do (2014), Yan, um acadêmico considerado parte fundamental da segunda escola política de SPC (QIN, 2009), e também um teórico do “realismo moral”, apesar de ser formado no estrangeiro:

Provides a simple and straightforward explanation for his attempt to theorize ‘ancient Chinese thought’: ‘because I’m Chinese, my Western cultural background is lacking. It is difficult for me to understand that culture, because I did not grow up with it. But I’m familiar with the Chinese culture: I know international politics today are very different than two thousand years ago, but I also find some similarities between now and then (DO, 2014, p. 2).

É que, esse mundo de dois mil anos atrás, e ainda mais no tempo de Confúcio, não deve ser entendido sob o contexto de Estados nacionais como eles são concebidos na modernidade. Mas mesmo assim, o pensamento confuciano pode estar relacionado às reflexões das RI – tanto em termos de ação concreta como em sua dimensão de disciplina acadêmica –, na medida em que a visão confucionista da natureza das RI deriva de sua concepção do indivíduo virtuoso (DOUPE, 2003, p. 2).

2.1.1 Matriz confucionista, sociedade harmoniosa

Pelo fato de existir uma continuidade entre o indivíduo, a sociedade e o Estado, e que isso se estenderia ao relacionamento com outros países, dentro da matriz confucionista (apesar da ausência da noção de soberania *postwefeliana*), é necessário entender alguns elementos básicos do pensamento confucionista tradicional, para depois descrever mais amplamente a relação e a continuidade entre a individualidade e a sociedade.

Assim, como primeira abordagem, podemos nos referir aos seguintes princípios:

Jen (o rén, 仁, benevolence and humanity), Li (lǐ, 礼: propriety, rites and structure), Yi (yì, 义, sometimes “I”: faithfulness, righteousness, and justice), Zhongyong (zhōngyōng, 中庸: the mean or the opposite of extremism³⁶, also as loyalty and consideration); and He Xie (héxié, 和谐, harmony, or harmony chain (DONG; DAY, 2004, p. 105).³⁷

Aqui podemos encontrar uma aproximação à ideia de indivíduo, ser, eu (*self*), quando nos referimos a 仁, porque:

According to Confucius, “the man of Jen is a perfect man, a man of the golden rule, for wishing to establish his own character, also establishes the character of others, and wishing to be prominent himself, he also helps others be prominent” (Chan, 1963, p. 16). Confucius said that individuals should restrain themselves, directing their behaviors to meet the needs of the social norm and social structure. The concept of Jen is the core value in Chinese philosophy. The concept... focuses on sincerity and benevolence (Oliver, 1971). Jen suggests the unity of man and nature (ibid.).

Como observado, podemos deduzir que, para a matriz confucionista, a ordem pode ser entendida como um conceito específico baseado na harmonia social. Nesse sentido, se interpretarmos essas relações a partir de conceitos modernos, poderíamos definir a ordem política ideal “entre linhas” como: uma ordem social harmoniosa.

Agora, a harmonia (*Hé*, 和), base fundamental da matriz confucionista, e que pode ser implantada do indivíduo para as RI, é um conceito altamente complexo. Portanto, como primeira referência, podemos apontar para a seguinte abordagem:

The Yi Jing (The book of change) develops the notion of “grand harmony” (tai he). It is the concept that the entire universe constitutes a great harmony. (this) is the most important ideal in the Yi Jing. The world is full of different things, yet all these things harmonize as they go through incessant changes. The ‘Yi Jing’ is considered

³⁶ Também escrito como “*chung-shu*”; entendido como lealdade e consideração.

³⁷ A citação original não contém os caracteres, nem a escrita em alfabeto latino com entonações (*pinyin*).

the primary text among all Confucian texts. The notion of 'grand harmony' sets the stage for all other Confucian ideals, social as well as individual (LI, 2008, p. 425).

Adicionalmente, *Hé* 和 também pode ser complementado com os conceitos de equilíbrio e balanço. *Hé* também se relaciona com o indivíduo, com a relação entre homem e natureza, com a relação entre os homens e com a sociedade. Da mesma forma, a partir da matriz confucionista, entende-se que o indivíduo (ou *self*) só pode existir dentro de uma ordem de princípios e valores, fortemente interligada com a sociedade como um todo. Estaríamos falando, então, “de uma relação de relações, uma meta-relação” (QIN, 2013, p. 11), que faz parte do *continuum* da dialética presente no confucionismo.

Perspectivas confucionistas sobre a relação entre individualidade e sociedade

Para entender o indivíduo e a individualidade, e a sociedade dentro do pensamento confucionista tradicional, é necessário primeiro refletir sobre alguns conceitos:

Individualidade: relacionada ao conceito de *self* (entendido como *ser / eu*), mas também ao valor da **autenticidade**. Neste nível, a individualidade é guiada pela figura de *Jūnzǐ* 君子 (cavalheiro ou nobre, ou mais bem definido como uma pessoa autêntica):

Authenticity involves realization of one's own ethical substance and value. Discussions in The Analects emphasize that an authentic person exists as a self-conscious subject that executes his or her own plans and knows his or her ethical fate³⁸... Meanwhile, in Mencius, Mencius conceived certain ethical-moral properties and capacities, including that of humanity and righteousness, to be inherent in each person, and loss of any of them made one less oneself (Mencius 1996, 2A6, 6A1–7) (CHEN, 2013, p. 264).

Assim, os dois significados: *self* e **autenticidade** como valor, estão presentes no confucionismo tradicional, e estão relacionados à ideia do papel benevolente que deve existir com outros indivíduos e, portanto, com a sociedade. Portanto, se uma pessoa, um *self*, pratica a **autenticidade**, também está praticando a **individualidade**, como um valor interconectado com as responsabilidades e a benevolência dentro da sociedade.³⁹

³⁸ “En contraste una persona inauténtica – que es, un xiǎo rén (小人, petty person o persona mísera) – existe solo como un objeto o esclavo de las opiniones de otros” (CHEN, 2013, p. 264). Podemos sintetizar “una persona auténtica no es un vasallo (Analectas, 2.12)” (ibid.).

³⁹ For Confucius, authenticity is a value. It is something worthy to pursue and something bringing happiness. Conversely, one's worthiness itself must be authentic. Thus, having pointed out “the primary Confucian concern is to learn to become a good person, Weiming Tu observes: “If we prefer to use the word ‘good’ [...] we may have to redefine the primary Confucian concern in more neutral terms such as ‘learning to become more authentically or more fully human’” (Tu, 1985, 52). Tu rightly indicates that in Confucianism, to be good entails to be authentic and vice versa. (ibid.).

Confucius gave us a list of some important traits of an authentic person including: piety, humanity, non-hypocrisy, living an examined life, loyalty, well learned, righteousness, generosity, prudence, trustworthiness, broad mind, moral integrity, altruism, wisdom, courage, moderation, having sincere relationships with others, and knowing his or her destiny (Confucius 1996, 1.2–4, 1.6–7, 4.5, 4.16, 5.16, 6.18, 7.37, 8.4, 8.6, 12.16, 15.18, 16.7, 16.8)” (ibid., p. 265).

Autenticidade e pessoa individual não significam que o *self* deve negar ou não reconhecer outras pessoas. “A unificação da diversidade baseia-se na geração de coisas novas”, diz Confúcio. O *Jūnzǐ* aponta para a harmonia, não a uniformidade (*junzi he er butong*, 君子和而不同); Assim, o *Jūnzǐ* pode ter pontos de vista diferentes dos outros, mas procura convivência harmoniosa com eles (ZHANG, 2013). Na mesma linha, descobrimos que “*en las Analectas, éste adopta el ideal de armonía, haciéndola un criterio (un parámetro) para las personas de moralidad refinada (Jūnzǐ): ‘el Jūnzǐ armoniza pero no busca uniformidad, por el contrario, la persona mísera (pitty person) busca uniformidad pero no armoniza’*”⁴⁰ (LI, 2008, p. 426).

Por outro lado, o confucionismo reconhece o *self* e autenticidade, mas dentro de uma relação mútua com a ordem social; onde o *self* opera com *jen/ rén* 仁 y *autenticidade*, a ordem social terá harmonia, e, portanto, haverá harmonia social.

Então, *Hé* também pode ser alcançado quando as diferenças são reconhecidas e respeitadas, guiadas por procedimentos que ajudam a fortalecer a harmonia entre as pessoas; que também é complementar quando entendemos que uma das mais elevadas funções de *li* (禮 ritos, rituais, sentido do que é apropriado) é precisamente harmonizar diferentes tipos e classes de pessoas (ibid.).

Além do acima exposto, deve-se reconhecer influência mútua, a interação dialética: individualidade e sociedade governada por valores promovidos por *Hé*, onde 和 também gera uma sociedade mais estável, de modo que “*en las analectas y en El Mención*⁴¹, se ve a la armonía como un rol importante en la promoción de las metas de la filosofía social y política Confuciana (ibid.). Na mesma linha, pode-se notar que:

Confucius believed that harmony is the key to the development of society, the community, and individuals, but he said that harmony is built on the principle that: A gentleman unites with people of principle and never follows others blindly. A petty

⁴⁰ Sobre este tema encontramos várias traduções, e como exemplo citaremos dois relativos à mesma Analecta, 13.23: “*The Master said, The junzi acts in harmony with others but does not seek to be like them; the small man seeks to be like others and does not act in harmony*” (Em: *Analects of Confucius*, traduzido por Eno, 2015, p. 71); ou como transcrita por Ding (1997) (ver citação a seguir, em DONG & DAY, 2004, p. 10), embora no fundo, no contexto, as interpretações continuam relacionadas com o problema da harmonia.

⁴¹ Refere-se ao clássico texto confuciano “El Mención”, ou “Mención” em inglês, cuja autoria foi atribuída ao próprio discípulo de Confúcio, Mención (autoria que ainda hoje se discute).

man follows others blindly without regard to principle. (Analects, 13, 23) Ding (1997) pointed out that harmony is a fundamental principle of society and nature. Harmony maintains stability of the society, helps people enjoy their lives with happiness. Based on the above discussion of the five principles, Jen, Li, Yi, Zhongyung, and He Xie (和谐 héxié⁴²), we can clearly see that they share a common theme, which is humanistic in nature. These principles are all interdependent on each other, and they all influence one another” (DONG; DAY, 2004, p. 10).

Em conclusão, a *individualidade* nos leva às ideias de *self*-autenticidade-indivíduo, baseadas em valores e princípios. Em resumo: aqui observamos as relações mútuas entre *individualidade* (não do tipo egoísta), ordem social-indivíduo virtuosa – sociedade virtuosa – harmonia social, além do respeito à diferença – não uniformização.

Indivíduo-Sociedade-Estado

Para aprofundar essa relação, podemos iniciar com a análise de Confúcio sobre a natureza do homem e do estado:

Confucius' concept of the nature of the human being centers mainly on his theories regarding virtues and human relations... Confucius places the ideas of "jen" (goodness and virtue), the "harmony chain", "tao"⁴³ (the way), the importance of the family (filial piety)⁴⁴, "i"⁴⁵ (righteousness or justice)⁴⁶, "chung-shu" (loyalty and consideration)⁴⁷, and "li" (propriety or justice)⁴⁸... (he) uses these concepts to identify the way he believes common people, public servants, and especially rulers should act. Virtues are of supreme importance to Confucius” (DOUPE, 2003, p. 2).

Devemos lembrar que, para Confúcio, as principais virtudes são *humanidade* ou *benevolência* (*rén/jen*), reponsabilidade / comprometimento, sabedoria, boa fé e observância

⁴² A citação original não contém *pinyin*, nem o caráter chinês, *héxié* também significa *armonia*, *armonioso*.

⁴³ Ou *dao*, na escrita em *pinyin* moderno é *dào*: 道, “According to Confucius, the term means “the way”, and applies to the nature of man, the state, and international relations, as it represents the manner in which he thought behavior should be conducted between individuals and states worldwide” (DOUPE, 2003, p.v3).

⁴⁴ Uma virtude altamente valorizada na China moderna. O confucionismo propõe diferentes relações como parte da piedade filial; como um princípio importante para harmonizar a ordem social. Além disso, existem cinco pares de relações, as quais estabelecem a hierarquia nas articulações entre indivíduos mas também dentro de uma ordem social “1. Ruler and subject; 2. Father and son; 3. Elder brother and younger brother; 4. Husband and wife; and friend and friend according to age” (confucianweekly.com, 2017).

⁴⁵ “Also refers to faithfulness... Yum (1988) observes that Yi is a difficult concept to translate. Instead, the antithesis of the concept, which is personal gains and profits” (DONG; DAY, 2004, p. 106).

⁴⁶ “Confucius defines this as something that is fitting, right, or seemly” (SMITH, 1973 apud DOUPE, 2003, p. 4).

⁴⁷ “Confucius feels that loyalty and consideration or ‘chung-shu’ is of great importance for those individuals involved in public life. By loyalty, Howard D. Smith suggests that ‘Confucius implies serving wholly with all one’s heart, whereas, by consideration, the ancient Chinese philosopher refers to putting oneself in the place of others’ (Smith, 1973, p. 73)” (DOUPE, 2003 p. 4).

⁴⁸ “Translated, the term means propriety or the rules of good behavior. It is simply the interactions of polite society and the proper way to conduct oneself” (ibid.).

ritual (HERRLEE, 1951 apud DOUPE, 2003). É *rén/jen* a mais importante dessas virtudes, que segundo Confúcio desempenha um papel integral nas relações sociais (DOUPE, 2003).

Nesse sentido, o filósofo define a *humanidade* em duas partes: “primero, es una actitud de reverencia en las relaciones humanas, y la observancia de un comportamiento respetuoso en todo momento; y segundo, es mostrar consideración a los demás al no llevar a cabo acciones que uno no desearía para sí mismo” (ibid.). As duas premissas podem ser entendidas em uma relação social interna, mas também no nível de RI; além disso, o último é implantado em um nível discursivo no campo diplomático e nas RI chinesas.

Da mesma forma, podemos apontar que, embora as virtudes individuais, moral e ética, tradição e ritual, desempenhem papel central na orientação da sociedade; o confucionismo não delega toda a responsabilidade aos indivíduos governados. Embora o filósofo encontre respeito pela ordem e pelas instituições indispensáveis, não podemos considerar sua filosofia como politicamente conservadora, nem seu pensamento como uma proposta para manter a ordem vigente a qualquer custo; uma vez que os governantes e os governos também têm obrigações e responsabilidades, e devem ser orientados para um estado de virtude

Confucius believed that the government should benefit all people, not just the representatives, involved therein. Keeping in line with the themes of individuality and virtue, Confucius wanted a social order that was based on personal ethics where the political is the result of the personal. This is to say that, if people are virtuous and kind, then the state can be so as well. Furthermore, if harmony is to be present in the state, it must begin with the people⁴⁹. He is quoted in The Analects as having said, “only be dutiful towards your parents and friendly towards your brothers, and you will be contributing to government”. Confucius implies that the practice of social virtues, within the family, by those without political power, makes a significant contribution to government, by contributing to social harmony, which he believed to be the purpose of government (DOUPE, 2003, p. 5).*

Somente governantes virtuosos e benevolentes poderiam alcançar legitimidade, porque, de acordo com Confúcio, as pessoas governadas também desempenham papel importante. Ele propôs que as pessoas pudessem ser leais ao seu líder, se ele fosse bom e justo com elas; se o oposto fosse encontrado, em casos de tirania, Confúcio defendia a rebelião (ibid., p. 6).

Mais uma vez podemos inferir a relação profunda entre o indivíduo, a sociedade e as influências e impactos mútuos sobre os atores relacionados ao poder. Essa dedução é fortalecida se entendermos que a *lealdade* dentro do confucionismo pode ser alcançada entre o povo e seu governante, ajudando assim a criar o ideal da sociedade virtuosa. Isso também pode ser interpretado como o ideal para uma sociedade harmoniosa. Assim, se os governantes e as pessoas seguem o princípio de *rén* 仁, os valores do *Jūnzǐ*, a sociedade poderia alcançar a

⁴⁹ Esta nota e o asterisco na citação se referem ao trabalho de Dawson (1981, p 103 apud DOUPE: 2003).

harmonia. Portanto, além disso, encontramos uma relação dialética e de influência mútua entre os diferentes membros da sociedade:

1. Se um bom indivíduo comum ajuda a construir uma sociedade melhor, então ele contribuirá para a existência de um Estado melhor, o qual também significa responsabilidade os governantes.

2. Se o governante é ruim, então o Estado e a sociedade também serão arruinados. Se o primeiro causa sofrimento, então as pessoas têm o direito de derrubá-lo através da rebelião (aqui observamos como, no nível doméstico, o mau governo pode levar à derrubada, inclusive a não pacífica).

3. Se os governantes e os indivíduos seguem os princípios e valores da *individualidade* relacionados ao *self* e à *autenticidade*, poderá haver harmonia social e, portanto, também uma corrente harmoniosa.

Da mesma forma, e pelo fato de *Hé* 和 ser um conceito extremamente complexo, como uma abordagem intertextual complementar, podemos seguir a seguinte explicação:

According to the Confucian classic Zuo Zhuan (Chapter Shaogong 20), the ancient scholar minister Yan Zi (?–500 bce) formulated the notion of harmony on the model of making soup and producing music.

He said Harmony (he) is like making soup. One needs water, fire, vinegar, sauce, salt, and plum to cook fish and meat. One needs to cook them with firewood, mingle (he) them together in order to balance the taste. One needs to compensate for deficiencies and reduce excessiveness. The good person (Jūnzǐ) eats [such balanced food] in order to purify his heart/mind (xin). [...] And, [...] Sounds are like flavors. Different elements complete one another: one breath, two styles, three types, four instruments, five sounds, six measures, seven notes, eight winds, and nine songs. Different sounds complement one another: the pure and the impure, the big and the small, the short and the long, the rapid and the measured, the sorrowful and the joyful, the strong and the tender, the slow and the fast, the high and the low, the in and the out, and the inclusive and the non-inclusive. Listening to this kind of music, the heart/mind of the good person (Jūnzǐ) is purified (LI, 2008, p. 424).

Isso nos dá uma conta da importância da diferença para alcançar a harmonia, tanto no nível prático quanto no social, político e até interestatal; portanto, além disso, a harmonia entre as pessoas é o valor mais importante nas relações humanas. Assim:

Mencius (372–289 bce) comments that among the three important things in human affairs, the harmony of people is the most important: ‘good timing is not as good as being advantageously situated, and being advantageously situated is not as good as having harmonious people’ (Mencius 3B.1). In order to achieve a major goal in social affairs, one would need all three: good timing (tian shi), being advantageously situated (di li), and having harmonious people (ren he). The most precious thing, however, is to have people who harmoniously work with one another (LI, 2008, p. 426).

Finalmente, no contínuo indivíduo- sociedade-Estado, e além dos valores da harmonia, deve-se notar que no atual contexto histórico político, uma sociedade, um país, um Estado estão integrados no que Cox e Sinclair (1996, p. 116-117) descrevem como uma (des)ordem mundial,⁵⁰ onde Estados (como em CES) e outros atores processam seus interesses vis-à-vis com outros CES e outros atores, na estrutura de RI, tema a ser abordado no contexto mundial contemporâneo.

Confucianismo clássico e relações interestatais

Antes de analisar como a relação entre o confucionismo e a dinâmica entre Estados pode ser entendida, cabe lembrar que até agora temos apontado elementos que poderiam ser considerados fundamentais para a compreensão dos problemas internos. Isso se amplia se reconhecemos os termos *Dào* (道), o caminho e *Tiānxià* (天下), tudo sob o céu, às vezes referido como filosofia, ou às vezes como “*ideal*” (YAO, 2004), mas isso teria implicações sobre as relações entre comunidades políticas (atualmente Estados). Sobre *Dào*, podemos mencionar que:

Confucians extend the original meaning of dao as a road or path to the universal Way, metaphysical as well as ethical. The Way is thus the fundamental principle of the universe (Heaven and Earth) and the source of the meaning and value of human life, manifested in the wisdom of the ancient sage-kings, in the teaching and character of Confucius, and in the ways of life of ‘good people’ (shanren). The Way is both the prerequisite and the guarantee of a harmonious world, a peaceful society and a good life, and without it the transformation of the universe would break down, human society disintegrate, the state be weakened and the world fall into chaos” (YAO, 2004, p. 91).

Assim, a possibilidade de uma cadeia harmoniosa que surgiria seguindo o *Dào* se estenderia do indivíduo para os Estados ao redor do mundo (o internacional na atual OM), reconhecendo que no pensamento de Confúcio o conceito de *Tiānxià* seria assim apresentado: “*Confucius explains that ‘if all under heaven have the way’ for a particular state “has the way,” moral principles prevail”* (DOUPE, 2003, p. 3).

⁵⁰ Recordemos que se prefere este conceito ao de sistema interestatal: “*An inter-state system is one historical form of world order. The term (World Order) is used in the plural to indicate the particular patterns of power relationships, which have endured in time, can be contrasted in terms of their principal characteristics as distinctive world orders”*.

Assim, o 天下 não pode ser entendido como um termo isolado – ou melhor ainda, como um tipo de filosofia e/ou ideal –, mas mesmo quando está relacionado às práticas do sistema tributário,⁵¹ e isso é através de:

Confucianism Tianxia worldview, by which the Tribute System was rationalized and explained. But this concept in the traditional Chinese mind was much more than the natural world and a geographically defined area. It was a combination of nature, super-nature, and morality. Thus, it was not a mere material thing out there. It was more a cultural concept containing the system of morality, or the way of the heaven (QIN, 2007, p. 14).

O sistema tributário baseado na filosofia do *Tiānxià* seria um sistema de desigualdade, a qual, no entanto, poderia ser considerada “benign” na medida em que está relacionada à ideia de família e piedade filial (*Filial Piety*) (QIN, 2007); e que, embora no centro estivesse o império por cerca de 2.000 anos (221 ADE até o começo do século XIX), não havia dicotomia entre o centro e “os outros”, como na perspectiva “Westfaliana”. Portanto, haveria uma “falta de consciência da internacionalidade”⁵² (ibid.), nem haveria uma estrutura onde o ego enfrentasse um alter ego como na matriz do “pensamento ocidental”:

The ontological status of the units of the system was at the same time the ontological status of the center. It was modeled on the Confucian notion of the ‘state’, which in turn was model on the Confucian concept of the ‘family’. Thus, the world was in essence an enlarged family or an enlarged state (ibid., p. 10).

No mesmo sentido, pode-se observar que as concepções de *família e piedade filial*, como princípios e virtudes, continuam a ser praticadas e valorizadas na China contemporânea, seguindo a tradição da matriz confucionista, que já estava presente nas relações e responsabilidades da China tradicional:

China, as the most powerful state and the most advanced civilization in the region, played an overwhelming role in maintaining stability and trade, providing public goods, and governing the system. The tribute trade system saw more benefits going from China to the tribute states rather than the other way round. China also played the role of a balancer, intervening wherever in this region invasion by one vassal state against another, usually weaker, occurred (Fairbank, 1968; Fairbank and Reischauer, 1989). [... T]hus, the Tributary System, spatially and conceptually, was like concentric squares of the Forbidden City, with only difference in distance and without difference in ontology. The periphery was the radiation of the center and therefore the dualistic positioning between the ego and the alter did not exist at all (ibid.).

⁵¹ Que na atualidade poderia traduzir-se como “sistema fiduciário” (QIN, 2013).

⁵² Tanto assim que, por exemplo, “[w]hen the first professorship was set up in University of Wales at Aberystwyth immediately after World War I, most Chinese still believed that ‘Half of The Analects is enough to govern the whole world’” (ibid.).

Por outro lado, encontramos duas ideias centrais: *Dàtóng* (大同) e *Ordem* (Xù, 序). A primeira, o ideal mais elevado a ser alcançado, representa o mundo ideal da Harmonia:

When the big road of virtue was followed, “all-under-heaven” (tianxia) was public good. Functionaries were selected according to their abilities. Their words were trustworthy, and they cultivated harmony. That is why people did not only treat their own relatives as relatives, did not only treat their own children as children, and made sure that elder people had all they needed until the end of their days, that grown-ups had all they needed, that children had all they needed to grow, that widowers and widows, orphans, and sick ones all had what they needed to sustain themselves. They made sure that men had a job, and women had a place where they belonged. They did not allow the harvest to be left in the field, but neither did they want to hoard it for themselves. They disliked that their power was not made useful for others, but neither did they want to use it for themselves. Therefore, bad plans were not put into practice, there were no robbers, thieves, nor traitors. Therefore, outer doors were not closed. This is what is called datong (Liji⁵³ 1988, p. 120) (DESSEIN, 2017, p. 84).

Imagem que representa o mundo ideal de harmonia e ordem baseado em Qin (2007) sobre moralidade e ausência de egoísmo, e sobre a relação entre o ser humano e a natureza; onde também como uma visão holística, o *Dàtóng* está relacionado com a dialética: “*In a holist worldview, however, it is not only possible, but also inevitable, for the seemingly opposite elements always complement each other*” (ibid, p. 15).

Visão articulada ao discurso, que também é apresentada na política chinesa contemporânea, tanto internamente (conceito de *Sociedade Harmoniosa*) quanto nas suas RI (*Mundo Harmonioso*), enquanto:

天下 is a concept that takes care of the whole world, believing in and aiming at a harmonious whole. It was the space where human and nature met, where the ideal and the reality met, and where the moral and the material met. Thus, 天下 is both a physical and a cultural concept, able to extend 大同 to the natural world and to realize the ideal of ‘unity of the nature and the human’” (ibid.).

No entanto, deve-se notar que no *Dàtóng*, como um ideal não materializado (ou possivelmente visto como “realidade perdida”), haveria um “segundo melhor possível”, segundo Dessein (2017): a concepção de *xiǎokāng* (小康), que se materializou como sociedade (小康社会, *xiǎokāng shèhuì*): “*is therefore not only inferior to the datong society, but the concept appears earlier in Chinese thought*” (DESSEIN, 2017, p. 85). Nesse mesmo sentido, pode-se assinalar que “*achieving a datong society is a matter of historical progress*

⁵³ Segundo Dessein (2017, p. 84) “*la primera aparición del concepto de datong en la literatura, es en el séptimo capítulo de Liyun en el Liji (Records of Ritual), un libro político confuciano que fue compilado entre la tercera a la segunda centuria antes de nuestra era*”. Bell (2009, p. 29) aponta que “*el Liji, es un trabajo compilado durante la dinastía Han (206 BCE–220 BE) on the basis of older materials. The ideal, traditionally taken as representing Confucius’s highest ideal in the social order, refers to a golden age in which the world was shared in common by all (tian xia wei gong 天下为公)*”.

and ascent, and historical development is such that.... xiaokang society can and has to be transformed into a datong society” (ibid.).

Em termos gerais, 小康社会, poderia ser entendida ou reapropriada agora como “sociedade moderadamente acomodada”, o que explica a dinâmica do diálogo entre a matriz que informa e a reconstrução (agência) dentro da atual ordem política.

Por outro lado, a ideia sobre a *Ordem* (Xù, 序), dentro da filosofia confucionista, é o princípio mais importante da sociedade (HE, 1991). Embora “*el sistema tributario iniciaría con la idea de relaciones de inequidad social*”, segundo Qin (2007, p. 15), aqui:

Was not that between the animals in the Hobbesian jungle, equal and hostile; not that between the humans in the Lockean society, equal and competitive; not even that between the members in the Kantian culture, equal and friendly. Rather, it was that between father and sons in the Confucian family, unequal but benign. At least, this was the ideal relationship in the traditional Chinese mind and the foundation of the appropriate social order.

Encontramos novamente, no princípio da ordem, as cinco relações fundantes vinculadas à ideia da família e a piedade filial: pai-filho; imperador-ministro; irmão mais velho-irmão caçula; esposo-esposa; e amigo-amigo. E ainda quatro elementos para criar vínculos sociais: formalidade (“*li*”, *propriety*), justiça (“*i*”, *righteousness*), honestidade e sentido de vergonha, os quais integram o núcleo da centralidade da forma de governança chinesa (ibid.).

Elementos que são relacionados e geram continuidade entre o doméstico e o “externo” (atualmente o internacional, propriamente falando) e que é: “*Confucianism takes the family as the basic unit in society, as it is inclusive of the best of all possible relations, such as love, harmony, mutual aid, and reciprocal obligations*” (QIN, 2013, p. 4), precisamente porque os dois últimos elementos seriam expressos, por exemplo, em: “China trata outros países como eles tratam a China”, presente em sua perspectiva da política internacional, e que também se expressa na importância da “utilização” de termo mútuo em teoria e guias de ação prática das RI da RPC.

Da mesma forma, também podemos observar que existe uma continuidade entre indivíduo-sociedade-Estado e as relações com outros países, onde a benevolência (*jen/rén*) seria muito importante para construir liderança e legitimidade interna e internacional. Assim, *jen/rén* é uma parte integrante da concepção de Confúcio sobre as RI, tal como se manifesta na ideia da “cadeia de harmonia”. Especificamente, se o indivíduo pode implementar estilo o de vida *jen/rén*, então esse conceito será estendido para a família, o Estado, o país e, finalmente, o mundo (DOUPE, 2003).

Na mesma linha, a relação do setor interno-externo pode ser compreendida através da matriz confucionista de ética chinesa, “enriquecida com o pensamento de *O Grande Aprendizado*, de Mencius, “como um sistema deontológico com uma continuidade que se estende sem diferenciação desde preocupações pessoais até as públicas: uma boa sociedade é um Estado bom, e um bom mundo deve descansar sobre a base de um bom indivíduo” (HSU 1999, p. 160).

Aqui, devemos salientar que, no atual contexto histórico e político, um líder-representante é apenas um ator dentro das relações interestatais, e que o poder político é representado pela figura do Estado. Este não é apenas o chefe – governante, primeiro-ministro, presidente, rei, imperador; são também as instituições e sua burocracia e, no caso da RPC, o Partido. Portanto, mais uma vez, podemos destacar a importância do sistema confuciano de virtude, que se articula para reforçar a capacidade de um país nos assuntos internos e de RI – relações de mútua influência entre ideias, virtudes e recursos das instituições. Essas capacidades baseadas na virtude, de acordo com o confucionismo, podem ser alcançadas através da educação, e não através de punições ou leis: “*Law controls merely through fear of punishment does not build moral character within a person [...]. Law does not educate, rectify past deeds, or make any contribution towards the Confucian aims of transforming people, where the emulation of virtuous role models would*” (DAWSON, 1981 apud DOUPE, 2003, p. 5-6).

Nesse sentido, a política de educação de Confúcio está relacionada ao campo das ideias políticas, uma vez que um dos principais objetivos do confucionismo era produzir constantemente o tipo certo de pessoas para o governo e a administração⁵⁴. Se um Estado é corrupto porque contém pessoas corruptas, “ele não conseguirá construir relações positivas e mutuamente benéficas com outros Estados” (ibid., p. 6).

Se no nível doméstico, a educação deve ter como objetivo a construção de uma sociedade harmoniosa, que possa evitar a corrupção e o sofrimento – esta mais do que punição –, poderia demonstrar os valores da *individualidade* e da *autenticidade*, através de uma sociedade e indivíduos virtuosos. A partir de então, externamente, seria possível gerar relações harmoniosas com outros Estados e sociedades.

Se tomarmos a discussão sobre a figura de *Jūnzǐ*, podemos reconhecer que a construção da harmonia através da educação não é a minimização do *self*, porque a busca por ela não significa a busca da uniformidade, nem da homogeneidade. “Existem muitas diferenças no

⁵⁴ Segundo Smith (1973, p. 94 apud DOUPE, 2003).

universo, natureza e sociedade. De qualquer forma, as diferenças não resultam necessariamente em conflito ou contradição. Diferenças entre objetos às vezes evoluem em contradições e outras vezes constituem condição de harmonia, *He* "(ZHANG, 2013).

Devido à continuidade entre indivíduo, sociedade, Estado e relações com outros Estados, o *jen/rén* impulsionado pela educação teria grande importância para a construção de liderança e legitimidade nas relações de um país; construção que seria propensa a salvaguardar a paz como um bem supremo que evita o sofrimento desnecessário causado pelas guerras. No entanto, haveria exceções dentro da matriz confucionista, como no caso do governante tirânico, o que poderia levar a conflitos e violência e, portanto, à guerra - isto apesar de as preocupações da matriz confucionista clássica serem orientadas para a busca da harmonia de *Hé* 和, onde claramente a orientação é a paz (*héping* 和平).

2.1.2. Matriz confucionista, conflito e guerra

Em primeiro lugar, cabe ressaltar que, na clássica matriz confucionista, não há propostas diretas em favor da guerra como um método prioritário para resolver conflitos ou impor valores e interesses, pois daí resultaria grande sofrimento. Mencius argumenta, de acordo com Bell (2009), que: “*Un rey verdadero usa la virtud y la humanidad, un hegemon usa la fuerza bajo el pretexto de la humanidad y compasión*”.

O pensamento confucionista, entretanto, também não pode ser caracterizado como pacifismo radical. Assim, de acordo com Wang (2013, p. 213): “*although war is generally frowned upon, Confucianism allows punitive war if it serves a just cause. Confucius holds that only a sage-ruler has the right to launch punitive expeditions: ‘When the Way prevails in all-under-Heaven, the rites and music and punitive expeditions are initiated by the Son of Heaven’ (Confucius 1979, 16: 2)*”.⁵⁵

Apesar do acima exposto, o próprio Confúcio afirma que o governante deve ser virtuoso, ou então ele deve ser derrubado. Embora nem toda guerra se justifique se o fizer quando tenha ido contra o *Dào* de maneira violenta, causando grande sofrimento. Assim, a

⁵⁵ A citação completa das *Analectas* 16:2 é, segundo Confúcio: “*Cuando el mundo sigue la Vía, el Hijo del Cielo determina los ritos, la música y las expediciones militares. Cuando el mundo pierde la Vía, son los señores feudales quienes determinan los ritos, la música y las expediciones militares. Una vez que son los señores feudales quienes deciden estos asuntos, su autoridad apenas dura diez generaciones; una vez que son sus ministros quienes determinan esos asuntos, su autoridad apenas dura cinco generaciones; una vez que los asuntos del país caen en manos de los administradores de los ministros, su autoridad apenas dura tres generaciones. En un mundo que sigue la Vía, la iniciativa política no pertenece a los ministros; en un mundo que sigue la Vía, los súbditos no tienen necesidad de cuestionar la política*” (CONFUCIO, 2006).

guerra, segundo Yao (2004) e Bell (2009), poderia ser justificada sob uma espécie de ideia moderna de autodefesa.

Da mesma maneira: “*Mengzi and Xunzi*⁵⁶ *openly argued that the killing of a ruler who acted contrary to humaneness and righteousness was not regicide at all, but the punishment of the tyrant*” (YAO, 2004, p. 97); ou como por exemplo: “*if a small territory is ruled by a capable and virtuous ruler who seeks to promote peace and humanity, and if that territory is attacked by an unjust would-be hegemon, then the ruler of that territory can justifiably mobilize the people for military action*” (BELL, 2009, p. 33).

Assim sendo, haveria possibilidade de guerra que, segundo Bell (2009) Mencius caracterizava como “expedições punitivas”. Conforme Wang (2013, p. 213), “*Mencius (1.B.11) suggests that when the ruler of a state is morally depraved, a punitive expedition is permissible to “rescue the people from the torments of water and fire”*”.

Desta forma, a guerra – que preferencialmente não deveria ser violenta, de acordo com o confucionismo – seria inevitável sob certas circunstâncias, como as seguintes:

A war can be justified if it is waged by the highest authority, namely engaged by the legitimate ruler to punish those who have violated the Way: ‘When the Way prevails in the world, the rites and music and punitive expeditions are initiated by the king’ Punitive expeditions (zheng) are thus taken as the necessary tool to rectify irresponsible military engagement (zhan) and disorder (luan) (YAO: 2004, p. 97).

No entanto, pelo exposto acima, isso não pode justificar todas as guerras; e a guerra deve se sujeitar aos princípios da virtude e da moral, porque a punição é apenas a última opção se não for possível implantar a *educação*. Educação que também, baseada nos princípios de virtude, individualidade e autenticidade, não tenta imprimir um processo de homogeneização ou universalização (disciplina para padronizar). Portanto, a natureza justa da guerra, a partir da matriz confucionista: *must be defined by moral virtues, and the means of engaging war must be ethically sound* (ibid.).

Então a guerra não poderia ser justificada eticamente se as reais condições materiais do sofrimento não forem apresentadas, como a privação de acesso aos meios de subsistência. Por exemplo, atualmente, nos argumentos das grandes potências para a intervenção construída construtivamente como “humanitária”, não haveria justificativas baseadas na virtude ou na moral. Para os confucionistas: “*however, so long as the Iraqi people were not being*

⁵⁶ Xunzi, Maestro Xun, o Xun Kuan, “was one of the most sophisticated and influential philosophers of China's Warring States period (479–221 B.C.E.). He considered himself a follower of Confucius and was one of the central early figures in the consolidation of what came to be thought of as the Confucian tradition” (STANFORD ENCICLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2007). Alguns autores propõem seus trabalhos como parte de uma corrente caracterizada como “realista” dentro do confucionismo tradicional.

deliberately deprived of the means of subsistence, the intervention could not be justified” (BELL, 2009, p. 36). Portanto, o problema de por que é feito e como a guerra é feita, de acordo com Yao (2004), está relacionado à legitimidade de que a guerra esteja completamente ligada a exigências éticas; à justiça da guerra e ao que é governado.

A Guerra, portanto, articula-se à dimensão do poder, mas levando em conta que este é percebido não pelo seu aspecto de força puramente militar, mas pela força ética e moral. Vista assim, a guerra

[...] *would be seen as a tool to fulfil the Heavenly Way in the human world (ti tian xing dao). It is thus believed that since the Way of Heaven is manifested in human virtue and good character, victory or failure comes primarily from the moral force of an army and its leader, not its military power* (YAO, 2004, p. 98).

Agora, há também a possibilidade de que a vitória possa ser alcançada através do desdobramento de uma guerra não violenta. Para entender este argumento, deve-se salientar que Xunzi, clássico filósofo confuciano, explica, redefine e amplia a concepção do *Dào*. Se para Confúcio e Mengzi, o caminho são precisamente as virtudes da humanidade (*jen/rén*) e da justiça (*yì*), Xunzi vai mais longe quando explica *o caminho* em seis virtudes ou princípios morais. Além de *yì*, assinala: “*li* (propriety), *zhong* (loyalty), *polite declining* (*ci*), *deference* (*rang*), and *trust* (*xin*)” (YAO, 2004, p. 98).

Além disso, embora o próprio Xunzi, que por vive no contexto dos reinos combatentes, reflete de forma mais ampla sobre a prática da guerra do que seus antecessores, e reconhece a necessidade de poder militar. Continua, ao mesmo tempo, com a tradição confuciana anterior sobre a força dos princípios e ética, bem como a necessidade de práticas benevolentes, tanto para suas próprias forças militares para a aldeia com a qual se travou algum conflito.

Na primeira questão, podemos salientar que Xunzi

Insists that strong armor and eager soldiers, high walls and deep moats, and awesome commands and punishments will not by themselves ensure victory; only if these are in the service of the humane Confucian Way will they be truly effective (15.4). All of this suggests that Xunzi thinks military skill and technologies of war are truly important as instruments of power, but that they are somewhat overrated in his context. He wants to suggest that ruling justly and compassionately will help cultivate loyal, obedient, harmonized, and disciplined troops that are dramatically more effective with the same implements than mercenaries, let alone the terrified and starving populace that sometimes staffed Warring States armies (15.6a). (Xunzi 1988–1994) (STALNAKER, 2012, p. 101).

Sobre o segundo ponto, a partir de uma perspectiva de Xunzi: “*A benevolent ruler would not perform even a single act that is unjust or that would result in the execution of even one innocent man, although he might gain the empire by doing so*” (YAO, 2004, p. 98).

Portanto, existiria aí uma continuidade de pensamento que o precede, onde a perspectiva de uma guerra é fundamentalmente não violenta, enquanto “confucionistas exigem que nenhuma pessoa inocente seja assassinada, ou a justiça da guerra poderia ser perdida” (ibid.).

Tendo em conta essas considerações, devemos lembrar novamente que a construção particular de poder dentro do pensamento confuciano tradicional se irradia para o neo-confucionismo, bem como o próprio discurso das RI chinesas (incluindo *soft power* com características chinesas e discursos oficiais do PCC). Como concepção, de acordo com Yao (2004), teria muito menos conotações materialistas e muito mais elementos morais dos textos dos antigos mestres chineses.

Nesse mesmo sentido, a estratégia em um conflito é conseguir a legitimidade pela força dos princípios éticos e morais, e pelo não uso da violência na guerra. Assim, por exemplo, Yao (2004) aponta que, para obter o apoio do povo, o poder militar não é necessário, mas sim a força moral do caráter do governante. Então:

The true king tries to win the people; the lord-protector to acquire allies; the powerful to capture land. One who tries to win the people makes proper servants of the feudal lords; one who tries to acquire allies makes friends with them; one who tries to capture land makes enemies of them with numerous enemies around, the state would be in danger and the ruler become imperiled (ibid.).

A guerra seria apenas a última das opções. “*Xunzi lists three ways to peace, security and prosperity: to strengthen the influence of moral virtues; to make use of friendship and trust; and to employ military force*” (ibid.). Em todo caso, a guerra deve estar sujeita a princípios éticos, bem como evitar a violência como parte dela, enquanto os dois primeiros caminhos ainda são reconhecíveis dentro da projeção discursiva e prática das RI chinesas contemporâneas.

Por fim, para apontar a continuidade da matriz confucionista sobre o caráter não violento da guerra, deve-se apontar a relação com o *Dào*, observando que ele não se refere apenas aos indivíduos, mas também aos Estados. Assim:

As the ultimate principle of the universe and the consummate expression of moral virtues, the Way can be possessed not only by individuals but also by states. Possessing the Way, a ruler would be followed, supported and welcomed by the people; while departing from the Way, he would see the people abandon him, hate him and fight against him. It is from this understanding that Confucians argue that a just war is the one that wins without fighting and killing (ibid.).

De todos modos, se a guerra que demanda uso da força militar for inevitável (o pior cenário), o fim não seria simplesmente a vitória, mas a possibilidade de retornar ao *Dào*: “*The way to peace and reconciliation must be through education and self-cultivation to build up*

the sense of propriety (li), to make people more humane (ren), and to conform to righteousness (yi). Humane and righteous, the world would not see war and conflict any more, and peace and harmony would follow naturally” (YAO, 2004, p. 94).

Agora, se estes como ideias, imagens e representações têm sido capazes de informar as ações do contínuo indivíduo-sociedade-Estado, isso não significa que o Estado chinês opere essencial e exclusivamente a partir das perspectivas acima mencionadas, mas que devemos reconhecer que também há limites impostos por suas próprias necessidades de segurança e defesa (intimamente ligadas à área geograficamente contígua – posição / vizinhança política em Kjellen). Daí as leituras construtivistas e realistas possíveis, que em qualquer caso informam que há um *continuum* de ideias intersubjetivas de um prazo muito longo.

É assim por exemplo, que, depois de mais de um milênio e meio do estabelecimento do confucionismo clássico – e já sob a influência filosófica do sistema neoconfuciano –, a dinastia Ming, de acordo com Chun (2010), legitimou seu governo e estabeleceu uma ordem regional auto-observada – orientada a cuidar dos pequenos. Em um contexto de recuperação do poder que estava em curso desde o século XII, depois que a China foi ameaçada ou dominada pela Dinastia *Jin* (ou *Kin*) pelos mongóis. Então, para o século XVI:

When the Japanese invaded the Korean Peninsula in 1592, (the Korean) Chosun (dynasty) asked for help from China. ... The Chinese emperor at that time argued that China, as a universal empire, had the responsibility of helping the neighbouring kingdom when it was invaded unjustly by other kingdoms. It means that the security order was based on helping another system, leading to dynastic collective security. For nearly 500 years, Northeast Asia preserved peace. From a realist perspective, peace could be possible by the hegemonic dominance of the Chinese empire. However, looking back on the Korean way of thinking, Koreans did not even plan to oppose or attack the Chinese empire, because Koreans had been constituted as a part of the Chinese empire. To follow constructivist terminology, the perception of dynastic interest was already socially constructed along the imperialist way of thinking. The Japanese invasion, against this backdrop, was interpreted as a ‘not civilized’ policy, harming the good relations among neighbouring kingdoms ... It is true that the realist way of thinking to maximize the dynastic empire actually worked in the Chinese mind during this incident. As Japan’s war strategy seemed to be one of entering into Chinese territory by first conquering Korea, China thought that defence on the Korean Peninsula helping the Korean army might lessen the casualties and possible territorial loss of the Chinese mainland. However, the neo-Confucian normative system constructed thinking about how those interests should be socially defined. ‘Confucian Peace’, in this sense, was preserved among Northeast Asian dynasties, based on the organizing principle of hierarchy and the security system of dynastic collective security” (ibid, p. 75).

Além da correção da interpretação de Chun, em sua aplicação realista, construtivista ou sistêmica, a narrativa histórica nos permite verificar as continuidades de:

a) uma centralidade da matriz confucionista: paz defensiva, força moral, guerra como a última solução que se justifica em bases morais quando a ordem *Tiānxià* for ameaçada ou o

princípio *Dàtóng* for quebrado; o que pode causar sofrimento desnecessário; tudo o que convoca o princípio da responsabilidade como irmão mais velho-irmão mais novo (piedade filial) e ideia de família como uma unidade de toda ordem social em sua continuidade interno-externa; e

b) A continuidade e a legitimidade de longo prazo do *Tiānxià*, tanto na China, como dos outros componentes da “orden”, “desse mundo” que também tem a ver com uma administração do espaço-território, que poderia ser caracterizada como geopolítico.

Tiānxià que, como Filosofia, Sistema ou Ordem (no sentido coxiano); e como base do Estado-Civilização chinês, enfrenta novos desafios após o início do chamado século da humilhação. Isso impacta na construção das RI chinesas, tanto em termos de geração de diretrizes estratégicas de ação, quanto nos elementos orientados à construção cognitiva que respondam aos novos desafios impostos à incorporação forçada no sistema internacional, então comandado pela Europa.

2.2. Perspectivas contemporâneas chinesas das RI

Para compreender este tema, na sua dimensão prática e no nível da construção teórica, é necessário lembrar que: a) a China é um Estado-civilização; b) que os elementos importantes já mencionados, como *Dào*, *Tiānxià*, *Dàtóng*, a *Ordem (Xù)*, a importância da *Família* e a piedade filial, etc., continuam a ser concepções e valores altamente valorizados na China contemporânea; e c) que os elementos de reciprocidade (obrigações recíprocas) existentes no confucionismo ainda são expressos na perspectiva da Política Internacional, por exemplo, em “A China trata outros países como eles tratam a China”, ou na importância de “uso” do termo “mútuo”.

No entanto, também é necessário rever alguns outros elementos que informam a construção do pensamento estratégico chinês, tanto na dimensão cognitiva – Teoria das RI e de Segurança chinesas, como na dimensão da ação prática.

2.2.1. Outros elementos centrais que informam o pensamento estratégico chinês

Para complementar a centralidade do confucionismo na construção do Estado chinês, é necessário rever um pensamento e um elemento que também contribuem para moldar e informar a construção do pensamento estratégico, levando em conta o constante exercício da

dialética tradicional chinesa, que imprime uma construção dinâmica permanente no campo das ideias.

Assim, é necessário referir-se ao pensamento da figura mítica de Sun Tzu, além da existência ou não do estrategista;⁵⁷ e é que a China, além de numerosos e antigos escritos e tratadistas militares que reconhecem a ênfase na estratégia e no estratagema, também possui o primeiro clássico militar abrangente, “a arte da guerra”, num contexto de competição, expansão e contenção entre reinos. Sua temática consolida um modo de pensar sobre a guerra e suas estratégias, visando à economia de recursos econômicos e humanos para conquistar a vitória ao menor custo possível, utilizando noções sofisticadas de inteligência.⁵⁸

Da mesma forma, podemos apontar que aí existem ideias que compõem o pensamento estratégico para a guerra, que não seria outra coisa senão a diplomacia por outros meios. Nesse sentido, segundo Lai (2004), o elemento central é a concepção de *Shi*, a mesma que, para ser entendida, requer o reconhecimento e a compreensão de duas ideias: *Zheng* e *Qi*.

“*Zheng* é o modo regular de fazer as coisas, ou em termos militares, a ordem regular das batalhas”. Um comandante implanta tropas em formulários regulares (*zheng*); no entanto, “o comandante deve mobilizar suas tropas para enfrentar o inimigo de maneiras extraordinárias (*Qi*). Portanto, *Zheng* é, em essência, um fato, é de conhecimento aberto a amigos e inimigos, enquanto o *Qi* é uma variável e como variação é inesgotável” (LAI, 2014, p. vi).

Sob a concepção de *Shi*, trata-se de “criar uma força esmagadora com o desencadeamento de um poder irresistível, por exemplo: uma pedra contra ovos e o golpe de um falcão em sua presa; portanto, trata-se de desenvolver uma situação favorável com grande potencial para atingir objetivos políticos” (ibid, p. vii). Além disso, podemos apontar que *Shi* é como tomar e manter a iniciativa. Como afirma Sun Tzu, “*those skilled at making the enemy move do so by creating a situation to which he must conform*” (ibid.).

Resumindo essa perspectiva, podemos apontar que ali encontramos observações sobre: “*the dialectic nature of strategic concepts such as weak vs. strong, more vs. few, defense vs. offense, Regular vs. Extraordinary (Qi and Zheng), direct vs. indirect, division vs. unity, laboring vs. resting, advance vs. retreat, far vs. near, and the relativity and mutual transformation of these strategic situations*” (ibid, p. 4). Da mesma forma, podemos apontar

⁵⁷ Discussão de longo data sobre quem era Sun Tzu e se realmente existiu. Há uma latente discussão, se viveu no período dos reinos combatentes (475-221) ou se sua vida foi anterior a isso. Yeh Cheng Tse pôs em dúvida a veracidade da própria biografia de Sun Tzu ou Sun Wu (outro nome utilizado), e se efetivamente existiu (REVISTADEINTELEGENCIA.ES apud REYES, 2010b).

⁵⁸ Vista como um processo complexo e altamente dialético, como um reino ou um *continuum* de informação.

que os aspectos de *Shi* também estão em discussão com outros conceitos-chave na arte da guerra de Sun Tzu, tais como estratégia, astúcia, inteligência, dissuasão etc.

Pela fato de a inteligência ser aqui tomada como informação, e por esse assunto ser básico para a conformação da tomada de decisão dentro de um contexto de conflito possível, ou dentro de relações diplomáticas de natureza cooperativa, tanto em Estados modernos como na China contemporânea, a abordagem de Sun Tzu (2003) à importância da inteligência deve ser brevemente caracterizada:

Fallar en conocer la situación de los adversarios por economizar, al aprobar gastos para investigar y estudiar al adversario es extremadamente inhumano y no es típico de un buen jefe militar de un consejero de gobierno ni de un gobernante victorioso. Por lo tanto, lo que posibilita -que un gobierno inteligente y a un mando militar sabio- venza a los demás y logre triunfos extraordinarios, es esa información esencial” (Capítulo XIII).

O que não seria suficiente, pois também é necessário conhecer a si e as habilidades dos inimigos como elementos fundamentais para obter a vitória com o menor desgaste possível ou mesmo com custo zero.

Em suma, considerando o cenário do mundo contemporâneo, podemos concordar que a estratégia militar é a arte de transformar a guerra em sua abstração, em um jogo de inteligência (BARK, 2004 apud REYES, 2010b), ao qual devemos acrescentar a perspectiva confucionista clássica de que a guerra não é sempre ou necessariamente violenta, sendo também o último recurso possível. Além da perspectiva da guerra como uma continuidade da diplomacia, dentro do próprio pensamento de Sun Tzu, tudo apresenta desafios e orientações no cenário contemporâneo da necessidade de implantação de inteligência – a coleta de informações, tais como a forma de processo de tomada de decisão, reduzir o potencial de conflito e gerar insumos para benefícios em negociação, e até mesmo a abordagem antecipada ou a geração de concessões destinadas a produzir atração (para o interesse próprio).

Como segundo ponto, é necessário rever um elemento que contribui para a construção de perspectiva estratégica (e também para compreender seu caráter): o tradicional jogo de *Weiqi* 围棋, praticado extensivamente e até mesmo diariamente na China contemporânea, e além de seu papel lúdico e social (incluindo a manutenção e a expansão do capital social) informa a conformidade, disciplina e, portanto, reproduz uma maneira de olhar e construir estratégias no cenário da competição.

O *Weiqi*⁵⁹ permite caracterizar a perspectiva estratégica chinesa em relação ao desdobramento da força e sua diferença em relação ao Ocidente. Por exemplo, enquanto o xadrez, como um jogo que recria o confronto na guerra, é baseado no confronto direto, o milenar jogo de 围棋 trata literalmente de cercar territórios. Baseia-se, portanto, na arte da evasão e do rodeio (o jogo inclui inclusive a negociação durante o mesmo), como elemento central no que diz respeito à perspectiva estratégica em relação ao desdobramento da força.

Segundo Baker (2008, p. ii), este jogo, também conhecido como *Go*, no Japão: “*It is taught earnestly at military officer training schools in the Orient, as an exercise in military strategy. It is also taught in the West at schools of philosophy as a means of understanding the interplay of intellect and intuition*”. O *Weiqi* também tem explicações através de *yin e yang / tao (dao)*, a dialética, a flexibilidade, como o *Shi* em Tzu Sun (LAI, 2004).

Mai suma vez podemos encontrar a característica chinesa da dialética tradicional confuciana, com base na meta-relação, tema-chave para entender por que é necessário compreender a estrutura histórica e construção cultural, a fim de compreender as ações específicas do Estado-Civilização chinês e sua projeção.

Além do que já foi levantado neste subtema, devemos reconhecer que há uma perspectiva estratégica com uma temporalidade de longo ou muito longo prazo que informa a tomada de decisão do CESC. E ainda, na verdade, a construção da perspectiva tradicional confuciana dialética também reconhece as possibilidades e oportunidades proporcionadas pela aplicação da flexibilidade tática, elemento que dialoga também com a dialética do corte marxista com características chinesas.

Finalmente, deve-se notar que esta perspectiva estratégica existe nas construções do pensamento chinês em um nível cognitivo e prático. Uma visão de longo prazo que tenha sido levada em consideração apenas como uma visão tradicional (QIN, 2007) poderia nos levar a uma pergunta: será que tal visão tornaria a construção de uma “teoria apropriada” de RI e Segurança pouco atraente? Isso será discutido em seguida.

⁵⁹ Resumindo o juego, podemos citar que el *weiqi* es: “*literally, encircling territory, an essential component of a nation state. Two players compete for territories. The one who acquires more wins*” (LAI, 2004, p. 6). Assim, “*the name 围棋 would suggest, such territorial acquisitions are made by using your pieces to surround, or 围 certain areas of the board. Perhaps the most exciting element lies in trying to surround and take areas occupied by your opponent’s pieces; a reduction in the number of their pieces of course results in them being able to occupy and surround less of the board’s surface, and nets you point into the bargain. Of course, part of the skill of the game involves trying to encircle your opponent’s pieces on the one hand while guarding your own areas from encirclement on the other*” (HAN, 2014).

2.2.2. Construção das teorias de RI e segurança chinesas

Para responder à pergunta anterior, considerando que:

1. Qin Yaqing (2007, 2009), sugere que:

At IR there are two definitions: the harder positivist definition of theory dominant in the United States and the softer reflectivist definition prevalent in Europe. While the former strictly explains causal relations and contains 'testable hypotheses of a causal nature', the latter is "anything that organizes a field systematically, structures questions, and establishes a coherent and rigorous set of interrelated concepts and categories" (ACHARYA; BUZAN, 2007 apud QIN, 2007).

2. Considerando que **no caso chinês existem duas classes de teoria** quando o termo é utilizado no contexto específico chinês:

- Uma orientada para a ação, definindo a teoria como guia de ação (QIN, 2007). Isso pode ser observado, por exemplo, nos três mundos de Mao (nós, nossos aliados, nossos inimigos). Este tipo de teoria ou pensamento estratégico *"is used to provide principles for policy-making and has immediate relevance to action"* (ibid.). Tipo de teoria de longa tradição, existente em Sun Tzu e nos antigos tratadistas militares (de cujos trabalhos existem novas reedições e interpretações desde 1978).
- A outra é orientada para o Conhecimento, definindo a teoria como uma perspectiva para entender o mundo e como uma conquista para a produção ou reprodução do conhecimento (ibid.).

3. Embora esses conceitos de teorias não sejam absolutamente excludentes, tal como reconhece Qin, *"I do not mean that the action- and knowledge-oriented theories have no relations at all. The first, after carefully theorizing, can become the second (ibid.)*, ambos, supostamente teriam, desde o início, diferentes propósitos (ibid.).

4. Segundo o mesmo autor: toda grande teoria de tipo cognitivo, se coloca como uma resposta aos grandes problemas das grandes potências; e finalmente,

5. Que na China haveria – pelo menos até 2007 – uma ausência de núcleo duro teórico (QIN, 2009) e um predomínio de um discurso de RI "ocidental" na academia chinesa (ibid.). Então, poderíamos estar tentados a responder que efetivamente seria pouco viável que a China desenvolvesse uma Teoria (no sentido cognitivo) própria em RI.

No entanto, a fim de contrastar essa afirmação tentativa e responder criticamente à pergunta original, é necessário aprofundar a construção da disciplina de RI na China, para a

qual vale destacar alguns elementos históricos gerais, relacionados ao estado da arte das TRI na China:

1 – **A queda do sistema tributário desde o início do “século da humilhação”** (por volta de 1840), depois de uma relativa tranquilidade que beneficiou a China no início do século XIX, diante de ameaças externas geradas indiretamente pelas guerras napoleônicas (1799-1820), e o desinteresse temporário das potências, especialmente da Inglaterra. O cenário mudaria radicalmente nas décadas seguintes, através de vários eventos que minaram e aprofundaram a rápida deterioração e deslegitimação da dinastia dominante:

- A assinatura do acordo sino-britânico em 1841, após a primeira guerra do ópio, com a qual a Grã-Bretanha encontrou uma maneira de resolver os antigos déficits comerciais. Mas também “*China cedía a perpetuidad la bahía de Hong Kong y aceptaba pagarle a Gran Bretaña una indemnización de guerra de 6 millones de “dólares mexicanos” (peso de plata mexicano que circulaba ampliamente en China y era tomado como medio de pago internacional)*” (ANGUIANO, 2010, p. 236).
- Um segundo tratado, de Nanquim, “assinado em 29 de agosto de 1842, onde o fim do isolacionismo chinês seria marcado e através do qual se abriram para o comércio exterior cidades portuárias chinesas” (ibid.).
- A impossibilidade de parar o saque de outras potências, incluindo a emergente: os EUA. Durante esse primeiro revés, teve que fazer concessões a este último em 1844.
- A Rebelião *Taiping* (“Grande Paz”), entre 1851 e 1864, que “tanto por sua magnitude e duração foi uma explosão e cujo posterior colapso causou a morte de várias dezenas de milhões de pessoas” (ibid., p. 239). E que, além de minar ainda mais a legitimidade dos imperadores manchus e seu “sistema decadente e corrupto”, tinha de ser confrontada com o apoio de potências estrangeiras, especialmente Inglaterra. Isso gerou mais aversões entre os chineses contra os regentes, mas ao mesmo tempo não criou um vínculo permanente entre os dois impérios; e o objetivo chinês era expulsar esses novos “bárbaros”.
- A segunda Guerra do Ópio, que começou em 1856, e significou novas concessões forçadas e onerosas em detrimento da China.
- Após o assassinato do vice-cônsul britânico “por grupos de minorias étnicas na fronteira com a Birmânia, Londres exigiu compensação e novos direitos, e ganhou a ‘Convenção Chefoo’, em setembro de 1876” (ibid., p. 244.), que afetou novamente os recursos chineses, mas mais ainda o prestígio (*mianzi*-face-honra social) da dinastia.

Por tudo isso, há uma tentativa de restaurar os valores do império, mas ao mesmo tempo propondo uma modernização da China, para torná-la, a partir de sua própria tradição, mais viável (algo que havia sido observado no Japão). Essa tentativa durou apenas 100 dias em 1895, já que a tia do imperador, *Cixi*, se declarou imperatriz e tentou reimplantar os valores mais conservadores da Sociedade Chinesa.

Finalmente, em 1900 ocorreu a última tentativa de expulsão dos estrangeiros, através da rebelião dos *boxers* (inclusive apoiada em um primeiro momento pela própria imperatriz). Esse fato marcou a derrota não só da viabilidade de uma China autoisolada, mas o aprofundamento do declínio definitivo da dinastia Manchu, e o corolário da incorporação da China no sistema interestatal como um componente periférico, que começou em meados do século XIX (através da sua incorporação na diplomacia mundial).

Uma incorporação que, dada a perspectiva sino-centrista do império e a sociedade chinesa, nunca havia sido solicitada, e era quase impossível de compreender:

During the opium war, the Chinese still tried to convince the British that China was self-sufficient to such degree that trade with outsiders was totally unnecessary. When the British insisted on entering to Canton city, the Chinese officials were puzzle as to why foreigners who belonged to another world would want to stay in China (HSU, 1999, p. 167).

2 – Portanto, **no final do século XIX**, e num cenário de competição econômica e militar, segundo Qin (2007), os chineses não apenas começaram a duvidar de suas próprias tecnologias, mas também a considerar que suas instituições reguladoras e de governança estavam equivoacas. Assim, oficiais e acadêmicos questionaram o sistema institucional: “*The 1898 reform initiated by Kang Youwei and Liang Qichao and the 1911 Revolution led by Dr. Sun Yet-san both sought a change in the political system and its institutions*” (QIN, 2010, p. 37).

3 – Iniciou-se assim **um debate entre os neoconfucianistas**, que invocaram o espírito do confucionismo e trataram de transformá-lo para aplicá-lo ao contexto moderno: “*They argued very strongly that Confucianism was the knowledge for cultivating one's moral character and developing one's temperament, thus having the superiority for humanities* (QIN, 2007); e a chamada **Western-learning School**. Eles defendiam a “ocidentalização por atacado” (ibid.), embora o vencedor não tenha sido declarado oficialmente. Ficou claro que a segunda escola venceu o jogo e se tornou o discurso dominante na China. Os últimos acreditavam que o confucionismo era uma doutrina assassina, com seus membros gritando *slogans* como “abaixo o confucionismo” (ibid.).

Portanto, o confronto das duas escolas de pensamento na China (também) refletiu o confronto de duas culturas (ibid.), em um cenário onde, de acordo com o mesmo Qin (2010, p 38), “os marxistas chineses foram, por extensão, os acadêmicos segunda escola (LI, 2003; ZHANG; GUO, 2003; GE, 2001)”.

4 – O **acima exposto influenciou o pensamento marxista reconstruído por Mao**, que seguindo a tradição republicana chinesa, ligada à salvaguarda do conceito de soberania ocidental, além de caracterizar o pensamento confuciano como parte de visões feudais, propôs o desdobramento da ação estratégica apresentada pela teoria dos três mundos, que poderia ser resumida como: “nós, os aliados e os inimigos”⁶⁰ (QIN, 2007, p.316). Construiu-se um sistema universitário para o estudo de RI, em que cada uma das três universidades de prestígio se estudavam os problemas conforme essa teoria. Ainda de acordo com Qin (2009, p. 187), de uma fase pré-teoria entre 1978-90, pode-se dizer que “*during this phase, there was an attempt to use classical Marxism to interpret important strategic thinking put forward by the political leaders. But little theoretical research in a genuine academic sense was done*”.

5 – **A partir do processo de Reforma e Abertura, há um processo de reapropriação e reconstrução do confucionismo** que subsequentemente influenciará teorias – por sua vez – reconstruídas como o *Soft Power* (que será analisado no próximo subtema).

6 – Após uma década de Reforma e Abertura, encontramos **o seguinte processo de “aprendizado por tradução”** (QIN, 2007). O primeiro livro traduzido em 1990 foi o de Hans J. Morgenthau: “*Politics among Nations was the milestone*”. Assim o realismo tornou-se um discurso central na academia de RI chinesa. Essa etapa coincidiu com um momento que mais tarde foi caracterizado por Qin (2009) como a Fase de Aprendizagem Teórica (*The Theory-Learning Phase*), cuja primeira subfase seria entre 1991-2000.

7 – A partir daí, várias **novas traduções** foram rapidamente introduzidas nos currículos de estudo, com maior autonomia para a cadeira:

As a result, three major theory-oriented research directions have emerged: Realism, Liberalism, and Constructivism in the American IR community which provide different understanding around the key IR concepts such as sovereignty, national interest, balance of power, norms, and identity (Y. Wang, 2006)... A study shows that in the period between 1996 and 2001, ten leading IR journals in China published 3,398 IR articles, covering nine issue areas [IR theory, great power relations, security, area studies, international organizations, international regimes,

⁶⁰ Segundo Qin (2007): “*A consistent strategy of Mao was to distinguish among three categories: ‘we’, ‘ally’, and ‘enemy’. Then, ‘we’ should unite our ally against our enemy. Domestically, Mao believed that there were different classes, some of which were allies and others were enemies. Internationally, it was similar. Mao’s three-world theory in fact was a theory that distinguished the ‘we’, the ‘ally’, and the ‘enemy’*”.

international political economy, human rights, and globalization/global governance] (Wang, 2002) (QIN, 2007, p. 4-7).

8 – Entre 2000 e 2007, produziu-se uma **segunda subfase**, que Qin (2009) denomina **de aprofundamento**:

Seventy-four IRT books were translated ... which is a seven-fold growth over the previous decade. Moreover, the focus of IR in China has somewhat shifted from classical mainstream IRT in the US to other areas pertaining to feminism, world governance theory and complexity theory. The English School of IR has engaged the attention of Chinese IR scholars in particular. There is empirical evidence to suggest that interest in IRT among Chinese scholars grew immensely during this deepening stage (ibid, p. 191).

Neste ponto deve-se assinalar que, desde o processo de reforma e abertura, o próprio Qin (2013, p. 74) complementou esse estado da arte, afirmando que as três teorias norte-americanas predominantes em RI - realismo, liberalismo e construtivismo - ocupam lugar central. Assim, os artigos teóricos surgidos em publicações periódicas mostram que 45% entre 1978-1990, 69% entre 1991-2000 e 75% entre 2001 e 2007 utilizam as teorias norte-americanas de RI.

A partir daí, o mesmo Qin, em 2009, reconheceu o esforço na inovação das TRI China sobre a imitação que combina com o crescente esforço para propor uma escola própria, buscando uma centralidade que recuperasse a longa tradição confucionista. Ao mesmo tempo, isso permitiu afirmar que durante o processo de aprofundamento (que ainda continuaria de acordo com o mesmo autor) construiu um cenário onde

Contending schools have sought to advance their perspectives on a distinct Chinese worldview and build a theoretical paradigm. It may take into account the following three conceptual positions: Marxism, traditional Chinese philosophy, and the confluence of Western (realism, liberalism y constructivisms) and Chinese intellectual traditions, which may give rise to an integrative framework in future (QIN, 2009, p. 195-196).

Tal construção integrativa, apesar de não registrar um avanço imediato significativo nos registros de publicações, está presente no trabalho de estudiosos chineses influenciados pelo discurso do cientificismo ocidental (como o próprio Qin ou como visto com o exemplo de Yan Xuetong). No entanto, também está presente *think tanks* articulados ao PCC, numa perspectiva de teoria não apenas cognitiva, mas especialmente ligada à criação de guias de ação estratégica.

No mesmo sentido, o trabalho de Zhao Tingyang, um pesquisador da Academia Chinesa de Ciências Sociais (CASS), afirma em seu trabalho *Tianxia Tixi: Shijie Zhidu*

Zhexue Daolun (Tianxia System—An Introduction to the Philosophy of World Institutions) de 2005, que o mundo governado por moderno sistema internacional nascido da Westfalia é um “nenhum mundo”⁶¹: “*inter-state institutions cannot solve trans-state and global problems. He holds that the Confucian Tianxia institutions are global in the real sense of the term and, therefore, constitute the prerequisite for establishing a global system and solving global problems*”⁶² (QIN 2009, p. 197).

Aqui, vale a pena recordar a natureza holística do concepções e Sistema *Tiānxià*,⁶³ o que, somado à percepção de que se aproxima como o de Zhao, começou-se a perceber um bom começo para a construção de um paradigma das RI chinesas (ibid.), e percebe a orientação que informa as TRI chinesas, mas também a PPC, enquanto há uma relação entre Universidades-*Think Tanks* e o Estado-Partido, que não sendo de natureza mecânica, cria uma articulação, especialmente para processar os desafios estratégicos da China quanto aos desafios impostos a sua ascensão dentro da OM.

Aquí também podemos observar que há um desenvolvimento de harmonização conceitual entre soberania e no sentido de “*Lack of an Awareness of international-ness*” presente no mundo de *Tiānxià*, através da tradição dialética que recuperaria o sentido de *autenticidade e individualidade* do pensamento confucionista. Por isso, ao mesmo tempo, podemos encontrar onde uma matriz resiste, mesmo reconstruída e orientada à geração de sentidos, significados e ressignificados dentro da prática acadêmica do campo das RI.

Por tudo o que foi aqui mencionado, para responder se a visão tradicional tornou a construção recentemente uma TRI própria pouco viável, podemos levantar duas reflexões:

1. Se se afirma que os padrões de que o Grande Problema – Grande Ideia para Resolvê-los, então possivelmente ninguém poderia questionar a construção da teoria “própria” mesmo antes da ascensão final da China como uma potência mundial, pelo menos econômica (2002);

2. Mas, se se observa que há uma apropriação para aplicações práticas das referidas teorias, reconstruções de visões do pensamento chinês tradicional, além de reconstrução de teorias com particularidades orientadas pelos problemas de RI concretas chinesas, em nível estratégico (incluindo compreender e fazer-se compreender); e portanto, a geração de

⁶¹ Para Zhao, segundo Qin (2013, p. 4) “*esta definición califica el mundo actual como un ‘no mundo’ que, en el plano filosófico e institucional, no es un mundo en absoluto (Zhao, 2005). Esto se debe a que las instituciones existentes han sido creadas por y para los estados, sobre la base de los propios intereses de los estados y, por lo tanto, son incapaces de superar los límites del estado-nación*”.

⁶² O qual também se articula com a perspectiva de busca de destino comum da humanidade, já divulgado especialmente durante o governo de Xi Jinping.

⁶³ Zhao también afirma que “*el sistema de Tiānxià y la consideración de la familia como su principio rector constituyen modelos ideales de sociedad y buena gobernanza para un espacio que es mundial*” (QIN, 2013, p. 5).

conhecimento que informa a comunidade acadêmica, *think tanks*, PCC e tomadores de decisão na política externa da China – assim é possível afirmar que existe uma construção teórica própria e particular.

Última resposta, que é reforçada, estudando o caso do conceito do chamado SPC. conceito central, que tentaria “traduzir” e trazer os conceitos e matrizes de pensamento chinês atravessados em grande parte pelo pensamento e valores de Confúcio (novamente dentro do campo das *Ideias*, que têm impacto sobre as instituições e domínio das capacidades materiais e vice-versa); e que tenta explicar, mas também articular atores, através da promoção de uma legitimidade baseada no discurso da ascensão e desenvolvimento pacífico, benefício mútuo (reciprocidade) e respeito mútuo; que dialoga com a relação: soberania-Estados, como indivíduos hierarquicamente semelhantes.

2.2.3. *Soft Power chinês*

Antes de analisar o tema específico deste subtema, é necessário apontar o contexto das RI a partir do processo de reforma e abertura, e que explica a necessidade de se ler paradigmas “ocidentais” e sua reconstrução a partir da matriz dialética do próprio pensamento chinês, e que ao mesmo tempo permite a orientação de sua política internacional dentro da atual configuração de forças na OM:

A critical analysis of the process of development and growth of IRT in China shows that Chinese interest in various schools of IRT varied according to the Chinese experience with the reform process. Thus, during 1978–90, realism appealed to the Chinese scholars, especially because that was a phase when China began to make itself a normal member of the international system and a nationstate with legitimate national interests. During the next phase (1991–2001), liberalism held sway, as China sought to integrate itself effectively with the wider world and join international organizations. With the debate on the peaceful rise of China assuming centrestage during the current phase (since 2001), constructivism has attracted greater attention among the Chinese scholars (QIN, 2009, p.198).

Tudo isso coloca novos desafios para a reconstrução inovadora de nossos próprios paradigmas; que, embora possam dialogar com os termos e conceitos associados aos construtos teóricos “ocidentais”, permitem desenvolver ou fortalecer formas de entender e projetar politicamente os interesses da RPC dentro da OM. É precisamente nesse contexto que podemos entender o debate do CPS.

Portanto, como uma introdução às propostas centrais do SPC, vale lembrar alguns pontos relevantes das concepções de *Soft Power* de Nye (1990, 2004), já desenvolvidas no capítulo anterior; e onde podemos recuperar sumariamente três abordagens:

- Que além do campo científico, cultural e ideológico, novas formas de comunicação, mercados financeiros e difusão de tecnologias modernas representam poder.

- Que ao contrário do *hard power*, o *cooptative power* (que possui características cooperativas) o *Soft Power* representa a capacidade de um país de estruturar uma situação em que outros países desenvolvem preferências ou definem seus próprios interesses de maneira consistente com as preferências do primeiro. Assim, o *soft power* facilita a extensão do poder, pois é capaz de permitir que um país “*get other countries to do what it wants*”; ao contrário do “*hard power or command power of ordering others to do what it wants*”, e portanto, esse *Soft Cooptative Power* está no mesmo nível de importância do *Hard Power*.

- E que:

A country may obtain the outcomes it wants in world politics because other countries – admiring its values, emulating its example, aspiring to its level of prosperity and openness – want to follow it. In this sense, it is also important to set the agenda and attract others in world politics, and not only to force them to change by threatening military force or economic sanctions. This soft power – getting others to want the outcomes you want – co-opts people rather than coerces them. “Soft power rests on the ability to shape the preferences of others”⁶⁴ (Nye, 2004).

Cabe mencionar, no entanto, um duplo movimento:

1. Embora essas abordagens informem o debate do SPC na China, e isto, por sua vez, informa e influencia tanto o discurso da política externa da China quanto a construção de sua projeção política, as propostas de Nye não são mecanicamente apropriadas, mas sim dialéticas e dinamicamente, por acadêmicos e tomadores de decisão, de acordo com o diálogo com a própria matriz de pensamento da China (incluindo o tradicional e o marxismo chinês, por exemplo), interesses estratégicos chineses; e que

2. As principais concepções do SPC também constroem um discurso que é orientado para tornar traduzível, compreensível e / ou aceitável a projeção chinesa em relação a outros países e instituições internacionais.

Em termos gerais, e como estado da arte, podemos apontar que o SPC,⁶⁵ desde o debate acadêmico chinês, tem duas correntes principais. A primeira, que pode ser considerada

⁶⁴ Aqui também existiria um elemento de consentimento que poderia relacionar-se com a perspectiva gramsciana e coxiana sobre hegemonia, “*donde la fuerza no debe ser utilizada con el fin de asegurar el dominio del fuerte hasta el límite de que el débil acepte las relaciones de poder prevalecientes como legítimas. Esto lo puede hacer el débil si el fuerte ve su misión como hegemónica y no meramente dominante o dictatorial, esto es, si desea hacer concesiones que puedan asegurar la aquiescencia del débil respecto a su liderazgo y si puede expresar su liderazgo en términos de intereses universales o generales, más que como mero apoyo a sus propios intereses particulares*” (COX, 1993, p. 145).

⁶⁵ “*Three different Chinese phrases are used for soft power - ruan shili, ruan quanli, and ruan lilian. In Hu Jintao’s political report delivered to the 17th Party Congress, he used the term ruan shili*” (GLASER.; MURPHY, 2009, p. 11). Nesse momento, acadêmicos e até funcionários continuavam debatendo o termo apropriado (ibid.), o que novamente dá conta do processo dinâmico na construção e projeção da geração de

proveniente da escola cultural, da perspectiva de importantes filósofos e sociólogos chineses, “o núcleo do Soft Power é a cultura”, ecoando a primeira opinião expressa por Wang Huning nos (princípios) anos 1990 (GLASER; MURPHY, 2009); e também da perspectiva de um defensor proeminente desta escola, Yu Xintian para quem o “*soft power includes thoughts, ideas, and principles as well as institutions and policies, all of which operate within the context of, and cannot be separated from, a nation’s culture*” (ibid., p. 15).

Enquanto que a segunda “*held by some international relations experts, does not deny the importance of culture but focuses instead on how soft-power resources are used, concluding that political power is the core of soft power*” (ibid.), onde além disso se identifica a possibilidade de construção de blocos políticos no âmbito internacional.

Uma visão dentro desta segunda escola, liderada por Yan Xuetong e Xu Jin, propõe que “*el soft power consists of international attractiveness, international mobilization capability, and domestic mobilization capability*” (ibid., p. 19). Inclusive eles chegam a sugerir – numa tentativa de quantificar o SPC em relação ao dos EUA (que seria um terço, aproximadamente), que:

To catch up, China must rebalance its domestic development and establish a harmonious society — social equality and justice — as the political basis for soft-power construction, (They) also proffer the controversial idea that China should “rethink its nonaligned policy” and make “increasing the number of strategic allies the main aim of soft power construction” (ibid.).

Além dessas duas visões gerais, outra perspectiva (a chamada “holística”) é apresentada pelo professor da Escola Central do PCC, Meng Honghua, que acredita que

When analyzing China’s soft power, the theory needs to be enriched with Chinese practice. What also differentiates China’s soft power debate is that - in contrast with Nye, who viewed soft power primarily as a means of improving the international standing of the United States - the Chinese approach to soft power is holistic: the domestic and foreign policy aspects of soft-power development are conceived as an organic whole. For example, the idea of “establishing a “harmonious society” domestically and establishing a “harmonious world internationally” is seen as providing a “comprehensive framework for the ongoing development of China’s soft power”. Most Chinese scholars agree that soft power must be developed not only internationally through the promotion of Chinese culture overseas, public diplomacy, and pursuit of peaceful development but also at home through making China’s culture, as well as economic and political values, attractive to both a Chinese and an international audience (ibid., p. 20).

Aqui, deve-se notar que, sem bem que até alguns anos atrás, a corrente cultural predominou, agora, tal debate deve ser revisto ainda mais (especialmente quando contrastado com o tipo de PPC na ADS), uma vez que o trabalho de Glasser e Murphy também relata que

sentidos no pensamento chinês contemporâneo, como extensão da “maquinária” harmonizadora e dialética do exercício reflexivo chinês tradicional.

a concepção do então *soft power* com características chinesas (agora SPC propriamente dito) não só se inscreveu no campo acadêmico, mas também se tornou parte do discurso de altos funcionários do Estado, e até mesmo alguns atores proponentes do debate, como o professor Wang Huning, eram delegados dentro de funções de alta responsabilidade dentro do partido. Assim Wang, pela primeira vez em 2002, foi recrutado pelo ex-presidente Jiang Zemin para ser diretor do Escritório Central de Pesquisa de Política, o Centro de Análise do PCC, para rapidamente, na era Hu Jintao (2002-2012), e promovido a membro da poderosa Secretaria Central do PCC (GLASSER; MURPHY, 2009; BBC, 2017).

Diante do exposto, pode-se por fim observar que o conceito de *soft power* na reconstrução chinesa, pode permitir-nos compreender e fortalecer forma condensada: a) o argumento da existência de uma matriz de Confúcio dentro do pensamento das RI chinesas contemporâneas; b) a capacidade de reapropriação, reconstrução e dialética entre o pensamento chinês tradicional em relação às perspectivas ocidentais; e c) a articulação da teoria como esforço cognitivo e teoria como ação prática. Mas também, abrir a reflexão sobre o tipo de projeção política proposta pela China, onde coexistiriam elementos relacionados com as ideias de legitimidade; debate sobre hegemonia de outro tribunal – não hegemonia; e até articulação de bloqueios.

Além disso, notamos uma quarta escola que caracteriza o SPC, que poderíamos definir através da abordagem do professor Shi Yinhong (2017),⁶⁶ para quem o SPC aplicado no caso da ALC e ADS, pode ser entendido considerando-se especialmente uma implantação econômica estratégica não impositiva; uma implantação do SPC que não pode ser comparada com os interesses estratégicos, de segurança e defesa chineses, implantados na área de influência imediata da RPC; e que, de acordo com o mesmo pensador, não é possível definir os interesses chineses ou suas RI de uma única escola de pensamento. Assim, mesmo o próprio realismo teria limites para entender a PPC dentro de sua própria área geográfica imediata.

2.2.4. Os anéis de interesse orientados para a segurança

Aqui, é necessário rever as perspectivas sobre os anéis de interesse orientados para a segurança na China (não necessariamente entendidos, em todos os seus elementos, como diretamente relacionados à defesa). Isso também significa rever aproximações da região,

⁶⁶ MRH, Notas de campo, entrevista Professor Shi Yinhong, Pequim, China, abril de 2017.

como área de interesse estratégico e, posteriormente, nos capítulos seguintes, entender a relação desenvolvida com as regiões LAC e ADS.

Pode-se notar inicialmente que, neste assunto, reproduzindo a perspectiva do sistema *Tiānxià*, há a ideia de anéis concêntricos nos anéis de segurança e diplomacia, cuja centralidade é semelhante ao entorno da Cidade Proibida, em Pequim (QIN 2007; BROWN, 2017). Assim, podemos rever algumas caracterizações, sobre anéis concêntricos em relação a interesses. A seguir, as duas primeiras caracterizações que teriam a ver com uma perspectiva realista guiada pelo paradigma norte-americano de RI.

For Yuan (Peng), China's contemporary diplomacy is best viewed as operating across three rings: an 'inner ring' related to Beijing's relations with its 14 direct neighbors; a 'middle ring' that encompasses Beijing's relations with nations within East Asia, Southeast Asia, South Asia, the Middle East and the Pacific; and an 'outer ring' encompassing Beijing's relations with nations far beyond its geopolitical neighborhood. In this context Central Asia straddles the inner and middle 'rings' and holds the potential to facilitate the expansion of Chinese power and influence into the 'outer ring' – i.e. to the truly global level” (Yuan 2013, 59-60 apud CLARKE, 2016, p. 20).

Da mesma forma, para autores norte-americanos como Nathan e Scobell (2012) e em um trabalho posterior de Nathan (2015), haveria quatro anéis de segurança:

1 - O primeiro, diretamente relacionado à segurança interna, incluindo os problemas do Tibete, Xinjiang, Hong Kong, a fronteira com a Coreia do Norte; e o problema de Taiwan, talvez o que consome mais energia no planejamento de defesa da China, entre outras questões domésticas (NATHAN, 2015). Vamos lembrar que para 2012, 23 países ainda reconheceram diplomaticamente o governo de Taiwan, e que sua segurança é garantida pelos Estados Unidos. A este nível, também deve ser mencionado que os outros desafios estão relacionados à entrega de fundos e assistência técnica por fundações e governos estrangeiros para promover a “sociedade civil”, entre outros (NATHAN; SCOBELL, 2012).

2 - O segundo refere-se aos países adjacentes,⁶⁷ com os quais cinco foram travadas guerras nos últimos 70 anos (Índia, Japão, Rússia, Coreia do Sul e Vietnã) e vários Estados governados por regimes instáveis (ibid., p. 34).

3 - O terceiro anel de segurança consistiria na política de seis regiões geopolíticas em torno da China: Nordeste da Ásia, Oceania, Sudeste da Ásia, Sudeste da Ásia, Marítima, Sul da Ásia e Ásia Central. Cada uma dessas áreas apresentaria problemas diplomáticos e de segurança (ibid., p. 34), aos quais se devem somar os sistemas regionais que envolvem os

⁶⁷ Quatorze países segundo Nathan e Scobell, em 2012 (terrestres), e 19 países de acordo com Nathan, em 2015 (entre terrestres e com limite marítimo).

Estados Unidos, Austrália, os outros países do Sudeste Asiático que não possuem fronteiras com a China e outros. (NATHAN, 2015, p. 8).

4 - O quarto incluiria o resto do mundo, como ALC, África, Oriente Médio e Europa, e onde, segundo Nathan (2015), a China não teria condições de garantir seus interesses. Da mesma forma, este anel representaria

The world far beyond China's immediate neighborhood. China has truly entered this farthest circle only since the late 1990s and so far for limited purposes: to secure sources of commodities, such as petroleum; to gain access to markets and investments; to get diplomatic support for isolating Taiwan and Tibet's Dalai Lama; and to recruit allies for China's positions on international norms and legal regimes (p. 34).

Uma terceira caracterização, revisando as concepções de Brown (2017), permite reconhecer a aproximação de quatro anéis diplomáticos da China, levando em conta que a diplomacia tem em alta consideração a questão da segurança.

1 - O primeiro tem a ver com a relação estratégica e complexa com os EUA

In terms of trade, links, and ability to help or hinder, there is no more crucial partner for China. And yet, since the era of Deng Xiaoping, it has been a link afflicted by ambiguity and frustration. China has always known the folly of trying to directly confront and challenge the US. But it also wants more strategic space.... This is why, since 2013, Xi Jinping ... has described the first circle as "a new model of major power relations" (BROWN, 2017).

2 - O segundo anel se refere aos países mais próximos da China, os 14 vizinhos continentais e seus muitos vizinhos marítimos, com os quais se encontra em disputa por territórios de mar e de terra: *"This region is beset with issues left over from history, some reaching back thousands of years. Japan, Vietnam, India, Russia, North Korea – a tough neighbourhood. And until Xi, China lacked a story to capture this region"* (ibid.). No entanto, através da atração, com iniciativas como *One Belt and Road*, é onde se concentra o enfoque dos benefícios econômicos mútuos.⁶⁸

3 - No terceiro anel, de acordo com o próprio Brown, há a União Europeia e as potências europeias. Os mais de 450 bilhões de euros em comércio bilateral em 2016 esclarecem o interesse; mas também a UE é importante para a China, mais do que outras potências, devido à enorme quantidade de transferência de tecnologia e propriedade intelectual⁶⁹ (ibid.).

⁶⁸ Assim, o convite a mais de 60 sócios se baseia na ideia: *"to think of ways of engaging more with opportunities for involvement in China, and attracting Chinese investment"* (BROWN, 2017).

⁶⁹ Segundo Brown, a reforma e a abertura não teriam sido exitosas sem as tecnologias automotrizes, manufaturas

4 - O quarto anel de interesse diplomático é composto por África, Oriente Médio, ALC, da mesma forma que o Ártico e os Círculos Antárticos. “*For these, the core interests are resources, investment opportunities, exploring new markets, and building alliances that are useful for helping China in the United Nations when it risks being criticized over human rights or other issues it is sensitive about*” (ibid.).

Como visto, e coincidindo com Shi (2017),⁷⁰ o que operaria com ALC e ADS é o conceito de *soft power* entendido como uma estratégia econômica, da qual a atração pode ser deduzida, precisamente porque a PPC na região não se baseia em interesses estratégicos (entendidos como interesses diretos de defesa e/ou preocupação militar). Ou seja, de acordo com o próprio Shi (em 2010), para a China, a região da ALC não gera interesses orientados a responder e solucionar as ameaças que dizem respeito a soberania, segurança e defesa na área de influência direta da RPC⁷¹. Isto é, a região, para a perspectiva chinesa, representa desafios estratégicos de um tipo diferente de outras áreas contíguas ou o que isso significa para outras regiões e grandes potências.

No entanto, e além da concepção estratégica de anéis de segurança, a região teria potencialidades de interesse estratégico para a PPC, tanto no nível da associação política frente aos desafios impostos pela OM – como ameaças a soberania e integridade territorial –, bem como recursos abundantes. Estes, além do apoio ao campo da produção e consumo chineses, são necessários para o desenvolvimento e/ou apoio as capacidades materiais no setor de segurança e defesa, incluindo aqueles relacionados ao campo militar, bem como segurança alimentar.

2.3. A nova China e o PCC como mediador da Ordem Mundial

Neste ponto, deve-se notar que o CESC não pode ser compreendido, mas o PCC é entendido. Portanto, é feita uma revisão que permite articular elementos já revisados neste capítulo em relação à dinâmica do Partido.

Assim, para rever a relação entre as ideias do confucionismo e aquelas que efetivamente ainda informam o PCC, pode-se notar que:

computacionais e de trens – neste último caso, especificamente o desenvolvimento da impressionante rede de trens de alta velocidade teria ocorrido sem a tecnologia alemã (ibid.).

⁷⁰ MRH, notas de campo, entrevista abril de 2017.

⁷¹ Segundo Shi Yinhong, a China não tem interesses estratégicos militares ofensivos ou defensivos na América Latina. O país tem interesses estratégicos na Ásia por questões geográficas (REYES; PÉREZ, 2010).

- As capacidades baseadas na virtude, de acordo com o confucionismo, podem ser alcançadas através da educação ao invés de punição ou leis⁷² (válidas para indivíduo-sociedade-Estado e as RI).

- Tal política de educação também está relacionada com o campo das ideias políticas, já que um dos principais objetivos do confucionismo foi produzir consistentemente o tipo certo de pessoas para o governo e administração; e obter sucesso tanto internamente quanto na construção de relações positivas e mutuamente benéficas com outros Estados.

Por isso, e colocando-nos na China contemporânea, o PCC acredita que “a China é um país com milhares de anos de história, onde se reconhece que governar pela lei é uma estratégia básica, mas não se pode esquecer regra em virtude – não há contradição nos dois conceitos, trata-se de coordená-los bem. Governar sob virtude exige que líderes e funcionários sejam um exemplo de virtude para todos os cidadãos”.⁷³

Tudo isso confirma a existência de uma continuidade do pensamento confucionista que informa o campo de ideias e a administração de instituições pelo PCC e, portanto, o CES. Mas também relata por que a ênfase na luta contra a corrupção nos últimos anos, a chamada para a disciplina e a luta contra o “hedonismo” (ibid.), entendido pelo partido como uma busca individual egoísta, e que na perspectiva confuciana não responderia à construção de uma individualidade virtuosa totalmente articulada à ordem social harmoniosa, e que teria consequências mesmo no relacionamento com outros Estados (lembremo-nos novamente do *continuum* do indivíduo até as RI).

Por outro lado, e continuando com as ideias intersubjetivas no longo prazo, nessa continuidade indivíduo-sociedade-Estado-RI, deve-se observar que a China, como um Estado-civilização, e sua projeção seriam informado por um tipo de teoria que serve para guiar a ação. Esse tipo de *pensamento estratégico* é usado para fornecer princípios para *policy-making* e tem relevância imediata na prática. É, assim, um tipo de teoria com longa tradição, já presente nos antigos tratados militares, por exemplo.

Essa longa tradição também é complementada por teorias que informam a dimensão de *imagens coletivas* (que orientam a disputa sobre o modelo de desenvolvimento não apenas local, mas internacional) e que nutrem dialeticamente o PCC e a projeção chinesa. Assim, além do pensamento de Marx e Lenin (especialmente sobre o imperialismo), cabe citar o

⁷² Recordemos que “os controles através da lei, somente através do medo do castigo, não constroem o caráter moral de uma pessoa” (DOUPE, 2003, p. 5-6), tampouco de um Estado.

⁷³ MRH, Notas, diário de campo, China, 20-30 março 2017.

pensamento de Gramsci, pois “o PCC presta atenção à liderança da cultura, e absorveu sua teoria da ideologia e da cultura”.⁷⁴

Operando nessa mesma dimensão – mas também seguindo a tradição de geração de pensamento estratégico chinês – outra perspectiva central que informa a projeção chinesa é o pensamento marxista reconstruído por Mao e sua abordagem à ação estratégica proposta em sua teoria de três mundos, a mesma que também está sendo reconstruída pelo PCC sob o novo momento histórico (ibid.).

Por outro lado, desde que os chineses se ergueram como potência, o significado de sua ascensão pacífica foi elevado, o que, em seu sentido mais básico, significa

First, China aspires to develop into a World Power; second, China will do so without going through any major war or protracted cold war confrontation with other great power or powers. Meanwhile, peaceful rise also in a nearly same basic sense indirectly means a third thing that China aims at becoming a lasting or sustainable first-rate World Power, instead of a one with quick rise and soon quick fall that has been seen frequently in the modern world history. A peaceful rise without major war or protracted cold war confrontation with other great power or powers, or in other words a rise evading these two circumstances with their probably enormous costs broadly defined, is a requirement not only for becoming a first-rate great power, but also for sustaining such a status as long as possible. (SHI, 2010).

Nesse mesmo nível de análise, deve-se lembrar que o conceito, como o mencionado acima, de desenvolvimento pacífico, ou o de *soft power*, foi incorporado aos documentos oficiais do PCC.

O caso do *soft power* ainda nos permite deduzir que a reconstrução e ressignificação desse conceito, como de outros, é um exercício que tenta “traduzir” e assim facilitar a compreensão de suas particularidades em outros países e *civilizações*. Esse mesmo exercício é verificado com o caso de termos como “*think tanks*”, os quais “já existiam na história chinesa como um corpo de assessores, ou sábios, e estão sendo atualizados para funcionar de maneira semelhante a outros *think tanks* no mundo” (ibid.). Trata-se de uma lógica de conceito que “traduz” e ao mesmo tempo provoca o ajuste ou adaptação de práticas e instituições próprias aos conceitos “ocidentais” aos quais eles estão se referindo.

Portanto, também deve ser levado em conta que o PCC comanda a estrutura de força: *instituição*, e ao mesmo tempo é informado, reconstrói significados e gera sentidos na estrutura de força *ideias*, o que também impacta na construção das instituições. Da mesma forma, pode-se notar que a projeção chinesa é informada por uma variedade de teorias e pensadores, dos quais apenas alguns principais foram aqui mencionados. Tudo isso, somado à

⁷⁴ MRH, Notas, Diário de campo, China, 20-30 março 2017.

longa história do pensamento chinês antes e depois da República Popular da China, constitui uma complexidade que prova “que a compreensão da China sob um único corpo teórico é extremamente difícil para a academia ocidental”, especialmente no que diz respeito a para o campo de suas RI e segurança.

Agora, se o PCC comanda e administra instituições e apropriação-reconstrução e geração de sentidos no campo das ideias, também deve reconhecer os desafios atuais no campo concreto das capacidades materiais. Estes seriam atravessados pelo cenário de culminação projetado na primeira fase do socialismo em 2020, e espera-se atingir a “consolidação integral da sociedade moderadamente próspera”.⁷⁵

Cabe observar aqui que tal consolidação também tem a ver com a forma como a China se inseriu estrategicamente na economia mundial, e especialmente na chamada *globalização*, tendo em conta que a liderança política do PCC operou de acordo com os interesses e vantagens oferecidos por certas dimensões desta.

Em termos gerais, pode-se observar que, no nível comercial, a China construiu as capacidades atualmente instaladas que lhe permitiram ser um ator central no chamado “mercado mundial livre”. Orientou-se especialmente desde a crise de 2007 e 2008 e do XIX congresso (2012) cada vez mais para uma produção com maior valor agregado, fruto da investigação e inovação, ao mesmo tempo que reduziu a vulnerabilidade de sua economia que ainda articulava fortemente para fatores orientados para o exterior: produção industrial para exportação e captura de IED.

O nível comercial, aparentemente, seria localizado apenas dentro dos benefícios econômicos imediatos, e também se ligaria ao campo da política, enquanto o comércio – com base no maior capacidade de produção cumulativa – cria riqueza e, portanto, poder. Nesse sentido, entende-se que, na situação atual, a China se tornou “promotora” do “livre comércio”, especialmente desde o surgimento dos discursos das grandes potências ocidentais, que podem ser caracterizadas como parte de um ressurgimento do nacionalismo econômico por declínio de energia na OEM.

No nível de IDE, a lógica chinesa imprime outro caráter ao sentido hegemônico da *globalização*, enquanto seus maiores investimentos são dirigidos e planejados por acordos interestatais ou planejados conjuntamente em blocos regionais. Esses investimentos, ao mesmo tempo se vinculam a seus próprios interesses econômicos, tendo em conta que mesmo

⁷⁵ Enquanto ao mesmo tempo se propunha uma transição a uma segunda etapa que iria de 2020-2050, para “*acelerar una mayor y mejor distribución de la riqueza reconociendo y superando los desequilibrios*” (MRH, notas, ciário de campo, China, 30 março de 2017). Tema que foi incluído no debate do XIX Congresso Nacional do PCC e que repercutirá na OM, tanto como a atual configuração de poder e a conjuntura internacional.

as empresas chinesas com capitais predominantemente privado são comandadas pelo Estado, e a existência de supervisão do público por parte do PCC. Estes interesses econômicos óbvios são compreendidos com base em três movimentos gerais: 1) que fixam os recursos estratégicos para seu desenvolvimento produtivo, mas também estratégicos para o setor de defesa, como no caso do petróleo (segundo KLARE, 2008) e já relatados na política chinesa do “*Go Out*” ou a “estratégia chinesa do ‘*Going Global*’”; 2) facilitar a venda de sua (super)produção no mundo; 3) promover o investimento, ou seja, mobilizar capacidades materiais acumulados, ao mesmo tempo que sua própria demanda, através da geração de emprego no exterior.

Por último, deve-se notar que dois elementos internos gerados pelas concepções do PCC para seu desenvolvimento interno com base nas necessidades e perspectivas estratégicas do processo de reforma e abertura também devem ser considerados para a compreensão da implantação da PPC. O primeiro sob o princípio de “atravessar o rio tateando as pedras”, que informa o segundo: “a prática de experimentar em pequenas populações, de modo que, se bem-sucedidas, tais políticas sejam expandidas regional e nacionalmente”. Esta ação também deve ser compreendida dentro do marxismo chinês, para o qual “a prática é a base da teoria” é uma máxima. Essa concepção deve ser vista também levando-se em conta que o longo prazo presente na tradição chinesa – e ainda mais em questões estratégicas – atravessa o tempo no qual o PCC processa a materialização dos objetivos políticos do pensamento marxista.

2.4. Elementos complementares para compreender o relacionamento do Estado na RPC

Como primeiro ponto, aqui analisaremos elementos adicionais da perspectiva estratégica e do PPC além dos de longo prazo, já indicados. O objetivo é fortalecer a compreensão da centralidade do Estado na China contemporânea (legalidade-partido), sua perspectiva estratégica e flexibilidade tática, e outras dimensões que impactam nas formas concretas de seu relacionamento.

O Estado chinês, historicamente, desempenhou papel de intermediação entre forças sociais e OM, que pode ser caracterizado como centralidade monopolista. Nesse sentido, como primeira entrada, podemos apontar a formação do Estado como um processo histórico-cultural. Como afirma Hans Steinmüller (2007, p. 2):

A state consists not only of administrative processes, an institutional framework, or a Weberian ‘rational’ state-machine. Besides that, it needs the cultural inculcation of practices and beliefs which make it possible. In the practices described, the

boundaries between state and society are blurred (cf. Gupta 1995)...This theoretical point (could be) similar to what Pieke proposes as “the state is society” in an article on the Chinese state (PIEKE 2004).⁷⁶

Então, pelo menos até 2006, a ordem social hegemônica chinesa poderia ser caracterizada como “*the intermingling of Maoist, neoliberal, and particularly chinese forms of governance (that) are played out in everyday forms*” (ibid.).

Daí a importância da revisão já feita para os valores centrais que informam: a) política interna e internacional, como da matriz confucionista; como uma concepção que informa a implantação de táticas e estratégias da Política Internacional chinesa que se baseia no longo prazo; b) as formas particulares de governança tradicional chinesa; e c) os elementos centrais do pensamento estratégico de Mao contra a OM após a Segunda Guerra Mundial. Enquanto os elementos “neoliberais” estariam presentes tanto em retórica e práticas muito concretas – que na realidade podem ser lidos como um grau de abertura calculada e estratégica (PADULA, 2018) e podem ser compreendidos num contexto histórico específico, e de um movimento tático para que as capacidades produtivas chinesas instaladas e potenciais capturem recursos, sejam implantadas no mercado interno, projetem-se para o exterior e produzam acúmulo econômico, como base de geração de riqueza e poder; formas sempre temperadas pela centralidade do Partido-Estado.

Por outro lado, além dos elementos relevantes já analisados, sobre o *Weiqi*, as TRI e a segurança chinesas, a visão de longo prazo que também deve ser considerada como parte de uma perspectiva estratégica. É necessário destacar quatro elementos complementares que explicam as práticas concretas das RI chinesas contemporâneas.

1 - O PCC como guardião de última instância da legalidade-acordos-sistema de Justiça, já que este, enquanto Partido-Estado reproduz a “ideia” da natureza do Estado idealmente orientado pelo “amor paternal e disciplina” (LING, 2016), e a partir de um tipo de relação em que “desde os ‘funcionários Pais-Mães’ até o Pai Estado confucionista, e o povo, devem ser filiais”⁷⁷ (ibid., p. 29, 30). Todas estas, ideias de longo prazo, ainda presentes, atribuem ao PCC o papel de “intermediário legítimo”, além de “a figura guardiã de última instância”.⁷⁸

⁷⁶ Isto está de acordo com a premissa de que o Estado é inseparável da sociedade civil, como em Cox.

⁷⁷ Esta caracterização realizada por Ling se baseia na novela histórica *Sanguo yanyi (Romance dos três reinos)*, escrita por Luó Guànzhōng: “in the 14th century CE, with a dramatic setting in the 3rd century CE. The era in which the story of the novel is set includes the end of the Han Dynasty (202 BCE – 220 CE), and the beginning of the Three Kingdoms Era (220-280)” (VAN NORDEN, 2013, p. 1).

⁷⁸ E que segue sendo confirmada até os dias de hoje (2018), a pesar da constante demanda por criar um sistema de justiça guiado pela autonomia institucional.

Da mesma forma, qualquer tipo de disputa ou desentendimento “entre interesses chineses e estrangeiros” pode ser eficientemente superado pela intermediação direta e hierárquica (REYES, 2010a), através da forma concreta da institucionalidade chinesa (Partido-Estado), sempre em relação com sua respectiva contraparte (Estado).

Do exposto, segue-se então não apenas a centralidade do Estado como contraparte legítima de outros países em relação à RPC, mas também a importância dos diálogos políticos, para resolver todos os tipos de mal-entendidos, incluindo os econômicos e aqueles que surgem no campo da resolução legal-normativa.

2 - A importância do diálogo político: dada a institucionalidade política de corte “liberal democrático” no Ocidente, e de “extremo ocidente”, como se poderia caracterizar a ADS,⁷⁹ China coloca o diálogo do PCC com todos os partidos políticos e movimentos reconhecidos pelos Estados,⁸⁰ o qual tem ligação com:

- O tipo de intermediação política institucional descrita
- A implantação da projeção de longo prazo, visando preservar as relações sem os caprichos de articulações políticas concretas dentro da correlação de forças nos Estados, neste caso, sul-americanos.
- A minimização da possibilidade de que a China seja percebida como um ator interessado em posicionar determinada ideologia política dentro de outros Estados. E
- Com o interesse de que mudanças na condução política não provoquem maiores variações nas relações diplomáticas, nem nos acordos específicos negociados (comércio, investimento, finanças, etc.). Isso permite preservar os interesses da RPC já concretizados, e processar novas atividades e projetos orientados pelos interesses estabelecidos pela PPC, através de seus planos quinquenais e outras diretrizes estratégicas de planejamento e ação.

Por fim, esse diálogo também possibilita a troca de opiniões e, portanto, o acesso à informação (inteligência), que permite um ajuste fino das propostas que acompanham a PPC, bem como a possibilidade de concretizá-las efetivamente.

3. - Face, *Miàanzi* 面字: relacionada a termos como prestígio e reputação, mas “*is an even broader concept that can be defined as “the respectability and/or deference which a person can claim for himself from others”*” (HO, 1976, p. 883). O termo pode ser associado a evitar a vergonha, pelo que se busca uma imagem pública mais positiva.

⁷⁹ Coincidindo com a caracterização de Rouquié (1987) sobre a América Latina.

⁸⁰ Tal articulação, também conhecida como “diplomacia de partido a partido”, somente até 2008 já havia promovido que “*más de noventa partidos políticos de la región, de todas las ideologías, establezcan relaciones con el PCC*” (PAZ; ROETT, 2008 apud ECHAVARRÍA, 2010, p. 32).

Como prática tradicional: apresentar “a face” também se relaciona com o espaço, seja ele público (*aqueles de fora*) ou privado (*aqueles de dentro*).⁸¹ No entanto, a prática de *duas faces* também pode ser encontrada quando práticas e discursos institucionais enfrentam atores internacionais e especialmente atores internacionais (*face para fora*) (ibid.). E, como um *continuum* interno-externo, na RPC o não “perder a face” é importante até mesmo para a implantação das RI chinesas e sua própria projeção. Portanto, manter uma imagem positiva é um bem precioso, que corresponde às percepções desenvolvidas pelas escolas do SPC (atração por cultura ou construção de associação de interesses, por exemplo).

Da mesma forma, podemos constatar que na esfera da “*face interna*” (domésticas) se reproduzem práticas da instituição social, “*relaciones o contactos*” (*Guānxì*, 关系); práticas que, apesar de invisibilizadas pelo discurso oficial, ainda operam na via concreta em que as forças sociais e o próprio Partido-Estado constroem suas relações, levando em conta dois elementos centrais articulados: confiança e projeção a longo prazo.

4.- *Guānxì*, 关系, que teria relação com as *obligaciones recíprocas* existentes na matriz confucionista e dentro da concepção de antigas formas de intercâmbio (STEINMÜLLER, 2007).

O *Guānxì* também poderia ser entendido inicialmente em termos gerais como *capital social*, um dos quatro recursos ou espécies de “energia da física social”, incluindo o econômico, cultural e simbólico, os quais se articulam em um complexo jogo de relações que podem impactar-se mutuamente... (por exemplo): o capital social, que é um capital de obrigações e “relações” sociais, também é conversível, sob certas condições, em capital econômico (BOURDIEU, 2001, p. 135-137). Desta forma, esse stipo específico de capital

Está constituido por la totalidad de los recursos potenciales o actuales asociados a la posesión de una red duradera de relaciones más o menos institucionalizadas de conocimiento y reconocimiento mutuos. Expresado de otra forma, se trata aquí de la totalidad de recursos basados en la pertenencia a un grupo”. El capital total que poseen los miembros individuales del grupo les sirve a todos, conjuntamente, como respaldo, amén de hacerlos -en el sentido más amplio del término- merecedores de crédito. En la práctica, las relaciones de capital social sólo pueden existir sobre la base de relaciones de intercambio materiales y/o simbólicas, y contribuyendo además a su mantenimiento (ibid., p. 148-149).

O *Guānxì* opera sob peculiaridades da construção cultural chinesa. Portanto, além de ser realizado entre atores de forma horizontal, materializa-se em relações verticais (diferentemente do *clientelismo*). No primeiro caso, entre considerados *iguais*, como por

⁸¹ As noções de *os de dentro e os de fora* são uma tentativa de caracterizações baseadas em percepções próprias (MRH notas de campo, China, 2004-2007).

exemplo entre colegas, compatriotas, parentes; já no segundo, é uma maneira ascendente e descendente em relação à condição material e social, que permite um fluxo de trocas prolongadas, e que é mais do que apenas uma lógica hierárquica que orienta a relação apenas entre os pares. Da mesma forma, é necessário salientar que o *Guānxì* também se materializa segundo diferentes graus de profundidade, e isto teria a ver com o tempo de construção do mesmo, a confiança, o afeto, os laços de identidade e o tipo de interesses compartilhados ou conjunturais.

Nesse sentido, “o *Guānxì* representa um conceito multidimensional integrado por três dimensões analíticas: a afetiva, normativa e instrumental” (ORDÓÑEZ, 2004, p. 222). Essas dimensões são articuladas, mas também podem ser analisadas de acordo com sua centralidade: por exemplo, no caso em que a centralidade está dentro da dimensão afetiva de *Guānxì*

(Se) hace referencia al desarrollo de relaciones estrechas con otra persona únicamente debido a la existencia de lazos afectivos entre ellas. Para Fei (1992), generalmente se trata de una relación relativamente permanente y estable. Puede aportar al individuo sentimientos de afecto, calidez, seguridad y apego [...] Además del derivado de la satisfacción de sentimientos afectivos, se puede, obviamente, utilizar este vínculo como instrumento para conseguir recursos materiales deseados, aunque su componente expresivo siempre tiene precedencia sobre su componente instrumental. (ibid.).

Complementando o exposto, podemos ressaltar que “el ‘*Guānxì* socio-afectivo’ está vinculado básicamente con relaciones de tipo familiar y de amistad, cuya interacción social implica primariamente el intercambio de sentimientos de amor y pertenencia” (BUENO; SALMADOR; LI, 2006, p. 97). Também podemos encontrar uma centralidade dentro da dimensão identitária, ou seja, “los *Guānxì* basados en la existencia de una identidad social común [...] (que) implican diferentes procesos de intercambio, tanto de naturaleza intangible (sentimientos) como tangibles (materiales)” (ibid.).

Por fim, encontramos uma centralidade dentro da dimensão instrumental, que poderíamos caracterizar como *Guānxì* de tipo instrumental, e que se baseia em:

*En el ámbito de las relaciones o interacciones sociales vinculadas a los procesos de negocio, pudiéndola constituir personas que, a pesar de no compartir una identidad social común o no tener una tercera parte en común, consiguen crear las bases potenciales de relación y colaboración a través de su expresión de la intención, formalización de una expectativa, sustentada bien en valores o ideales, o bien en aspiraciones sociales e, inclusive, en la promesa de comprometerse en futuros intercambios o colaboraciones; (Sin embargo, éste) termina presentado “cierta debilidad por su formación reciente, compitiendo peor o con mayores dificultades ante otro *Guānxì* que haya sido creado hace varias décadas. (ibid., p. 97- 98).*

Portanto, o último tipo de *Guānxì* permite inferir que a relação de corte instrumental na prática, por ser mais recente, ou puramente instrumental, é voltada principalmente para a busca de lucros imediatos e de curto prazo e, portanto, estes não se baseiam ou se projetam em relacionamentos de longo prazo e confiança mútua.

Na mesma linha, a importância de compreender a instituição social do *Guānxì* permite compreender os processos de articulação e acesso a formas de reciprocidade e troca, e resolução efetiva de problemas específicos - tudo isso através da cooperação entre os indivíduos na esfera privada, mas também institucional e até mesmo no nível estatal (continuidade indivíduo-sociedade-Estado).

Desta forma, podemos apontar duas reflexões:

1. Que há elementos que atravessam a China contemporânea, e apesar de não serem compreendidos ou valorizados pelos discursos institucionalistas, existem na prática e também podem criar relações concretas de reciprocidade, compreensão mútua e benefício (REYES, 2010a).

2. Que a noção de *Guānxì* com base na dimensão afetiva ou na de identidade também estaria presente nas relações com outros Estados, por exemplo, na articulação contemporânea do conceito de terceiro mundo dentro do conceito de três mundos de Mao⁸² (nossos aliados), na política consistente para os países-membros do bloco de não alinhados, ou na cooperação preferencial contra os Estados que colaboraram com a China em tempos de crise, ou a reconheceram formalmente no início da República Popular da China.

Além disso, cabe assinalar que se a relação proposta por outros Estados para a China foram de corte instrumental – e como a China se projeta melhor em busca de atração, e parceria política nas discussões que ocorrem no campo as instituições internacionais – tais relações podem gerar a cooperação e alcançar maior profundidade, mas, ao mesmo tempo, pelo fato de não se basear em uma projeção de longo prazo e confiança mútua, eles não terão o mesmo tipo de peso que aqueles baseados em interesses compartilhados de corte identitário e afetivo. Além disso, baseando-se na dimensão instrumental, eles não irão gerar o mesmo nível de obrigação na reciprocidade. As relações são, portanto, meramente funcionais nas necessidades de acumulação de capacidades materiais a serem introduzidos na China no crescente papel de superpotência global.

E, como um componente do PPC, e referindo-se ao tipo de relações proposto bilateralmente, a China prefere o aprofundamento e peso que garantem orientação de longo

⁸² MRH, notas de campo, Pequim, março 2017.

prazo e a confiança mútua, elementos centrais compartilhados pela concepção das duas primeiras concepções de *Guānxi*. Tudo isso também pode ser entendido de um ponto de vista pragmático (a partir de uma concepção baseada em princípios de reciprocidade), segundo o qual a China estabelecerá relações de acordo segundo as contrapartes proponham.

Finalmente, é necessário observar que o *Guānxi* é um ponto importante na prática de negociação chinesa no setor privado, mas também se desdobra na função pública (serviço público interno e serviço externo). E ainda, essa instituição social atravessa a ética e a etiqueta ao negociar, por exemplo:

Ya que en el mundo de los negocios el guanxi supone cálculos instrumentales así como intereses a corto y largo plazo...la realización de negocios siguiendo la lógica del guanxi no implica ni irracionalidad ni tampoco hacer algo fuera de lo ordinario. Por lo tanto, no es sorprendente que a los empresarios chinos les guste hacer negocios con personas que entienden las reglas del juego del mismo modo que ellos. (ORDÓÑEZ, 2004, p. 221-2).

Elemento que se reproduz na lógica de diálogo e negociação institucional chinesa em relação a outros Estados, e que em ambos os casos pode ser sintetizado pela máxima: “primeiro os amigos, depois os negócios”, e após ter estabelecido relações de confiança de longo prazo: “estes são negócios, todos temos que ganhar”.⁸³

Cabe assinalar por fim, neste capítulo que esses elementos, junto com as matrizes que informam e conformam a PPC, serão contrapostos nos próximos capítulos, de modo a analisar se a projeção chinesa poderia ser considerada uma tentativa hegemônica, ou se enfrentamos uma projeção política de diferente tipo.

Reflexões finais e conclusões do capítulo

A abordagem proposta por este trabalho não conclui que a ética da matriz confucionista está presente em todas e em cada uma das ações do *continuum* indivíduo-sociedade-Estado-RI da China antiga ou contemporânea. No entanto, ao reconhecer que a matriz confucionista é uma referência central para a construção do Estado chinês, sua análise permite compreender os elementos que informam o Estado, os governantes e os tomadores de decisão, tanto em nível doméstico como em suas RI (tanto práticas como relativas à disciplina acadêmica).

⁸³ MRH, notas de campo, várias reuniões com atores privados e funcionários públicos chineses, Equador e China, 2004-2013.

Da mesma forma, se reconhecermos: 1) Que na presente OM há efetivamente uma hierarquia entre Estados; 2) Que esses Estados possam, seguindo as abordagens da EPI Crítica, ser mais bem entendidos como CES; 3) Que a referida ordem no nível nacional e internacional é baseada em três estruturas de força: instituições, capacidades materiais e ideias; e 4) Que essas estruturas interagem e impactam umas às outras. Então podemos concluir sobre a importância do nível de *Ideias*, porque estas também impactam na configuração atual de poder (doméstica e internacional).

Tal impacto pode ser entendido ainda mais, quando a perspectiva de longo prazo da civilização chinesa e de suas instituições é dimensionada, uma vez que a matriz confucionista mantém uma centralidade como categoria de força *Ideia*, no nível que corresponde aos significados intersubjetivos e como *habitus* de longuíssima duração.

Embora se possa argumentar que, hoje, o confucionismo pode estar sendo reinterpretado, reconstruído e refuncionalizado em favor dos interesses do PCC, devemos também reconhecer que os funcionários, dirigentes, tomadores de decisão e intelectuais também são percorridos e informados (não determinados) pela referida matriz. Somos confrontados aqui, então, com o velho dilema agente-estrutura, tema que permite questionar a relevância das explicações unidirecionais, além de reforçar a compreensão da influência mútua entre elas.

Em todo caso, os elementos do confucionismo clássico podem ser claramente identificáveis na prática e nos discursos, assim como nos documentos oficiais do Partido referentes ao PPC, tais como: respeito pela diferença (“não buscar que outros países reproduzam o modelo chinês”); ou o reconhecimento de que, apesar da centralidade da noção de hierarquia de poder existente entre diferentes atores e nas relações interestatais, todos os Estados, como unidades (grandes ou pequenos Estados), também são hierarquicamente iguais. Daí a importância do Estado nas relações que se quer estabelecer com a China (centralidade monopolista do Estado, além de qualquer relevância dos atores privados).

Ele reproduziria assim, com os dois breves exemplos anteriores, a presença da concepção de *Hè*, que como foi visto, reconhece a importância de todos os elementos que compõem o resultado de um todo (todos os elementos são diferentes e importantes), e que, através de uma exemplificação de meios materiais, que produz um prazer espiritual tão simples como uma sopa ou música, também define metaforicamente a relação entre os membros da sociedade. Da mesma forma, permite deduzir e compreender o tipo de relacionamento no nível interestatal que se pretende implantar, ou pelo menos argumentar.

Recordando a importância de *rén/jen*, pode-se afirmar que ele desempenha papel fundamental nas relações sociais. Primeiro, é uma atitude de reverência nas relações humanas, e a observância de um comportamento respeitoso em todos os momentos; em segundo lugar, mostra consideração aos outros por não realizar ações que alguém não desejaria para si mesmo. As duas premissas podem ser entendidas em uma relação social interna, mas também no nível das RI; além disso, esta última materializa-se claramente na política externa da China: certas análises afirmam que, como um sinal de reciprocidade no campo diplomático e de RI, a China trata outros países como esses países tratam a China.

É preciso reconhecer que há um legado filosófico sob o conceito de *Tiānxià*, 天下, ele pode ser considerado como a visão particular de “um mundo”, autossuficiente, onde haveria uma “*falta de consciência de ‘internacionalidad’ por lo que no existía la dicotomía entre “el centro” y “los otros”* (QIN, 2007), nem uma estrutura onde o ego enfrenta um alter como na matriz do “pensamento ocidental. Esse legado, relacionado a um mundo idealizado de harmonia, se opõe à concepção realista dos interesses estatais de caráter egoísta; e foi reapropriado, como está presente na construção discursiva e no debate, como um possível paradigma que norteia o curso das RI chinesas em um nível prático e cognitivo.

Isso deve ser moderado porque, embora em termos ideais, a relação entre indivíduo, sociedade, Estado e suas relações com outros Estados pode levar a uma *cadeia harmoniosa*; tampoco podemos falar de uma concepção de pacifismo radical. E é que, no caso oposto, existe a possibilidade de que uma relação que não se baseie em um relacionamento virtuoso possa gerar conflitos e, portanto, violência. Embora esse cenário seja catastrófico do ponto de vista confucionista, enquanto gera sofrimento, tampouco, como possibilidade, é negado para gerar ou restaurar o equilíbrio.

Nesse sentido, a guerra (não violenta e ainda mais violenta) como um último recurso, tornaria necessário um acúmulo de força, que permita uma vitória, com o menor custo e rápida (pedras contra ovos, e águia contra sua presa) como em Sun Tzu, e que causa o mínimo sofrimento possível, como na matriz confucionista.

No entanto, este seria o último recurso, porque a própria noção de poder no pensamento chinês tradicional não se concentra principalmente na força das armas, mas na força ética do indivíduo – extensiva ao Estado e, portanto, a àpacidade de atrair, em vez de dominar.

Capacidade, que permite responder ao motivo da apropriação e reconstrução do termo *Soft Power* dentro do RI chinês (e dentro do debate entre as diferentes escolas do SPC); e deduzir que a reconstrução e ressignificação deste conceito, como de outros, é um exercício

que tenta “traduzir” (fazer-se compreender), e assim facilitar a compreensão de suas particularidades em outros países e *civilizações*.

E, adicionalmente, o SPC foi sendo incorporado, como tema central, nas instâncias institucionais do PCC, ou tem sido cada vez mais encarado como o principal eixo discursivo de sua política internacional. Assim aconteceu no último congresso do PCC (o XIX), em outubro de 2017, quando Wang Huning foi nomeado um dos sete membros do Comitê Permanente do Politburo do PCC, o órgão de mais alta de liderança política na China.

Fato altamente relevante, enquanto a China contemporânea não pode ser entendida, se não se observa o Partido. Tampouco se pode entendê-lo, ou ao Estado-Civilización chinês, se não se entende que: a matriz confucionista (como corpo de imagens intersubjetivas de longo prazo, núcleo-guia de ação estratégica e que também informa a construção das *imagens coletivas*) orientou e continua a ser central para as formas, as particularidades e as dinâmicas como os interesses do CESC são processados.

Neste ponto, podemos afirmar que a matriz confucionista e suas concepções de harmonia, continuidade entre indivíduo-sociedade-Estado e RI, e suas abordagens de Estado e de serviço público, não podem ser entendidas apenas a partir de um marco cooperativo ou de uma visão idealista. Eles também devem ser entendidos em sua dimensão cognitiva e prática orientada para a administração do poder, administração que inclui a possibilidade de usar o poder como força, mas acima de tudo também o uso do poder moral como capacidade de atração.

No entanto, deve-se notar que o estudo do estado da arte das RI chinesas tem sido relevante enquanto haja uma articulação (às vezes orgânica, às vezes não) entre pensadores e PCC, que não sendo mecânica, gerou um debate que influencia a tomada de decisão. Por exemplo: “*Even though some of the IRT scholars have no intention to influence government policy and want merely to acquire and generate knowledge, their research has often been policy relevant*” (QIN, 2009, p 198-199.).

Além do que foi exposto acima, existem dois tipos de articulações que nos permitem entender a relação entre a academia e o Estado-partido:

- Uma de natureza orgânica direta, tais como: “*The China Institutes of Contemporary International Relations*” (CICIR),⁸⁴ no âmbito do Ministério da Segurança do Estado, o Centro Chinês para Estudos do Mundo Contemporâneo (CCCWS) ligado diretamente ao PCC,

⁸⁴ Em que um de seus professores, Yuan Peng, e atual vice-presidente do CICIR, é considerado um dos pensadores geopolíticos modernos mais influentes no Partido (MRH, notas de campo, abril 2017).

ou a Academia de Ciências Sociais Chinesas (CASS),⁸⁵ entre vários outros *think tanks*, e instituições acadêmicas, que têm tarefas de treinamento, atualização e fornecimento de insumos estratégicos (incluindo inteligência, entendida como informação) ao PCC para a tomada de decisões.

- Outra que, não ser orgânica como na Associação Internacional do Confucionismo (ICA), e outras instituições acadêmicas e universidades, promovem por exemplo o estudo das relações entre o confucionismo e as RI – no primeiro caso –, contando com o apoio de diferentes órgãos partidários (incluindo o governo central⁸⁶). Ou como no segundo caso, cujos professores se vincularam ao alto comando do partido; informaram ou aconselharam diretamente (a partir de diferentes adscrições teóricas) o Comitê Permanente do Politburo do PCC em campos relacionados a RI e Geopolítica, tais como professores Shi Yinhong e Jin Canrong, da Universidade de Renmin; Wang Jisi, da de Pequim; ou Yan Xuetong, da de Tsinhua.⁸⁷

Deve-se notar que, embora a matriz confucionista informe as RI chinesas, é preciso ter em conta que as reapropriações de TRI numa perspectiva dialética (que permite tanto o diálogo entre a dialética chinesa tradicional de tipo confuciano com a de corte marxista), também impactam na construção da PPC. Tal projecção também desempenha um tipo de visão do *Tiānxià*, onde, a partir de um ponto de vista realista de segurança e defesa, difere dos interesses do círculo concêntrico (interesses estratégicos imediatas) dos outros anéis, no qual se aplica diferente a indicação de poder (com uma centralidade do SPC).

E ainda, ao reconhecer que a abordagem conceitual chinesa não se baseia em uma perspectiva dicotômica, mas sim dialética (harmonização “co-tese”), é quando podemos entender o conceito de “*la relacionalidad hace hincapié en la conectividad de todas las cosas del universo y en la complejidad de las relaciones entre diversos actores del mismo, y la relación de relaciones es la que se produce entre yin y yang, o lo que denominamos la metarrelación*” (QIN, 2013, p. 9).

Por outro lado, como mencionado, além das ideias intersubjetivas, existem áreas onde atua a estrutura força *ideias* do tipo *imagens coletivas* (aquelas que orientam a disputa sobre o modelo de desenvolvimento não só o local, mas internacional) e que alimentam

⁸⁵ No qual um de seus professores, Wang Weiguang, é considerado um dos pensadores geopolíticos modernos mais influentes no partido (ibid.).

⁸⁶ Por exemplo, o discurso de abertura do 5º Congresso Mundial de Confucionismo em Pequim, em novembro de 2014, foi pronunciado pelo próprio Xi Jinping (MRH, notas de campo, 2014).

⁸⁷ MRH, notas de campo, China, abril 2017.

dialeticamente o PCC e a projeção chinesa dentro da atual configuração de forças e competência na (des)ordem mundial.

Portanto, para explicar a projeção chinesa, retomando O'Donnell (1972), não basta observar a realidade como uma imagem para explicar, mas como um filme. É necessário então compreender as ações concretas através dos filtros dos múltiplos elementos históricos, culturais-civilizatórios e políticos que moldam a maneira pela qual a China percebe a realidade e processa seus interesses.

Cabe reconhecer que a China não é uma potência benfeitora ou filantrópica, porque tem interesses concretos como o resto dos países do mundo. Mas ao mesmo tempo, podemos apontar que nem todos os países processam seus interesses da mesma maneira. Como já foi observado, o PCC que comanda o CESC processa seus interesses desde uma matriz particular de tipo diferente daquele das grandes potências. É uma matriz de longo prazo, que vai incorporando dialeticamente outras percepções que permitem resolver desafios estratégicos, ao mesmo tempo que informam o campo de ideias e a construção institucional. Matriz que, além de ser analisada, fornece chaves para entender a complexidade da China contemporânea.

Finalmente, neste capítulo, conclui-se provisoriamente que, no nível teórico, a particularidade do sistema político chinês e sua projeção, tal como foi moldada - e informada - pela longa construção histórica - tanto no nível intersubjetivo quanto nas imagens coletivas - entram não só em contradição com o sentido hegemônico de *globalização* (utopia liberal), quanto no nível interno não se considera nem remotamente relevante a adoção da democracia liberal ocidental. Já face à OM, se poderia deduzir provisoriamente que a China não busca uma hegemonia internacional ou global, enquanto nem suas instituições econômicas ou sociais, nem sua cultura, ou sua tecnologia - associadas à liderança do partido - tentam se tornar padrões de emulação fora de seu próprio *Estado-Civilização*. Tudo isso também deve ser contrastado com a projeção política concreta da China na América do Sul, assunto dos capítulos seguintes.

CAPÍTULO 3

A PPC NA AMÉRICA DO SUL 2002-2015: RELAÇÕES COMERCIAIS, ESTABELECIMENTO DO DIÁLOGO POLÍTICO E INVESTIMENTOS

Uma vez que a construção da PPC tenha sido revista, assim como as matrizes que a informam, elementos que a compõem e alguns complementares do pensamento chinês que podem informar sobre especificidades práticas de implantação ao nível de *everyday building* da PPCP (incluindo negociações e acordos táticos), analisamos a seguir como a projeção política da RPC na América do Sul se materializaria, a partir de um foco nas *capacidades materiais*, especialmente no nível de comércio e IED, mas sempre levando em conta o relacionamento mútuo e a influência contra as forças das *ideias* e *instituições*, e dentro do contexto da OM.

Este capítulo é orientado para refletir e entender os elementos centrais da PPC no caso da ADS, a partir de uma abordagem que se concentra (mas não exclusivamente) no nível econômico: comercial e de investimentos.

Primeiro, é revisado o contexto geral do cenário internacional, em relação à incorporação da China ao Sistema Internacional, e ao cenário de *globalização*, que apresenta desafios para a China e permite contextualizar a PPC na América do Sul.

Em seguida, serão caracterizadas as relações entre a China e a América do Sul no período 1949-2002. E como terceiro e central ponto, a PPC será analisada na ADS, em 2002-2015, levando em conta o contexto histórico, econômico e político da China, a OM e regional. Serão apresentadas reflexões sobre duas dinâmicas: a) das relações e agendas comerciais para o estabelecimento do diálogo político; e b) para o aprofundamento das relações econômicas: investimento como dinâmica de projeção estratégica para a construção de articulação política com alguns estados sul-americanos.

3.1. China, da incorporação no sistema internacional à *globalización*: contextualização geral para a compreensão da PPC na América do Sul

Como primeiro ponto, podemos apontar o contexto internacional em relação ao processo histórico chinês, o que não significa que haja uma relação mecânica da dinâmica política interna chinesa com os eventos que estavam ocorrendo na OM:

- Na primeira fase do capitalismo anteriormente observada por Polany e Cox, a China foi incorporada à força e violentamente no chamado sistema internacional pelo Império Britânico. Depois de restaurar a ordem política na Europa:

[...] a partir del congreso de Viena, el imperio británico retomó su objetivo, de incorporar a China a un sistema de relaciones internacionales basado en el concepto de igualdad jurídica de los Estados, regido por tratados comerciales, abierto al comercio interior y con intercambio de representaciones diplomáticas entre los países (ANGUIANO, 2010, p. 231).

- Depois do “século da humilhação” (1839-1949), a revolução liderada pelo PCC vence; paralelamente, no cenário internacional, há um momento em que começa o segundo movimento do capitalismo, que levaria à fase de seu maior prestígio: o Estado de Bem-estar, a idade de ouro do capitalismo.

- A distensão China-EUA (representada graficamente na reunião Mao-Nixon em 1972), ocorre no contexto de transição do segundo para o terceiro movimento do capitalismo, um ano após o fim do padrão dólar do ouro, mas também no interesse geopolítico estratégico EUA para criar uma associação capaz de conter a expansão territorial histórica da URSS (ou a Rússia), enquanto considerada ameaça contínua do *poder terrestre*⁸⁸ (MACKINDER, 2004) que poderia, eventualmente, controlar toda Eurásia e, portanto, o mundo.

- O processo de reforma e abertura da revolução chinesa (1978), em sua primeira fase, também coincide com um momento de crise e de reorientação que posteriormente, na década de 1980, consolidou a ascensão da liderança dos EUA sobre o SFI e o estabelecimento do padrão flexível do dólar. Ao mesmo tempo, foram consolidadas as perspectivas geopolíticas estadunidenses para os anos 194s sobre o controle do “*Rimland*” de Spykman, também presente em Brzezinski (1997), autor da doutrina Carter, que continuou a funcionar pelo menos nas três décadas seguintes.

- Desde meados dos anos 1970, o “Desenvolvimento por convite”, impulsionado pelos EUA, que no contexto da Ásia favoreceu o Japão⁸⁹ (MEDEIROS; SERRANO, 1999), começou a se mover (MEDEIROS, 1997)⁹⁰. Ao final da década houve uma mudança, quando

⁸⁸ Conceito geopolítico, poder baseado na capacidade de expandir-se a partir de uma centralidade terrestre até as margens em busca das linhas costeiras e rios, contrariamente ao poder marítimo descrito por Alfred Mahan (publicado originalmente em 1889).

⁸⁹ Segundo Medeiros e Serrano (1999), pode-se caracterizar o “desenvolvimento por convite como uma estratégia americana de “não apenas permitir como também em vários casos promover deliberadamente o desenvolvimento econômico dos países aliados nas regiões de maior importância estratégica para o conflito com a URSS” (p. 11). Assim, por exemplo, no caso japonês: “A formação de reservas, necessárias à sustentação dos compromissos assinados em Bretton Woods aos quais o Japão aderiu tardiamente (1952), dependia do acesso às doações e empréstimos americanos e da capacidade de exportar. Do ponto de vista dos EUA, a expansão das reservas e das exportações dos seus aliados bem como a reconstrução da economia regional na Europa Ocidental e no sudeste Asiático era percebida como essencial para o crescimento da economia mundial e para a construção de uma ordem econômica internacional que pudesse isolar o bloco soviético” (ibid.).

⁹⁰ Já que o “governo norte-americano parou de torcer o braço de seus parceiros europeus e clientes do leste asiático para que eles abrissem espaço à expansão capitalista do Japão. Em vez disso, começou a torcer o braço do governo japonês para que revalorizasse o iene e abrisse a economia japonesa ao capital e ao comércio

“[o] governo norte-americano voltou para fechar a porta da estrebaria” (ARRIGHI, 1994, p. 356 apud MEDEIROS, 1997, p. 31). No entanto, encontramos-nos em um cenário onde as dinâmicas que favoreceram colateralmente a outros países na região não podiam mais ser controladas pelo próprio “anfitrião”, pois “o cavalo já havia disparado. Ou melhor, os gansos (voadores) já estavam voando.⁹¹ A crise de superacumulação impulsionou o capital japonês por uma via de expansão transnacional que logo iria revolucionar toda a região do leste asiático” (ibid.).

Esse momento coincide com a primeira fase da reforma e abertura, e com a necessidade de apoiar o programa de modernização iniciado em 1979 por Deng Xiaoping, como resultado da importância política da China no contexto da Guerra Fria (MEDEIROS, 1997), pois “As “quatro modernizações de Deng requeriam investimentos de 600 bilhões de dólares distribuídos em 10 anos a partir de 1979; 350 bilhões deveriam ser importados [...] (onde) 90 bilhões deveriam ser obtidos na forma de crédito” (ibid, p. 31). Diante da necessidade acima, então nos encontramos com uma dinâmica japonesa que lidera tal operação com a cifra de 8.000 milhões de euros ao mesmo tempo que a corrida para financiar a China começou com (ibid.): “1 bilhão da Itália, 4 bilhões da Alemanha, 1,2 bilhões da Inglaterra, 600 milhões da França, enquanto os EUA tentam modificar sua própria legislação que proíbe a concessão de crédito a países que expropriaram cidadãos americanos sem compensação” (PARBONI, 1990 apud MEDEIROS, 1997).

- A segunda fase da reforma e abertura chinesa coincide com um cenário atravessado pela recente queda do muro - e com isso o colapso do chamado socialismo real. Nesse cenário, o *sentido* / significado “vencedor” concedido à *globalização* é apresentado como uma projeção hegemônica incontestável. Da mesma forma, desde 1993, iniciou-se uma segunda fase de reformas na China, que também poderia ser caracterizada como o aprofundamento de uma economia orientada para o mercado baseada nas exportações, onde a esfera do mercado

estrangeiros” (ARRIGHI, 1994, p. 355 apud MEDEIROS, 1997, p. 31).

⁹¹ Sobre a dinâmica dos gansos voadores, Medeiros (1997, p. 37) apresenta uma abordagem geral: “A hipótese básica é a de que as manufaturas com menor densidade tecnológica vêm sendo reproduzidas sequencialmente em países com menor grau de industrialização aproveitando espaços/ anteriormente ocupados pelos países mais desenvolvidos. A dinâmica deste movimento pode ser atribuída a: - no ganso líder; – substituição de exportações decorrente da penetração em novos setores com maiores taxas de crescimento nos mercados mundiais e com maiores efeitos expansivos sobre a economia e as pressões do balanço de pagamentos;- aumento do protecionismo nos mercados consumidores (EUA);- no ganso retardatário: aproveitamento dos espaços abertos pelo ganso líder em grandes mercados consumidores e introdução de técnicas anteriormente desenvolvidas por aquele. Uma vez exauridos os efeitos decorrentes da introdução num país de setores/tecnologias, ou se quiser, uma vez adquirida maior maturidade industrial – menores efeitos expansivos internos, maiores pressões sobre balanço de pagamentos- o deslocamento tecnológico do ganso líder estimula a introdução de novos setores/técnicas – tanto mais rápida quanto for efetiva a política industrial de catching-up – abrindo espaço para o ganso subsequente internalizar as atividades de menor densidade tecnológica e repetir a mesma dinâmica”.

já havia se expandido o suficiente, e a economia tinha crescido além do planejamento centralizado.

Neste último contexto, após os anos 1990, foram apresentados desafios e suas respectivas respostas, visando assegurar o crescimento sustentável do modelo político-econômico chinês. De todos eles, podemos destacar pelo menos três que ajudam a entender as necessidades da projeção chinesa em escala global:

- A China, em 1993, deixa de ser um exportador significativo de petróleo para um importador líquido (NAUGHTON, 2007), com todos os problemas associados com o crescimento econômico, a demanda doméstica, e o campo de defesa, impulsionando a geração de reservas adequadas e fornecimento seguro deste e de outros recursos energéticos estratégicos, incluindo aqueles que poderiam ser utilizados para o desenvolvimento de tecnologia.
- Uma necessidade interna para o sistema financeiro, o que levou, a partir dos anos 1980, ao surgimento de um “*Big Bang*” bancário e a emergência de quatro grandes bancos, incluindo os comerciais e de política pública (ibid.), para canalizar melhor a crescente poupança interna em seu setor produtivo. Este também será articulado para alcançar o objetivo de superar estruturalmente o desafio descrito no ponto anterior, quando os capitais chineses também operam financeiramente fora de suas fronteiras; e isso também servirá como suporte para o próximo ponto.
- Um cenário onde a estratégia de planejamento do “*Go Out*”⁹² (1999) é implantada, orientada para a plena inserção da China como poder na OM, em que a necessidade de recursos estratégicos é fundamental.

Devido a esses e outros múltiplos fatores, em 2002 a China iniciou a decolagem definitiva como potência, pelo menos dentro da OEM, quando de oitava passou a ser a sexta maior economia do planeta. Já na ADS, a ascensão de governos com projetos políticos que visam reforçar o papel do Estado intermediário, mudando as prioridades estratégicas dos EUA na região depois do 11 de setembro de 2001, e a derrota da Área de Livre Comércio para as Américas (ALCA) significam o enfraquecimento (pelo menos temporário) da presença e desdobramento dos interesses da hegemonia continental.

Finalmente, cabe assinalar que o modelo com “orientação para o setor externo” até então implantado na China, com base nas exportações e na atração de investimentos estrangeiros, juntamente com a fragilidade estrutural gerada por fatores exógenos –

⁹² Questão central da potência emergente econômica mundial nos cinco continentes.

problemáticas mais evidentes após a crise financeira global de 2007-2008 –, começou a ser discutido em maior profundidade. Isso afetou o processo de maior transformação estrutural que desembocou especialmente no contexto do XVIII Congresso Nacional do PCC (8 a 14 de novembro de 2012), quando se ratificou a necessidade de reorientação da reforma, sob o conceito de “nova normalidade”, que será complementado por outros, como “melhoria do lado da oferta”, mas também por novas iniciativas no campo do investimento e implantação financeira no cenário internacional. Aí também já se manifestam o conflito entre a hegemonia da utopia da *globalização* de corte liberal e o retorno da visibilidade dos discursos orientados ao nacionalismo econômico e interesses nacionais, mesmo nas potências médias e grandes.

Está tudo indicado aqui, no contexto geral onde o PPC está construindo sua abordagem da ALC, e especialmente tendo a ADS como espaço central de relacionamento, como pode ser observado nos próximos subcapítulos.

3.2. A PP da RPC na América do Sul, 1949-2002

A relação entre a RPC e ALC e ADS passou por diferentes etapas. Durante os anos 1950-60, a relação RPC-ADS ocorreu sem mediação oficial pelos Estados, devido ao reconhecimento não diplomático da nova China, pela região, no contexto da Guerra Fria⁹³ ou Paz Fria, e alinhando os interesses de *hegemonia* continental.

Nesse contexto, a troca e a projeção são de baixo impacto e limitadas, por exemplo, “entre 1950 e 1959, visitaram a RPC cerca de 1.200 personalidades de 19 países da América Latina, e a China enviou para a região 16 grupos de artistas, união e comerciais delegações” (XU, 2006, p 103.). Já nos anos 60, em termos gerais, deu-se um duplo movimento: a) por um lado, “em março de 1960, estabeleceu-se a Associação de Amizade entre China e América Latina (AACAL) (JIANG, 2006, p. 64); e b) no contexto da implantação de ação estratégica proposta pela teoria dos três mundos de Mao, também se produziu uma reaproximação entre a China e representantes e membros de partidos comunistas na América Latina.⁹⁴

Em um cenário de construção de suas próprias capacidades materiais e do isolamento político internacional da China, e também pela existência de um tipo de relações sem

⁹³ Que no caso chinês se pidesse caracterizar como “*la tónica desde la alianza chino soviética del decenio de 1950 hasta el establecimiento de relaciones con EEUU en los años 70*” (ITURRE, 2007, p. 2).

⁹⁴ Não alinhados na perspectiva soviética, e movimientos revolucionários dos países sul-americanos (especialmente após a ruptura China-Soviética de 1962, que produziu cisões dentro dos partidos comunistas, especialmente na ADS, influenciados pela recente revolução cubana de 1959. Visitas baseadas nas afinidades político-ideológicas, num momento em que tais setores de esquerda consideravam a lut armada revolucionária e o exemplo chinês como modelo de tomada do poder (Diário de campo MRH, entrevistas de exmilitantes de movimentos maoístas sul-americanos, 2010-2012).

intermediação formal do Estado, as relações comerciais resultaram em um baixo nível de troca que evoluiu a partir de 1950: de 9 milhões de dólares, para 31,3 em 1955, atingindo 343,1 em 1965, para diminuir para 145,8 milhões de dólares em 1970 (GIFT, 2009, p. 7).⁹⁵

Por outro lado, em um **segundo tempo geral** (anos 1970) e a partir da distensão com Washington (avançada na reunião Nixon-Mao em 1972), podemos colocar o estabelecimento de relações diplomáticas entre o Estado chinês e os americanos do Sul. A exceção foi o Paraguai, processo díspar que significou a ignorância gradual de Taiwan como representante oficial da China na ONU.

Evolução do estabelecimento de relações diplomáticas China-ADS

PAÍS	Data de Estabelecimento (DD/MM/AA)	Observaciones
Chile	15.12.1970	
Peru	02.11.1971	
Argentina	16.02.1972	
Venezuela	28.06.1974	
Brasil	15.08.1974	
Equador	02.01.1980	Em 1971, o Equador já habia se pronunciado na Assembleia Genal da ONU a favor de conferir à República Popular da China a legítima representação do povo chinês (BORJA, 2015)
Colômbia	07.02.1980	
Bolívia	09.07.1985	
Uruguai	03.02.1988	
Paraguai	NO	Relações com Taipei desde 08.07.1957

Fonte: Ministerio de Asuntos Exteriores de la RPC apud Rodríguez, 2008, p. 210-211

Elaboração: Propria

Nesse período, vale ressaltar uma cifra que ainda reflete um nível de relações comerciais de baixo perfil, uma vez que, em 1975, o comércio bilateral atingiu apenas 457,7 milhões de dólares (GIFTED, 2009, p. 7).

Da mesma forma, aqui podemos apontar um momento de transição como eixo transversal ao relacionamento:

A fines de los 70, China comenzó a aplicar una política de reforma y apertura, y en los 80 y 90 reajustó paulatinamente su política exterior en general, y su política hacia América Latina en particular, sobre la base de algunos ejes. El primero consiste en desarrollar las relaciones de amistad y cooperación por encima de las diferencias ideológicas. A mediados de los 80, de acuerdo con su estrategia hacia el Tercer Mundo, China puso énfasis en las coincidencias en torno de dos problemas vitales –la paz y el desarrollo – y, por lo tanto, aceptó la posibilidad de realizar intercambios amistosos y de cooperación más allá de las diferencias ideológicas (XU, op.cit., p. 106).

⁹⁵ Citando como fonte: Zhoongguo haiguan tonji <www.moftec. gov.cn>.

Reforma e Abertura (*Gǎigé Kāifàng* 改革开放), que em sua primeira etapa (1979 até o interlúdio dos *Tiān'ānmén*)⁹⁶ influenciou o PCP no cenário internacional, e que, a partir de um processo interno, poderia ter favorecido a continuidade do constante crescimento das relações comerciais. Isso ocorreu em meio a um contexto econômico altamente complexo para nossa região, como o da década de 1980 (chamada década perdida), e apesar do colapso das economias latino-americanas,⁹⁷ o intercâmbio comercial aumentou de 1.331 milhões em 1980 para 2.294 milhões em 1990 (GIFTED, 2009, p.7).

Por outro lado, aqui podemos apontar um **terceiro momento**, onde como elemento introdutório podemos destacar que, segundo Malena (2015, p.1), o PRC:

Implemented, in the early 1990s, “good neighbor diplomacy” (mulin waijiao), aimed at breaking out of the diplomatic isolation imposed by major Western powers. The subsequent expansion of the Chinese economy at an annual average of 10 percent and its resulting demand for energy and raw materials gave birth to a corollary of the good neighbor diplomacy. Since the mid-1990s, the PRC added “energy diplomacy” (nengyuan waijiao) to her foreign policy effort, which encompassed the search for natural resources in South East Asia, Central Asia, the Middle East, Africa and Latin America.

O interesse estratégico da China, que com acelerado crescimento econômico em curso, deixou de ser um importante exportador de petróleo para se tornar um importador líquido em 1993 (NAUGHTON, 2007, p. 334).

Isso tinha ao mesmo tempo como marco referencial uma interação com a OM, cujo início coincidiu com a “Doutrina Deng”: “*Observar los acontecimientos con sobriedad, mantener nuestras posiciones, afrontar los desafíos con calma, ocultar nuestras capacidades y aguardar el momento oportuno, permanecer libre de ambiciones, no reclamar nunca el liderazgo*” (DELAGE, 2003, p. 71 apud ITURRE, 2007, p. 2), ou era caracterizado como o “*Deng Xiaoping’s ‘Taking a low profile’, another traditional principle in contemporary Chinese foreign policy*” (SHI, 2014). Tudo isso será complementado com a criação, em 1997, de um “novo conceito de segurança”, que “*defendía un esquema estratégico contrario a las alianzas militares y defensor de los mecanismos de cooperación como mejor medio para garantizar la paz y la seguridad internacional*” (ITURRE, 2007, p. 3).

⁹⁶ Tal como observa Naughton (2007), que pode ser caracterizado como *dual track system* – continuidade de planificação e competência por entrada de novos atores no mercado (ibid.) – ou como início da economia socialista orientada ao mercado segundo a perspectiva chinesa, e ao setor externo (MRH, Notas de campo, vários seminários, China, 2002-2011), num contexto de inserção na OEM.

⁹⁷ Devido ao problema da crise da dívida e onde se impôs o ajuste estrutural como um dos mecanismos para cumprir com tais obrigações, ainda mais no contexto de consolidação do padrão dólar flexível e de um SFI comandado pelos EUA.

Neste cenário, teria sido inaugurado um período marcado por um desdobramento diplomático de visitas de alto nível à região da América Latina, e especialmente à América do Sul, durante a última década do século anterior. Assim, por exemplo, ocorreu a visita de Estado de Yang Shangkun, então presidente da República Popular da China, ao México, Brasil, Uruguai e Chile, em maio de 1990 (RODRÍGUEZ, 2008, p. 212). É interessante observar que dos quatro países visitados, três são sul-americanos, sendo o Chile o primeiro a reconhecer formalmente a China; o Brasil, como líder regional; e o Uruguai, como país que havia estabelecido recentemente relações com a República Popular da China (a última que foi produzida na região sul-americana).

Nesse período, as seguintes relações com os fóruns regionais foram estabelecidas:

China nas instituições latino-americanas e fóruns bilaterais com a região: 1990-2000

Año	Foruns bilaterales com a região
1990	Observador do Grupo de Río
1991	Observador no Banco de Desenvolvimento Interamericano (BID)
1993	Observador en la Asociación Latinoamericana de Integración (ALADI)
1997	Fundação do diálogo China-Mercado Común del Sur (MERCOSUR)
1998	Entrada do Banco Popular da China como membro oficial do Banco de Desenvolvimento do Caribe.
2000	Fundação do Mecanismo de Consulta Política e Cooperação China-Comunidade Andina das Nações (CAN)

Fonte: Rodríguez, 2008

Elaboração: Própria.

Voltando à questão comercial, começa uma decolagem nas trocas comerciais, que vão de 2.294 milhões em 1990 e atingem 14.938 milhões de dólares no ano de 2001 (GIFTED, 2009, p. 7). No entanto, deve-se notar também que “em 1995, apenas 1% das exportações da América Latina foram destinadas à República Popular da China” (ELLIS, 2007, p. 86), um número que só começa a ser representativo no período seguinte, quando já em 2005, 10% das exportações latino-americanas tinham o mesmo destino.

Para concluir este subestágio, deve-se notar que um forte aumento nos termos de intercâmbio cultural e acadêmico começou

A fines de la década de 1990, los intercambios se hicieron más frecuentes... Todo esto impulsó a los investigadores chinos a observar la región desde nuevas perspectivas: se emprendieron proyectos de investigación sobre la teoría de la dependencia, la utilización del capital extranjero, el desarrollo agrícola, las relaciones sino-latinoamericanas, las relaciones entre América Latina y EEUU, los problemas sociales, la educación, los sistemas políticos, las estrategias de desarrollo, etc. (JIANG., 2006, p. 73).

Troca que, como um campo de ideias (e claro, campo específico relacionado à inteligência entendida como informação), tem impacto sobre o diálogo político⁹⁸ e o fundamento para o entendimento mútuo de que a China está disposta, pelo menos discursivamente, a partir da reapropriação do *soft power*, a promover seu relacionamento com a região. E tendo com referência uma construção no campo de ideias de muito longo prazo (tradição cultural), o pensamento estratégico dialético⁹⁹ se articularia, daqui em diante, com uma gama mais ampla de interesses relacionados ao campo do fortalecimento das próprias capacidades materiais e de um poder crescente na OM. E ainda, em um cenário onde a RPC considere estrategicamente (no âmbito de suas relações: níveis global, regional e bilateral), o fortalecimento da soberania como elemento central da institucionalidade internacional.

Todos esses elementos podem ser encontrados, como tem sido observado, num discurso que tenta academicamente ser explicado (ou traduzido) como SPC e Ascensão/Desenvolvimento Pacífico; e que estão inter-relacionados e constituem um dos elementos para analisar e entender aPPC na ADS no momento seguinte.

A partir daqui temos um **quarto momento**, que parte das relações crescentes desde o início do século, que pode ser entendido a partir do estudo da projeção chinesa, levando-se em conta, de maneira geral, a existência de três dinâmicas articuladas, caracterizadas de acordo com a ênfase de cada submomento:

a) Relações com ênfase no Comércio (continuidade e crescimento seguindo uma evolução similar àquela observada no espetacular crescimento do período anterior). Por exemplo, na relação comercial China-AL, dos 17,826 bilhões de dólares americanos no ano de 2002 (REGALADO, 2009, p. 7), há uma evolução que atinge o máximo, no período estudado, em 2013, de 274 bilhões de dólares (SEMANA ECONOMICA.COM; CEPAL, maio de 2015).

b) Aprofundamento do investimento direto: “dos 2,849 bilhões de dólares que a China investiu no mundo em 2003, a LAC recebeu 1,040 bilhão; enquanto dos 1,800 bilhão de dólares investidos no mundo em 2004 pela China, a América Latina recebeu 889 milhões”

⁹⁸ Desde o início do processo de reformas e abertura até 2005, por exemplo, também se estabeleceu mecanismo no qual o PCC, além da “*relación con los parlamentos y congresos latinoamericanos, por ser el ámbito donde actúan los partidos... (también) relaciones con las cuatro principales organizaciones partidarias regionales: el Comité de la Internacional Socialista para Latinoamérica y el Caribe, el Foro de Sao Paulo, la Organización Demócrata Cristiana de América y la Conferencia Permanente de Partidos Políticos de América Latina*” (JIANG, 2006, p. 67).

⁹⁹ Como o pensamento de Sun Tzu, ou a tradição milenar dos tratadistas militares (LAI, 2004); ou o próprio jogo do *Weiqi* (围棋).

(CORREA, GONZÁLEZ, 2006, p. 125), até atingir, por exemplo, 13,712 bilhões em 2010; 9,309 em 2011; e 9,206 bilhões de dólares em 2012 (VALENZUELA, 2014).

c) Aprofundamento de Investimento, Finanças¹⁰⁰ (Crédito), e promoção da internacionalização do *yuan* (元 ou *Renminbi* 人民币), no que a ALC (especialmente ADS) já começava a aparecer.

Dinâmicas acompanhadas de um crescente aprofundamento das relações político-estratégicas, no qual elas tentam se materializar, por exemplo, através de documentos oficiais (*Livro Branco*, 2008, e documentos do I Fórum China-CELAC, 2015), propostas oficiais e acadêmicas chinesas com o interesse de elevar as relações para um caráter estratégico e concretizar uma cooperação omnidireccional, o que será analisado no capítulo 4. Em caráter expositivo, neste capítulo, Iremos nos concentrar nas duas primeiras dinâmicas estudadas abaixo.

3.3. Das relações e agendas comerciais até o estabelecimento do diálogo político

3.3.1. Desenvolvimento do comércio

Durante boa parte do período, esse foi um elemento central do discurso oficial chinês sobre o relacionamento com a região. Assim, “de 2000 a 2014, a participação da China nas importações regionais passou de pouco mais de 2 para 17%, enquanto a participação nas exportações passou de 1 para 9%” (CEPAL, 2015 apud RÍOS, 2016, p. 226).

No mesmo sentido, este período representa uma continuidade semelhante ao crescimento espetacular do período anterior (1990-2001). Assim, na relação comercial, “dos 14,938 bilhões de dólares no ano de 2001, há uma evolução que chega a 17,826 em 2002; 26,806 em 2003; 40,027 em 2004; 50,457 em 2005; 70,218 em 2006; até atingir, em 2007, 102,611 bilhões de dólares” (REGALADO, 2009, p. 7). Aqui é possível observar, no subperíodo 2002-2007, uma concordância em relação a outras fontes:

Evolução do comércio bilateral (2002-2007) em bilhões de dólares

2002	2003	2004	2005	2006	2007
17,826	26,806	40,027	50,457	70,218	102,600

Fonte: Xu, 2010 / Escritório Nacional de Estatísticas da China

¹⁰⁰ A Venda Antecipada de Petróleo, como na Venezuela e no Equador, pode ser compreendida como um mecanismo que facilita o financiamento (Notas de Cátedra Ernani Torres, PEPI/UFRJ, maio 2015).

Elaboração: Ríos (2016)

A partir daí, seguindo a mesma fonte, observa-se a seguinte evolução:

Evolução do comércio bilateral (2008-2012) em bilhões de dólares

2008	2009	2010	2011	2012
143,400	120,000	183,067	241,500	261,200

Fonte: Xu (2010) / Escritório Nacional de Estatísticas da China

Elaboração: Ríos (2016)

No entanto, a partir daquele ano há uma diferença de critérios, todos concordando com a redução desse intercâmbio. Assim, de acordo com a CEPAL, em 2013 um máximo histórico de 274 bilhões de dólares é alcançado, embora sofra uma queda de 2%, chegando a 269 bilhões de dólares em 2014 (CEPAL, maio de 2015). Outras fontes citadas consideram que a deterioração é mais dramática, assim a troca cairia de 250 bilhões em 2013, para 228,141 bilhões de dólares em 2014 (RIOS, 2016, p. 223), alcançando finalmente, em 2015, 236,545 bilhões de dólares (ibid.).

Evolução do comércio bilateral (2002-2015) em bilhões de dólares

2013	2014	2015
250,000	228,141	236,545

Fonte: Escritório Nacional de Estatísticas da China

Elaboração: Ríos (2016)

Entre os países da América do Sul, deve-se notar que Brasil, Chile e Venezuela têm superávit comercial com a China, enquanto Argentina, Equador e Colômbia apresentam déficit (latinamericahoy.es, 2016), assim como Peru, Uruguai, Bolívia e Paraguai. Por outro lado, ao olharmos para o percentual de importações e exportações em 2014 e 2015, apesar da contradição entre alguns números – de acordo com essa fonte – podemos encontrar os seguintes resultados:

Porcentagem sobre o total de importações e exportações 2014 /2015 por país

País	Importaciones 2014 LatinamericaHoy (LH) Datur (DS)	Importaciones 2015 Datur (DS)	Exportaciones 2014 LatinamericaHoy (LH) Datur (DS)	2015 Datur (DS)
Argentina	China: 2º proveedor LH (16%) China: 2º DS 10.97%	China: 2º proveedor 12.08%	China: 2º mercado LH (6%) DS China: 3º mercado 5.77%	*Datos confusos
Bolivia	China: 1º proveedor (17%) China: 1º proveedor DS 16.47%	China: 1º proveedor 17.80%	China: 7º mercado LH (3%) DS china 6º mercado con 3.72 %	China: 3º mercado (10.01%)
Brasil	China: 1º proveedor LH (16%) China: 1º proveedor DS 16.35%	China: 1º proveedor 17.92%	China: 1º mercado LH (18%) China: 1º mercado DS 18.56%	China: 1º mercado (18.63%)
Chile	China: 1º proveedor LH (21%) *DS datos contradictorios	China: 2º proveedor 10.62 %	China: 1º mercado LH (25%) China: 1º mercado DS 24.55%	China: 1º mercado (26.39%)
Colombia	China: 2º proveedor LH (18%) China: 2º proveedor DS 12.89%	China: 2º proveedor 13.78%	China: 2º mercado LH (10%) China: 2º mercado DS 10.27%	China: 3º mercado (6.35%)
Ecuador	China: 2º proveedor LH (17%) China: 2º proveedor DS 11.35%	China: 2º proveedor 12.84 %	China: 12º mercado LH (2%) China: 9º mercado DS 2.35%	China: 8º mercado (3.41%)
Perú	China: 1º proveedor LH (21%) China: 3º proveedor DS 8.61%	China: 2º proveedor 9.32%	China: 1º mercado LH (18%) China: 1º mercado DS 18.30%	China: 1º mercado (21.82%)
Uruguay	China: 1º proveedor LH (18%) China: 1º proveedor DS 12.37%	China: 1º proveedor 12.41%	China: 3º mercado LH (13%) China: 1º mercado DS 7.03%	China: 1º mercado (7.52%)
Venezuela	China: 2º proveedor LH (17%) (2013) China: 2º proveedor DS 14.25 (2014)	China: 2º proveedor 16.97%	China: 7º mercado LH (0,3%) China: 6º mercado DS 5.76%	China: 9º mercado (2.66%)
Paraguay	LH No registra China: 3º proveedor DS 15.06%	China: 3º proveedor 16.32%	LH No registra China: 21º mercado DS 0.63%	China: 25º mercado (0.44%)

Fontes: LATINAMERICAHOY.ES, 2016 / Datur (Ds)

Elaboração: Própria

Ao analisar a tabela anterior, apesar das contradições entre as fontes, podemos concluir que, de fato, para os países da América do Sul, a China já substituiu os EUA como o principal parceiro comercial. A China já é a primeira fonte de importações de Bolívia, Brasil, Chile, Peru e Uruguai, e o primeiro destino das exportações de Brasil, Chile e Peru (LATINAMERICAHOY.ES, 2016).

Por outro lado, podemos observar a seguinte evolução de três anos até 2014, o que nos permite observar o peso da América do Sul em relação à AL:

América do Sul: exportadores para a China 2002-2014 (em bilhões de dólares)

Exportadores	2002	2005	2008	2011	2014	Participação em 2014 (%)	Crescimento médio (%)
América Latina e Caribe	6,506	19,135	40,360	87,698	97,542		27
Brasil	2,521	6,835	16,403	44,315	40,616	42	29
Chile	1,225	4,895	8,519	18,629	18,828	19	29
Venezuela	91	216	270	492	11,320	12	+100
Peru	598	1,861	3,735	6,961	7,025	7	26
Colômbia	28	237	443	1,989	5,755	6	66
Argentina	1,092	3,154	6,355	6,232	4,462	5	17
Uruguai	104	122	172	526	1,220	1	23
Equador	15	7	387	192	501	1	+100
Bolívia	8	20	129	337	434	0,3	47
Paraguai	8	67	96	30	48	0,05	36
Total América do Sul	5,690	17,414	36,509	79,703	90,209		

Fonte: CEAP-EAFIT (2016), a partir de dados estatísticos COMTRADE

Elaboração: Própria

América do Sul: principais importadores da China 2002-2014 (em bilhões de dólares)

Importadores	2002	2005	2008	2011	2014	Participación en el 2014 (%)	Crecimiento promedio (%)
América Latina e Caribe	12,581	36,465	98,507	153,360	179,634		26
Brasil	1,554	5,355	20,040	32,788	37,341	21	32
Chile	1,101	3,227	8,277	12,650	15,104	8	25
Colômbia	533	1,617	4,549	8,176	11,790	7	30
Argentina	330	1,529	7,104	10,573	10,703	6	33
Peru	463	1,058	4,069	6,321	8,925	5	30
Venezuela	225	808	4,528	6,497	5,657	3	37
Equador	220	622	1,636	3,327	4,586	3	37
Paraguai	211	642	2,471	3,662	3,078	2	26
Uruguai	75	242	908	1,439	1,989	1	29
Bolívia	85	136	415	1,113	1,811	1	29
Total América do Sul	4,797	15,236	53,997	86,546	100,984		30,66

Fonte: CEAP-EAFIT (2016), a partir de dados estatísticos COMTRADE

Elaboração: Própria

América do Sul: balança comercial com a China 2002-2014 (em bilhões de dólares)

País	PIB	Balança comercial con China	Porcentaje saldo comercial regional con China (%)	Estado balanza	Saldo comercial con China como %PIB (%)
Argentina	540,197	-6,242	8	Déficit	1
Colômbia	377,740	-6,035	7	Déficit	2
Equador	100,543	-4,084	5	Déficit	4
Paraguai	30,985	-3,030	4	Déficit	10
Peru	202,903	-1,900	2	Déficit	1
Uruguai	57,471	-770	1	Déficit	1
Brasil	2,346,118	3,276	-4	Superávit	0,1
Chile	258,062	3,724	-5	Superávit	1
Venezuela	509,964	5,663	-7	Superávit	1
Total América do Sul		-9398			
Total América Latina		-82,092			

Fonte: CEAP-EAFIT (2016), a partir de dados estatísticos COMTRADE

Elaboração: Própria

Ao analisar as tabelas, em primeiro lugar podemos observar o enorme peso da América do Sul quando se trata da relação comercial da ALC. No que diz respeito às exportações para a China, ADS representa em 2014, 92%; enquanto suas importações são 56% em relação ao total da América Latina. Da mesma forma, pode-se observar que o déficit da América do Sul é de apenas 11,4% em relação ao total do déficit latino-americano.¹⁰¹

Os países com superávit baseiam-se na exportação de matérias-primas, embora no caso do Brasil, também haveria uma contribuição de componente de exportação relacionado a fabricação e tecnologia, dada a capacidade instalada do gigante sul-americano. Isto, no entanto, não representa um componente substancial, uma vez que a participação das exportações de bens primários aumentou significativamente. Nesse cenário, enquanto houve uma perda “relativa da parcela de mercado dos produtores industriais do Brasil destinados a América do Sul, especialmente na eletrônica de consumo e bens de capital, para as exportações chinesas (BARBOSA, 2011a)” entre 2002 e 2013 (PINTO; CINTRA 2015, p. 20).

No mesmo ritmo dos dois países mais industrializados na região entre 2000 e 2013, de acordo com Pinto e Sintra (2015, tabela 2), apenas a Argentina reduziu ligeiramente sua quota de produtos primários (de 67,5 para 66,9%), aumentando exportação em manufaturados em 0,6%.

No entanto, em termos regionais, reproduz-se um padrão caracterizado pelo crescimento da participação de bens primários no setor exportador, como segue:

En el 2001, las materias primas correspondían al 51% de las exportaciones de ALC a China, mientras que en 2014 esta cifra ascendió al 71%. Este aumento en exportaciones de materias primas se ha hecho a costa de las exportaciones de bienes intermedios, bienes de consumo y bienes de capital que en el 2014 fueron solo el 24, el 3 y el 2% respectivamente de las exportaciones regionales a China, pese a tener mayor valor agregado (CEAP-EAFIT, 2016, p. 36).

Além do exposto, podemos também caracterizar três dinâmicas na região ADS em relação à dinâmica de troca comercial e seus resultados. Desta forma, existiria:

- Um primeiro grupo de países, segundo Pinto e Cintra (2015, p. 20), formado por países como Chile e Peru, “impactado apenas de forma positiva em virtude de exportar commodities e de não sofrer pressão competitiva das manufaturas chinesas, uma vez que estes países não possuem uma estrutura industrial complexa. Esse grupo obtém apenas o bônus da relação com a China”.

¹⁰¹ Porcentagens geradas por Mauricio Cuesta, IAEN, 2017, a partir de dados estatísticos COMTRADE (2015).

- Um segundo grupo de países, que enfrentaria “uma situação mais complexa, pois é beneficiado pela demanda de *commodities*, entretanto, é impactado negativamente pela pressão competitiva das manufaturas chinesas (que apresentam baixos custos unitários do trabalho em dólares)” (ibid.). Este seria o caso da Argentina e do Brasil; no entanto, deve-se notar que, a partir dessa lógica, o maior impacto teria sido para o Brasil.

- Um terceiro caso, como no caso do Equador, para o qual o *boom* das exportações de *commodities* significou uma exportação relativamente maior de matérias-primas, embora mais efetivamente no recurso estratégico de petróleo. Tudo isso, no entanto, dentro de um quadro acompanhado por um déficit comercial (alta lacuna). No entanto, o país também poderia se beneficiar de tecnologia, bens de capital e materiais para suas próprias indústrias a custos mais baixos do que seus parceiros comerciais tradicionais (EUA e Europa). Ao mesmo tempo, aplicava salvaguardas às manufaturas chinesas que poderiam competir com as da produção equatoriana, sem que houvesse qualquer tipo de impasse diplomático ou comercial. E isso especialmente em épocas em que o Equador precisou gerar economia na saída de moeda estrangeira, para garantir a viabilidade de sua economia que não tem moeda própria, mas é baseada na dolarização.

Assim, no caso equatoriano, por exemplo, em 2009, há um menos (-) 31% em relação à taxa de crescimento das importações da China (após a crise financeira global), bem abaixo da média anterior (de + 43,75% entre 2010 e 2013) e que mal alcançou 2% de crescimento em 2014; e uma redução para menos (-) 11% na taxa de crescimento das importações da China em 2015. Estes últimos dois anos são justamente quando começa a queda dos preços das *commodities* e o custo do petróleo, uma das principais fontes de renda do tesouro equatoriano.

Não obstante o acima, também é necessário notar que não é possível determinar o quão longe o impulso gerado pela demanda chinesa gerou, na verdade, um cenário reprimarizador, se se leva em consideração três elementos:

- Que a quantidade em volume de bens de consumo, bens intermediários e capital exportado não é relatada com precisão, além de seu valor e do percentual em relação ao total das exportações. Isso não permite verificar a reprimarização das economias, pois o aumento do custo dos produtos primários sofreu forte aumento, o que poderia invisibilizar o rendimento real dos outros três bens.

- Que, na região, Brasil e Argentina seriam os que têm maior capacidade de gerar bens de consumo, intermediários e de capital; especialmente o primeiro, enquanto os outros países são baseados em uma economia sustentada pela exportação de bens primários e, portanto, podem ser caracterizados como totalmente complementares à demanda chinesa nesse período.

- Que, no caso brasileiro, o projeto de desenvolvimento tem sofrido declínio relativo, especialmente desde que o governo de Fernando Henrique Cardoso,¹⁰² em favor do domínio do capital financeiro e da sua articulação com o SFI. A este fator devem ser adicionados indicadores complementares onde, por exemplo, na região e até mesmo

En Brasil, no se ha tenido una política industrial ni de infraestructura desde al menos 15 años; la demanda de bienes de capital más bien baja, lo que no da cuenta de desarrollo industrial; Así mismo, la región también quedaron fuera de la electrónica, la región no se orientó a ese sector; lo que desarrollo como “industrialización” son algunos productos manufacturados; por lo que la relación con China efectivamente no sería la causante de una desindustrialización real, además que la penetración china fue en sectores concretos como calzado, muebles, etc., que no son considerados como propiamente orientados a la industrialización (CRESPO, 2016¹⁰³)

Tudo isso pode ser complementado com a análise de Bizzozero e Raggio (2016, p. 360), para quem:

Los cambios sistémicos que derivaron en una reprimarización de las economías de los países de la región factiblemente se hubieran producido de todas maneras, pero (positivamente) la convergencia de los gobiernos de Argentina y Brasil en buscar alternativas en la inserción internacional y en plantear reformas en las instituciones económicas internacionales facilitaron los acuerdos de cooperación y una mayor envergadura de la presencia económica china a través de inversiones y presencia financiera.

Além disso, do acima exposto, também é necessário apontar três pontos:

a) Que os países que histórica e estruturalmente se articularam à OEM como exportadores de matérias-primas, e propuseram uma espécie de reconversão produtiva, foram também beneficiados pelos preços baixos e qualidade competitiva dos produtos chineses em relação aos produtos norte-americanos, europeus ou japoneses (bens de capital e tecnologia), por exemplo, como no caso do Equador ou da Venezuela.

b) Que desde o início da queda dos preços das *commodities* no final de 2014, a China relatou continuar importando a mesma quantidade deles dessa região, o que, no entanto, não se reflete na mesma quantidade de divisas geradas pelo mesmo. Daí a queda na quantidade na troca comercial.¹⁰⁴

¹⁰² Por exemplo, em meados dos anos 1990, “la enorme apreciación cambiario puso en evidencia la posibilidad de desindustrialización parcial del país, ya que para las multinacionales de algunos sectores, como el automotriz, se fue tornando más ventajoso importar que producir internamente, y para los productos de las empresa locales se fue haciendo cada vez más difícil competir con los importados, sin aumentar las compras de materias primas y componentes en el exterior” (SALLUM; PALACIOS, 2000, p. 758).

¹⁰³ MRH, Notas - entrevista de Eduardo Crespo, Rio de Janeiro, agosto de 2016.

¹⁰⁴ MRH, Nota de campo, relato baseado em entrevista com funcionario chinês, na China, abril de 2017. O nome do entrevistado não será divulgando, observando-se a prática de *customary practice*.

c) Que sem o aumento espetacular como ator econômico global na China e sua expansão na demanda, os países da região não haviam tido um novo grande mercado ou aumento de renda gerado pelos altos preços das *commodities*, nem a possibilidade de gerar uma expansão fiscal, que criasse alguns elementos positivos de caráter conjuntural, tanto na redução da pobreza, como na instalação de alguns elementos que contribuíssem para a construção das bases da competitividade sistêmica.

Assim, pode-se afirmar que ao longo dos anos 2000, mas também até a queda dos preços das *commodities*, a partir de 2014: Em linhas gerais, América Latina vivenciou um momento de redução da restrição externa ao crescimento [...] da abundante liquidez e das baixas taxas de juros nos países centrais, que permitiu a adoção de políticas de demanda efetiva (políticas fiscais e monetárias expansionistas e de transferência de renda) que geraram maiores taxas de crescimento do PIB e melhorias sociais” (PINTO; CINTRA, 2015, p. 30).

Em suma, todo o cenário aqui analisado se enquadra num resultado que deixa um sabor agridoce frente à relação comercial da região com a China, mas também deve levar em conta três elementos:

- Não sendo a China uma potência depredadora ou beneficente, tem operado neste nível, de acordo com as oportunidades que apresentam os limites estruturais históricos da própria capacidade produtiva resultante da correlação de forças sociais dos países da região ADS, face à condução do Estado e sua articulação na OEM. Trata-se de estrutura histórica que foi ordenada, durante boa parte da história regional, por projetos de elites abertas com vocação que legitima concepções ideologizadas das *vantagens naturais* da região como um fornecedor de matérias-primas na divisão internacional do trabalho.

- Que um novo tipo de articulação da ADS, que permita superar as assimetrias e melhorar os termos de comércio com a China e a OEM, são demasiado complexas sem a vontade política, não somente dos estados individualmente, mas também na região no seu conjunto. Assim, por exemplo: neste período, apesar de alguns dos resultados econômicos e sociais positivos mencionados: “os países da região, mesmo os que adotaram políticas industriais, não conseguiram mudar suas estruturas produtivas especializadas. O que impõe incertezas estruturais (forte dependência dos preços de *commodities*) ao desenvolvimento da região inclusive às políticas de transferência de renda” (PINTO, CINTRA, 2015, p. 30). Foram reproduzidos, assim, cenários previamente vivenciados pela região contra articulações passadas com outras potências, com a diferença de que a China não tenta promover *uma conversão* ou impor um ideal e uma receita econômica e política a seguir.

- Além disso, deve-se notar que, sob o contexto da *globalização*, a produção de uma indústria e sua propriedade não estão centralizadas ou localizadas em um único país, motivo pelo qual as exportações da China têm componentes, por sua vez, importados de outros países e regiões. Além disso, como afirma Bartesaghi (2015, p. 5) “*cabe recordar que se calcula que cerca del 60% del total de lo exportado por China está en manos de empresas extranjeras, fundamentalmente estadounidenses y europeas*”, o que também permite qualificar as afirmações de que os ganhos na balança comercial favorável à China reproduzem elementos que poderiam caracterizar esse país como um novo centro cujo projeto manifesto é converter outros países e nossa região em sua nova periferia.

Temos um cenário em que a região reproduz seu caráter dependente diante das estruturas preexistentes do comércio mundial; onde a produção, embora esteja deslocada, uma parte significativa da mais-valia ainda era absorvida pelos atores hegemônicos da estrutura da OEM anterior.

3.3.2. Elementos complementares para compreender a dinâmica e a PPC em nível comercial

Aqui estão alguns elementos para entender a dinâmica do setor de comércio na China e sua projeção no nível comercial:

1. Apesar da importância deste setor para a RPC, a dependência do comércio externo é uma preocupação para a China, uma vez que foi de 38,5% em 2003, a 51,9%, e em 2006 atingiu um máximo de 67%, de acordo com os dados da Administração Geral de Consumo (ZHOU, 2014). Em 2011, o índice de dependência do comércio exterior da China caiu para 50,1%, mas a média dessa dependência se manteve (para mais de 50%, o que é muito superior a 30% de EUA e Índia), o que significou uma fraqueza estrutural (ibid.), pela qual a China vem promovendo, há mais de uma década, a transição de um modelo promovido por fatores externos a um impulsionado pela força motriz endógena (ZHANG, 2015).

2. Até pouco antes do XVIII Congresso do PCC, em 2012, dependia muito do setor de comércio exterior baseado na manufatura, e a partir do processo de reforma e ajuste proposto em resposta. Segundo Zhang Li (2015): fortaleceu-se a transformação orientada para gerar produção com alto conteúdo de inovação própria, que vinha tentando ser implementada desde 2004.¹⁰⁵ Isto é, propôs-se alterar o modo de produção que apontava para um comércio com

¹⁰⁵ Segundo Bittencourt (2012), o elevado e crescente peso dos setores intensivos em tecnologia (de tecnologia média e alta), tanto nas exportações como nas importações da China, assim como de insumos e bens de capital, dá conta da crescente inserção dessa economia nas cadeias internacionais de valor. De fato, mais da metade do

base na quantidade e tamanho, para um que seria rentável e intensivo, ou seja, localizado na extremidade inferior da cadeia de valor para um que está localizado no meio e na extremidade superior dessa cadeia. Ao mesmo tempo, foi proposta a consolidação da transição de “Feito na China” para “Criado na China”, apoiando assim os setores intensivos em tecnologia e inovação (WU, 2006).¹⁰⁶

3. Neste contexto, e em 2010, pode-se reconhecer uma etapa de transformação estrutural que impacta na região, pois, como afirmou Bartesaghi (2015, p. 9): “*China inició su especialización industrial con productos considerados de baja y media tecnología, como por ejemplo la vestimenta y el calzado, para luego convertirse en el principal productor mundial de bienes con media y alta tecnología, como vehículos y sus partes, máquinas eléctricas y mecánicas (Sevares, 2010)*”.

4. O processo que visa gerar maior sofisticação e inovação na produção tem sido orientado na política de “aperfeiçoamento do mercado chinês do lado da oferta”, e não da orientação voltada para o setor externo, mas relacionada às novas demandas geradas pela crescente força e demanda de consumo endógeno.

5. Sob este novo cenário (descrito como uma nova normalidade), as matérias-primas ainda são necessárias para sua ainda enorme capacidade industrial, como já foi dito; e também para apoiar o consumo crescente de alimentos (em quantidade e qualidade) da população da RPC e sustentar sua segurança alimentar.

6 Por tudo o que foi exposto acima, e dada uma perspectiva pragmática chinesa, a percepção do comércio é reforçada não só com a região, mas com o resto dos países, como um espaço que gera ganhos imediatos.¹⁰⁷ Isso na prática permite a acumulação, riqueza, que pode ser traduzida em um aumento de poder, neste caso específico: de quem exerce o papel de forte intermediário entre forças sociais e OM: o Estado.

Apesar disso, e reconhecendo que o campo do comércio, no caso da ADS – como foi discutido até agora –, poderia ser entendido como um espaço que não é necessariamente estratégico ou diretamente mediado por articulações políticas. Os problemas de desequilíbrios na balança comercial e os mecanismos de troca não ficaram de fora dos documentos oficiais chineses, como o livro branco de 2008, onde dentro das propostas econômicas, a China propõe já expandir e *equilibrar* o comércio (CEAP-EAFIT, 2016, p. 100). Tal posição é também confirmada ou aceita nas interlocuções que líderes chineses enfrentam frente a suas

comércio exterior da China com o mundo, já em 2007, era realizado em setores de média e alta tecnologia.

¹⁰⁶ Mas também a revalorização da produção tradicional e ancestral, como medida que também se orientava no sentido de elevar taxas de ganhos entre médios e pequenos produtores (WU, 2006).

¹⁰⁷ Entrevista de Patricia Castro Obando, abril de 2017, Pequim, China.

contrapartes latino-americanas,¹⁰⁸ quando se referem à necessidade de melhorar a balança comercial e à possibilidade real de resolver desequilíbrios através de diálogos políticos de alto nível.

Apesar da vontade expressa ou da clara aceitação, no caso da América do Sul até 2015, o equilíbrio e a qualidade dos termos no nível concreto do comércio não se concretizou, seja pela falta de capacidade de negociação das próprias instâncias sul-americanas, pela escassez de especialistas que saibam como otimizar as negociações e lucros compartilhados da dinâmica de negociação chinesa, ou se por barreiras burocráticas em órgãos institucionais chineses encarregados dos procedimentos de processamento de importação (por exemplo: fitossanitário). Este último elemento precisa novamente ser superado pelo aumento do diálogo político e seu acompanhamento (lembrando a natureza forte da intermediação do Partido-Estado), e pela capacidade de negociação – isto é, compreendendo as peculiaridades institucionais, políticas e culturais específicas da China que permitem que os acordos se materializem.

Por outro lado, e avaliando como a RPC processa seus interesses no nível comercial, devemos nos referir a quatro tópicos

1. Um interesse puramente pragmático, uma vez que a China precisa de comércio em termos da possibilidade de lucro e acumulação de recursos económicos, o que não é o único e tampouco objetivo absoluto.

2. A necessidade de satisfazer e projetar a garantia de recursos para o mercado interno, em bens estratégicos e até mesmo no nível básico como alimento.

3. A necessidade de recursos da China que são funcionais para seu próprio desenvolvimento econômico, incluindo o acesso à tecnologia que permite melhorar seu avançado processo de inovação de seus produtos.

4. Que existem oportunidades para a ADS (e ALC) na produção de certos bens, como biotecnologia, matérias-primas e recursos estratégicos. Isso, por sua vez, se deve a várias necessidades: pelo consumo de seu próprio aparato produtivo; satisfazer e garantir a demanda de sua população (comida, por exemplo); para atender à crescente demanda por bens de “luxo”; mas também para as necessidades estratégicas da RPC: como o desenvolvimento de sua capacidade marítima, incluindo recursos defensivos.

¹⁰⁸ Nesse mesmo sentido, acadêmicos chineses também concordam com a existência dessa vontade e reconhecem que, efectivamente: *“Las relaciones entre China y América Latina son a la vez complementarias y de competencia. La preocupación (de reprimarización de la economía) surge de concentrarse más en la competencia que en la complementariedad. China no aspira a tener un superávit comercial con América Latina sino una relación equilibrada y sostenible”* (SUN, BBC, 2012).

O problema é como os países da ADS ou como uma região podem maximizar os benefícios dessas oportunidades. Aparentemente, estamos diante de duas abordagens diferentes aqui:

1. Uma que vê a tendência de abordagem comercial concluída com a assinatura de acordos de livre comércio (TLC) com Chile (2006) e Peru (2011) (RIOS, 2016, p. 221), e a partir dessa lógica os interesses econômicos desses países podem ser maximizados

2. Outra que propõe a possibilidade de transformação produtiva, para gerar maior valor agregado, e que a princípio pode estar em sintonia com as análises propostas, segundo as quais *“el problema no es tener recursos naturales sino qué hacer con ellos. En toda industria, incluida la de los productos primarios, potencialmente hay un alto desarrollo tecnológico. Un reto para los países latinoamericanos es la plena explotación de ese potencial”* (SUN, BBC, 2012).

Sobre ese primeiro tema, analisamos a seguir os Tratados de Livre Comércio (TLC), com os países da região.

3.3.3. Abordagem comercial, os TLC com a região

Deve-se notar que, no nível institucional da esfera comercial, a China entrou na OMC em 11 de dezembro de 2001, depois de pouco mais de 14 anos (LUNA, s/d). O Chile é o primeiro país da América a reconhecer a China como uma economia de mercado (WITKER 2007). A partir daí, vai-se materializar o TLC Chile-China, o primeiro assinado por um país da região, também resultado da continuidade das relações econômicas desenvolvidas a partir de uma primeira *joint-venture*, em 1987 (ibid., p. 44).

Este teria sido estruturado, de acordo com a Escola de Negócios Internacionais EENI (REINGEX.COM) em três fases: 1) em 2006, com a entrada em vigor do TCL de produtos; 2) em agosto de 2010, com a entrada em vigor do Acordo Complementar de Comércio Exterior para serviços; 3) e em fevereiro de 2014, com a entrada em vigor do Acordo Suplementar de Investimento Directo Estrangeiro (IED).

De todo modo, notamos que o TLC China-Chile, quando se iniciou em outubro de 2006, também traçou a forma como a política oficial chinesa, de acordo com Witker (2007, p. 44), *“más allá de crear zonas de influencia, (también) contempla estimular la expansión y diversificación del comercio recíproco, eliminar obstáculos y facilitar la circulación de mercancías entre ambas naciones; crear procedimientos para administrar el Tratado y resolver controversias, expandir y acrecentar los beneficios mediante la cooperación*

bilateral, regional y multilateral". Estes últimos elementos podem ser classificados como mutuamente benéficos, uma vez que estão no contexto de plena complementaridade entre os dois países do Pacífico.

Por outro lado, segundo o mesmo EENI, o comércio exterior do TCL Peru-China, de 2011, gerou alguns benefícios no país andino, como:

1. "Exportação de 107 novos produtos [...] dos quais 97% são produtos não tradicionais", embora estes representem apenas 0,44% do total exportado pelo Peru.

2. Oportunidades para "161 novas empresas exportadoras peruanas (que) iniciaram suas atividades, das quais 94% são pequenas e médias empresas", representando 7,1% do total das exportações peruanas para a RPC.

Como no caso chileno, há complementaridade total entre ambas as partes, devido à estrutura produtiva peruana, que faria neste caso específico com que os "principais produtos de exportação (continuem a ser) produtos tradicionais (produtos de mineração, metais e farinha de peixe)" (ibid.).

Além disso, deve-se notar que ambos os TLCs da região sul-americana permitem compreender duas dinâmicas diferentes, mas articuladas, gerando benefícios mútuos, precisamente porque não há maiores elementos de concorrência produtiva: 1) a dinâmica dos acordos gerados pelos diálogos políticos, e 2) as particularidades do relacionamento China-Chile, e Peru-China, que também influenciam o campo de negócios e oportunidades.

Sobre a primeira questão (dinâmica), podemos ressaltar que, embora "o TLC mais básico tenha sido o negociado entre a China e o Chile, o mais abrangente foi o de China e Peru, que inclui cláusulas amplas de facilitação do comércio [...] (também) nos últimos anos, a China e o Chile atualizaram o TLC inicialmente assinado, o que o tornou equivalente ao negociado com o Peru (CEAP-EAFIT, p. 59).

Essa dinâmica também pode ser observada no quadro que se segue:

Nível de profundidade das provisões negociadas nos TLC entre China e América do Sul

TLC	Acesso a mercados	Serviços	Investimento	Facilidade de comércio	Compras públicas	Propriedade intelectual
Chile-China	Ampla cobertura 1	Ampla cobertura 2	Superior 3	Padrão	Não há provisão	Superior ao padrão
Chile-Peru	Ampla cobertura 4	Ampla cobertura	Padrão	Superior ao padrão	Não há provisão	Superior ao padrão

1. China ofereceu ao Chile a liberação de 97% das linhas tarifárias, de maneira imediata de 37% em prazos inferiores aos 10 anos dos 60% restantes. De igual forma, Chile otorgou à China 97% das linhas tarifárias; 75% destas de maneira imediata, e o restante em prazos inferiores a 10 anos.
2. Em abril de 2008 foi firmado acordo complementar de comércio de serviços. Em virtude deste acordó, liberou-se a prestação de serviços profissionais, de tecnologia, mineração, construção, distribuição e meio ambiente.
3. O TLC em vigor desde 2006 não incluía um capítulo de investimento, devido à existência de um acordo bilateral de investimento entre China e Chile em vigor desde 1995. No entanto, em 2012 ambos países puseram em marcha um acordo de investimento suplementar ao TLC.
4. China concedeu ao Peru a liberação de 92% das linhas tarifárias, 63% de maneira imediata e o restante em prazos inferiores a 10 anos. Peru ofereceu a China um nível de alívio similar (92%), com um cronograma de liberação no máximo em 10 anos.

Fonte: CEAP-EAFIT (2016, p. 50), a partir de Sistema de Información de Comercio Exterior de la Organización de Estados Americanos (SICE-OEA, 2015) e Wignaraja, Ramizo e Burmeister (2012).

Reelaboração para o caso sul-americano: Própria

Por outro lado, no campo dos benefícios gerados nos dois países que assinaram o TLC com a China, a segunda dimensão também deve ser levada em conta: particularidades do relacionamento bilateral. Assim:

- No caso chileno, além da complementaridade, o Chile tem tradicionalmente focado sua relação econômico-política no nível de comércio, e é aí que a China opera sua projeção de forma pragmática, mas levando em conta elementos de reciprocidade gerados por relações bilaterais históricas, como o fato de o Chile ter sido o primeiro país a reconhecer a RPC diplomática na região e até mesmo como uma economia de mercado.

- No caso peruano, além da complementaridade e considerações similares já discutidas no caso do Chile em relação ao comércio internacional, há o elemento de presença chinesa no exterior, que facilitou novas atividades (pelo menos, comercialmente a princípio). Esta presença, considerando a perspectiva tradicional reconstruída da “família chinesa”, que inclui a implantação do *Guānxì* de corte identitário e afetivo, e o reconhecimento de que os chineses estrangeiros são considerados como um anel de interesse importante dentro da nação chinesa, aumentam os intercâmbios, mas também o sentimento de confiança e permanência no longo prazo dos acordos. Aumentam assim as chances de que a China gere mais oportunidades para a realização de benefícios compartilhados. Oportunidades que a partir da lógica aperturista das FSH que comandam os CES peruanos, são vistas sobretudo no campo comercial e de recebimento de investimentos em indústrias extrativas (petróleo, mineração), ou atividades como maquila e serviços e setores de bens primários.

No entanto, e dadas as oportunidades estritamente no setor de comércio, os limites dos TLCs assinados com a região também devem ser apontados. Cabe lembrar que, apesar das oportunidades, a China: a) não é um poder benfeitor; b) processa seus interesses por meio de instâncias de planejamento, e estes, por sua vez, também orientam a relação bilateral e internacional, assim como sua projeção política; e c) seu planejamento tem como prioridade o acúmulo e desenvolvimento de capacidades que permitam solucionar problemas internos.

Assim, por exemplo, desde 2006, podemos encontrar um avanço modesto em questões complementares tratadas nos TLCs; Aí é que naquele primeiro momento houve omissões em *“toda referencia a servicios, inversiones, agricultura y compras gubernamentales. Estas omisiones, integradas a todos los tratados suscritas por China, (eran) consecuencia del modelo del socialismo del mercado que impera(ba) en el sistema económico asiático, que aún reserva sectores estratégicos a su mercado interno, no cedidos todavía a la llamada propiedad no pública”* (WITKER, 2007, p. 44).

Subsequentemente ao TLC com o Peru em 2011, e ao Acordo Suplementar de Investimento Direto Estrangeiro China-Chile 2014:

Estudios de Moreno y Roldán (2013), Peters (2015) y Wise (2016)...coinciden en resaltar el hecho de que los acuerdos firmados entre China y las naciones de ALC cuentan con cronogramas de desgravación arancelaria al comercio de bienes ambiciosos, e incluyen capítulos de servicios, pero tienen un alcance limitado en términos de los asuntos de nueva generación (inversión, competencia, compras públicas, propiedad intelectual, entre otras). (CEAP-EAFIT, 2016, p. 50).

Tudo isso leva a duas reflexões sobre o desempenho dos países da região:

- Limitações na compreensão dos interesses estratégicos chineses e como eles são processados (por exemplo, planejamento e forma de acoplamento), o que inclui um déficit no fortalecimento das capacidades orientadas para a negociação (político-econômico, além do comercial).

- Que além das assimetrias, a China apresenta dimensões de diálogo político sobre o tema do comércio, que devem ser lidas adequadamente, não apenas nas “técnicas” oferecidas por este campo, como se fosse uma disciplina técnica, científica e asséptica, separada da política econômica dinâmica (e suas múltiplas possibilidades nas relações de poder).

Por outro lado, a China também mostrou interesse em um mecanismo de livre comércio com o MERCOSUL, mas isso não foi levantado dentro de uma agenda formal,¹⁰⁹

¹⁰⁹ Por exemplo, na visita de junho de 2012, o ex-primeiro ministro chinês Wen Jiabao manteve com a presidente argentina, Cristina Fernández, *“una videoconferencia con los mandatarios de Brasil, Dilma Rousseff, y de Uruguay, José Mujica, para proponer al Mercosur la firma de una declaración conjunta para potenciar las*

devido ao reconhecimento da contraparte chinesa sobre as complicações que representa, especialmente para o Brasil e a Argentina, e prevendo uma muito provável negativa.¹¹⁰ Isso permite compreender precisamente a dinâmica da projeção da China, dentro do comércio, com respeito às decisões dos outros Estados e organizações regionais e não envolvimento de implementar uma agenda ou livro de receitas que é visto como um *continuum* de uma construção hegemônica. Portanto, a China desenvolve seu relacionamento de acordo com a proposta de suas contrapartes,¹¹¹ e a partir daí, procurando uma articulação – quando possível – entre a materialização das oportunidades que são funcionais às suas próprias necessidades estratégicas, e as oportunidades que poderiam gerar benefícios conjuntos.

Finalmente, este sub-item, deve-se notar que, enquanto o TLC com países abertos são bem recebidos pelo discurso oficial chinês, na prática, países como a própria Argentina e o Brasil, sem terem assinado o instrumento, ganharam terreno “*en las colocaciones de bienes que siguen siendo de poco proceso, y no en productos de baja o media tecnología*” (BARTESAGHI, 2015, p. 17). Quer dizer, no campo da especialização dos países complementares com políticas abertas do Pacífico, que mais uma vez ratifica que a China não propõe, ou ao menos não tenta impor, qualquer instrumento vertical em suas relações bilaterais.

Por exemplo, “*analizando las exportaciones por variaciones anualizadas, cabe mencionar que las colocaciones de Brasil hacia China crecieron a una tasa anualizada del 32% entre los años 2001-2012, mientras que las colocaciones de Argentina hacia el mismo destino y en el mismo período, aumentaron al 15%*” (ibid.). No entanto, a partir daí se deve considerar que no intercâmbio entre ambas as partes há um aumento (como já observado) das exportações chinesas com intensidade tecnológica cada vez maior (e, portanto, maior valor agregado), e uma redução, ou crescimento mínimo das exportações de bens eletrônicos de consumo e manufaturas pelo Brasil e Argentina, respectivamente.

relaciones. Como parte de esta propuesta, Wen sugirió al bloque suramericano estudiar si es posible crear una zona de libre comercio entre el Mercosur y China” (ELECONOMISTA.ES, 2012).

¹¹⁰ Assim, por exemplo, Sun Hongbo (professor do CASS) afirmava já em outubro de 2012, que era “*todavía prematuro hablar de tratado de libre comercio. Se va a necesitar que los miembros del Mercosur tengan una mayor coordinación y consenso sobre este tema. El sector industrial del Mercosur muy probablemente se oponga a esta agenda. Queda un largo camino por recorrer*” (BBC, 2012).

¹¹¹ Incluindo o caso do Paraguai, com o qual não mantém relações diplomáticas, o qual tratia dificuldades para materializar tal acordo; mas assim mesmo, podendo-se observar que a China não tomou iniciativas para que o país sul-americano reconhecesse a RPC. Tal cenário também tem que ver com as complexidades do cenário das relações da China com Taiwan: daí a RPC considerar melhor manter a prudência diplomática quando o governo de Taiwan se orienta por posições políticas na secessionistas (como em boa parte do período estudado).

Uma vez realizada a análise da PPC no nível do comércio – bens e produtos, visando ao consumo e produção –, é necessário rever os resultados do comércio no setor militar (considerado como parte das capacidades materiais destrutivas, de acordo com Cox).

3.3.4. Setor de Segurança e Defesa: comércio

A incursão da China no mercado militar na região ocorreu inicialmente em forma de ajuda não letal: uniformes, suprimentos médicos, equipamentos hospitalares, equipamentos de engenharia e um pacote abrangente de treinamento em academias militares chinesas para oficiais da equipe (BADRI-MAHARAJ, 2015). E aqui também cabe assinalar que, ao contrário dos EUA, a China não tenta proliferar uma agenda de segurança nem representa uma ameaça para a ADS, ou procura uma supremacia militar (PADULA, 2015).

Além disso, é necessário alertar que, além da reserva usual de informações no setor de defesa, devido a questões de segurança nacional, aqui também encontramos fontes e dados incompletos e às vezes contraditórios. Assim, este estudo propôs a coleta de informações a partir de uma lógica de amostragem, que permite observar tendências sobre o assunto.

De qualquer forma, observou-se que várias fontes concordam que a presença da China como exportadora de armas na região da ALC (principalmente em ADS) até 2015 foi modesta, embora tenha aumentado. Assim, a venda de armas da China na região aumentou de praticamente zero em 2005 (BADRI-MAHARAJ, 2015, NIXON, 2016), para cobrir 22% do total em 2015, de acordo com o Instituto de Pesquisa da Paz Internacional de Estocolmo (*Stockholm International Peace Research Institute - SIPRI*).¹¹² Apoiou-se, desde o início da década, na busca feita por países como Venezuela e Bolívia por fornecedores que pudessem superar a restrição que os EUA tentavam impor, diretamente e através de seus aliados; e também por vendas novas e potenciais em outros países, como Peru ou Argentina (MALDONADO, 2010), e depois no Equador.

Isso em um contexto onde, de acordo com relatório publicado pelo SIPRI, no início de 2017, a China aumentou suas exportações militares em 74% nos últimos cinco anos; controlando em 2012 e 2016, 6,2% do mercado mundial; enquanto os EUA e a Rússia ocuparam 33% e 23% das vendas, respectivamente (HISPANTV.COM, março 2017).

Além disso, em 2012, alguns analistas projetaram que os gastos com defesa na ALC aumentaram de US\$ 63 bilhões em 2011 para US\$ 65 bilhões em 2014, com apenas vinte por

¹¹² Segundo o especialista militar russo Vasili Kashin (HISPANTV.COM, 2017), o crescimento das exportações militares chinesas poderia ser muito maior do que o avaliado pelo SIPRI, já que os métodos deste para coletar e analisar informação às não consideram elementos-clave da cooperação militar, como as transferências de tecnologia, o desenvolvimento conjunto de novos protótipos de material bélico, etc.

cento disponível para compras e de volume despesas de pessoal (MARCELLA, 2012), ou seja, aproximadamente US\$ 12,5 Bilhões para aquisições. Outros relatórios indicam que durante a última década, a China fez incursões notáveis, por exemplo, de mais de US\$ 130 bilhões em 2014 (BADRI-MAHARAJ, 2015).

Além do acima, através de uma amostra de aquisições reais, há uma presença dinâmica neste setor que se expressa sobretudo nas áreas de segurança e defesa (setor interno e externo).

Como um primeiro ponto, deve-se notar que a relação comercial neste setor é unidirecional, e que se concentra na ALC, principalmente nos países da região ADS. Das vendas relatadas efetivamente na amostra (apresentada nas próximas páginas), é possível ver maior nível de compras por Venezuela e Bolívia, países que sofreram durante este período de restrições diretas e indiretas pela hegemonia regional e global, como já indicado.

Na Venezuela, a necessidade de equipes de segurança e defesa é compreensível, além da possibilidade da existência de um conflito intra-regional (hipótese tampouco descartada), havendo também ameaças de fora da região (ou mesmo combinadas).¹¹³ Isto porque a Venezuela reconhece o interesse dos Estados Unidos sobre os recursos estratégicos, como petróleo, mas também o interesse geopolítico despertado por estar no Caribe (Mediterrâneo americano),¹¹⁴ uma área considerada como área de influência imediata e natural pelos geopolíticos funcionais aos interesses dos EUA, como Mahan ou Spykman, por exemplo.

¹¹³ Por exemplo, em eixo Washington-Bogotá.

¹¹⁴ Compreenderia o extremo sul dos EUA, México, América Central, Antilhas, Colômbia, Venezuela e as Guianas.

Exemplo de comércio no setor de Segurança e Defesa chinesa na América do Sul, 2015

País	Equipos adquiridos	Año o periodo aprox.	Monto aprox. reportado en millones US\$	Observaciones
Venezuela	- 7 radares CEIC JLY11 - 3 radares JY1B26	2005 Posterior (n/f)		
	- 25 aviones de propulsión a chorro, entrenadores/caza ligeros Karakorum (K-8)	2008 (gobierno de Hugo Chávez)		
	- 8 aviones de transporte Antonov An-12 - Misiles antiaéreos (artillería autopropulsada) de corto alcance	Antes de 2012		
	- artillería autopropulsada y vehículos blindados de transporte de personal	Chávez y, más tarde, de Maduro		
	Armamento Chino	2011 – 2015	373	Bajo este nombre genérico, No se especifica que tipo; ni incluye información si se registra compras ya registrados en los 3 primeros casilleros; de todas formas actualiza montos a 2015
	Armamento incluyendo transportes de personal blindados y artillería como: Vehículos anfibios 8x8 VN116; sistema de lanza cohetes múltiples SR.5 de 1223/220mm; sistema de morteros autopropulsados de 811mm CS/SM4 y de 120 mm misiles antitanque HJ-73D Hong Jian; construcción de centro de mantenimiento y otro de instrucción, para los vehículos anfibios	2012	+ de 500	Esto: asegura que el flujo las relaciones en el tema armamento continuará fluyendo en el futuro. Destinado a Infantería de Marina
	Sistemas de vigilancia aérea	2002-2012 (Estimado)	+ de 150 (Estimado)	
- 19 aviones Karakorum (K-8) - 8 aviones de transporte Shaanxi Y-8F-200 W			Para Fuerza Aérea.	
Decenas de miles de equipos individuales y material anti motín; Centenares de camiones 4x2 JAC L; vehículos oren público Norinco; blindado 4x4 VN4, vehículos cañón de agua WTC-1, y vehículos porta barreras ABC1			Para Guardia Nacional	
Bolivia	6 aviones Karakorum (K-8.)	2009, vía préstamo Chino	58	
	- 6 helicópteros multiuso Harbin Z-9 (Panther) - 2 botes patrulleros – 2 aviones medianos de transporte (Antonov An-24) – 500 misiles antitanque Red Arrow-8	2009-2012	108-113 (Estimado)	
	Equipos de comunicaciones / material de campaña / maquinaria y equipos de ingeniería	2006-2016		
	30 (aprox.) 4x4 Shanxxi Baoji China Tiger	Recibidos hasta 2016		
Argentina	4 vehículos de transporte blindados	Antes de 2012		
	- 110 Vehículos blindados de transporte de personal VN-1 8 x 8, - 5 OPV (class ocean patrol vessel) de 1800 toneladas clase Malvinas - 18 cazas Chengdu Aircraft Corporation (CAC) FC-1; (incluyendo 14 JF-17 Trueno. (Thunder multi-role fighters)-	Compromiso de compra en 2015 (congelado)		Compromiso, inicial en Gobierno de Cristina Kirschner. En 2014 tras anunció una amplia asociación estratégica en 2015 la presidente Fernández de Kirchner se comprometió a comprar; pero hasta 2018, el Gobierno Macri (desde diciembre dde 2015), no ha ratificado, ni negado la concreción del acuerdo.
Perú	De 15 a 25 misiles portátiles, incluyendo China's FN-6 portable surface-to-air missiles (SAMS) en un trato, junto con 10 SAMS adicionales	2009 -2012	1.1 (estimado)	
	72 camiones 3.000 cohetes de 122 mm.	n/f (se presume antes de 2012)		
	27 sistemas de lanza cohetes multiples Norinco Type 90B de 122 mm	2013-2015	39	
Ecuador	4 Radares	Acuerdo 2009 Retardo de recibo en 2013, se denuncia acuerdo	60 (Aprox. En 2009)	Problemas técnicos, se rescinde el contrato. Arreglo con beneplácito de Ecuador a través de devolución de 36 millones que había pagado en adelanto más 3 millones de garantía (por el buen uso del anticipo) /
	709 camiones militares y autobuses	2015	81	
	2 aviones entrenadores	Hasta 2012		
	2 aviones de transporte MA-60			Por entregarse pos 2012
Paraguay	11 jeeps	Antes de 2012		

Fontes: Badri-Maharaj, 2015; Nixon, 2016; Hispantv.Com, 2017 citando a SIPRI / Maldonado, 2010 / Marcella, 2012 citando Jane's Defense Weekly Reports / Hernández, 2016

Elaboração: Própria

Observa-se aqui que, enquanto a China gera comercialmente ganhos econômicos, que também permitem que ela gere progresso no próprio processo de expansão de seu complexo produtivo, associado ao setor de Segurança e Defesa, a Venezuela também se beneficia da relação em pelo menos três sentidos:

- Evitar a restrição imposta pelos EUA e interesses relacionados; e condicionalidades políticas das quais dependem as compras (maior autonomia na tomada de decisões nesse nível).

- Acesso a produtos com custos competitivos em relação a outras potências.

- Acordos adicionais foram gerados para a implementação de empresas e indústrias conjuntas¹¹⁵ que também podem capturar a transferência de tecnologia e gerar os próprios recursos neste setor, com impacto em outros setores produtivos.

Tudo isso, ademais, aumenta a percepção de confiança e benefício mútuo e, portanto, tende a elevar os níveis do relacionamento bilateral, o que ao mesmo tempo permite que ambos os países protejam seus interesses de maneira sustentável.

- No caso da Venezuela, ativos estratégicos para sua segurança e defesa, incluindo aqueles orientados para as necessidades de segurança interna, como no caso das equipes da Guarda Nacional Bolivariana.

- Na China, recursos estratégicos, como o petróleo; o que, por exemplo, é ao mesmo tempo necessário para seu consumo e para sustentar sua própria produção industrial e tecnológica, mas é também estratégico em termos de segurança e defesa: tanto para a mobilização das forças armadas; como gerar capacidades que possam resolver (junto com outros recursos estratégicos) os desafios que são propostos no cenário internacional, como a necessidade de aumentar seu poder naval.

No caso boliviano, há aquisições de vários tipos de equipamentos, de natureza dissuasivo diante de possíveis ameaças intrarregionais, mas também para o combate ao crime organizado transnacional. Curiosamente, este é um dos poucos casos (se não o único) em que créditos chineses são oferecidos para compra dentro do setor de Segurança e Defesa.

No caso do Peru, as aquisições confirmam a natureza pragmática da PPC no nível da dinâmica comercial, sem interesse em associação política.

O Equador faz compras modestas e, no caso das aquisições de radares, há uma disputa de desentendimentos, finalmente superada com a complacência de ambas as partes, sem afetar

¹¹⁵ Ver alguns pontos dos acordos alcançados, no subcapítulo 4.2.3, no tema “ajuda para a construção das FFAA”.

o relacionamento, nem seu constante fortalecimento. Assim, a China novamente protege sua imagem (rosto), evitando conflitos e retaliações.

No caso argentino, pode-se verificar que até 2015, uma compra mínima orientada para o transporte foi efetivada, enquanto o compromisso ambicioso já estabelecido em 2014 e confirmado em 2015, durante a presidência de Cristina Fernández de Kirchner, não foi ratificado ou absolutamente rejeitado pelo novo governo Macri. Entretanto, além da não ratificação da referida compra significativa pela Argentina:

Argentinian interest in China's premium military equipment suggests that Chinese equipment is nonetheless reaching a level of sufficient quality to draw bigger and more lucrative Latin American deals in the future. Further, with their low prices and the fact that arms deals with Chinese defense companies notoriously come with very few strings attached (unlike their American counterparts), purchasing arms from China could prove an increasingly enticing prospect for countries in the region (NIXON, 2016).

No Paraguai, relatou-se uma compra mínima (11 jipes), sem maior importância, excepcionalidade é que o Paraguai reconhece a República da China; nesse contexto, não há relações diplomáticas ou estratégicas com a República Popular da China. Cabe lembrar que a PPC é implantada sob o princípio do reconhecimento da integridade territorial de uma única China (sem necessariamente levantar retaliações ou conflitos).

Além disso, podemos ressaltar que encontramos aqui novamente um interesse pragmático, uma vez que a China precisa de comércio em termos de possibilidade de lucro e acumulação de recursos econômicos; associado a:

- Que a troca e a venda também permitem à China gerar progresso na expansão de seu próprio complexo produtivo no setor de Segurança e Defesa (e outros associados e derivativos).

- Que as relações com a Venezuela, e em menor medida com a Bolívia, intermediadas pela venda de produtos nesse setor, permitiram aprofundar ou atrair relações de caráter político, por sua vez orientadas para a proteção de compromisso de longo prazo para manter e garantir provisões estratégicas de recursos para a China. Também geraram benefícios em questões de Segurança e Defesa nas contrapartidas, em face da questão da restrição, especialmente no caso da Venezuela, para apoiar processos orientados para o desenvolvimento de recursos endógenos.

Finalmente, deve-se notar aqui que, paralelamente à crescente troca comercial, há um processo de estabelecimento de diálogos políticos, tanto no nível bilateral quanto através da presença em fóruns regionais.

3.3.5. Rumo ao estabelecimento de diálogos políticos

Em primeiro lugar, devemos reconhecer que, para a região da ALC, como na América do Sul: “*The Chinese strategy has been developed in three levels: bilateral relations; through groups and regional and subregional integration mechanisms and through the links established within transpacific economic cooperation bodies (ex: APEC, FOCALAE¹¹⁶)*” (REGALADO, 2009, p. 10). Nessa dinâmica se pode observar um componente claro ligado ao campo das relações institucionais de corte internacional, e que como estratégia também pode adicionar um quarto nível: o de um fórum expandido, como o BRICS, através da articulação que, tendo como contrapartida intermediadora a liderança do Brasil, especialmente na América do Sul, procurou gerar outro novo espaço de diálogo.

Além do estabelecimento de relações diplomáticas, encontramos novas formas de relacionamento, em um primeiro nível de corte bilateral. Durante este período, uma primeira geração de associações foi estabelecida.

Primeiro tipo de associação da China com países sul-americanos

Países	Tipo de relação	Ano de estabelecimento
Venezuela	Socioestratégico	2001
Chile	Associação cooperativa geral *no conceito de “relação associativa econômica geral”	2004
Argentina ¹¹⁷	Estabelecimento e desenvolvimento de relação estratégica	2004
Peru	Associação cooperativa geral	2005

Fonte: Oviedo, 2006; Echavarría 2010

Elaboração: Própria

Aqui deve-se notar que, no caso sul-americano, e devido ao alto conteúdo estratégico do Brasil para a China, os dois países já haviam acordado muito antes, em 1993, uma “*Asociación estratégica de mutuo beneficio, estable y de largo plazo*” (OVIEDO, 2006); associação que também tem a ver com a percepção chinesa – além de sua concepção tradicional da importância de todos os atores e o reconhecimento e aceitação das diferenças de poder e papéis dentro de um todo – dos quais, na OM contemporânea existem hierarquias. O Brasil exerce com precisão, devido ao seu tamanho, posição, capacidades materiais e peso

¹¹⁶ Foro de Cooperación Económica Asia-Pacífico (APEC em inglês; e Foro de Cooperación de América Latina y Asia del Este (FOCALAE).

¹¹⁷ No entanto, para Oviedo (2014) já se poderia falar de fato de uma associação estratégica com a Argentina em 2004.

político, papel de liderança central na região, com possibilidades de ser promovido a ator global de primeira ordem.

Da mesma forma, e com foco no resto da região, pode-se observar que no primeiro tipo de estabelecimento de associações já mencionado, a classificação das relações da “*RPC con otros países del mundo en tres categorías: 1) asociación estratégica; 2) asociación de cooperación, y 3) relación de cooperación amistosa*”. (Domínguez, 2006)” (CEAP-EAFIT, 2016, 2006 p. 100).

Esta classificação é baseada em: importância do país e sua relação bilateral com a China; profundidade da cooperação (ou intensidade da colaboração bilateral); e decisão, por parte da China, de conceder ao outro país o caráter ou *status* de parceiro (ECHAVARRÍA, 2010, DOMÍNGUEZ, 2006, CEAP-EAFIT, 2016)

Por outro lado, paralelamente e em nível regional, inicia-se a implantação da presença chinesa nas instituições com forte presença sul-americana, e nos fóruns bilaterais China-América do Sul, nesse período.

China nas instituições com presença sul-americana e em fóruns bilaterais com a região: 2002-2015

Ano	Fóruns Bilaterais com a região
2004	Observador da Organização de Estados Americanos.
2004	Observador do Parlamento Latino-americano.
2005	Fórum de Cooperação Econômica e Comercial Sino-Caribenho
2008	<i>Membro</i> não mutuário do <i>BID</i>
NO	ALBA (não)
Data de incorporação não definida	Observador Anual na Comissão Econômica para América Latina, CEPAL
NO	UNASUR (sem observadores fora da região da América Latina)
2013	Estado observador da Aliança do Pacífico
NO	CELAC, sem observadores extrarregionais
Janeiro de 2015	Estabelecimento do fórum China-CELAC

Fontes: Rodríguez (2008); Xu (2006); Ríos, (2016) e websites de organismos.

Elaboração: Própria.

Implantação que é não só parte do processo contínuo de criação e aprofundamento do diálogo político, mas no caso da materialização da China-CELAC, faz parte do ordenamento do relacionamento e tentativa de materialização da cooperação omnidirecional criada em 2008 (tópicos que serão abordados no capítulo 4); e que também visa reforçar os recursos da China, promovendo novas ligações em ambos os lados contra a OM. Não se exclui a possibilidade de novos cenários que transformam o *status quo* nas relações predominantes poder dentro da OM, tal como esta se materializou após a Segunda Guerra Mundial, e a ascensão do sistema dólar flexível.

Finalmente, mais uma vez deve-se reconhecer que a questão comercial no discurso chinês, em grande parte deste quarto momento (2002-2015), manteve-se como elemento central da relação, sendo acompanhado por aumento dramático no comércio, por exemplo, onde: “entre 2002 e 2011, a corrente de comércio (exportações mais importações) entre a China e a região aumentou em aproximadamente 13 vezes! (PINTO; CINTRA, 2015, p. 15). No entanto, também experimentou a “dinâmica socioeconômica da América Latina na década de 2000 aproximou economicamente (comércio, investimento e crédito) os chineses com a região, ao passo que reduziu a aproximação com os Estados Unidos, notadamente com os países da América do Sul”. Houve ainda outras dinâmicas como parte da PPC, que atravessaram diferentes momentos desse período.

Apesar de todo o exposto, deve-se notar que, exceto por algumas divergências específicas neste setor, como no problema temporário entre a China e a Argentina, que levou à proibição temporária da importação de óleo de soja do país sul-americano¹¹⁸ por cerca de seis meses em 2010, a China não tem tratado em nível comercial (entendido apenas nesta área, sem relacionar à troca de bens produzidos por outros tipos de acordos financeiros, de investimento ou fundos de investimento), direcionando seus interesses através da construção de uma institucionalização em particular para facilitar o fluxo de bens, ao minimizar a intermediação dos Estados da região (como propunham outros instrumentos, tais como a Alca). Também não tem operado na construção de algum mecanismo que signifique um alinhamento político em favor de um discurso ou prática orientados por interesses comerciais chineses, muito menos por meio de pressão política ou ameaças de sanções. Novamente: a China administra suas relações, neste caso comerciais, conforme o comportamento de suas contrapartidas estatais; se outros acordos incluem a compra de bens produzidos pela China, estes são feitos dentro de um quadro de cooperação interestatal, anterior aos acordos, o qual

¹¹⁸ Desencontro que teve como resposta chinesa a proibição temporária, em 2010 (abril-outubro), de importação de óleo de soja, apelando a normativas (de vários anos atrás) que puderam ser consideradas impositivas, sob argumentos fitossanitários; resposta cujas causas ainda podem ser consideradas nebulosas, já que como bem sugeriu Oviedo (2012), numa perspectiva crítica, várias fontes chinesas e argentinas concordavam que o conflito poderia ter sido causado pelas medidas *antidumping* e licenças não automáticas aplicadas pela presidente Fernández de Kirchner, a produtos de origem chinesa; ou por causas diversas, que iam desde la proteção do desenvolvimento de uma indústria chinesa de processamento de soja própria, a temas relacionados a superávit. Ou por causas políticas, como o adiamento da viagem da presidente argentina à China, ou pela ordem emitida por um juiz argentino para captura de altos funcionários chineses numa causa iniciada em 2005, por torturas e genocídio a praticantes de *Fa Lun Gong* (considerada seita sediciosa pela RPC). E ainda, provavelmente, como sugere o mesmo Oviedo, por una necessidade de manter *face* interna, pelo que se devia disciplinar um sócio. No entanto, a medida foi levantada há pouco mais de seis meses, enquanto que, ao mesmo tempo, outras iniciativas que vinham sendo desdobradas e que permitiam solucionar problemas de restrição externa à Argentina, via investimento e crédito, continuaram operando, e foram posteriormente incrementadas em ritmo mais acelerado.

não pode levar-nos a concluir sobre a falta de assimetria nas relações bilaterais, mas a uma Projeção Política de outro teor e não necessariamente seria de corte hegemônico.

3.4. Rumo ao aprofundamento das relações: investimentos

Como um ponto introdutório, devemos salientar que, em 2001, o então primeiro-ministro Zhu Rongji apontou a necessidade da estratégia *going out* sob a abordagem:

That would encourage its flagship firms to invest abroad and bid for global contracts as part of his country's Tenth Five- Year Plan. (He) said: we need to implement a going outside strategy, encouraging enterprises with comparative advantages to make investments abroad, to establish processing operations, to exploit foreign resources with local partners, to contract for international engineering projects, and to increase the export of labor. We need to provide a supportive policy framework to create favorable conditions for enterprises to establish overseas operations. (GALLAGHER, 2016, p. 50).

Isto foi acompanhado por implicações que se materializaram em disposições claras para: “ir ao exterior” e se esforçar para explorar o mercado de trabalho internacional, um fato que deve ser considerado não apenas como parte de medidas para criar emprego, mas como parte de um uma perspectiva que atravessa as políticas de investimento direto da China no mundo para sustentar o mercado interno e o consumo (ESCRITÓRIO DE INFORMAÇÃO DO CONSELHO DE ESTADO DA RPC, 2004, p.44).

Além disso, existem outros fatores que explicam as políticas de investimento estrangeiro direto fora da China (IED, ou OFDI, na sigla em inglês). Assim, por exemplo, de acordo com Bittencourt (2012, p. 29): “*El tipo de cambio y particularmente el financiamiento –con base en una tasa de ahorro cercana al 40% del PIB durante las últimas décadas– han sido dos palancas importantes para el fomento del aparato productivo y muy específicamente para con el comercio exterior y crecientemente con OFDI, particularmente apoyando a los sectores que son considerados como estratégicos según los programas públicos*”.¹¹⁹

¹¹⁹ Setores estratégicos que, por exemplo, no plano quinquenal XII (2011-2015) podem se resumir a: a) construção de infra-estruturas; b) desenvolvimento de energia não fóssil e renovável, como a energia hidrelétrica, as estratégicas emergentes, como a nuclear, e as energias alternativas, como a eólica e a solar; c) fortalecimento do setor agricultura, mantendo a salvo a autossuficiência do país; d) inovação tecnológica, através de atividades que correspondam a novas tecnologias da informação e novos materiais; e) fortalecimento da proteção do meio ambiente, enfatizando a categoria do desenvolvimento da eficiência energética e meio ambiente, como a reciclagem do lixo e novas tecnologias de aproveitamento mais limpo do carbono, apoio à indústria de veículos movidos por energias alternativas, desenvolvimento de tecnologias aplicáveis a células elétricas, etc.; f) fortalecimento do setor de sanitário, através do desenvolvimento e fortalecimento da indústria de saúde, reestruturação do setor farmacêutico e promoção da biotecnologia como uma das novas indústrias emergentes estratégicas, promovendo a expansão do sistema sanitário chinês, aumento de cobertura. Além do mais, a biotecnología passa a designar-se novas Indústrias Emergentes Estratégicas; g) impulso ao setor de

Dois elementos significativos da estratégia chinesa teriam contribuído para essa implantação: a) Regionalização das políticas em geral – e de maneira relevante para a OFDI; bem como b) a assinatura de convênios e acordos internacionais pelo governo central (DUSSEL, 2012).

Tudo está relacionado às necessidades estratégicas da China, não apenas para gerar lucros e sustentabilidade na economia doméstica, mas também para sustentar o comércio e garantir a provisão de recursos, tanto para as exigências produtivas, quanto para aquelas estratégias vitais para a projeção, no plano da defesa, de um ator global em constante ascensão. E mais ainda no caso da América do Sul, já que é bem conhecida a abundância de tais recursos na região, como já foi levantado por Spykman (1944), e sua perspectiva sobre a importância estratégica de mantê-la sob controle para garantir e aumentar a própria projeção norte-americana como uma potência global central.

Agora, em toda a região, há um aprofundamento no Investimento Direto. Assim, dos 2,849 bilhões de dólares que a China investiu no mundo em 2003, a América Latina recebeu 1,040 bilhão; de 1,8 bilhão de dólares investido no mundo em 2004 pela China, a ALC recebeu 889 milhões (CORREA; GONZÁLEZ, 2006, p. 125), até atingir, por exemplo, 13,712 bilhões em 2010; 9,309 em 2011; e US\$ 9,206 bilhões em 2012 (VALENZUELA, 2014).¹²⁰

Portanto, o valor líquido de ODFI na América Latina, de acordo com as estatísticas oficiais do governo chinês, foi de US \$ 1 bilhão em 2003. Esse número cresceu para US\$ 11,9 bilhões em 2011. Até 2012, o investimento acumulado atingiu US\$ 68,2 bilhões. Isso demonstra a acentuada tendência de crescimento dos investimentos de capital chineses na região (ÁLVAREZ, 2014, p. 8).

Em 2012, o governo chinês publicou novas medidas para promover o investimento e a cooperação bilaterais com a América Latina, especialmente para o investimento chinês. Como parte das medidas, a China instalou um fundo de cooperação China-ALC.¹²¹

Seguindo uma abordagem cronológica geral, descobrimos que:

De acuerdo con los datos del Ministro de Comercio chino, hasta el año 2014, el volumen de inversión directa de las empresas chinas en AL ascendía a 106.110

Agroalimentos e bens de consumo, segundo crescimento de renda per capita e consumo, e segundo o setor, se considera que algumas empresas estrangeiras poderiam beneficiar-se de programas de incentivo à inversão ou ao desenvolvimento de certos produtos, como a agricultura ecológica.

¹²⁰ Segundo Gallagher, Irwin e Koleski (2012).

¹²¹ Adicionalmente, “los organismos financieros chinos pusieron a disposición US\$ 5.000 millones. Además, el Banco de Desarrollo de China encabezó el otorgamiento de un préstamo exclusivo de US\$ 10.000 millones dirigido a la promoción de la construcción y la cooperación en materia de infraestructura entre China y América Latina” (ÁLVAREZ, 2014, p. 8).

millones de dólares, abarcando áreas como la energía, la minería, la agricultura, las finanzas, la construcción de infraestructuras, la manufactura y el sector servicios. En 2015, los flujos de inversión directa no financiera desde China hacia la región alcanzaron los 21.460 millones de dólares, un 67% por encima de la cifra de 2014 (RIOS, 2016, p. 223).

Ao mesmo tempo, se considerarmos o investimento total para 2016, já teria sido atingido o montante de aproximadamente 150 bilhões de dólares,¹²² o que também deve levar em conta que a China mantém o objetivo de atingir um investimento direto de 250 bilhões de dólares nas próximas década (RIOS, 2016, p. 222).

Sobre o tema do investimento total, pode-se destacar que, segundo Ríos (2016), ele também concentrará 90% em recursos naturais até 2015, com especial importância do setor extrativo, particularmente no Brasil, Venezuela e Equador. Isso novamente demonstra o peso que a região ADS teria, e também permite entender o volume e importância estratégica dos assuntos da região, o que lhe confere uma importância geopolítica particular e impacta a construção das projeções políticas dos poderes extrarregionais.

Apesar dos dados gerais indicados, e algumas conclusões preliminares, da natureza do IED chinês, devemos reconhecer que o estudo e a quantificação disso na América Latina e Caribe e, é claro, na ADS, é uma questão complexa. Então os resultados irão variar dependendo da fonte e sua metodologia.

No caso do comércio, no IED, a precisão dos dados é um horizonte, mas não o objetivo final e acabado. Assim, as fontes escolhidas, apresentando metodologias claras e dados mais atualizados, permitem observar as tendências, elemento útil para compreender a implantação do IDE como parte da PPC.

Como exemplo das complexidades mencionadas, no caso da região LAC, podemos encontrar as seguintes discrepâncias em termos de números.

Quadro comparativo entre organismos
China: fluxo de saída de IED total e para a ALC (2005-2015) (bilhões de dólares)

	2005	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total 2005-2015	Total 2010-2015
Destino: Mundo									
OCDE	13,730	57,954	48,421	64,963	72,971	123,130	174,391	555,560	541,830
UNCTAD	12,261	68,811	74,654	87,804	107,844	123,120	127,560	602,054	589,793
Mofcom	12,261	68,811	74,654	87,804	107,844	123,120	145,667	620,161	607,900
Destino: ALC									
Mofcom	6,466	10,538	11,936	6,170	14,359	10,547	12,610	72,626	66,160
CEPAL		13,712	10,174	9,206	5,770	10,915	6,955		56,732

Fuente: Ortiz (2017) com base em OCDE (2017), UNCTAD (2017), Mofcom (2016) e CEPAL (2016).

Elaboración: Própria

¹²² Entrevista do funcionário Partido Comunista Chinês, Pequim, abril de 2017.

Portanto, para o caso sul-americano, revisaremos algumas fontes que permitem uma melhor abordagem e análise. Da mesma forma, podemos apontar uma primeira caracterização da relação entre destinos e valores, através da amostra 2011-2013.

Destinos do investimento chinês na América do Sul

Montante de investimento 2011-2013	País
Entre US\$ 100 milhões e US\$ 1 bilhão	Argentina, Brasil, Ecuador, Peru, Venezuela
Entre US\$ 10 milhões e US\$ 100 milhões	Bolívia, Chile, Colômbia
Menos de US\$ 10 milhões	Paraguai, Uruguai

Fonte: CEAP-EAFIT (2016)¹²³

Reelaboração para a América do Sul: Própria

Se acrescentarmos à informação fornecida por aquela fonte que, fora da América do Sul, somente o Panamá estaria no primeiro escalão (entre 100 milhões e 1 bilhão de dólares), e que mesmo o México estaria apenas no segundo (entre 10 e 100 milhões de dólares), podemos verificar o peso da sub-região da América do Sul em relação a ALC estabelecido em termos de IED chinês.

No mesmo sentido, se observarmos que dos cinco países no primeiro escalão, quatro mantiveram forte orientação de intermediação do Estado (que também poderia ser considerada numa matriz de desenvolvimento), apesar da abundância de recursos de toda a região, pode-se deduzir que os investimentos estão relacionados às oportunidades apresentadas pelas capacidades materiais da região. E ainda, que foram orientados pela natureza da intermediação do Estado; considerando que a relação estado-estado (pares hierárquicos) é vista pela China como um ator central e prioritário para a PPC.

Nessa primeira entrada, podemos apontar que, no caso do Peru, com um projeto com menor papel de intermediação do Estado (matriz de abertura), este teria acesso a um maior nível de investimentos – em relação a outros semelhantes –, tanto pela abundância de recursos, como pelas facilidades para investimento em atividades extrativistas. E ainda pelas relações duradouras (como no caso do comércio) desenvolvidas e promovidas há várias décadas por cidadãos de ascendência chinesa, e o peso econômico crescente de sua colônia.¹²⁴

¹²³ A partir de dados do Boletim Estatístico de Investimento Extranjero da China de 2014, publicado pelo Ministério do Comércio da República Popular da China (2015).

¹²⁴ Aqui podemos recordar a importância da figura da família chinesa, incluindo como anel das RI e projeção chinesa. Entretanto, no caso peruano, tal relação com a figura é uma construção complexa, já que não foi reconhecida nos primeiros anos, quando muitos dos primeiros *cullies* chineses que chegaram ao Peru tinham suas próprias famílias na China, e seus descendentes, apesar do cuidado e reconhecimento, não eram parte dessa

Por outro lado, e para o caso da América do Sul, segundo informações do *China Global Investment Tracker* e levando em conta que a grande maioria do IDE chinês na América do Sul começa em 2005, são apresentados dados em relação aos setores:

Fluxos externos de IED da China 2005-2015 em bilhões de US\$

Setor	País	Argentina	Bolívia	Brasil	Chile	Colômbia	Equador	Peru	Venezuela	TOTAL
Energia		14,68	0,24	27,85	0,19	1,65	9,79	3,79	10,96	69,15
Metais		0	0	4,39	2,46	0	2,69	14,17	0,91	24,62
Transporte		2,64	0,79	1,81	0	0,26	0,47	0	1,26	7,23
Agricultura		1,86	0,17	1,64	0	0	0,39	0	1,81	5,87
Bens Raízes		0	0	1,26	0	0	0,42	0	2,45	4,13
Finanças		0,78	0	2,11	0	0	0	0	0	2,89
Químicos		1,01	0	0	0	0	0	0	1,65	2,66
Tecnología		0,3	0,3	0,45	0	0	0,25	0	0	1,3
Outros		0	0	0	0	0	0	0,21	0,11	0,32
Total		21,27	1,5	39,51	2,65	1,91	14,01	18,17	19,15	118,17

Fuente: China Global Investment Tracker (aei.org)

Elaboração: Própria

Como pode ser visto, não são apresentados dados sobre o Paraguai e o Uruguai, o que não altera a tendência sub-regional, devido à pequena quantidade de valores investidos. No caso paraguaio, isso é compreensível pela falta de relações diplomáticas formais, e por este país ter reconhecido Taiwan como um Estado. Essa tabela confirma a tendência mostrada na anterior, sobre quais dos países recebem os maiores investimentos. Como se observa, dos cinco países, quatro poderiam ser considerados “progresistas” ou caracterizados como orientados por uma matriz desenvolvimentista (intermediação mais ativa do Estado no campo da Economia *versus* OM). Já o Peru, de acordo com esta informação, alcança uma quarta posição, pouco acima do Equador, graças à concentração que ocorre no setor de metais.

A lista é liderada pelo Brasil, que representa cerca de 30% da recepção total do IED chinês na região sul-americana, quase dobrando a Argentina (2ª posição), que é seguida de perto pela Venezuela. O Brasil tem presença em praticamente todos os setores, com exceção do Químico e Outros. Mas a maior concentração está no setor de energia, com quase 70% de IED do total chinês no gigante sul-americano.

Nos países da Comunidade Andina, o único que recebe investimentos além das áreas que geram matérias-primas (setor extrativo e agricultura) e, apesar de serem baseados em

figura propriamente dita (entrevista de Castro Obando, 2017). Tal construção, no entanto, nos permite também compreender a possibilidade de novas articulações pela construção de laços identitários e afetivos, e assim maiores possibilidades de mútuo benefício, tanto dos descendentes como da próptia PPC (*Guānxi* identitário por construção, não como essência), que não apenas impactam nas relações individuais, como naquelas entre Estados.

pequenas quantidades, é o Equador, no setor de Transportes, Imobiliários e Produtos Químicos.

Chile e Colômbia (matriz de abertura) atraíram uma pequena gama de IED em relação a outros países, o primeiro focado em energia e metais, compreensível por sua estrutura produtiva e projeto político-econômico orientado para a exportação de matérias-primas; já a Colômbia, além de se concentrar na atração de IED no setor de energia, conseguiu captar um modesto investimento no setor de transportes.

Se seguirmos essa fonte, do total dos oito países registrados na região sul-americana, os cinco que poderiam ser caracterizados sob o projeto político-econômico guiado por uma matriz desenvolvimentista receberam investimentos no setor agrícola, ao mesmo tempo que há maior distribuição nos demais setores, apesar da concentração dos setores de energia e metais. No caso dos três países com tendência de abertura, a concentração é evidente nestes dois últimos setores, e somente no caso da Colômbia existe uma captura fora deles (em Transporte).

Os dados apresentados, no entanto, contradizem estudos como o de Rosales (2015), que, reconhecendo que é difícil rastrear o investimento total chinês devido aos seus diferentes fluxos internacionais, e citando a CEPAL, conclui que 71,9% do capital asiático na ALC se encontra em empresas de energia brasileiras e peruanas.

Essa contradição, por sua vez, é um sinal das dificuldades metodológicas que, segundo CEAP-EAFIT (2016), somente para a região sul-americana seriam devidas ao sistema contábil chinês, que registra os fluxos de investimento para seu país de destino inicial e não para seu destino final; e pelos relatórios confusos da imprensa e do governo.

Portanto, este estudo parte de uma concepção de padrão “conservador” de IED, propõe catalogá-los apenas como tais para *“aquellas transacciones donde se lleva a cabo la inyección de fondos para crear, aumentar o apoyar operaciones físicamente ubicadas en ALC; aquellas inversiones en que la empresa china posee un interés de al menos 10% de la empresa o el proyecto en la región; y por último, sólo se tratan las transacciones realizadas”* (CEAP-EAFIT, 2016, p.74). Isto é, investimentos parciais ou totalmente do capital chinês, que excluem *“préstamos, regalos, contratos de futuros, gastos operacionales normales de empresas chinas ubicadas en la región, entre otras”* (ibid.), assim como o IED de Hong Kong, que também aparece como uma potência de investimento global, superado apenas pelos EUA e superando a própria China. Além disso, para os dados por setores considerados pela *China Global Investment Tracker* (aei.org), podemos ver que na abordagem CEAP-EAFIT, ele é

levado em consideração em oito setores: Mineração / Petróleo / Agricultura / Imobiliário / Manufaturas / Telecomunicações / Logística / Setor Bancário.

Apesar de o estudo mencionado anteriormente não quantificar o investimento chinês na região na totalidade de seus projetos, reconhece e caracteriza projetos dentro dos padrões mencionados¹²⁵, o que não deixa de ser muito interessante para observar a centralidade das empresas estatais chinesas no desdobramento de seu IED,¹²⁶ e na diversidade de projetos (ver lista completa no anexo 1, e anotações atualizadas em 2015, para o caso específico da América do Sul).

Considerando as limitações citadas, é interessante observar, além dos dados específicos dos montantes de investimentos, a quantidade de projetos por país, assim como os setores, sub-setores e atividades neles relatadas. Para tanto, também é apresentada informação agrupada segundo os setores relacionados.

Resumo agrupamento de Setores Associados – Bens Primários

Sector	País	N. de proyectos	Subsectores / actividades	Comentarios
MINERAÇÃO	Argentina	5	Mineração, metalurgia	1 em 2006, 4 entre 2010-2011
	Brasil	3	Mineração, desenvolvimento e extração	Todas aquisições entre 2010 e 2011
	Chile	2	1 Exploração, 1 não detalhado	NSRF
	Equador	1	Exploração e aquisição para produção	Ano 2012. Preço de aquisição em 2010. Mais pagamento de US\$ 100 milhões por direito de depósito de investimento de US\$ 1,4 bilhões durante 5 anos
	Peru	7	Exploração, extração, 1 não reportada	1 no ano 1992, 5 entre anos 2012 e 2015, 1 NSRF
	Venezuela	1	Não detalhada	No ano 2012, acordo para desenvolvimento de depósito, por contrato, investidor chinês CITIC (banco e investimentos)
PETRÓLEO	Argentina	4	1 exploração, 2 aquisições, 1 não se detalha	Entre anos 2010 e 2012, 1 NSRF, 1 fracassou, mas CNOOC reteve juros de 40% em PAE com compra de bridas
	Brasil	7	Desenvolvimento, aquisições	1 em 2010, 3 entre 2012 e 2013, 3 NSRF
	Colombia	2	Aquisição e aquisição parcial	1 em 2006, 1 NSRF
	Equador	2	Aquisição, Investimento, Produção	Mesma companhia. Segundo informação oficial de Andes, (esta foi criada em 2006 com capital chinês de CNPC e China
	Perú	3	1 desenvolvimento, 1 aquisição de bloco, 1 não se detalha	1 ano 1997, 1 ano 2003, 1 ano 2013
	Venezuela	4	3 desenvolvimento, 1 investimento inicial	1 em ano 2004, 3 NSRF
AGRICULTURA	Argentina	5	Leite, soja, cereais	Entre anos 2011 a 2014
	Brasil	4	Soja, açúcar	Inclui uma compra de COFCO de 51% em H.K. Noble; NSRF (NSRF)
	Chile	1	Vinhedos	NSRFs
	Peru	2	Pesca	Entre anos 2006 e 2011; uma inclui aquisição de 36 empresas con frotas e

¹²⁵ É interessante observar que em ambos estudos até aqui mencionados, cada setor mantém uma dinâmica própria, a qual e como tendência, permite ver algumas particularidades de IED por setor e país.

¹²⁶ Os dados apresentados no anexo se baseiam em 155 projetos identificados para toda ALC, por Ellis (2014a) e que CEAP-EAFIT (2016) atualizou até outubro de 2015. No entanto, “*el mismo autor señala que no puede considerarse una lista completa, dada la falta de información y la evolución constante de las inversiones chinas y el estatus de proyectos anunciados*”.

				processadoras de pescados)
	Venezuela	5	Importação de comida, açúcar, leite (pausterizadora)	2011-2013; 1 NSRF

Fuente: Análises de projetos identificados por Ellis (2014a) / atualizado em outubro 2015 por CEAP-EAFIT (2016)
Reelaboração para Sudamérica: Própria

Aqui, em termos gerais, concentram-se 58 projetos que, de acordo com o volume de investimentos, apresentam um cenário sobre o interesse da China em energia primária e produtos alimentícios, embora também no caso da Venezuela (considerada parceira estratégica), o IDE colabora com contratos no campo de petróleo, acordo sob modalidade de contrato para mineração, e no tema agricultura, possibilidades de importação e produção local de alimentos para consumo local. Tudo isso prova que o IED chinês também (se levarmos em conta os indicadores dessa metodologia) pode ser orientado para termos cooperativos, dependendo do tipo de relacionamento que – conjuntamente – China desenvolveu com suas contrapartes.

No setor de manufatura, podemos encontrar o seguinte cenário.

Setor Manufatura

País	N. de proyectos	Subsetores / atividades	Comentários
Argentina	6	Telefones, Eletrodomésticos, Transporte (caminhões), Fertilizantes	1 no ano 2003, 1 no ano 2011, 4 NSRF
Bolivia	1	Apoio à Produção Industrial	Parque Industrial, ano 2012
Brasil	23	Eletrodomésticos, Equipamento Pesado, Transporte (automóveis, motos, ônibus, caminhões, trens), Tecnologia de informática	1 em 2000, 1 em 2005, 7 entre anos 2011 e 2013, 14 NSRF
Colombia	5	Transporte (automóveis, motos), Insumos (luvas médicas), Apoio à Produção Industrial	1 no ano 1997, 1 no ano 1998, 1 no ano 2007, 1 ano 2012, 1 ano 2014 (Apoio à Produção Industrial: Parque Industrial)
Equador	1	Apoio Desenvolvimento Industrial	Usina siderúrgica, ano 2014
Uruguai	2	Transporte (automóveis)	Entre 2009 e 2012
Venezuela	5	Transporte (automóveis, componentes de ferrovias, eletrodomésticos, Telefones móveis	3 entre anos 2011 a 2013)1 por ano), 2 NSRF

Fuente: Análises de projetos identificados por Ellis (2014a) / atualizado em outubro 2015 por CEAP-EAFIT (2016)
Reelaboração para América do Sul: Própria

Aqui também podemos encontrar um padrão semelhante ao caso venezuelano, revisto na análise da tabela anterior. Por exemplo, no caso da Bolívia e da Colômbia, eles receberam o IED chinês para apoiar o desenvolvimento industrial através de fundos para o desenvolvimento de Parques Industriais. Equador capturou investimentos para o desenvolvimento do aço, uma base para o apoio de outras empresas produtivas associadas à possibilidade de mudar a matriz produtiva que este país propunha. E a Venezuela recebeu IED para desenvolver suas próprias capacidades produtivas orientadas sobretudo para seu próprio

mercado (mesmo socialmente orientado para a redistribuição com entrega de bens como eletrodomésticos, por exemplo).

Nos demais países, a matriz parece inclinar-se para a produção para consumo próprio e para as exportações intrarregionais, em direção a amplos espaços de mercado (como o MERCOSUL, por exemplo). Finalmente o caso chileno não deixa de ser interessante, para a aquisição de vinhas, cuja produção pode estar orientada a satisfazer o constante aumento do relativamente novo consumo de vinho chinês de origen reconhecido (algo interessante também para desenvolver o *know-how* de um produto em constante ascensão no mercado chinês).

Finalmente, no setor de serviços, podemos encontrar menos dinamismo em termos de número de projetos, mas com enorme potencial, tanto nas possibilidades de ganhos pós-investimento, quanto em futuros investimentos. Vale ressaltar que esse tipo de investimento se encaixa perfeitamente numa lógica de verificação de efetividade e gera expansão, através de um processo de experimentação. Trata-se de uma prática que – como política pública – a China executa em seu próprio território; a esta devemos acrescentar o fato de que todos os investimentos feitos ali já foram feitos em países que então (2013) promoveram um desenvolvimento econômico associado a uma matriz desenvolvimentista. Todos, além disso, geraram uma maximização de oportunidades por associação política, e ainda um ambiente de segurança e confiança orientado para o longo prazo. O acima é válido para os três países, com a particularidade de que, para a China, o Brasil, por sua magnitude, economia e liderança regional, representa, em si, um ator relevante para seus interesses e para os mecanismos concretos pelos quais a China promove sua projeção política e econômica.

Resumo Agrupamento por Setores Associados e Serviços

Setor	País	N. de projectos	Subsetores / atividades	Comentários
BANCÁRIO	Argentina	1	Banco	Ano 2012
	Brasil	1	Banco	Ano 2013
TELE-COMUNICAÇÕES	Venezuela	1	Infraestrutura para venda de telefonia	NSRF

Fonte: Análises de projetos identificados por Ellis (2014a) / atualizado em outubro 2015 por CEAP-EAFIT (2016)
Reelaboração para América do Sul: Própria

No entanto, apesar de esforços como os dois anteriores (CEAP-EAFIT e do aei.org), e para dar rigor a esta análise, a presente pesquisa concorda com Ortiz (2017, p. 10) que afirma:

Pese a los esfuerzos emprendidos por las instituciones chinas, la estadística oficial sigue sin capturar adecuadamente la real magnitud de las salidas de IED de China,

particularmente por la práctica recurrente de sus empresas de canalizar la mayor parte de sus inversiones a través de terceros países. Por ejemplo, la compra de SINOPEC del 40% de Repsol en el Brasil en 2010, por 7000 mdd, se registró como una inversión de Luxemburgo.

Então, Ortiz (2017) propõe-se a contribuir para a construção de informações mais precisas, e levanta as recomendações da OCDE (2008a),¹²⁷ considerando as estimativas recentes da CEPAL (2016), Perez (2017) e Dussel e Ortiz (2017). Ainda de acordo com o mesmo autor, as considerações metodológicas da carta do Monitor OFDI da China na América Latina e Caribe devem ser levadas em consideração, a partir de três seções:

1. Que, de uma abordagem de balanço de pagamentos, nem todo financiamento externo com a participação de empresas estrangeiras se qualifica como um IED. A chave está em observar a nacionalidade da empresa investidora (ORTÍZ, 2017). No caso específico da América do Sul, podemos citar dois exemplos: a) empresas nacionais que contratam financiamento chinês; e b) quando a empresa que solicita investimento é nacional.

2. Que algumas economias da ALC que recebem IED não mantêm registros sobre a origem dos investimentos, por exemplo, três das 20 maiores transações da FeA (Fusão e Aquisição) em 2014 foram feitas por empresas chinesas. No entanto, duas delas ocorreram no Peru, *“cuyo Banco Central no rastrea que el origen de las inversiones, se hubieren canalizado a través de la filial china en dicho país (CEPAL 2015; 2016)”* (ibid.).

3. Que, portanto, segundo Ortiz, devem ser levados em conta os principais resultados do banco de dados de empresas do IED da China na América Latina e Caribe, de Dussel e Ortiz (2017), o que complementa os esforços feitos pela CEPAL e por Pérez (2017).¹²⁸

Tudo isso leva a apresentar os seguintes dados:

¹²⁷ Embora *“ésta ha sugerido a las economías la compilación y publicación de estadísticas complementarias elaboradas con cargo al enfoque direccional. Las series complementarias son relevantes pues entre otras cosas, permiten clasificar a las inversiones en dos tipos: fusiones y adquisiciones (FyA) e inversiones nuevas (greenfield investments). La distinción es crucial, pues v.gr., las FyA implican únicamente un cambio de propiedad de una empresa previamente establecida, con ello no genera efectos positivos por lo menos en el corto plazo en términos de ampliación del acervo de capital y generación de empleo”* (ORTIZ, 2017, p. 9).

¹²⁸ Segundo Ortiz (2017) *“El banco partió de una recopilación de más de 600 transacciones a nivel de empresa de fDi Markets, Thomson-Reuters, Bloomberg, Capital IQ, China Global Investment Tracker (cgit) y anuncios de inversión de la prensa especializada, que se complementó con un minucioso análisis de gabinete, con el propósito de destilar las transacciones realizadas que califican como IED considerando los aspectos tratados en los apartados uno y dos. El resultado fue la integración de una serie para 274 transacciones realizadas durante 2001-2016. La base de datos presenta además otras características: i) cubre a 22 países de la región (Argentina, Barbados, Bermuda, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Ecuador, El Salvador, Guyana, Honduras, Jamaica, México, Nicaragua, Panamá, Perú, Surinam, Trinidad y Tobago, Uruguay y Venezuela); ii) clasifica a las inversiones en nuevas inversiones y fusiones y adquisiciones; iii) distingue las transacciones por tipo de propiedad de la empresa inversora (pública o privada); iv) clasifica el destino de las inversiones en cuatro tipos de actividad: materias primas, manufactura, servicios y mercado interno y compra de tecnología”*.

IED chineses na América do Sul segundo país de destino (2001-2015)¹²⁹

País	OFDI (bilhões de dólares)				Empregos gerados (Número de empregados)			
	2001- 2009	2010- 2015	2001- 2015	2015	2001- 2009	2010- 2015	2001- 2015	2015
Argentina	3,8	6868,4	6872,2	0	200	6448	6648	0
Brasil	573,7	30395,74	30969,44	1822,05	8674	68775	77449	14805
Chile	2488,5	604,7	3093,2	286	328	418	746	175
Colômbia	730	1197,8	1927,8	0	554	956	1510	0
Peru	3071,4	12751,6	15823	0	8120	9815	17935	0
Equador	2377	643,94	3020,94	0	2143	22311	24454	0
Venezuela	175	3937,2	4112,2	278	848	7835	8683	40
TOTAL	9419,4	56399,38	65818,78	2386,05	20867	116558	137425	15020
TOTAL ALC	12209,57	65919,43	78129	3628,55	33394	140516	173910	26300

Fonte: Ortiz (2017), com base em Monitor da OFDI da China em ALC (2017).

Elaboração: Própria

Para complementar o exposto, cabe destacar também o cenário da região ALC, a mesma que seria reproduzido na América do Sul, segundo Ortiz (2017, p. 11):

Durante 2001-2016, alrededor de 7 de cada 10 transacciones se vincularon a procesos de ampliación de capital, las nuevas inversiones explicaron apenas 36.46% de la IED y 49.85% del empleo. En contraste, las fusiones y adquisiciones presentaron un monto promedio por transacción cinco veces superior al que reportaron las nuevas inversiones y representaron más de dos terceras partes de la IED china total. Las tendencias anteriores son significativas, pues muestran que las empresas chinas han optado en términos generales por adquirir empresas en ALC de gran tamaño, antes que emprender nuevos proyectos de inversión, dicho fenómeno se profundiza en los años que siguieron a la crisis internacional de 2008-2009. De hecho, los años pico en captación de IED china (2010, 2014 y 2016) se han explicado en más de 70% por las transacciones tipo FyA.

Por outro lado, e em segundo lugar, podemos mais uma vez observar a centralidade da América do Sul no IED chinês em relação a toda a região da ALC, conforme a amostra indicada pelo monitor de OFDI. Assim, a participação aumenta de 77,14% (2001-2009) para 85,55% (2010-2015), mesmo se levarmos em conta, em 2015, o IED para a América do Sul até 65,75% da ALC total.

Como mostrado na tabela anterior, há um aumento acelerado dos investimentos a partir do segundo período (2010-2015), após a crise financeira global de 2008-2009. Isso

¹²⁹ Nessa tabela, Bolívia e Uruguai não estão registrados (se estiverem incluídos no Monitor da OFDI e restante da ALC); assim como Paraguai, o qual não se inclui na base de dados. Para complementar a informação, vide anexo 1.

gerou novas oportunidades para a PPC em matéria de investimentos (aumento de quase 600%).¹³⁰

Segundo essa metodologia, a Argentina é o caso mais espetacular de aumento, seguido por Brasil, Venezuela, Peru e Colômbia; já Equador e Chile receberam menos IED chinês no mesmo período (2010-2015), em comparação com o anterior.

Nesse cenário, pode-se apontar que a China aproveita as oportunidades que lhe são apresentadas, dentro de uma lógica de lucros e acumulação de capital, levando em conta que os setores públicos são direcionados pelo Estado para gerar rentabilidade semelhante à das empresas privadas, na lógica (pelo menos retórica) de que os fundos vêm de recursos públicos, e como públicos pertencem ao povo chinês.¹³¹ Ao mesmo tempo, ocupa espaços que não podem ser ocupados por outros países da região, ou que não ocuparam ou estão deixando outros países, especialmente as grandes economias.

Em relação ao primeiro caso, deve-se lembrar que os países da região ADS e ALC não possuem recursos financeiros que possam abrigar grandes projetos de investimento e financiamento. Somente o Brasil projetou politicamente a necessidade de fortalecer seu Banco de Desenvolvimento orientado para grandes projetos de construção na região da ALC e na África, enquanto mecanismos como o Banco do Sul, como iniciativa a ser implementada pela UNASUL, não decolaram além da construção teórica de sua arquitetura financeira.

Em relação ao espaço deixado pelas grandes economias e potências, vale lembrar:

- A crise financeira internacional, que restringiu a geração de investimento e financiamento por grandes economias.

- As perspectivas ideológicas desses países, tais como legitimar a implantação de poder e força – aqui operando no campo da SFI, como uma ameaça contínua para o “território” da economia internacional, segundo Strange (1970) –, ajustando aos países que saíram do que se considera a “normalidade do sistema”, e que através de mecanismos como “medida de risco do país”, restringiram esse investimento.

- A mudança do projeto político de vários países da região no sentido de uma perspectiva que reforçou o papel do Estado como mediador, gerando vantagem de PPC, porque a RPC não condiciona politicamente seus parceiros.

Para a China, levando em conta suas enormes economias domésticas e a necessidade de investimentos daí advinda, tudo isso representou uma oportunidade, não apenas para gerar

¹³⁰ Além disso, note-se que esta informação é consistente com os dados gerados pela metodologia CEAP-EAFIT, onde se observa que a grande maioria dos projetos se materializa entre os anos 2011 e 2014.

¹³¹ MRH, Notas de campo, alto funcionário público chinês, Quito, 2010.

lucros, mas para aumentar e fortalecer seu relacionamento político, construir parcerias de confiança de longo prazo, com parceiros que convergem no interesse e necessidade de uma ordem multipolar, propondo iniciativas que gerem atração para os outros Estados política e economicamente orientados para a centralidade de outros poderes extrarregionais.

Nesse sentido, é um posicionamento estratégico que se desdobra e cresce gradativamente de forma constante e com maior velocidade desde 2010, pelo menos, evitando o conflito e o choque de interesses contra a hegemonia continental, num contexto em que os EUA concentraram seus interesses em outras geografias.

Assim, o Estado chinês, através do IED que vai desde aqueles pertencentes a empresas estatais chinesas, apoiadas pelos governos provinciais e locais, de capital misto (CEAP-EAFIT, 2016), e mesmo privadas (mas sempre guiadas pela PPC), gera as condições para resolver suas necessidades como recursos estratégicos, garantindo uma visão de longo prazo de seu próprio consumo interno. Ao mesmo tempo, os investimentos em setores onde o domínio de habilidades ainda não chegou, permitem que ela aprenda o *know-how* e alimente seu próprio desenvolvimento tecnológico enquanto fortalece sua capacidade de inovação (incluindo a projeção para aumentar a autonomia).

Aqui, também é necessário rever os padrões de produção chineses, que ao mesmo tempo pode ser observado no tema sobre o comércio, onde a mais sofisticada tecnologia de produção, acompanhada pelo aumento dos salários na China, também criou a necessidade de mover sua produção para outros países.

Embora o IED em certas áreas da produção industrial tenha sido desenvolvido na China para países que possam atraí-lo, seja por seu potencial como mercado (escala) ou como plataforma que amplie seu alcance a mercados mais amplos (por exemplo, como o Brasil). Uruguai e Argentina, no Mercosul), o IED chinês também pode ser encontrado em países como Bolívia e Equador,¹³² interessados em gerar processos produtivos que reduzam a dependência monopolista de seus recursos naturais.

Finalmente, três notas sobre este subtema devem ser anotadas

1. Dado que a centralidade do Estado no IDE chinês, e considerando as características de longo prazo da matriz civilizacional chinesa, e a própria construção do Estado, podemos entender que esta implantação é orientada não apenas no curto e médio prazos, mas para a projeção de uma temporalidade ainda maior, levando em conta as necessidades estratégicas de longo prazo da própria ascensão e PPC, incluindo: a) a garantia que permite o acúmulo de

¹³² E incluso Venezuela, que por su potencial económico basado en la enormes reservas de Petróleo de por sí ya era un espacio atractivo, para el comercio, la inversión y el financiamiento.

capacidades, incluindo de recursos (e, portanto, de energia); e ao mesmo tempo, b) a possibilidade de gerar ou ampliar articulações políticas em relação a outros Estados (entidades hierarquicamente semelhantes); além de um jogo em que tais necessidades estratégicas se retroalimentam (impacto mútuo).¹³³

2. Em concordância com o CEAP-EAFIT (2016, p. 73), pode-se concluir que:

Las empresas chinas tienen una presencia física importante, contribuyendo no solo a la generación de empleo¹³⁴, sino también como fuente de ingresos para los Gobiernos locales y como protagonistas en la construcción de infraestructura de transporte, telecomunicaciones y turismo. Como consecuencia de este cambio de enfoque, China tiene hoy mayor impacto en las dinámicas sociopolíticas en América Latina y ha expandido su soft power en la zona.

SPC que, nesse nível seria operanda no nível da estratégia econômica, como parte de uma PPC, que na sua implantação está gerando uma série de oportunidades para a região, as mesmas que têm facilitado (para além da vontade específica ou não do gigante asiático) às restrições geradas pela crise global de 2008, graças à própria dinâmica da PPC, que a impulsionou como motor central da economia mundial.

3. É necessário refletir que o IED de qualquer país, por si, não pode ser considerado bom ou ruim, porque ele também dependem da articulação proposta pelos países beneficiários de seus próprios objetivos econômicos e políticos. Assim, ao avaliar o IED chinês em relação a determinados projetos políticos e as peculiaridades em termos de recursos dos países da região, podemos destacar:

a) No caso das economias abertas, vemos que o IED é realizado em grande volume no Peru, especialmente no setor extrativo e de pesca, e no Chile no setor agrícola (vinícolas), no que o TLC não garantiu as oportunidades nos volumes de investimento esperados pelos tratados, em outros setores que podem ser complementares à própria dinâmica proposta por esses países; já a Colômbia, que não conta com o ALC, recebeu IED no setor manufatureiro.

b) No caso de países com projetos orientados por uma matriz desenvolvimentista, apesar de não contarem com qualquer TLC, além de receberem IED em setores extrativista e agrícola, houve a possibilidade de atrair investimentos para fortalecer o desenvolvimento de

¹³³ Todo o qual complementa e complexifica abordagens no nível econômico como os de Ortiz (2017), para quem os resultados apresentados pelos IED chineses são relevantes, “*dado que es la empresa pública china la que invierte masivamente en ALC, sus motivaciones van más allá del criterio de la rentabilidad privada, bien podría sostenerse que son las estrategias de desarrollo de corto, mediano y largo plazo del gobierno chino, las que están detrás del boom de las inversiones chinas*”.

¹³⁴ Complementando, podemos resumir que as empresas públicas que mais investiram e geraram emprego na região: “*entre 2001-2016 las empresas chinas públicas invirtieron más de 71.000 mmdm representando 80.95% del total y generaron 58.79% del empleo mientras que en 2016 l elevaron a más de 90% su participación relativa en las inversiones y empleo*” (ORTIZ, 2017, p. 11-12).

capacidades no setor manufatureiro, agrícola e no domínio dos serviços. O caso mais notável é a Venezuela.

c) No caso do Brasil, deve-se notar que, embora pode-se concluir um cenário de possibilidades semelhantes propostas no exemplo acima, o próprio Brasil representa um atrativo em todos os setores e em todas as condições que apresentam seu próprio projeto político, dada sua condição de liderança regional, tamanho do mercado, abundância de recursos e potencial como país emergente.

Como último ponto, deve-se notar que a presença chinesa chegou para ficar com uma projeção já planejada, tendo como pano de fundo o longo prazo, também impulsionada especialmente no governo Xi Jinping, em um cenário de múltiplos fatores e desafios apresentados à China em sua ascensão global, mas também para a região em frente à OM. Trata-se de temas que serão analisados com maior profundidade como parte do complexo de cooperação e construção de parcerias com a região, dentro do aprofundamento do diálogo político.

Considerando que o comércio e os investimentos são parte do quarto movimento em curso da PPC na região, em seguida, no próximo capítulo, vamos analisar um terceiro elemento, o lançamento e implantação de financiamento chinês na região sul-americana, elemento que faz parte do desdobramento tático orientado para o aprofundamento das relações políticas e econômicas.

Reflexões finais e conclusões do capítulo

Antes de requalificar algumas conclusões e reflexões sobre os tópicos abordados neste capítulo, apresentamos algumas observações gerais.

Em primeiro lugar, e, como observado neste capítulo, a relação da RPC no campo internacional, especificamente em relação à ADS, é atravessada por uma lógica onde a centralidade do primeiro é a relação Estado-Estado (vistos pela PPC como atores hierarquicamente semelhantes). E além disso: mesmo a implantação de ações privadas substanciais chinesas – em termos de ativos – (obviamente, também pensando em lucro), se articulam comandadas pelos interesses do Estado chinês, ou pelo menos em função do papel de intermediação e de ação como guardião da última instância judicial chinesa por parte do seu Partido-Estado.

Da mesma forma, referindo-se a oportunidades de negócios, o menor nível das relações políticas (apesar da retórica da centralidade das relações bi-regionais), pode-se notar

que, embora estes possam ser gerados por atores não-estatais, a preferência pela China se daria com atores articulados ou apoiados por seus respectivos Estados, de forma direta ou simbólica. Isso não significa que os atores privados não possam estabelecer negociações de natureza particular, mas que a preferência seja dada aos atores vinculados à respectiva intermediação estadual, elemento que é compreensível tanto da lógica confuciana de longo prazo (incluindo ética e etiqueta) até as possibilidades oferecidas pelo *Guānxi*.

Como a pesquisa neste capítulo se concentrou sobre a estrutura de forças capacidades materiais (especialmente construtivas), efetuou-se uma análise dos dois primeiros níveis no quarto movimento (desde a fundação da RPC) na sua relação com a região: Comércio e IED chinês, entre 2002 e 2015; transversalmente, foram observadas as iniciativas relacionadas com o estabelecimento do diálogo político.

Concentrando-se na economia, notamos que o comércio e o IED chinês, juntamente com o financiamento, é articulado pela PPC sob uma estratégia inter-relacionada, mas ao mesmo tempo essa dinâmica se desdobra com dinâmicas que possuem uma particularidade. Também implantou taticamente de acordo com as necessidades estratégicas da RPC e do tipo de relacionamento que seus parceiros (Estados) propõem na região, e de acordo com o tipo de projeto político em andamento.

Projetos políticos que no período aqui estudado foram caracterizados sob duas matrizes:

- A primeira, que tenta reforçar o papel de intermediação do Estado em relação às forças sociais e OM (segundo Cox), e que também articulam a partir de uma matriz desenvolvimentista na construção de recursos endógenos.

- A segunda, que propõe um papel menor intermediação do Estado e se articula a um aberto, de matriz liberal, que aprofunda a relação de dependência de matérias-primas e estratégicos abundantes da região e um subordinado conjunta ao SFI. Também propõe, no plano de integração, uma que poderia ser caracterizada como um novo regionalismo aberto.

Portanto, levando em conta as informações analisadas e o tipo de relacionamento exibido pelo PPC, podemos apontar algumas reflexões gerais:

- A China não impõe condições político-econômicas em suas relações; o tipo de relações comerciais e investimentos se materializa de acordo com o estado de suas congêneres. Tudo isso visa gerar legitimidade dentro de suas relações interestaduais e no desdobramento de sua projeção política na região.

- Além disso, o aprofundamento das relações no nível de associações com projeção política tem sido possível com os países visados pela matriz desenvolvimentista, porque há

uma coincidência de interesses e princípios, tais como: a) centralidade do Estado, b) Soberania, c) interesse em gerar uma OM multipolar ou multilateral.

- Da mesma forma, em comparação com países com interesses diferentes para fortalecer a centralidade do Estado, a China, nos setores e período estudados, tem levantado iniciativas que podem gerar atração. Por exemplo, há uma projeção para gerar também um relacionamento de longo prazo baseado em complementaridades produtivas.

E a China, para não tentar exportar seu modelo nas duas matrizes de relacionamento, não propôs condicionalidades de natureza política, o que também não significa que não haja assimetrias que tenham impacto nos resultados das relações bilaterais, ao negociar nos dois níveis analisados. Tal assimetria é amplificada por causa de:

a) conhecimento limitado da região sobre a complexidade da China, incluindo, por exemplo, “os ritos e rituais”, “ética e etiqueta” ao negociar, o que também é apresentado no setor de comércio e de IED; e

b) falta de visão estratégica dos próprios Estados como unidades políticas ou como agentes que poderiam construir uma associação regional para fortalecer a materialização de seus próprios interesses.

Por outro lado, e já analisando a dinâmica nos dois níveis econômicos analisados neste capítulo, as informações e os dados nos permitiram concluir de maneira geral o que se segue.

Setor do comércio: as relações neste nível são as mais longas, seu aumento tem sido substancial desde os anos 1980, mas é espectacular desde 2002. A centralidade da PPC é pragmática, destinada a:

a) a geração de lucros, portanto a geração de riqueza e poder (acumulação para sua projeção política global);

b) aquisição de bens orientados para suas próprias necessidades estratégicas, incluindo seu próprio desenvolvimento industrial (inclusive o ligado a questões de segurança) e o consumo local (incluindo a segurança alimentar).

Neste cenário, a China opera pragmaticamente de acordo com as estruturas preexistentes do mercado e como as contrapartes o propõem. Entretanto, além dos ganhos ou perdas no relacionamento comercial para ambas as partes, a PPC levantou a possibilidade de diálogos políticos diretos para resolver os desequilíbrios, nos quais a falta de compreensão da região não permitiu processar os sinais enviados (por exemplo, ver o tópico Livro Branco, de 2008).

Apesar do exposto, há espaços para negociação e cooperação, desde que sejam processados por meio de diálogo político direto no mais alto nível, e entre funcionários nivelados hierarquicamente.

Da mesma forma, pode-se notar que, contrariamente à percepção de que a dinâmica da demanda da China por *commodities* poderia ter levado a um processo re-primarizador, aqui não foi possível concluir que apenas tal dinâmica tenha gerado esse cenário.

Na mesma linha, deduziu-se que, neste setor, os lucros gerados em países com matriz desenvolvimentista (como Equador e Venezuela, por exemplo) e que, histórica e estruturalmente foram articulados para OEMs como exportadores de matérias-primas, e que propuseram algum tipo de reconversão produtiva, também foram beneficiados pelos baixos preços e pela qualidade competitiva dos bens de capital, da tecnologia e de outros produtos que possam sustentar seu próprio crescimento endógeno.

Por outro lado, pode-se concluir que os resultados da investigação neste setor permitem qualificar as afirmações de que os ganhos em favor da balança comercial da China, se baseiam na reprodução de elementos que poderiam caracterizar a China como um novo centro, cujo projeto manifesto é converter outros países e nossa região em sua nova periferia.

Estamos diante de um cenário em que a região reproduz seu caráter dependente diante das estruturas pré-existentes do comércio mundial; onde se no presente a produção é deslocada, mas ainda uma parte significativa da mais-valia segue sendo absorvida pelos atores hegemônicos da estrutura de OEM preexistente.

Setor IED: É a segunda atividade econômica implantada na região, especialmente de 2003 a 2005, no contexto da estratégia chinesa do *Go Out*. Aqui, a PPC tem um sistema baseado em seu pragmatismo econômico, mas onde existe um equilíbrio contra o interesse, por gerar articulação política, especialmente em países com um projeto de intermediação mais forte do Estado, construção de recursos endógenos (matriz desenvolvimentista) e, portanto, espaços para maiores benefícios compartilhados diretos.

Além dos ganhos de uma lógica de mercado, garantia de recursos estratégicos para a própria PPC global, o IED também tem sido realizado em setores que contribuem para a formação de recursos próprios nos países da região, especialmente naqueles onde a centralidade de seu projeto político-econômico garante o papel de intermediação do Estado.

A China novamente desdobra seus interesses de acordo com o desenrolar dos interesses do projeto político-econômico de suas contrapartes; por exemplo, (e além dos valores) enquanto no Peru, o IED chinês tinha forte presença em recursos minerais, no Equador foram feitos investimentos no setor siderúrgico, o que, de acordo com o interesse do

governo, foi importante para o apoio de sua mudança de matriz produtiva. Ou por exemplo: enquanto na região, o IED era realizado no setor de energia e minerais, também foram feitos investimentos em setores que apoiavam a indústria local, como infraestrutura para parques industriais ou setores manufatureiros voltados para o mercado interno, em países que não asseguravam necessariamente o acesso a mercados mais amplos.

Além disso, sobre o tema do investimento total na ALC, o peso da região sul-americana é novamente demonstrado, o que também permite compreender o volume e a importância estratégica dos assuntos da região para a PPC. Isso lhe confere uma importância geopolítica particular e impacta a construção das projeções políticas das potências extrarregionais e da China.

No caso específico da China, esse interesse é implantado de forma pacífica e sem pressão; sua projeção visa assegurar recursos estratégicos que também possam apoiar, conforme analisado, suas capacidades de segurança em sentido amplo (e até defesa), incluindo, por exemplo, a construção de seu poder marítimo.

Outro ponto a salientar é que a China aproveita as oportunidades que se apresentam para gerar lucros e acumulação de capital, visando à acumulação de poder, numa lógica que deve ser implantada como último recurso em caso de conflito militar. Mas se necessário, deve ser forte (pedra contra ovos, por exemplo), o que permitirá evitar sofrimentos desnecessários, como ditam as diretrizes da ação estratégica e do pensamento filosófico de longo prazo, que ainda orientam a PPC.

Por outro lado, a China nesse período ocupou espaços que outros países da região não poderiam ocupar, ou que não ocuparam ou estão deixando para outros países, especialmente as grandes economias (por exemplo, a crise financeira global). Assim, como contrapartida, a presença chinesa também permitiu financiar alguns projetos de interesse nos países com matriz desenvolvimentista, e assim superar as restrições impostas pelas perspectivas ideológicas funcionais sobre a superpotência global (os EUA).

Adicionalmente, deve-se notar que o SPC chinês, a este nível, seria implementado ao nível da estratégia econômica, como parte de uma PPC, e que gerou uma série de possibilidades e oportunidades para a região.

Neste cenário, há também interesse em aumentar e reforçar suas relações políticas, construir parcerias de confiança com contrapartidas que resultem em juros e necessidade de uma ordem multipolar, propondo iniciativas que gerem atração para outros Estados orientados política e economicamente à centralidade de outras potências extrarregionais.

Nesse último sentido, é um posicionamento estratégico que se desdobra e cresce gradativamente de forma constante e com maior velocidade pelo menos desde 2010, evitando o conflito e o choque de interesses contra a hegemonia continental (*weiqi*), num contexto em que os EUA concentraram seus interesses em outras regiões.

Assim, o Estado chinês, através do IED, gerou as condições para resolver suas necessidades como recursos estratégicos, para assegurar com visão de longo prazo seu próprio consumo interno. Ao mesmo tempo, os investimentos em setores onde o domínio de habilidades ainda não chega, podem permitir que ele aprenda o *know-how* e alimente seu próprio desenvolvimento tecnológico enquanto fortalece sua capacidade de inovação.

Além disso, os resultados mostram que, embora o IED em determinadas áreas de fabricação tenham se desdobrado da China para países que possam atraí-la, quer por seu potencial um mercado (escala) ou como plataforma para expandir sua chegada aos mercados mais amplos (por exemplo, como Brasil, Uruguai e Argentina, ou Mercosul), também se pode encontrar o IED chinês em países como Bolívia, Venezuela e Equador,¹³⁵ interessados na geração de processos produtivos que reduzem a dependência monopolista sobre seus recursos naturais.

Da mesma forma, observou-se que além das oportunidades e benefícios mútuos que poderiam ser gerados pelo IED chinês, e de acordo com a lógica particular dos projetos políticos dos países da região (matriz de abertura e matriz de desenvolvimento), o caso do Brasil representa um atrativo em todos os setores e sob todas as condições de seu próprio projeto político, dado seu *status* de liderança regional, tamanho de mercado, abundância de recursos e potencial como país emergente.

Além disso, deve-se notar que, quanto a questões de investimento e de crédito dos bancos públicos chineses, a relação poderia desenvolvida quase de modo monopolista, desde que haja contrapartida institucional do Estado, o que também seria parte das características da PPC. Isso poderia ser demonstrado se observássemos, por exemplo, apesar das excelentes relações entre China e Chile, sobretudo comerciais.¹³⁶ Quando o diretor do CASS-ILAS foi indagado, num fórum de alto nível, sobre a razão para as baixas taxas de investimento chinês no Chile, ele respondeu: “Para missões chinesas é difícil realizar negociações se não existe

¹³⁵ Incluindo Venezuela, que por seu potencial econômico baseado nas enormes reservas de petróleo por si só constituiu um espaço atraente para o comércio, investimento e financiamento.

¹³⁶ Inclusive o Tratado de Livre Comércio Chile- China, “*en vigencia desde el 1ero de octubre del 2006, es el primer instrumento comercial suscrita entre el gigante asiático y algún país de América Latina*” (WITKER, 2007, p. 44-45).

contrapartida oficial do Estado; além do mais, o projetos de investimento fazem parte da projeção política da China”.¹³⁷

Finalmente, no assunto IED, deve-se notar que a presença chinesa veio para ficar com uma projeção já planejada; o planejamento teve como pano de fundo o longo prazo, sendo também impulsionado especialmente no governo de Xi Jinping, tópico que será abordado no próximo capítulo.

Uma vez analisada a dinâmica da PPC em relação aos dois níveis econômicos estudados neste capítulo, pode-se concluir que a China não demonstrou interesse em gerar um cenário no qual a região se torne sua periferia. O resultado das relações é dado de acordo com o que as contrapartes propõem.

Embora no nível comercial possa ser caracterizado como focado no pragmatismo, os espaços também foram confirmados para o benefício de ambas as partes. No tema IED, este espaço apresenta maior abertura para ganhos mútuos, e também está relacionado à possibilidade de gerar associação política. Isso, além de visar resolver uma série de interesses da China (como discutido no capítulo), converge com os interesses de maior autonomia em alguns países da região (especialmente com matriz desenvolvimentista).

Também levando em conta:

- Que a China não pretende promover seu próprio sistema em outros países;
- que a dinâmica da PPC acabou aliviando as pressões impostas a alguns países guiados por um projeto de construção de intermediação estadual mais forte do Estado, por parte da superpotência mundial; e
- que a PPC não tem os interesses da China como universais, mas evidencia seus interesses (por exemplo, em documentos oficiais conjuntas e no Livro Branco de 2008) e os processa conforme a contraparte propões.

Pode-se assegurar que, inicialmente, embora na relação implantada pela China existam vantagens assimétricas comparadas com os países da região, a PPC chinesa não pôde ser identificada sob o conceito de hegemonia.

¹³⁷ Notas de campo: Milton Reyes Herrera, intervenção do diretor do ILAS-CASS, Wu Baiyi, 2014.

CAPÍTULO 4

APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS E DO DIÁLOGO POLÍTICO

Dando continuidade, analisaremos um terceiro elemento do *continuum* do quarto movimento da PPC na região: a decolagem e o desdobramento do financiamento chinês na América do Sul, elemento que é parte do movimento tático que se orientou na direção do aprofundamento das relações políticas e econômicas.

4.1. Desdobramento financeiro: aprofundamento das relações políticas e econômicas

A relação econômica entre a RPC e a ADS tem aumentado, especialmente desde o início dos anos 2000, tendo o comércio como elemento central, e os investimentos já começado uma lenta decolagem. No entanto, foi somente a partir de 2005 que se iniciou um terceiro tipo de relacionamento, baseado em créditos e financiamentos. Este, além de ser interpretado a partir de uma análise quantitativa ou com foco exclusivamente em uma abordagem econômica, deve também ser estudado como uma representação do desenvolvimento das relações no nível político, e como parte da PPC frente aos desafios que lhe são propostos no nível doméstico e na OM.

4.1.1. Dos interesses domésticos chineses até o desdobramento financeiro na região

Como primeiro registro, podemos mencionar que após a Terceira Plenária do Comitê Central do PCC em dezembro de 1978, que marcou o retorno de Deng Xiaoping como líder, em aliança com outros veteranos do partido (NAUGHTON, 2007), a Reforma Econômica¹³⁸ começou com o objetivo de superar os limites da economia socialista planejada centralmente e avançar para a construção de uma economia orientada para o mercado. Para tanto, considerou-se a importância da projeção para o setor externo para gerar a articulação ao mercado mundial.

Após os sucessos alcançados, para a primeira fase de reformas econômicas, que poderiam ser caracterizadas como *dual track system*¹³⁹ (1979-1989) em um cenário de

¹³⁸ Dentro do processo de Reforma e Abertura Econômico-Política.

¹³⁹ Que continha elementos como: a) Manutenção do plano, mas ao mesmo tempo crescimento fora do plano (centralizado); b) Contratos particulares – conforme setor e ator – e entrada no mercado por concorrência, com paulatina redução das barreiras; c) Preços em relação ao jogo de oferta e demanda; d) Reformas orientadas a potencializar capacidades gerenciais, em vez de privatização; e) Desarticulação, nas quais setores sucessivos da

estabilização macroeconômica inicial (ibid.)¹⁴⁰ e de crescimento econômico. Apesar dos resultados avaliados como três passos à frente, dois atrás,¹⁴¹ os mercados foram introduzidos em quase todas as áreas, a propriedade foi diversificada e a competição foi criada, tudo dentro da estrutura das instituições existentes.

Aqui é importante destacar três fatos relevantes sobre o sistema financeiro:

- O desenvolvimento e crescimento do Sistema Financeiro, nesta década; dentro do qual o Sistema Bancário é o setor central, além da inovação financeira e institucional que tem sido praticamente contínua desde 1980 (ibid.).

- Em 1983, o Banco Popular da China (PBC, 中国人民银行) foi nominalmente estabelecido como Banco Central, que até então estava sob o controle direto de funcionários do governo nos níveis central e provincial.

- Como a poupança nacional total permaneceu alta, havia mais possibilidades de apoiar a geração de altos níveis de investimento e crescimento. Uma consequência indireta foi um papel melhorado para o sistema bancário, que além de dirigir e orientar o investimento diretamente, serviu como intermediário para canalizar a poupança da família para o setor empresarial (ibid.).

Por outro lado, em 1993¹⁴² iniciou-se uma segunda fase de reformas, que também poderia caracterizar-se como o aprofundamento de uma economia orientada para o mercado, baseada nas exportações. A esfera do mercado já havia se expandido o suficiente, e a economia tinha “crescido fora do planejamento” centralizada.

Nesse contexto, as prioridades dos formuladores de políticas mudaram, à medida que se tornou cada vez mais necessário construir uma base institucional mais forte para a economia de mercado que estava se desenvolvendo. Em meados de 1993, Zhu Rongji rapidamente emergiu como a voz mais importante da política econômica¹⁴³ e propôs o fortalecimento dessa institucionalidade, concentrando-se em finanças e regulamentação.

Com tais objetivos, algumas reformas foram feitas no sistema financeiro:

economía foram se separando fora do núcleo duro do plano estatal (ibid.).

¹⁴⁰ Alcança através do Plano Estatal, já que ao contrário do Big Bang russo, China usou os instrumentos da economia planificada (Plano) para transferir recursos às famílias e aliviar as pressões macroeconômicas na parte inicial da reforma (ibid.).

¹⁴¹ O processo de reforma e abertura, diferentemente de “cruzar o precipício com apenas um salto”(o “Big Bang”, segundo o autor) ocorrido na exURSS, também é conhecido na China, como a política de “cruzar o rio tateando as pedras” (ou os seixos).

¹⁴² Após o interlúdio da crise de *Tiān'ānmén* 天安门 ocorreu, entre 1989-1991, uma breve ascensão de um projeto que, segundo Naughton (2007), era de corte conservador e absolutamente inviável.

¹⁴³ Primeiro como vice-primeiro-ministro e posteriormente, em 1998 como primeiro-ministro, até 2003, ano da ascensão ao governo da dupla Hu Wen (Hu Jintao – presidente, Wen Jiabao – premier).

- O PBC foi finalmente dotado de uma estrutura organizacional viável no final de 1998, quando um plano de reestruturação aboliu sucursais no nível provincial e estabeleceu nove agências regionais similares à estrutura da Junta da Reserva Federal dos EUA (ibid.)

- Embora em 1984 tenha sido o ano em que o PBC foi efetivamente separado do único banco original, *monobank* (ibid.) como primeiro passo da reestruturação do Sistema Financeiro. Foi durante uma rodada de reformas bancárias para fornecer base comercial aos chamados Quatro Grandes¹⁴⁴ (que coincidia com a segunda fase da reforma econômica), quando novas leis foram promulgadas para estabelecer os papéis para o banco central e os bancos comerciais, que foi orientado para que, nestes últimos, alguma proteção fosse gerada para a tomada independente de decisões.

Da mesma forma, na questão financeira, podemos apontar como segundo antecedente que o objetivo do estabelecimento dos três Bancos Orientados a Políticas Públicas era assumir os empréstimos que apoiam os objetivos das políticas do governo, cada um com uma orientação particular: “*during 1994 reforms of the financial sector, the Chinese government created CDB and China Ex-Im Bank as ‘policy banks’, meaning ‘tools of the government’ (BRÄUTIGAM, 2009, 79). Their loans would explicitly support the government’s policy objectives*” (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2012, p. 33), considerando que, em 2007, foi apresentado o seguinte quadro, segundo Naughton (2007):

- O Banco de Desenvolvimento da China (CDB), que expandiu seu portfólio para projetos de infraestrutura de grande escala numa lógica agressiva e de negócios.

- O Exim Bank (Banco de Exportação e Importação) foi colocado na função de promoção de exportação.

- O Banco de Desenvolvimento Agrário, que até então não tinha conseguido definir um papel dentro de uma economia rural cada vez mais mercantilizada.

Com relação à América do Sul, deve-se notar que os dois primeiros bancos são responsáveis pelo processamento e execução dos créditos acordados entre o Estado chinês e os órgãos institucionais dos Estados ADS. No primeiro Estado-Estado, e recentemente, em 2014, houve um Estado-Governos Locais.

Assim, até agosto de 2014, há um tipo de crédito que aparentemente não tem precedente na região: o primeiro financiamento entre um banco na República Popular da

¹⁴⁴ O maior em termos de ativos é o Industrial and Comercial Bank of China (ICBC), o qual se encarregaria dos créditos e depósitos realizados na cidade. O Agricultural Bank of China (ABC) fez o mesmo no campo sendo o que tem maior número de empregados e 44.000 sucursais. O Construction Bank (CCB) enfocou no financiamento de projetos, e recrutou grande parte do pessoal relativamente qualificado, e que havia participado do planejamento dos investimentos no antigo sistema. O Bank of China (BOC), em 2007, já tinha algumas agências no exterior (ibid.).

China e um Estado subsoberano, neste caso argentino, no qual Buenos Aires compraria 105 unidades para a Linha A do metrô, no valor de US\$ 161,5 milhões, concedido pelo Exim Bank. Esse acordo foi assinado em Pequim, na sexta-feira 15 de agosto e incluía um período de dez anos, com três de carência, sem garantia, com taxa de juros de Libor de seis meses acrescida de um *spread* de 380 pontos base (MINUTOONO.COM, agosto 2014).

A partir daí, também se pode deduzir que a China estaria incentivando suas empresas a operar em favor de sua enorme capacidade industrial instalada, encontrando novos lugares, além dos acordos com os Estados Centrais, numa lógica de negociação diferente do que representa a relação política entre o Estado chinês e o Estado central dos países ADS (onde a PPC opera especificamente).

Como terceiro antecedente, podemos ressaltar o interesse do gigante asiático desde que se tornou importador líquido de petróleo em 1993 e, segundo Medeiros (2010), “a China se transformou nos últimos anos em grande importadora de petróleo, importando cerca de 50% de sua demanda”, até 2009, quando pela primeira vez a demanda da China ultrapassou 51%, pois atinge uma demanda total de cerca de 8 milhões de barris por dia (mb/d) contra menos de 4 mb/d de produção própria¹⁴⁵ segundo a International Energy Agency (IEA, 2012, p. 5). Este é apenas um preâmbulo de uma evolução acelerada, já que, embora a demanda de importações em 2004 tenha sido de cerca de 2,5 mb/d, igual ao Japão em 2005 (NAUGHTON, 2007). Em 2009 a demanda de importação foi de 4 mb/d,¹⁴⁶ e para 2014, o percentual da importação líquida total de petróleo alcançou 6,1 mb/d, de um consumo total estimado de 10,7 mb/d (US ENERGY INFORMATION ADMINISTRAÇÃO, 2016, p. 4).

No entanto, nesse contexto de escassez e com a preocupação adicional de preços muito elevados do petróleo em 2004-2005, a China teve de repensar uma política mais agressiva de diversificação de fornecedores. Segundo Naughton (2007) e Klare (2008), isso levaria a China a continuar uma abordagem multidimensional e diversificação para reduzir riscos, bem como explorar o máximo de oportunidades possíveis - algo que, especialmente depois de 2005, foi gerado com a crescente relação com a África e a América do Sul.

Nesse contexto geral, os requisitos para este e outros recursos estratégicos, “a expansão econômica chinesa em nível global e sua proposta de estratégia de planejamento do ‘Go Out’”¹⁴⁷ (LICHTENSTEIN, 2006, p. 6) desenhavam a dinâmica que na década passada

¹⁴⁵ Ver quadro na página 5 do relatório da IEA (2012) baseado em: *China Energy Statistical Yearbook 2010*, National Bureau of Statistics of China, China Statistics Press.

¹⁴⁶ Ultrapassa muito esse ano as previsões de Naughton em 2007, que atribuía uma projeção em 2015 de apenas 5 mb/d.

¹⁴⁷ Questão central da nova potência econômica mundial nos cinco continentes (ibid). De modo cronológico se

também se aproximou economicamente em termos de crédito, aos chineses com a região, ao passo que reduziu a aproximação dos Estados Unidos, notadamente com os países da América do Sul (PINTO; CINTRA, 2015, p 15).

Aqui, como exemplo, pode-se mencionar que, para a política pública chinesa, “*en 2006, el Exim Bank también debía cooperar con préstamos para capital de trabajo y brindar créditos a la exportación para las empresas que tengan proyectos, que como efecto aumenten la exportación de maquinaria*” (LICHTENSTEIN, 2006, p.16).¹⁴⁸ Isso teria resultado em uma articulação entre os requisitos chineses para promover a produção global e o papel dos bancos de política pública na estratégia de viabilizar uma relação de crédito que garantisse o fornecimento de recursos estratégicos.

Nesse cenário concreto pode-se compreender os interesses chineses no campo financeiro geral e no caso da ADS em um nível particular. Estes se articulam com a necessidade de fortalecer ainda mais o provisionamento de recursos estratégicos numa perspectiva de longo prazo, com o objetivo de garantir sustentabilidade e maior autonomia de seu próprio crescimento económico. Ao mesmo tempo, visam reduzir as vulnerabilidades no campo da segurança e também na defesa; recursos estratégicos que não são apenas valorizados pela competição na produção, mas também na competição militar dentro de um quadro geopolítico que, além de recursos escassos, é da competência de grandes potências (ver KLARE, 2008). Assim, por exemplo, quando falamos do poder naval chinês ainda frágil que demanda controle sobre recursos estratégicos (em 2015), pode-se apontar que:

A China ainda não conta com um poder naval capaz de se impor ao controle norte-americano do Pacífico Sul. Sem poder naval, a China não irá muito longe. E passarão muitos anos ainda para que a China venha a ter um poder naval capaz de ameaçar o controle marítimo global da Marinha norte-americana. O próprio Japão tem uma capacidade naval maior do que a da China. E, com certeza, os EUA deverão incentivar o aumento do poder militar do Japão e da Coreia com vistas a um equilíbrio de poder regional que contenha a China (FIORI; PADULA; VATER, 2013, p. 21).¹⁴⁹

pode apontar que “CDB e CHEXIM (EXIMBANK) são as maiores forças por trás da política chinesa do ‘Go Global’” (IRWIN; GALLAGHER, 2014, p. 5). “*In 1998, then President Jiang Zemin championed the internationalization of Chinese investment and lending. He argued that “Regions like Africa, the Middle East, Central Asia, and South America with large developing countries [have] very big markets and abundant resources; we should take advantage of the opportunity to get in” (Chen 2009). Scholars have shown that CDB is the main bank funding the overseas expansion of Chinese companies (Downs 2011; Gallagher et al 2012; Sanderson and Forsythe 2012; Shambaugh 2013). CHEXIM has also been a key player in China’s global financial reach*” (BRÄUTIGAM, 2009; GALLAGHER, 2012 apud IRWIN; GALLAGHER, 2014, p. 5).

¹⁴⁸ Informação extraída da “Câmara de Promoção de Comércio Internacional da China em Xangai, 2005”.

¹⁴⁹ Embora também existam relatos recentes (de junho de 2017) de que sua “armada está experimentando uma ambiciosa expansão e planeja ter ao todo de entre 265 e 273 barcos de guerra, submarinos e navios de logística em 2020, segundo o Centro de Análise Naval de Washington, DC. Assim, o poderio militar naval da China poderá equiparar-se quase com o dos EUA, seu principal rival” (BBC.COM, 2017).

Ainda na relação recursos-economia-interesses estratégicos, mesmo se considerarmos estas perspectivas:

a) aquelas que não levariam em conta o poder naval relacionado ao equilíbrio do poder regional;

b) a que concebe uma nova geopolítica, “que prestaria mais atenção à diversidade do mundo e ao pluralismo do espaço político” (GAO, 2010 apud ZHOU, 2014, p. 6);

c) a que se concentra (pelo menos discursivamente) em uma projeção baseada, segundo Zhou (2014) na intenção chinesa de não desenvolver uma política externa hegemônica, como afirmou o presidente chinês Hu Jintao categoricamente em 2004.¹⁵⁰

Ainda se poderia reconhecer, como parte da projeção estratégica chinesa, que esta estaria refletindo sobre:

En la era de la globalización económica, (donde) el océano está cargado de los enormes intereses chinos: desarrollar el poder marítimo no sólo es para proteger la seguridad de la costa y sus derechos marítimos, sino también para garantizar los intereses de ultramar, proteger efectivamente las rutas del comercio internacional y del transporte energético. (Así) el teórico del poder marítimo moderno de China, Zhang Wenmu sostiene que la velocidad del desarrollo del estado de la economía del mercado depende de la capacidad de conseguir los recursos de ultramar y el mercado fuera del país. Dicha capacidad se muestra principalmente en el control de las rutas marítimas. Quien controla el océano, controla el entorno seguro estratégico del estado moderno de la economía del mercado (ibid., p. 5).

Tudo isso, para além do discurso de “*explorar y utilizar los recursos marítimos de forma pacífica; construir un orden marítimo armonioso, para llegar a construir y salvaguardar la estrategia defensiva del poder marítimo con características de paz y de desarrollo*” (ibid.), baseia-se na implantação de uma estratégia econômica, onde o setor de comércio, os investimentos e especialmente financiamento e crédito, sustentam este tipo de projeção destinado a captar e assegurar, a curto, médio e longo prazo, os recursos necessários em um cenário geopolítico mais amplo.

Assim, sobre o tema Investimentos, deve-se lembrar que tendo tido experiências mínimas nos anos 1990, e significativas a partir da segunda metade da década passada, foi apenas “*recién en 2009 (cuando se hicieron) las principales inversiones (financieras) en infraestructura en AL – obras hidroeléctricas en Ecuador – y un año después, tanto en Brasil para la distribución de electricidad, como en Venezuela para la construcción de una central termoeléctrica a gas*” (MIRANDA, 2015, p. 115).

Se além disso, a partir do contexto acima mencionado, adicionamos o contexto internacional da crise financeira de 2008, que apresentou um cenário em que teria gerado:

¹⁵⁰ Ao apresentar a Doutrina de Desenvolvimento Pacífico no Fórum de Boao para a Ásia (ibid.).

a) el cierre de los canales de crédito internacional (credit crunch), b) la precipitación de la caída de las monedas nacionales en relación a la divisa estadounidense, que disminuyó los saldos superavitarios de las cuentas corriente de las economías de la periferia observados a partir de 2002; y c) la resistencia del Congreso estadounidense (que) ha mantenido congelada la implementación de los acuerdos alcanzados por el grupo de los 20 (G-20) para reformar el sistema de representación del Fondo Monetario Internacional (FMI). (NOYOLA, 2014).

Assim, se poderia deduzir as necessidades de países da ADS de crédito e sua articulação com a necessidade de a China orientar-se cada vez para o uso de sua moeda para, de um lado, reduzir os efeitos negativos do direito de *señoreaje* do dólar sobre os fluxos globais capital e, de outro, construir um sistema monetário multipolar progressivo (ibid.). Nessas iniciativas é relevante incluir mecanismos como *swap* cambial, articulado a uma estratégia financeira e econômica (como continuação da PPC) mais ampla, também destinada a garantir o abastecimento de longo prazo dos recursos estratégicos, minimizando a possibilidade de restrição externa que poderiam sofrer países considerados parceiros estratégicos pela implantação chinesa na região, e onde também existem vários níveis de interesses econômicos e políticos mútuos contra a OM (principalmente no período estudado: Venezuela, Brasil, Argentina, Equador; e desde 2015, Bolívia).

Com o objetivo de explorar as explicações acima e apresentar novas respostas, a Implantação do Setor Financeiro Chinês na região é analisada a seguir. Portanto, para tratar dessa questão, os créditos concedidos pela China à região até 2015 serão revisados de maneira geral; e, posteriormente, serão abordadas as três estratégias orientadas para a internacionalização do *yuan*.

4.1.2. Decolagem e desdobramento financeiro chinês na região: créditos 2002-2015

Como primeiro ponto, deve-se notar que há uma interpretação das relações de crédito e financeiras, propondo que seja baseado em um interesse puramente econômico. Por exemplo, uma imagem que ainda permanece¹⁵¹ é que a China procura no Equador (e na região) que são “*negocios: recursos naturales, en particular petróleo y minerales, así como mercado para sus productos, incluyendo, por cierto, la construcción de grandes obras de infraestructura. Los créditos les sirven como palanca para acceder a estos negocios*” (ACOSTA apud ARROYO, 2011, p. 24).

¹⁵¹ Especialmente entre setores de esquerda e movimentos sociais ortodoxos, e na análise de corte economicista (economia como autônoma das esferas da política e da social).

No entanto, ao analisar os dados sobre financiamento (ver Anexo 2), encontramos elementos que tornam essa análise mais complexa. Então, em primeiro lugar, três fatos devem ser apontados:

- a América do Sul é a região que mais recebe empréstimos no continente¹⁵² (uma enorme diferença percentual em comparação com outros países da América Latina e Caribe);

- Os quatro países com maior crédito no período de 2009 a 2014 (Brasil, Venezuela, Argentina, Equador), que cooptam cerca de 90% do crédito da China em toda a região ALC, compartilham um elemento comum: projetos políticos propondo maior intermediação do Estado (esfera política) em relação à esfera econômica e à OM. Esse padrão se mantém e aumenta em 2015 quando, adicionalmente, acrescentou a Bolívia como receptor importante financiamento de US\$ 853 milhões para dois projetos de infraestrutura (MYERS, GALLAGHER; YUAN, 2016), e outro complementar no valor de 426 milhões de US\$ (vide Anexo 2),

- Até 2015, três dos cinco países mencionados (Venezuela, Argentina, Equador), mantiveram restrições externas por agências de crédito e avaliações de alto risco. Isso pode ter uma dupla leitura: a) que a China poderia “aproveitar a oportunidade de fragilidade” (se levarmos em conta a perspectiva de “realismo economicista”) para negociar melhores condições e garantir o acesso a médio e recursos estratégicos de longo prazo; b) que a dinâmica chinesa, além dos cálculos que reproduzem a análise hegemônica do SFI, e como parte de sua projeção política na região, está disposta a aliviar os problemas de restrição externa desses países, planejando, por sua vez, a manutenção da relação estratégica dentro da OM em termos econômicos e políticos. Isso significaria garantia no fornecimento de recursos estratégicos com orientação a longo prazo (também orientada para o desenvolvimento de capacidades e, portanto, de poder),¹⁵³ garantindo um mercado para suas próprias exportações,

¹⁵² Aqui também é necessário abordar uma característica que atravessa o tema de investimentos diretos chineses e financeiros. Assim, observamos em primeiro lugar que “among the total outward capital flows, investment by non-financial companies reached US\$68.6 billion in 2011, rising 14%. However, investment in foreign financial sectors dropped 29.7% to US\$6.07 billion, possibly because Chinese investors turned cautious amid international financial turmoil, particularly in Europe and the United States. However, in the midst of the debt crisis, Europe was the number two destination for Chinese OFDI (outward foreign direct investments) after South America” (ERNST Y YOUNG, 2012, p. 7). Contrastamos como fato de que “el crédito de 22.100 millones de dólares en 2014, para Latinoamérica”, (90% para América do Sul) “significó un incremento en más del 70 % en comparación con los 12.900 millones de dólares prestados en 2013” (NOYOLA, 2015). Podemos observar a importância da região para a estratégia chinesa que, além dos temas comerciais, aponta o incremento de investimentos e de crédito.

¹⁵³ Da perspectiva estratégica de Sun Tzu, por exemplo, poderia significar a geração de força pedra contra ovo, caso a guerra fosse inevitável, e com o objetivo de alcançar rapidamente a vitória e evitar o sofrimento (o qual coincide com a perspectiva da matriz confucionista).

e articulações políticas conjunta em instâncias institucionais internacionais, como, por exemplo, quando observamos o caso do Equador:

En las votaciones de Ecuador y China en la Asamblea General de las Naciones Unidas, existen gran cantidad de coincidencias, especialmente en temas relevantes que pueden ser considerados en referencia al impacto geopolítica, soberanía y derechos humanos; donde de 13 votaciones a 2016 (seleccionadas por su envergadura histórica dentro del Sistema de Naciones Unidas), 9 de ellas fueron idénticamente ejecutadas por China y Ecuador (REYES; BONILLA, 2018).

Por outro lado, e a partir daqui, com o objetivo de fazer uma abordagem para entender a dinâmica do crédito na região (vide informações ampliadas no Anexo 2, créditos chineses), podemos ver que havia 85,804 bilhões de dólares de créditos chineses para a ALC entre 2005 e 2012, 13% a mais que no ano anterior (CASTELLANO, s/d); sendo os maiores devedores da China na ALC:

Venezuela (54,2% del total), Argentina (14,1%), Brasil (13,7%) y Ecuador (8,5%). En conjunto, esos países recibieron 90% de los préstamos chinos a la región entre 2005 y 2012. El resto fue para otros países, incluyendo dos caribeños: Jamaica y Bahamas. No recibieron financiamiento chino Chile, Colombia, Paraguay, Uruguay ni países de Centroamérica (solo Costa Rica recibió un crédito de China). (ibid., p. 23-24).

Além disso, observa-se que em 2012 houve mais dois grandes empréstimos (cerca de 99% do total anual): um para a Venezuela, de 8 bilhões, e outro para a Argentina de 2,1 bilhões de dólares (ibid.).

Em 2013, a ALC recebeu US \$¹⁵⁴ 12,9 bilhões em empréstimos da China, enquanto, ao longo de 2014, os bancos chineses concederam empréstimos no total de US \$ 22,1 bilhões. Novament encontramos a reprodução de um padrão em que os países sul-americanos concentraram cerca de 90% dos créditos concedidos: o Brasil neste ano consolidou-se como o principal beneficiário com 8.600 milhões de US\$, seguido da Argentina, com 7.000 milhões, Venezuela, com 5.700 milhões e, finalmente, o Equador, com 820 milhões de dólares (NOYOLA, 2015).

Em valores absolutos em 2013, estima-se que:

El financiamiento del CDB y el Exim Bank, alcanzó los 102.200 millones US\$¹⁵⁵. Según el estudio de la Universidad de Boston, China y sus bancos son el principal ente financiador de países como Venezuela, Ecuador. De esta manera se coloca por encima de entes de financiamiento tradicionales como el Banco Mundial (BM), el Fondo Monetario Internacional (FMI) y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) (ÁLVAREZ, 2014, p. 8).

¹⁵⁴ Segundo Gallagher e Myers, 2015 (apud NOYOLA, 2015).

¹⁵⁵ Global Asia (abril 2014).

Em 2014, o total de empréstimos da China atingiu US\$ 119 bilhões, superando o valor concedido às três organizações mencionadas acima, mais o do Exim Bank dos EUA. É uma situação que contribuiria para enfraquecer a hegemonia financeira de Washington na região (NOYOLA, 2015).¹⁵⁶

Da mesma forma, podemos ressaltar que, em 2014, quase todos os créditos correspondiam à CBD e ao Exim Bank, embora também participassem o Banco Industrial e Comercial da China (ICBC)¹⁵⁷ e o Banco da China (BOC).¹⁵⁸ Embora os créditos inferiores a 50 milhões de dólares não tenham sido considerados, o valor reportado constitui um aumento de mais de 70% em relação a 2013 (ibid.).

Finalmente, em 2015, pode-se notar que a ADS concedeu em torno de 98,06% do total de créditos do banco de desenvolvimento chinês para toda ALC, com 28 bilhões do total de 29,124 bilhões de dólares, correspondendo 20,860 bilhões ao CDB e 7,699 bilhões ao Exim Ban.¹⁵⁹ O crédito concentrou-se em Brasil, Venezuela, Equador e, pela primeira vez, significativamente, Bolívia (US\$ 1,279 bilhão).

A Argentina, que não aparece no item anterior, recebeu US \$ 4.700 milhões de um banco comercial, o ICBC; igual ao Brasil, com dois créditos de US\$ 6 bilhões para a Petrobras e US\$ 2 bilhões para financiamento; enquanto o Equador recebeu do banco comercial BOC, US \$ 400 milhões para a construção de “*Escuelas del Milenio*” (unidades educacionais escolares ultraequipadas com tecnologia de ponta) e US \$ 80 milhões para infraestrutura, entre outros”.

Ao analisar os créditos da China para a América do Sul por finalidade, podemos apontar alguns elementos gerais:

- Países com um modelo econômico mais aberto até 2012 receberam créditos muito baixos do banco estatal chinês voltados para o setor governamental, mas para empresas de mineração: Chile (2005) e Peru (2008), por exemplo. No Peru, além de crédito (US\$ 2 bilhões) em 2008, é uma empresa com interesses chineses, por isso foi considerado sob empréstimos dentro do governo chinês (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2013). Esse padrão foi mantido até 2015 e, ainda de acordo com a CEPAL (2016), o Chile recebeu apenas 0,1% dos

¹⁵⁶ Segundo Rapoza (2015).

¹⁵⁷ Originalmente, um dos quatro bancos comerciais de propriedade estatal gerados a partir del Monobank, y que a 2007, era el más grande en términos de activos, el cual originalmente se encargaría de los créditos y depósitos realizados en las ciudades (NAUGHTON, 2007).

¹⁵⁸ Também um dos quatro grandes, como o ICBC, em 2007 contava com algumas agências no exterior. Durante todo o período da economia planificada, controlava o comércio exterior e transações de divisas (ibid.).

¹⁵⁹ A partir de dados do relato de Myers, Gallagher e Yuan, de 2016.

empréstimos chineses da região ALC (US\$ 150 milhões), destinados principalmente a projetos de infraestrutura, como a melhoria da rede de comunicações. Já o Peru, até 2015, recebeu cerca de 300 milhões de dólares para o setor de transporte, meio ambiente e energia; e outros tipos de empréstimos, como um comercial de US\$ 150 milhões. No terceiro caso de países em abertura, pode-se observar que menos de 1% dos empréstimos concedidos à região foram destinados à Colômbia (ibid.).

- Por outro lado, a média do total de empréstimos da China para a região da ALC está concentrada nos países que mantiveram uma matriz desenvolvimentista, como Argentina, Brasil, Equador e Venezuela, com 91% até 2015 (ibid.).

- O Brasil também recebeu empréstimos destinados a empresas com interesses privados e estatais, sobretudo ligadas ao setor de *commodities* (mineração e petróleo); setor de telecomunicações; acordos de tecnologia, indústria, cooperação e financiamento, e em 2015 também para a aquisição de aeronaves. Da mesma forma, diversas operações de crédito podem ser observadas em 2015, em um contexto de baixo crescimento econômico (ver Anexo 2) gerado pela queda de *commodities* e por uma política pública brasileira inexplicavelmente hiperprudente, que não foi orientada a gerar investimentos públicos de corte “anticíclico”.

- No caso do Equador, Venezuela e Bolívia, os empréstimos são direcionados para empresas estatais ou diretamente para o Estado central.

- No caso do Equador, os empréstimos (ver Anexo 2) se concentraram na Infraestrutura (com forte componente para o desenvolvimento de energia limpa, como energia hidroelétrica) e apoio para a mudança na matriz energética (incluindo, por exemplo, fogões a eletricidade para reduzir o consumo de gás). Os empréstimos também foram orientados para investimentos sociais, como educação e saúde, transporte, financiamento de planos de investimentos e déficit orçamentário, e US\$ 2,2 bilhões para uso discricionário (a ser pago em petróleo). Isso nos permite deduzir que os créditos chineses foram funcionalizados nos acordos, pelo Equador, para promover sua mudança de matriz produtiva e energética (ambos inter-relacionados) orientada por uma perspectiva de desenvolvimento, e outros itens que permitiram superar a restrição externa, especialmente quando o país sofria com problemas gerados por fatores exógenos (por exemplo, desde 2014, devido à queda do preço do petróleo e ao aumento do valor do dólar).

- No caso da Venezuela (ver Anexo 2), o financiamento atingiu diversos setores, que são principalmente provenientes de infraestrutura (inclusive relacionada ao setor de petróleo e de mineração), sendo também implantado em vários setores, como indústria, agricultura, mineração, energia, tecnologia (incluindo satélites), habitação e comércio. Aqui, observa-se

também que boa parte do financiamento foi para projetos produtivos e sociais; também houve créditos importantes em 2014 e 2015, em meio a um contexto de baixos preços do petróleo (o maior recurso econômico da Venezuela). Tudo isso confirma que os créditos concedidos pela China não são exclusivamente orientados por uma lógica de lucro comercial; mas que se articula às necessidades dos países considerados parceiros, que também promovem uma centralidade do Estado. Figura com a qual também é mais facilmente intermediada, dada a perspectiva chinesa de que, entre Estados, o diálogo é mantido entre atores hierarquicamente semelhantes.

- No caso da Bolívia, observa-se que a maioria dos empréstimos se destina ao setor de infraestrutura em estradas e rodovias (incluindo mais de US\$ 1,27 milhão em 2015), tecnologia (via satélite) e transporte (ônibus e helicópteros). Cerca de dois terços dos empréstimos são gerados em 2015, e alocados à infraestrutura de conectividade e, portanto, também de produtividade. E ainda contribuem para a geração de demanda interna (criação de empregos diretos e indiretos), num contexto de queda dos preços das *commodities*. A Bolívia aproveitou esses créditos para complementar o investimento público anticíclico implantado através de fundos de sua reserva monetária.

- No caso argentino, o país aderiu, segundo a CEPAL (2016), desde 2005 a 16% do total de créditos chineses concedidos à região da ALC (3% do PIB do país). A maioria alocou infraestrutura (74% do total de empréstimos da China) ou projetos de energia (26%). Além dos dados gerais citados pela fonte, a concessão de créditos feitos apenas pelo banco estatal chinês (vide anexo 2) foi orientada para setores como transporte (ferroviário e metrô municipal); energia limpa, e em 2015 uma construção de usina. Isso permite deduzir que houve acoplamento de créditos chineses ao projeto do governo central para modernizar o setor de transportes, facilitando a mobilidade e também a própria capacidade de energia – ambos objetivos funcionais para apoiar a produção nacional.

Além do já mencionado, pode-se observar uma mudança na dinâmica da arrecadação de recursos pelos principais países que recebem crédito chinês na região da América do Sul. Assim:

a) Embora os empréstimos para a ALC, entre “2005 y 2013, crecieron a 102.200 millones US\$, Venezuela captó hasta ese año, unos 50.600 millones US\$, aproximadamente la mitad del total; Argentina ocupa el segundo puesto con 14 100 millones; Brasil, el tercer sitio con 13.400 millones y Ecuador el cuarto lugar, con 9.900 millones de US\$”¹⁶⁰

¹⁶⁰ Segundo Global Asia (abril 2014).

(ALVAREZ, 2014, p. 9) – certamente neste último se leva em conta o mecanismo *loans for oil*.

b) Em 2014, produziu-se um rearranjo em termos de destinatários principais, e o Brasil nesse ano consolidou sua posição como o receptor líder, com US\$ 8,6 bilhões, seguido por Argentina, com 7 bilhões, Venezuela, com 5,7 bilhões, e finalmente Equador, com 820 milhões de dólares (NOYOLA, 2015);

c) Em 2015 (ver Anexo 2), o Brasil se consolidou como primeiro beneficiário, com US\$ 13,2 bilhões; seguido por Equador, que deu um salto excepcional na arrecadação de créditos, para US\$ 7,53 bilhões; em terceiro lugar, se manteve a Venezuela, com US\$ 5 bilhões; enquanto no quarto e quinto lugar encontramos Argentina e Bolívia, com 4,7 e 1,279 bilhões de dólares, respectivamente.

Essa dinâmica em 2015 apresentou uma tendência na qual Brasil deu um salto considerável, e apareceu nos últimos dois anos como o maior receptor. A Venezuela manteve uma média estável, entre 5 e 6 bilhões de dólares entre 2005-2015. A Argentina reduziu seu percentual de participação nos últimos dois anos (entre outras coisas, acessando os *swaps* cambiais, que serão tratados posteriormente). Equador apresentou um corte acentuado em 2014, porque antes da queda dos preços do petróleo, foi anunciado um corte na busca de financiamento, após o pico de investimento público (especialmente relacionado a infraestrutura e projetos hidrelétricos já avançados). Por fim em 2015, apenas naquele ano, captou cerca de dois terços em relação a todos os créditos recebidos nos anos anteriores, e isso em meio a uma crise gerada pelos fatores exógenos citados acima. Finalmente a Bolívia, em 2015, pela primeira vez teve acesso a fundos significativos.

Assim, tudo o que foi apresentado acima, juntamente com a análise do crédito, ratificam que, no nível financeiro, a China operou numa lógica que além de gerar ganhos e garantir recursos, abriu espaços para o benefício compartilhada por Estados guiados por projetos políticos de corte desenvolvimentista e que foram orientados para uma intermediação mais robusta do Estado.

Uma vez que os créditos para 2015 foram revisados, é necessário rever o mecanismo *loans for oil*, como parte da implantação financeira chinesa, com implicações econômico-políticas.

4.1.3. *Loans-for-oil*

Neste ponto, deve-se assinalar – em primeiro lugar – que observamos novamente em 2008-2011, que este mecanismo está concentrado em três dos quatro países que recebem mais empréstimos da China (Venezuela, Brasil e Equador). Tal fato, mais uma vez, parece apontar que, além dos interesses de acesso a esse recurso energético, haveria uma estratégia de PPC que corresponderia aos interesses dos países sul-americanos – que até então propunham maior intermediação do Estado em nível econômico.

Da mesma forma, esses países podem gerar um ganho de autonomia na tomada de decisões, pois contam com fornecedores mais diversificados (especialmente o Brasil, que não sofreu restrição no SFI), enquanto no caso do Equador e da Venezuela, gerou-se a possibilidade de superar as pressões e restrições impostas pelas agências internacionais de crédito. Então, até o final de 2011:

Loans-for-oil with Latin America have reached \$46 billion in only three years, well over half of China's total commitments to the region. Venezuela has negotiated four such loans, totaling \$32 billion, since 2008. Brazil signed one for \$10 billion in commitments in 2009. Ecuador signed a \$1 billion loan-for-oil in 2009 and a second in 2010. In July of 2011, it added a third for \$2 billion” (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2012, p. 14).

Além disso, aqui é interessante verificar que o pacote *loans-for-oil* não é uma invenção da RPC, pois havia sido aplicado pelo Japão à China nos anos 70 (quando a China exportava petróleo). “*These deals meant Japanese technology for China and energy security and industrial diversification for Japan (Bräutigam 2009, 13, 47). Both countries considered these loans-for-oil successful”* (ibid. p. 15). Assim, agora, num contexto de desenvolvimento tecnológico chinês (um fator que a China propôs compartilhar com os países em desenvolvimento)¹⁶¹ e a necessidade de importar petróleo, a China “*has copied Japan's deals. In fact, Japan and China both signed loans-for-oil with Venezuela in 2011”* (PARRAGA, 2011 apud ibid.).

Se observarmos uma amostra dos dados desse tipo de mecanismo (já que a informação não existe neste nível de maneira absolutamente precisa), os seguintes resultados podem ser observados, o que permite deduzir algumas tendências:

¹⁶¹ Pode-se citar, por exemplo, a predisposição precoce, como em 2002, quando a China propôs ajudar a desenvolver o *dragon chip* nos países sul-americanos; este foi desenvolvido com cooperação japonesa, e estava destinado a gerar menor dependência e maior segurança tecnológica (MRH, Notas de campo, Pequim, *Renmin University*, dezembro 2002).

Crédito Chinês por Petróleo na América do Sul: 2008-2011 (igual ao total da América Latina)

Year	Borrowing Country	Borrower	Lender	Amount (\$m)	Purpose
2008	Venezuela	BANDES and PDVSA	CDB	4,000	Funding infrastructure, other projects
2009	Brazil	Petrobras	CDB	10,000	Pre-salt oil technology
2009	Ecuador	Petroecuador	PetroChina	1,000	Advance payment for Petroecuador oil
2009	Venezuela	BANDES and PDVSA	CDB	4,000	Infrastructure, including satellite
2010	Ecuador	Petroecuador	CDB	1,000	80% discretionary, 20% oil-related
2010	Venezuela	BANDES and PDVSA	CDB	20,000	Funding infrastructure
2011	Ecuador	Government	CDB	2,000	70% discretionary, 30% oil-related
2011	Venezuela	PDVSA	CDB	4,000	Infrastructure
2011	Venezuela	PDVSA	ICBC	4,000	Housing

Sources: See Annex

Fonte: GALLAGHER, IRWIN e KOLESKI, 2012

Elaboração: Para América do Sul, própria

Então, vemos que esse tipo de pacote:

- que até 2011, foi orientado principalmente para infraestrutura: mais de 50%,¹⁶² seguido por tecnologia associada ao setor de petróleo e satélite, e o setor de construção civil;
- e que esta tendência, juntamente com a construção de projetos hidrelétricos no Equador, e o relatório de apenas dois créditos pagáveis pelo petróleo (ver Anexo 2) entre 2012 e 2015 concedidos à Venezuela (por CDB a Bandes e PDVSA), cada um de US\$ 4 bilhões (em 2012, voltados para infraestrutura, indústria, agricultura, mineração, energia e, em 2013, para a empresa Sinovensa em Orinoco).

Também permite entender a articulação da implantação do crédito ao interesse chinês dentro da estratégia *go out* de suas empresas, já que, por exemplo – no caso específico da área de construção de grandes projetos, existem enormes capacidades instaladas de suas empresas, bem como oportunidades de geração de empregos, dada a enorme força de trabalho disponível. E ainda, o mecanismo foi orientado pelos países receptores a fortalecer suas próprias capacidades materiais, evitar restrições financeiras internacionais (no caso da Venezuela e do Equador); e ter maior autonomia na tomada de decisões com relação aos licitantes (especialmente no caso brasileiro).

Neste ponto, deve-se assinalar ainda que, apesar da relutância dos governos nacionais em vender campos de petróleo, “*Loans for oil are for China a second alternative to buying oil*

¹⁶² Incluindo-se o caso equatoriano, em que um componente é de “uso discricionário”, o qual também foi em parte utilizado para o investimento público neste setor. Nesse intento (pelo menos no discurso) de criar competitividade sistêmica (melhor infraestrutura viária, em comunicações, etc.) e mudança da matriz produtiva que, como modelo proposto pelo governo do Equador visaria desenvolver capacidades e tornar sua produção mais competitiva para a exportação, reduzindo assim a dependência da economia nos recursos gerados pelo petróleo, e pela exportação de matérias-primas.

property. However, there are some problems. A first factor is given by falling oil prices” (VALENZUELA, 2014, p. 15), num contexto em que, além disso, os custos diretos de produção vêm aumentando. Como segundo problema, pode-se mencionar que houve uma situação de aproximação sino-russa, na qual por exemplo a *“Russian oil production quadruples Venezuelan production, and is at pipeline-distance from the center of Chinese consumption”* (ibid.).

Os fatores anteriores parecem ter-se tornado – desde o último trimestre de 2014 e ainda mais em 2015, com os preços do petróleo caindo drasticamente em relação aos anos anteriores – elementos que dificultariam as possibilidades de sustentabilidade do acesso a fundos para países que adotaram o pacote *loans-for-oil*. No entanto, deve-se notar que os empréstimos diretos (nenhum novo *loans-for-oil* de 2013 a 2015, de acordo com o Anexo 2) e outros mecanismos complementares que permitem superar a restrição externa de alguns países da América do Sul continuaram operando através de:

- Novos empréstimos a países onde o petróleo é seu principal ou um dos fortes componentes da economia nacional, como no caso venezuelano ou equatoriano, o que ultrapassa a percepção de que “os empréstimos garantidos por petróleo se deviam exclusivamente à necessidade chinesa de garantir os pagamentos correspondentes”.

- O surgimento de outros mecanismos, incluindo aqueles gerados pela dinâmica proposta pelo fórum China-CELAC, em janeiro de 2015; e depois o documento de Xi Jinping, em novembro de 2016.

- A extensão de valores e/ou partes de outros mecanismos, como o *swap* (já realizado com Brasil e Argentina (embora este último não tenha sido registrado no pacote *loans-for-oil*).

Isso nos permite deduzir que a implantação financeira como continuidade da PPC na região incluiu um movimento tático que, além de processar seus interesses em favor das suas próprias capacidades materiais,¹⁶³ destinou-se a apoiar a superação da restrição externa sofrida pela os países mencionados, para consolidar ou pelo menos manter uma articulação estratégica para enfrentar os desafios que a OM imprime. Deve-se levar em conta também que o SFI não é aquele espaço idealizado dentro do “mercado”, mas um *continuum* de relações de poder interestatais, onde existiriam hierarquias e um papel de comando exercido pela hegemonia global.

¹⁶³ O qual se poderia corroborar, por exemplo, se se tem em conta que *“China también busca la proveeduría de materias primas a través de instrumentos novedosos como el financiamiento a empresas extranjeras y, como contraparte, la garantía de la proveeduría. Tal es el caso, por ejemplo, de un crédito por 10.000 millones de dólares del CDB otorgado a Petrobras en mayo de 2009 y la garantía de petróleo para la siguiente década”* (DUSSEL, 2012, p. 75).

4.1.4. Montantes e condições do crédito chinês

Em seguida, as condições de crédito da China e os valores por país até 2011 são analisados de maneira geral. Assim, em primeiro lugar, a tabela a seguir mostra o peso não apenas dos valores, mas das preferências político-institucionais na época dos referidos créditos. Ou seja, a articulação entre os créditos concedidos pela China e a decisão dos países de acessar esses créditos, levando em conta não apenas uma perspectiva de negócios, mas também a preferência política relacionada ao tipo de projeto político-econômico das contrapartes.

Países receptores do BM, BID, e crédito chinês de 1 bilhão de dólares ou mais em 2011

(\$ million)	Total	World Bank	IDB	China
Venezuela	\$38,500	\$—	\$—	\$38,500
Brazil	\$17,675	\$3,445	\$3,000	\$11,230
Mexico	\$11,221	\$8,021	\$2,200	\$1,000
Argentina	\$11,200	\$—	\$1,200	\$10,000
Ecuador	\$5,683	\$—	\$—	\$5,683
Bahamas	\$2,450	\$—	\$—	\$2,450
TOTAL	\$86,729	\$11,466	\$6,400	\$68,863

World Bank and IDB Sources: respective Annual Reports Chinese sources: Figure 1

Fonte: Gallagher, Irwin e Koleski (2012, p. 15).

Aqui, em primeiro lugar, pode-se observar tomando como amostra da tendência, o período 2005-2011: que a Venezuela e o Equador se basearam – no que se refere ao campo financeiro internacional – no acesso direto ao crédito chinês. Argentina teve pouco menos de 90% de seus créditos financiados pela China, sendo sua única contrapartida o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). E o Brasil, apesar de apresentar diversificação em suas contrapartidas, manteve uma relação de crédito nesse período, de cerca de 63,5% do total contra a China.

Por outro lado, ao analisar uma amostra dos **valores e condições** registrados na CDB e no Banco Mundial em 2010, quatro elementos podem ser considerados, de forma introdutória:

Montantes e condições do CDB e Banco Mundial na ALC 2007-2010

Year	Lender	Borrowing Country	Borrower	Spread (bp above LIBOR)	Amount (\$m)	Payment Period	Includes Purchase Requirements	Commodity Backed
2010	CDB	Argentina	Government	600	10,000	19	Yes-Trains from CNR	No
2009	CDB	Mexico	América Móvil	>100	1,000	10	Yes-Huawei telecom equipment	No
2009	CDB	Brazil	Petrobras	280	10,000	10	Yes-\$3b for oil drilling equipment	Oil
2010	CDB	Venezuela	PDVSA and BANDES	50-285	20,000	10	Yes-70%, incl CITIC construction	Oil
2000	WB (IBRD)	Brazil	Eletrobras	30-55	43.4	15	No	No
2007	WB (IBRD)	Chile	Government	5	24.8	10	No	No
2010	WB (IBRD)	Argentina	Government	85	30	25	No	No

Chinese Sources: See Annex. World Bank Source: Interview, World Bank Lending Department Official, 2011

Fonte: Gallagher; Irwin; Koleski (2012).

- a) Que montantes consideráveis são levados em conta (mais de US\$ 1 bilhão).
- b) Que só existiram neste nível dois créditos regionais adicionais: um para o México, que teria sido concedido a uma empresa privada (América Móvil, proprietária da telefônica Porta-Ahora Claro), e no caso das Bahamas, seria concedido a uma empresa hoteleira privada).
- c) Que os acordos das duas instituições tradicionalmente têm altos níveis de confidencialidade (como nas taxas de juros). E
- d) Que *“while the World Bank attempts to reshape the project and even the organization receiving the loan, Chinese loans do not require that a borrower change its policies in return for financing. Instead, Chinese banks usually force borrowers to spend a share of the loan on Chinese goods”* (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2012, p. 18).

Da mesma forma, em termos gerais, pode-se apontar que até 2010, apesar do sigilo acima mencionado, que dificultaria a obtenção de resultados comparativos rigorosos, poder-se-ia concluir que *“it is significant that all the CDB interest rates we found exceeded IBRD’s rates, including all standard rates listed on the latter’s website (World Bank Treasury 2010). In other words, the CDB charges higher interest rates than IBRD, despite conventional wisdom to the contrary”* (ibid., p. 12).

Além disso, nos montantes já observados, a seguinte informação é apresentada, com a ressalva de que esta é apenas uma amostra das percentagens de interesse da CBD na região 2009-2015, porque eles não puderam registrar número maior de operações.

Amostra de porcentagens de juros CDB em casos registrados na América do Sul 2009-2015

Year	Borrowing country	Borrower	Amount (\$m)	Payment period	Includes Purchase Requirements	Commodity Backed	Interest rate	Purpose
2010	Venezuela	Government	10.000	10		Yes	0,804	Diverse projects
2009	Brasil	Oi/Telemar Norte	300	7	Yes- Huawei telecom equipment	No	1,125	Mobile operations, etc
2010	Bolivia * CDB y otros	Bolivian Space Agency	251	15		No	3,219	Tupak Katari communications satellite
2010	Ecuador	Petroecuador	1.000	4		Yes	6	
2011	Bolivia	YPFB	192	20	Yes- Purchase of 6 Harbin H425 Helicopters	Yes	2	Bilateral cooperation and purchase of helicopters
2011	Ecuador	Government	2.000	8		Yes	6,9	70% discretionary 30% related to oil
2013	Venezuela	PDVSA	4.020	8		No	5,5	Sinovensa
2013	Ecuador	Government	1.400	20		No	7	Financiamiento del presupuesto
2014	Argentina	CMEC	2.100	15		No	7,1	Belgrano Cargas rail line

Fonte: Gallagher; Irwin; Koleski (2012) / China-Latin America Financial Database

Elaboração: Para América do Sul, própria

Existe uma lógica que diversifica as faixas de juros: por um lado, Brasil e Bolívia recebem empréstimos com juros baixos; Venezuela um único crédito com juros de menos de 1%, enquanto o segundo atinge 5,5% de juros; e, finalmente, Equador e Argentina recebem empréstimos com os maiores percentuais em relação à amostra: 6%, 6,9% e 7%, no primeiro caso; e 7,1% no segundo.

A diferença na taxa de juro aplicada por país e em relação aos anos permite deduzir que as dotações foram feitas de acordo com a lógica do mercado orientado por percepções de risco (caso que pode ser exemplificado por Argentina e Equador), mas também parece considerar se os empréstimos estão articulados a condições de aquisição direta de bens chineses, como se reflete no caso das baixas taxas de juros aplicadas a duas das três transações registradas com Brasil e Bolívia.

No entanto, o acima, devem-se observar três reflexões complementares: 1) que efetivamente os créditos do CDB em maior autonomia na tomada de decisão pelos governos nacionais em relação às condicionalidades políticas inclusive (sobre o modelo de desenvolvimento) que propõem organizações como o Banco Mundial ou o FMI; 2) a exigência de compra de bens é uma prática comum em empréstimos de bancos de desenvolvimento em outros países e até mesmo de outras organizações; e 3) que “o custo de oportunidade” é um fator que também deveria ser considerado.

Além das disposições sobre empréstimos do CBD, é relevante notar a relação entre a política de investimento e implantação financeira, dentro da qual este desempenharia papel cada vez mais importante, especialmente a partir de 2012. Assim:

En materia de inversiones, de acuerdo con las estadísticas oficiales del gobierno chino, la suma neta de la inversión china directa en América Latina fue de US\$ 1.000 millones en 2003. Esta cifra creció a los US\$ 11.900 millones de dólares en 2011. Hasta el año 2012, la inversión acumulada había llegado a los US\$ 68.200 millones. Esto demuestra la marcada tendencia de crecimiento en las inversiones de capital chino en la región. En 2012, el gobierno chino publicó nuevas medidas para promover la inversión y la cooperación bilaterales con América Latina destinadas, especialmente, a la inversión china. Como parte de las medidas, China instaló un fondo de cooperación China-América Latina, mientras los organismos financieros chinos pusieron a disposición US\$ 5.000 millones. Además, el Banco de Desarrollo de China encabezó el otorgamiento de un préstamo exclusivo de US\$ 10.000 millones dirigido a la promoción de la construcción y la cooperación en materia de infraestructura entre China y América Latina (ALVAREZ, 2014, p. 8).

Por outro lado, ao analisar outra das principais organizações chinesas que têm relacionamento com a América do Sul, o Exim Bank, e tomando uma amostra das informações que foram registradas, encontramos o seguinte cenário:

Amostra das faixas de juros dos créditos do Exim Bank de China na América do Sul 2011-2015

Year	Borrowing country	Borrower	Amount (\$m)	Payment period	Includes Purchase Requirements	Commodity Backed	Interest rate	Rate minus OECD Risk Premium	Purpose
2009	Bolivia	YPFB	60	20		-	2	-0,31	Home gas networks, oil drilling rigs
2010	Ecuador * Exim Bank y otros	Government	571	15		No	6,35		Sopladora Hydropower Station
2010	Bolivia	Government	40	20		No	2		Improve road infrastructure
2010	Ecuador	Government	1.683	15		-	6,9	4,39	Hydroelectric dam Coca-Codo Sinclair
2011	Ecuador	CELEC	313	-	Yes – China's Harbin Electric Int. Co.'s involvement	No	6,35		San Francisco Hydroelectric dam
2013	Ecuador	Government	80	20		No	2		Expansion of Simon Bolivar Avenue (to the Quito airport)
2015	Ecuador	Government	5.300	-		Yes	2		Irrigation and transportation construction

Fonte: Gallagher; Irwin; Koleski (2012) / China-Latin America Financial Database

Elaboração: Para América do Sul, própria

Aqui deve-se notar que, embora em termos gerais o “*China’s Exim Bank offers slightly lower interest rates than US Ex-Im Bank*” (ibid., p. 12), o caso do Equador neste período seria uma exceção em seus três projetos hidrelétricos (2 projetos com 6,35% cada); e

no caso do Projeto Coca Codo Sinclair: 6,9%. Neste último, as taxas aplicadas foram explicadas oficialmente – sob fortes críticas pelo governo equatoriano antes de assinar o acordo – sob dois argumentos: “*que préstamos similares (gubernamentales no necesariamente del Exim Bank), acordados con Venezuela tenían las mismas características, en tanto a los intereses, y que era política del gobierno chino no generar mal entendidos por supuestas preferencias; y segundo, que el préstamo era de carácter comercial*”¹⁶⁴. O caso equatoriano, em todo caso, difere do boliviano, no qual, em 2009 e 2010, as taxas de juros do Exim Bank, nos dois projetos registrados na amostra, foram de 2% em cada.

Além disso, e como evidenciado pelos dados registrados, pode-se notar que, com base nas novas políticas de 2012, o Exim Bank aparentemente já padronizou suas taxas de juros de 2%; a isso se deve acrescentar o fato de que o Equador em 2015, em plena crise, recebeu o maior montante de empréstimos em relação aos anos anteriores, e com uma taxa de juros de apenas 2%. Isso contradiz o argumento de que a China só opera sob a lógica dos negócios e mede os riscos de maneira semelhante às instituições financeiras internacionais ou outros países operam. Vemos aqui um exemplo claro de desdobramento financeiro, com uma lógica de cooperação de natureza política.

Finalmente, deve-se reconhecer que, segundo a CEPAL (2016):

a) o financiamento chinês poderia, às vezes, ser mais caro que o financiamento tradicional de instituições financeiras internacionais (IFIs);

b) que os empréstimos da CDB implicariam em termos mais rigorosos do que os do Banco Mundial. Os spreads das taxas de juros do primeiro seriam mais altos que os do segundo; e

c) ao contrário do CBD, o Exim Bank chinês costumava oferecer taxas de juros menores que as dos EUA (GALLAGHER; IRWIN; KOLESKI, 2012).

No entanto, apesar do exposto anteriormente, informações detalhadas do *Boletim Estatístico da Dívida Pública Externa do Equador*, de 2013, um dos países com restrição de acesso ao financiamento pelas IFIs tradicionais do SFI, relata (certamente levando em conta o total de seus créditos, além daqueles indicados nas amostras aqui apresentadas), que as taxas de juros chinesas são semelhantes às das instituições financeiras internacionais e bancos regionais de desenvolvimento (ibid.).

¹⁶⁴ Discurso do ex embaixador da RPC no Equador, Cai Runguo, notas de campo, MRH, Quito, 2010.

Embora não seja menos importante notar que, além disso, se os interesses chineses podem ser mais altos em alguns casos específicos em comparação com outros créditos, é necessário observá-los em termos de custo de oportunidade, uma vez que eles permitem:

a) ter acesso a um volume importante de recursos, nem sempre disponibilizados por outras organizações, e que se destinem a projetos estratégicos; o mesmos que vistos como investimento – como no caso de usinas hidrelétricas – gerarão altas taxas de rendimento, economia e uma mudança na matriz energética e de produção. Ao mesmo tempo,

b) eles geram alívio de restrição financeira.

Tudo isto se enquadra nos objetivos da PPC, ao mesmo tempo que gera ganhos econômicos para a China e assegura uma provisão estável e duradoura de recursos estratégicos; ao mesmo tempo cria oportunidades (dependendo do tipo de projeto político dos Estados da ADS) que podem beneficiar ambas as partes, enquanto laços de confiança são gerados no nível político, que podem levar a parcerias visando articulações frente aos desafios propostos a ambas as partes dentro da OM.

4.1.5. Mecanismos complementares ao desdobramento financeiro chinês

Neste ponto, pode-se notar que uma das leituras sobre outros mecanismos complementares à implantação financeira é que a China estaria interessada em avançar na internacionalização do *yuan*, o que na América Latina já está se tornando visível nos acordos bilaterais de troca de divisas (GRANADOS; ELLIS, 2015, p. 44), justamente porque:

Tras el acuerdo alcanzado en 2012 por el Banco de Desarrollo de China y el bloque de los BRICS a fin de impulsar sus propias divisas, en marzo de 2013 China firmó con Brasil un acuerdo bilateral de intercambio de divisas por un monto de yuanes equivalente a 30.290 millones de dólares para los siguientes 3 años, para fortalecer sus lazos económicos y ayudar a enfrentar futuras crisis financieras. Previamente, en 2009, Argentina firmó un acuerdo similar por un monto de 70.000 millones de yuanes, que expiró en 2012, y en 2014 se acordó uno más a 3 años por aproximadamente 67.000 millones de yuanes (alrededor de 11.000 millones de dólares) (ibid.).

No caso da Argentina, pode-se mencionar que, após a crise financeira internacional originada nos EUA no terceiro trimestre de 2008, algumas decisões do governo chinês relacionadas com ADS, em geral, e com a Argentina em particular “*se destacaron por presentar principalmente gestos amistosos*” (MIRANDA, 2015, p. 106).¹⁶⁵

¹⁶⁵ No entanto, esse mecanismo foi produzido através de um processo no qual a China ofereceu: “*al gobierno argentino un swap (intercambio) de monedas entre bancos centrales, tras haber descartado la compra de títulos*

Em julho de 2014, as autoridades argentinas anunciaram novamente a assinatura de um contrato de *swap* com a China, que consistia na possibilidade de que os bancos centrais dos dois países trocassem empréstimos em moeda nacional (pesos e *yuan*) por até 70 bilhões de *yuan*s (US\$ 11 bilhões).¹⁶⁶ Na última semana de janeiro de 2015, já haviam solicitado US\$ 3,1 bilhões, através da ativação do quinta termos do *swap* com a China de US\$ 400 milhões (no final de janeiro), que se somaram a outros US\$ 400 milhões que haviam entrado no começo do mês. As parcelas anteriores foram ativadas no final de outubro por 800 milhões de dólares, em meados de novembro por 500 milhões e no início de dezembro de 2014 para 1 bilhão.¹⁶⁷

E tudo isso, enquadrado em um cenário onde existem as seguintes leituras:

- O acordo de moedas com o gigante asiático permitiu à Central adquirir até US\$ 11 bilhões para fortalecer o nível de reservas (*ibid.*).

- No caso do intercâmbio de divisas acordado com a China – assim como pode acontecer com as taxas de juros de um empréstimo – fixou-se o valor de câmbio no qual seria realizada a transferência. Dessa maneira, a Argentina incorporaria – em três anos – o equivalente, em *yuan*, a US\$ 11 bilhões. Ao mesmo tempo, entregaria esse equivalente em pesos; e tais câmbios prefixados estipulavam uma série de investimentos e compromissos da China em transportes, energia e indústria na Argentina, assim como liquidação do intercâmbio comercial entre os países – China comprando alimentos de soja (MINUTOONO.COM, outubro 2104).

- Esse mecanismo faz parte da estratégia chinesa de converter gradualmente o *yuan* em moeda de referência para o comércio internacional e até mesmo uma moeda de reserva para os bancos centrais.¹⁶⁸ Isso pode ser entendido na perspectiva estratégica de longo prazo do pensamento chinês (campo de ideias).

Tais interpretações são articuladas com outra leitura que esta análise considera relevante e que defende que uma das três estratégias chinesas em nível mundial levou à assinatura de *swaps* cambiais bilaterais (*swaps* de moeda) com outros bancos centrais. Assim,

de deuda como había insinuado en 2007. Este ofrecimiento, canalizado a través de un pre-acuerdo, se produjo en la asamblea anual del BID llevada a cabo en Medellín, en marzo de 2009, consistió en que si Argentina necesitaba tomar en crédito alrededor de 10 mil millones de US\$ para hacer frente a una situación de iliquidez, o para afrontar la desventaja del peso ante la moneda norteamericana, entonces se le proporcionaría. Beijing había pactado esta práctica con Malasia, Corea del Sur e Indonesia, por citar algunos actores, pero Argentina fue el primer país latinoamericano en firmar un swap, que el gobierno calificaba de instrumento de contingencia” (*ibid.*).

¹⁶⁶ Disponível em: <http://www.lavoz.com.ar/negocios/para-que-sirve-el-swap-con-china>

¹⁶⁷ Disponível em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-265123-2015-01-31.html>

¹⁶⁸ Disponível em: <http://www.lavoz.com.ar/negocios/para-que-sirve-el-swap-con-china>

o objetivo é proteger os fluxos de comércio e investimento por meio da oferta de moeda estrangeira aos setores público e privado (NOYOLA, 2015). No caso específico da América do Sul, o Brasil e a Argentina já contavam, em 2015, com *swaps* cambiais de US\$ 30 e 11 bilhões, respectivamente. Assim, a diplomacia do Banco Popular da China criou um mercado global do yuan que cresceu rapidamente, totalizando mais de US\$ 4 trilhões (ibid.).

Além disso, até 2014 não havia registro, na região, da implantação da segunda estratégia chinesa: a implementação de uma Plataforma de Negociação de Câmbio (CFETS, na sigla em inglês), ou seja, o estabelecimento de centros pagamento direto no exterior para facilitar o uso do *yuan*, o que Pequim tinha implementado em 2013 e 2014 (ibid.), apesar do interesse do Uruguai em tornar-se a capital do *yuan* na ALC, e as discussões já em curso com o governo chinês (NOYOLA, 2014). No entanto, no final de maio de 2015, durante uma visita a Santiago do premier chinês Li Keqiang – em viagem por Brasil e membros sul-americanos da Aliança do Pacífico –, Chile assinou com a China um *swap* cambial de até 22 bilhões de *yuan*s (US\$ 3,6 bilhões), além de um acordo para facilitar o uso do *yuan* nas transações bilaterais, como parte dos esforços do gigante asiático para internacionalizar sua moeda.

Além disso, o Banco Central da China nomeou o Banco de Construção da China como a entidade de liquidação no Chile (24HORAS.CL, maio de 2015). Assim, de acordo com o primeiro-ministro chinês “a facilidade de fazer pagamentos em RMB (*yuan*s), diretamente no Chile irá reduzir os custos de transação das operações de financiamento e de pagamentos de comércio exterior, e serviços financeiros em geral em tal moeda” (ibid.).

Por fim, acordou-se com o Chile uma terceira estratégia, o Programa Chinês de Investimentos Institucionais Estrangeiros Qualificados em Renminbi (RQFII, na sigla em inglês), que permitia que empresas de cidades escolhidas pela China investissem nos mercados de valores mobiliários e adquirissem ativos financeiros denominados em *yuan*, através de cotas concedidas pelo regulador do mercado de ações (NOYOLA, 2014), e que não tivessem histórico na região. Da mesma forma:

China acordó otorgar a Chile una cuota de 50.000 millones de yuanes de un programa que permite a inversionistas institucionales extranjeros calificados invertir directamente en el mercado de valores de ese país. Este mecanismo permitirá que inversionistas [...] (como bancos, fondos de pensiones, compañías de seguro y fondos mutuos, entre otros) puedan realizar inversiones en distintos instrumentos denominados en RMB directamente en el mercado onshore en China (24HORAS.CL, mayo 2015).

Sobre a implantação dessas duas últimas estratégias, existem algumas reflexões:

- Que a escolha do Chile como plataforma financeira está ligada à expansão de estratégias para toda a região e, portanto, a um aprofundamento das relações em todos os níveis, especialmente aqueles relacionados à implantação financeira chinesa.

- Que durante a visita do atual primeiro-ministro chinês Li Keqiang à América do Sul, além do Brasil, os países sul-americanos da Aliança do Pacífico foram visitados oficialmente, com os quais e com cada um foram propostos acordos favoráveis, e aparentemente num cenário de “competição” que obrigou a criar nesses países maior relação com a China e assim “temperar” a articulação destes com o projeto TPP (*Trans Pacific Partnership*): projeto altamente influenciado pelos interesses norte-americanos na região Ásia-Pacífico como forma de conter a China.

- Que além das motivações técnicas para a escolha do Chile como plataforma financeira na região, a China estava jogando politicamente para criar maior relacionamento com a região, a fim de fortalecer seus próprios interesses. Também adotou mecanismos que poderiam apoiar financeiramente (ou pelo menos facilitar) os países parceiros – em termos de perspectiva de política internacional – e que poderiam sofrer restrições externas. E ainda atrair outros países da região a um tipo mais profundo de relacionamento em termos político-estratégicos, amarrando seu interesse em “experimentar” na região a implementação do uso do *yuan*, de acordo com a meta de médio e longo prazo de internacionalização de sua moeda.

Tudo isso, portanto, também pode ser lido a partir do campo de ideias de longo prazo, como o confucionismo (reciprocidade), informando guias de ação estratégica, como a de SPC, especialmente aquelas com centralidade política (possibilidade de construção de blocos), ligadas à aplicação de iniciativas que podem ser caracterizadas na implantação da economia estratégica (*strategic economics*).

4.2. Cooperação e aprofundamento do diálogo político: iniciativas estratégicas da PPC

Para abordar esta questão, primeiramente, dois elementos devem ser destacados:

- Como foi analisado, as atividades a partir das quais a PPC pode ser entendida são implantadas “montadas” em alguns dos elementos estruturais preexistentes já nas relações econômicas geradas pela utopia liberal de “*globalização*”. No entanto, elementos como o interesse da China em manter princípios como soberania e integridade territorial opõem-se às necessidades e dogmas de FSH internacionais, comandadas pelo SFI e pelos interesses americanos, para fazer *by pass* para os Estados nacionais. O contexto, que também leva em

conta: a) a ascensão total da China, e b) o desdobramento de sua projeção para atingir seus próprios interesses, ao mesmo tempo que gera legitimidade entre seus pares, permite entender como a PPC vai operar no espaço de conceituação de significado e de práticas no campo da cooperação. Deve-se considerar que isso também é visto pela China como campo de debate e disputa no estabelecimento da geração de significados, e nas relações concretas de poder que atravessam as relações entre os Estados.

- Que os interesses da China e sua perspectiva sobre os anéis estratégicos de interesse não incluem a região como parte de suas preocupações compreendidas no campo da defesa imediata, mas como um espaço onde – apesar de haver interesses estratégicos relacionados com sua própria acumulação de geração ou a sustentabilidade do acesso aos bens que reforcem sua ascensão e consolidação como potência global (e todas as articulações que dela advêm para apoiar o campo da segurança e defesa) – também existem possibilidades de benefícios para ambas as partes.

Por isso, a PPC implanta mecanismos que visam aprofundar o relacionamento bilateral e com a região, por meio do diálogo político e da construção de espaços de cooperação, mas também levando em conta que há potencial para construir parcerias no cenário da OM. Por todas essas razões, a China também aponta imagens de identidade comuns (independentemente de serem ou não orientadas para seus interesses específicos) *vis-à-vis* a região, sob as quais a ALC e a ADS são vistas como parceiro natural, seja pela condição de que vários de seus países-membros pertenciam historicamente ao movimento não-alinhado (relevante do ponto de vista dos mundos de Mao), pela imagem com o qual a China caracteriza os países da região e a si mesma: “países em desenvolvimento”.¹⁶⁹

Além disso, vale lembrar que, para a RPC, o elemento central de suas RI é a relação Estado-Estado. Assim, como foi observado nos capítulos anteriores, e especialmente nos itens que analisam a relação com os países da América do Sul, a PPC baseia-se em diálogos e acordos diretos com os órgãos institucionais estatais e conforme são consideradas as iniciativas de seus respectivos projetos político-econômicos em curso.

Esta relação, a partir das perspectivas da PPC, também inclui o diálogo com partidos e outras forças políticas, que não sendo parte dos governos que lideram os Estados, são legitimamente reconhecidos.

Quanto ao tópico anterior, deve-se notar que a abordagem rápida da China na ADS, em especial o aumento das relações econômico-políticas com os governos que implantaram um

¹⁶⁹ China se apresenta como o maior país em desenvolvimento, o que gera certa obrigatoriedade para os considerados pequenos. Ver, por exemplo, o prólogo do *Libro Blanco* de 2008.

projeto com centralidade de matriz desenvolvimentista e fortalecendo o papel de intermediação do Estado, foram observados, nesse período, pelas forças de oposição e outros atores – especialmente ligados a matrizes abertas e favorável à *globalização* liberal – como uma abordagem ideológica. Além disso, poderia enfraquecer a influência hegemônica dos Estados Unidos, país legitimado por esses atores, tanto por interesses específicos quanto por imagens “civilizatórias”, como líder natural da região e líder global.

Essa percepção não foi respondida através de ações específicas da RPC, que visavam enfraquecer as relações estratégicas que estavam sendo estabelecidas com os governos, com um projeto para fortalecer o papel de intermediação do Estado mais autônomo. Embora discursivamente, a China continuou apelando para que sua projeção na região se baseasse na possibilidade de oportunidades econômicas, de maneira pacífica e numa perspectiva pragmática, enquanto também implantou novas iniciativas que poderiam atrair Estados liderados por governos com orientação de abertura.

Transversalmente, podemos notar que, embora a forma de conceituar a cooperação seja diferente na China, como é entendida na região, podemos novamente ressaltar que ela é desenvolvida através da intermediação do Estado, e conforme propõem suas contrapartes.¹⁷⁰ Assim, por exemplo: “*La cooperación china no es uniforme a lo largo de la región, sino que varía de acuerdo con los recursos, instituciones, intereses y políticas locales*” (ELLIS, 2009; GALLAGHER; PORZECANSK, 2010; SANTISO, 2007 apud ERTHAL; DE SOUZA, 2013, p. 76).

A definição do que constitui a cooperação para o desenvolvimento da China,

Es compleja porque no utiliza la definición oficial del Comité de Asistencia al Desarrollo (CAD)¹⁷¹ para la asistencia oficial al desarrollo (AOD). La RPC más

¹⁷⁰ China negocia a cooperação estritamente no nível estatal (ERTHAL; DE SOUZA, 2013). Iniciativas oficiais chinesas para fomentar a cooperação entre ONGs chinesas e suas contrapartes latino-americanas, e que inclusive estão presentes em documentos como o *Livro Branco* de 2008 e nos do fórum China-CELAC “*han sido descartadas como gestos simbólicos, especialmente cuando algunos académicos y funcionarios chinos las describen como arreglos puramente utilitarios de la política exterior*” (LIU; SHEN, 2009 em *ibid.*).

¹⁷¹ CAD, comitê da OCDE, é definido por esta como “*el principal foro internacional de países proveedores de cooperación para el desarrollo. El Comité hace seguimiento de los flujos de financiación al desarrollo, examina y ofrece directrices sobre las políticas de cooperación para el desarrollo, fomenta el intercambio de buenas prácticas y contribuye a configurar la arquitectura global en esta materia. El CAD define qué debe considerarse AOD y actualiza periódicamente la lista de países susceptibles de recibir AOD*” (OECD.ORG, s/d). No entanto, sua arquitetura e mecanismos objetivos principais podem ser definidos como “*un foro que reúne a los estados miembros por derecho propio, organizaciones multilaterales como el Banco Mundial y el Sistema de las Naciones Unidas, la Unión Europea y países no miembros de América Latina, África, Asia y Medio Oriente ...El CAD tiene como mandato apoyar a los países miembros, observadores y al sistema global de cooperación, en sus esfuerzos por reducir la pobreza y alcanzar los Objetivos de Desarrollo del Milenio (ODM). Estos se implementan mediante el apoyo a las políticas de cooperación de los estados miembros, a través del análisis de políticas públicas y recomendaciones en las diferentes áreas del desarrollo, tales como comercio, empleo, migración, educación, energía y salud*” (AGCI.CL, s/d).

bien involucra una mezcla compleja de préstamos en condiciones no concesionarias, créditos a la exportación, ayuda humanitaria, proyectos de infraestructura, inversiones económicas y asistencia técnica en los campos de salud, educación y agricultura (ibid., p. 72).

Essa perspectiva também é semelhante ao que é implementado por “*otros donantes que no son del CAD como Brasil e India*” (ibid.) e teria a ver com a lógica política dos países do Sul, e até mesmo dos emergentes, de que este mecanismo, como se afirma em organizações internacionais, reproduz relações de poder através de supervisão, mantendo-se a autonomia estatal. Tudo isso acaba sendo funcional para os Estados doadores do norte e para as projeções políticas destes.

Por outro lado, enquanto as iniciativas de RPC na ALC e região sul-americana foram dirigidas às dinâmicas relacionadas com o comércio, o IED e implantação financeira, vistas pela China como um espaço para o benefício mútuo (especialmente os dois últimos). Sobre a questão da cooperação direta (já vista do ponto de vista da ADS), esta também tinha uma centralidade nas exigências das instituições estatais.

Neste sentido, o espaço de cooperação orientado para atores extra-estatais, em termos de volumes, foi menor, mas também gerou possibilidades orientadas pelas necessidades estratégicas da PPC, como será descrito no item que se segue.

4.2.1. As primeiras iniciativas em 2008

Em geral, no início do período aqui estudado, a cooperação chinesa era de alcance muito curto, com foco em apoio técnico, intercâmbio de estudantes (bolsas de estudos) e pequenas doações. Já no nível do setor de defesa, encontramos alguns intercâmbios educacionais e institucionais e doações, que poderiam contribuir para as aquisições subsequentes de equipamentos e produtos nessa região. Por exemplo, de acordo com Badri-Maharaj (2015), a incursão da China no mercado militar na região teria sido inicialmente com uniformes de ajuda não-letais, suprimentos médicos, equipamentos hospitalares, equipamentos de engenharia e um pacote abrangente treinamento em academias militares chinesas para funcionários. Tudo isso poderia ser orientado para apoiar a China na futura abertura do mercado regional na área de segurança e defesa.

Outro ponto interessante a analisar é o desenvolvimento que, antes de 2008 (lançamento do *Livro Branco*), ocorreu no setor de intercâmbios acadêmicos e profissionais, através de

convites para seminários, congressos, cursos, etc., tanto no nível regional latino-americano, sul-americano ou sub-regional.¹⁷²

Tais intercâmbios estariam orientados a vários objetivos:

- Cooperação no sentido geral do termo (apoio às capacidades dos assistentes e, portanto, dos respectivos países).

- Promover o conhecimento da nova China, e os resultados das reformas e do crescimento econômico chinês, promovendo o interesse dos visitantes e através deles, ampliando o interesse de oportunidades em seus respectivos países, no meio do contexto da decolagem definitiva da China na OEM.

- Coletar informações (no sentido de inteligência) em frente a uma região e sub-regiões, naquela época ainda distantes, que apoiem a compreensão e a futura implantação de sua própria projeção.

Em resumo, os primeiros esforços se destinaram a atrair, compreender e fazer-se compreender.

Da mesma forma, as bolsas de estudo e o aumento contínuo destas para os países da região, vinculavam e ainda se vinculam aos objetivos da cooperação educacional e técnica, mas ao mesmo tempo representam a possibilidade da aplicação da atração cultural no sentido do SPC com centralidade cultural. Eles também geram através dos beneficiários, habilidades que visam “traduzir” a cultura e peculiaridades da China nos países e regiões de origem dos bolsistas; ao mesmo tempo em que os beneficiários poderiam apoiar ou gerar oportunidades de negócios ou outras relações, como diplomatas, entre a China e seus países de origem; tendo também em conta que os beneficiários, para além das competências obtidas nas respectivas áreas de estudo, poderão conhecer a complexidade da RPC e estabelecer uma rede de contatos chineses, mas também com cidadãos de outros países que viveram na China, e com todas as relações de identidade que seriam construídas (*Guānxi*).

Por outro lado, e lembrando que a assistência, os acordos e os mecanismos para o aprofundamento da cooperação como um dos elementos centrais para o estabelecimento de diálogos políticos, ocorrem sobretudo no nível central do Estado-Estado central (no subperíodo de 2002-2008), vários países da região assinaram acordos com a República Popular da China com diferentes graus de profundidade, durante a primeira década do século XXI (como observado no capítulo anterior),¹⁷³ no processo de estabelecimento de um diálogo

¹⁷² Por exemplo, primeira edição do *Curso de intercambio con países andinos: El nuevo modelo de desarrollo chino*, dezembro 2002.

¹⁷³ Com exceção do Brasil, já em 1993: a associação estratégica de mútuo benefício, estável e de longo prazo.

político incluindo acordos de cooperação. Ao mesmo tempo, esses países também estavam sujeitos a iniciativas específicas, como:

- Cooperação (no sentido amplo do conceito tal como caracterizado pela China). Ou
- Assistência limitada no sentido orientado por conceitos como os da AOD, ou a partir das caracterizações particulares de cada país da região.

No entanto, deve-se notar que, como parte das iniciativas iniciais neste período, já podemos encontrar o primeiro acordo para criar fundos de financiamento orientados por uma lógica multidimensional entre a China e um país sul-americano: a Venezuela. Esses fundos podem ser considerados parte da implantação financeira da China na região e, de fato, também geram o seguro do recurso estratégico de petróleo. Nesta iniciativa, também encontramos uma cooperação dos fundos sob uma lógica multidirecional, acordada como um pacote de projetos, guiados por um programa e uma tentativa de estruturação.

Assim, este acordo, que também irá significar várias oportunidades para a Venezuela e para o desenvolvimento de seus recursos endógenos, ocorre em um contexto em que país sul-americano foi o primeiro em que um governo da região sul-americana (na onda de calor o ímpeto para o estabelecimento das “receitas da *globalização* liberal” através de mecanismos como a Alca) foi proposta como um projeto político: reforçar a centralidade do Estado, como intermediário autônomo entre forças sociais e Estado. Portanto, ele veio sob crescente pressão de hegemonia continental, que ainda levou os EUA a reconhecer o golpe liderado pelas FSH venezuelanas em 2002.

Portanto, dentro deste cenário, China e Venezuela estabeleceram laços de cooperação e relação estratégica, mesmo antes do período estudado. Assim, por exemplo, em 2001 China e Venezuela concordaram em “establecer *una asociación estratégica para el desarrollo compartido* entre ambas naciones, para lo cual se estableció una Comisión Mixta de Alto Nivel, conformada ese mismo año, para coordinar proyectos conjuntos” (MINCI.GOB.VE, 2014).

No comunicado, os dois governos decidiram criar um fundo de financiamento conjunto, com base em certos princípios como “igualdade, consultas mútuas, o respeito mútuo da soberania e reciprocidade de vantagens” (ibid.): todos elementos identificáveis no discurso de política externa chinesa também se reflete nos seus acordos, e articulados à perspectiva estratégica do projeto venezuelano liderado pelo presidente Hugo Chávez; No entanto, os fundos não começaram a funcionar até setembro de 2008, apenas dois meses antes da apresentação do Livro Branco e durante a crise financeira mundial.

Assim, “el 18 de septiembre de 2008, se publica en la Gaceta Oficial, la Ley aprobatoria del Convenio sobre el Fondo de Financiamiento Conjunto. El cual inició con 6 mil millones US\$ (que conformaban el Tramo A), de los cuales 4 mil fueron otorgados por el BDC y 2 mil millones por el Fondo Nacional de Desarrollo (Fonden)” (ibid.).

O acordo baseia-se que, em relação aos fundos chineses, estes são garantidos sob o mecanismo *loans for oil* “con el fin de proveer apoyo financiero a los proyectos de desarrollo económico y social en la República Bolivariana de Venezuela en las áreas de infraestructura, industria, agricultura, minería, energía, asistencia técnica y tecnológica” (ASAMBLEA NACIONAL..., 2012).

A forma de realização de cada uma das partes é estabelecida no Capítulo 3 (II): “Se proporcionan los recursos financieros para el Tramo A y el Tramo B mediante la concesión de préstamos otorgados por el Prestamista, así como por las contribuciones realizadas por FONDEN. Esto se llevará a cabo a través de la firma de los acuerdos respectivos y/o documentos firmados por los Órganos Designados de las Partes”.

No entanto, além de o acordo ter-se materializado sete anos após a intenção original, já podemos vê-lo com sua assinatura original:

- Junto com os esforços bilaterais para estabelecer um diálogo político com a região, acompanhado por um aumento na relações comerciais, a decolagem do IED e do financiamento chinês na região até 2008.

- E a crescente presença da China em fóruns regionais;

Já vislumbrava como ele imaginou que o PPC iria propor uma primeira abordagem para toda a região¹⁷⁴ através do papel sobre a política da China para a América Latina e o Caribe (*Livro Branco* de 2008).

Finalmente, cabe assinalar que neste período e no que se seguiu, a cooperação não-reembolsável se materializou em quantidades relativamente pequenas (ainda mais quando comparado com os valores de cooperação entendida como articulada ao IED e financiamento). Assim, os projetos aqui são implantados no nível de acordos específicos decorrentes das convenções básicas assinadas pelos países (ROSETO, 2014). Portanto, quer na prática ou em documentos posteriores, essa cooperação é definida e operada com a natureza estratégica.

Assim, ele concordou que also significa várias oportunidades para a Venezuela e para o Desenvolvimento de seus recursos endógenos, ocorre em um contexto em que o país foi sul-

¹⁷⁴ O documento do *Livro Branco* e suas propostas são os primeiros em sua classe, por ser para toda a região e de caráter multidirecional (apesar de contar com uma centralidade econômica). Recordemos que em 2005, China esteve presente no Fórum de Cooperação Econômica e Comercial Sino-Caribenho.

americano ou Primeiro em um Governo da Região Sul-americana (em onda completa). Estabelecimento fazer ou dar um impulso para “Receitas Liberais da Globalização” através de mecanismos como a ALCA) foi um Projeto proposto como política.

4.2.2. Livro Branco de 2008, sobre a política da China para a América Latina e Caribe

O “Documento sobre a Política da China para a América Latina e o Caribe” (Livro Branco de 2008) é apresentado como uma primeira tentativa de estruturar e ordenar as relações entre a China e os países da ALC. Essa tentativa permite ler como a PPC se desdobra de acordo com as necessidades estratégicas da China e o aumento acelerado das relações; e entendeu que havia competição interestatal dos países da região em temas que atraíam cooperação e oportunidades, bem como a diferença entre projetos políticos dos países, dependendo da natureza do Estado proposto. Tudo isso também, em um contexto de crise financeira global, e os desafios e oportunidades que esta apresentava para o relacionamento chinês com a região.

A apresentação dos objetivos da política chinesa em relação à região e da qual parte o documento (como em outros acordos) se baseia nos “*los Cinco Principios de Coexistencia Pacífica*”¹⁷⁵ y en el *Principio de una sola China*” (CEAP- EAFIT, 2016, p. 99), elementos que dão sentido à PPC no campo das *ideias*, especialmente no tipo de imagens coletivas: elas podem gerar disputas no nível político comparadas a outras apresentadas como hegemônicas. Imagens coletivas que, a partir da peculiaridade chinesa, são apresentadas como: a) diferenciadas do caráter ofensivo realista atribuído às grandes potências tradicionais (resultado do “alter-ego do mundo westfaliano”); b) diferenciada de alguns dos elementos da *utopia liberal da globalização*, enquanto projeto hegemônico (na configuração de forças na OM) destinada a minimizar o conceito de soberania nacional e homogeneizar e funcionalizar os Estados como agências de globalização global, comandados principalmente pelo SFI orientado pelo sistema dólar flexível.

O prólogo do *Livro Branco* de 2008 também propõe alguns elementos que sintetizam a construção discursiva do SPC

¹⁷⁵ Princípios gerais de solução através da perspectiva da Coexistência Pacífica, destacada no cenário das negociações Sino-Indianas em 1953 sobre o Tibete: respeito mútuo pela integridade territorial e soberania do outro; não agressão mútua; mútua não interferência nos assuntos internos do outro; igualdade e mútuo benefício; e coexistência pacífica.

Siguiendo invariablemente el camino de desarrollo pacífico y la estrategia de apertura basada en el beneficio recíproco y la ganancia compartida, China, el mayor país en vías de desarrollo del mundo, está dispuesta a desarrollar la amistad y la cooperación con todos los países sobre la base de los Cinco Principios de Coexistencia Pacífica, a fin de promover la construcción de un mundo armonioso de paz duradera y prosperidad compartida.

Elementos já presentes na matriz de Confúcio (mais uma vez: o quão longe a reconstrução pode ser realizada através da geração de máquinas de construção e reconstrução de idéias e conceitos da PCC, e como funcionários agora não são atravessados pela matriz civilizatória), tais como:

- A questão da natureza obrigatória da reciprocidade.

- A imagem que a China vê de si mesma como o maior país do mundo em desenvolvimento, e que também articula as responsabilidades com os menores, em especial com aqueles que se perceberiam (pelo menos discursivamente) como reconhecidos identitariamente como pares (sentido de pertença, neste caso: no mesmo nível de desenvolvimento).

- O ideal da harmonia social, que aqui já está se movendo em direção a uma dimensão internacional.

Além disso, deve-se notar que a abordagem proposta pela China também seria informada pelas abordagens dos três mundos de Mao, o que, no entanto, tampouco significa uma exibição de ações baseadas em pura filantropia. Especialmente quando a China, a partir de sua perspectiva dialética, também reconhece seus interesses, e embora tente processá-los de forma diferente em relação a outras potências, reconhece as ameaças representadas pela estrutura de tais potências no jogo das relações de poder globais (intencionalidade e possibilidade de contenção e/ou agressão aos competidores em plena ascensão).

Assim, além das percepções, imagens e ideias que informam o discurso oficial da RPC e sua projeção, o documento

Establece los intereses estratégicos de China en su cooperación con ALC (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES DE CHINA, 2008). Desde la perspectiva china, esta cooperación sirve no solo para avanzar en las relaciones económicas, sino también en los objetivos geopolíticos e incluso para erosionar el poder de los EEUU sin confrontarlos directamente (YANG; CHEN, 2010 apud ERTHAL; DE SOUZA, 2013, p. 75).

Numa dinâmica que coincide com a visão estratégica da doutrina de defesa da RPC (já presente na doutrina Deng sobre RI), também informada pela visão estratégica presente em *Weiqi*, por exemplo.

O documento pode ser considerado completo, segundo CEAP-EAFIT (2016), pois abrange ampla gama de áreas e questões de trabalho, mas carece do estabelecimento de ações concretas que materializam os objetivos fixados, sem refletir a política oficial chinesa em relação aos países da ALC, nem abordar as diferentes realidades das relações da China com cada um deles. Apesar disso, o documento apresenta, pela primeira vez no nível regional, quais foram os interesses que a PPC propunha implantar e os pontos de interesse para o desenvolvimento de relações, abrigados sob o tema geral de “cooperação omni-direcional”.

A partir da Parte IV, são propostas áreas de trabalho desde a apresentação do “fortalecimento da cooperação omnidireccional”, sem as quais tal fortalecimento não poderia existir porque, na prática, a omnidireccionalidade, como vimos, ainda não tinha sido materializada em iniciativas até aqui implantadas, ou pelo menos com a intensidade que tal conceito sugeriu.¹⁷⁶

Por outro lado, nos tópicos do documento sobre as áreas de trabalho, refere-se constantemente aos termos benefício mútuo, lucros compartilhados, troca, conhecimento mútuo e consulta mútua. Isso, além de ser visto como mera retórica, deve também ser enquadrado nos conceitos tradicionais de reciprocidade presentes na matriz confucionista, o que também permitiria no nível discursivo e na prática, gerar legitimidade a partir de um tipo de liderança ética.

A reciprocidade que, no entanto, também deve ser entendida nas áreas em que as contrapartes proponham e para que elas compreendam as oportunidades e níveis de profundidade que podem alcançar. E é que a China espera, nesse sentido, que suas contrapartes enunciem sua satisfação de acordo com suas próprias prioridades; em caso afirmativo, o benefício mútuo é concretizado. Da mesma forma, a China não vai “corrigir” suas contrapartes por déficits no aproveitamento de oportunidades ou consecução de maiores benefícios em iniciativas concretas executadas, se as contrapartes se derem por satisfeitas, não observarem as oportunidades, ou não lhes interessar o campo de novas oportunidades. Mais uma vez a China propõe, de forma pragmática, que o desenvolvimento de suas relações seja dado de acordo com o que ela proponha ou, neste caso específico: como as contrapartes respondem.

¹⁷⁶ Até o primeiro Fórum de Intercâmbio entre *Think Tanks* da China e de ALC (2010), a importância do intercâmbio de ideias estava centrado no comércio e em outros temas econômicos, como setores de cooperação e benefícios bilaterais. MRH, Notas, Diário de campo do Fórum, Pequim, novembro de 2010.

O documento na parte substancial da parte IV apresenta as seguintes áreas e declarações:¹⁷⁷

I. **Área política:** propõe intensificar e/ou estabelecer intercâmbios de alto nível; o intercâmbio entre os órgãos legislativos e entre os partidos políticos; bem como mecanismos de consulta através de:

Comisiones permanentes intergubernamentales, comisiones de alto nivel, comisiones mixtas de alto nivel, diálogos estratégicos, consultas políticas, comisiones mixtas económico-comerciales, consultas económico-comerciales, grupos de trabajo de alto nivel, foros de cooperación económico-comercial, comisiones mixtas cultural-educacionales, científico-tecnológicas y demás mecanismos, a fin de reforzar las consultas y la comunicación y promover los intercambios y la cooperación”

No ponto 5, se sugere a cooperação em assuntos internacionais, através de:

Fortalecer la coordinación y colaboración en los asuntos internacionales. Mantener frecuente comunicación sobre los temas internacionales y regionales. Apoyarse mutuamente en temas trascendentales que atañen a la soberanía estatal e integridad territorial de una y otra parte. Fortalecimiento del papel de las Naciones Unidas, Promoción de un desarrollo del orden político y económico internacional hacia una dirección más justa y razonable Impulso de la democratización de las RI y la defensa de los derechos e intereses legítimos de los países en desarrollo. Promoción para que los países latinoamericanos y caribeños jueguen un papel más importante en la arena internacional.

A área finalmente surge no **ponto 6:** contatos entre os governos locais, onde se leva em conta o interesse de fortalecer sua própria projeção, com base no modelo doméstico: articulação entre Estado, centros de conhecimento e empresa. Os governos locais também desempenham papel participativo no desenvolvimento econômico da China.

Em seguida, o documento propõe:

II. **Área Econômica:** é bastante amplo. Assim, dos 14 pontos, de maneira resumida em sus elementos relevantes, destacam:

Item 1. Suporte ao Comércio; setor em constante crescimento já na prática, onde se propõe:

Seguir esforzándose junto con los países de ALC por ampliar y equilibrar el comercio bilateral y optimizar la estructura comercial, con el objetivo de promover el desarrollo conjunto, al mismo tiempo de solucionar adecuadamente las fricciones comerciales a través de consultas y cooperaciones; y la disposición de considerar activamente, sobre la base de beneficio recíproco y ganancia compartida, la suscripción de tratados de libre comercio (bilaterales o con espacios de integración).

¹⁷⁷ Aqui se apresenta o resumo do documento oficial “Sobre la Política de China hacia América Latina y El Caribe”, Libro Blanco, 2008 de la RPC.

Complementarmente a este ponto, no 14 menciona-se a “Cooperação entre as câmaras e promotores do comércio; sobre as **plataformas institucionalizadas** para promover o intercâmbio entre os dois setores de negócios e alcançar o lucro compartilhado através da cooperação”.

Ponto 2. Cooperação em investimento: propõe-se “no campo da manufatura, agricultura, silvicultura, pesca, energia, exploração de recursos minerais, construção de infraestrutura, serviços, etc.” Além disso afirma que “continuará acolhendo o investimento na China de empresas da ALC”. Embora esta última possibilidade, no caso específico da América do Sul, seja extremamente baixa ou inexistente (não foram encontrados relatórios) em relação a sua contraparte chinesa.

Ponto 3. Cooperação Financeira: É proposta como um intercâmbio entre autoridades e instituições monetárias e financeiras; promove acordos de cooperação para a supervisão bancária e o combate à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, ao mesmo tempo que se propõe apoiar o estabelecimento de filiais de bancos comerciais chineses. Além disso, quanto à questão financeira se soma ao ponto 11, em que a redução e o perdão da dívida (da China) é proposta, e exorta sobretudo os países desenvueltos a adotarem medidas mais eficazes na redução e perdão das dívidas dos países da região ALC.

Apesar da implantação financeira chinesa relativamente recente, mas Crescente, nesse documento, e neste ponto específico, não há propostas diretas para áreas ou tipos específicos de projetos.

Complementarmente sobre os temas financeiro, comercial e articulado à questão da cooperação Sul-Sul, a partir de um ponto de vista de RI, que considera a existência real de relações assimétricas dentro da OM, **o ponto 13**, de cooperação multilateral, propõe: iniciativas consultivos e coordenação com a ALC frente a organizações multilaterais para promover a cooperação Sul-Sul; desenvolvimento do sistema multilateral de comércio numa direção mais justa e razoável; e expansão do direito de voz e tomada de decisão dos países em desenvolvimento no comércio e nos assuntos financeiros internacionais.

Assim são criadas áreas de interesse para a região que podem ser apoiadas pela RPC, as mesmas que podem ser lidas como intencionalidade da PPC para gerar atração, e possibilidade de associação direcionada a um cenário mais amplo do que bi-regional.

Além disso, no próximo ponto, propomos um dos elementos a serem implantados mais fortemente na região, que apesar de ser anunciado discretamente no tema investimentos, será fortemente impulsionado pelas dinâmicas do IED e pelo desdobramento financeiro chinês, tal como foi observado e verificado nos subcapítulos correspondentes.

Item 6. Construção de Infraestruturas: propõe reforçar a cooperação prática na infraestrutura de transportes, informação, comunicações, hidráulicos e hidrelétricos, entre outros; expandir a magnitude da contratação de obras na região e implantar colaborações que contribuam ativamente para melhorar as condições de infraestrutura da região.

Pode-se observar aqui, ainda, o interesse não só do desenvolvimento desta atividade em nível bilateral, mas também orientada para a integração regional. Na prática, isso demonstrou ser de interesse político para a China: integração e regionalização poderiam significar, por um lado, maior possibilidade de ordenar relações e estruturar a cooperação. Ao mesmo tempo, pode significar que os interesses compartilhados com as instituições da OM alcançam maior representação.

Por outro lado, em vários dos seguintes tópicos, a intenção de promover intercâmbios, cooperação tecnológica e treinamento é mencionada transversalmente; mas também para aprofundar a cooperação prática, embora o conteúdo deste último não seja detalhado. As áreas são variadas e podem ser resumidas nos seguintes pontos de cooperação: 4 - Agrícola; 5 - Industrial; 8 - Alfândega; 9 - Inspeção de qualidade e quarentena, 10 – Turística. No ponto 7 - Cooperação em recursos e energias, a proposta não é clara além das afirmações gerais.

Finalmente, nesta seção, deve-se notar o **ponto 12. Assistência Econômica e Técnica:** onde estas são definidas como estando livres de todas as condições políticas. Embora não se especifique em quais áreas concretas, a afirmação anterior ratifica discursivamente a não-interferência em assuntos domésticos, e a falta de interesse em promover um determinado modelo político-econômico.

Em seguida aparecem:

Seção III: Área Cultural e Social: que pode ser resumida nos seguintes pontos de interesse propostos:

Ponto 1. Intercâmbio Cultural e Esportivo: por meio do intercâmbio e cooperação entre suas organizações culturais e artísticas e profissionais; e similarmente no campo de esportes.

Ponto 2. Cooperação Científica, Tecnológica e Educacional: por meio de órgãos relevantes, propõe-se a

Intensificar la colaboración en los terrenos de interés común, tales como la tecnología aeronáutica y aeroespacial, el biocombustible, la tecnología de recursos y medioambiente y la tecnología marítima, entre otros; e impulsando activamente la divulgación y aplicación de los frutos tecnológicos y tecnologías útiles avanzadas de China en ALC, como la tecnología de ahorro energético, la medicina digital y las mini centrales hidroeléctricas.

Todas essas oportunidades são apresentadas de acordo com as necessidades e propostas das contrapartes, sempre a partir da prioridade da intermediação institucional do Estado. Aqui, o campo também se abre para a troca e transferência tecnológica, área de interesse para a região (nem sempre utilizada, como no caso do *Dragon Chip*). E ainda para a projeção chinesa no campo da receptividade dos avanços técnicos e científicos gerados por outros países e regiões, que puderam se orientar para o desenvolvimento e a inovação em tecnologia como um campo estratégico que já fazia parte dos debates políticos dentro da PCC, como uma prioridade.

Da mesma forma, dentro dos 11 pontos desta seção, os dois pontos seguintes são relevantes para entender como o SPC (em sua relação com a matriz confucionista) é implantado:

Item 5. Cooperação na Imprensa: “orientada para o intercâmbio e colaboração entre os meios de comunicação das duas partes em diferentes níveis, para aumentar o conhecimento mútuo”, que também pode ser lido a partir do interesse da PPC para salvaguardar e construir uma imagem positiva (face), mas também como atração.

Enquanto no **Ponto 10. Redução de Calamidades, Socorro a Vítimas e Assistência Humanitária**, propõe-se, em suma, disfrutar de informações em parceria, trocar experiências e cooperação técnica na redução dos desastres e alívio às vítimas, promover o estabelecimento de múltiplos mecanismos sobre o assunto; continuar a responder positivamente às demandas por assistência humanitária urgente e ao desenvolvimento de intercâmbio e colaboração, sempre referindo-se ao intercâmbio entre os departamentos relevantes de ambas as partes (centralidade das instituições do Estado).

Nesta seção é possível resumir as propostas dos demais pontos de cooperação: 3 - Médica e sanitária; 4 - Consular e intercâmbio de pessoal; 11 - Alívio da pobreza; 6 - Intercâmbio entre povos (ONGs, acadêmicos, ligas de jovens, organizações de mulheres nacionais e regionais); 7 - Proteção do meio ambiente; 8 - Contra as alterações climáticas; e 9 - Recursos humanos e segurança social. Em todos os pontos o discurso propõe intercâmbio, participação nos lucros e compreensão mútua, como pano de fundo para o desenvolvimento dos interesses de ambos os lados, sempre através da mediação de espaços institucionais relevantes e legitimados pelo Estado.

Por fim o documento apresenta **IV. Área de Paz, Segurança e Justiça**. De maneira geral e resumida, suas principais propostas são:

1 - Intercâmbio e Colaboração Militar: O intercâmbio militar, o diálogo e a cooperação na defesa, a intensificação das visitas mútuas entre altos oficiais militares, e de defesa e intercâmbio de pessoal aprofundam o intercâmbio profissional nos campos de treinamento militar, capacitação de pessoal e operações de manutenção da paz. Expande-se a colaboração prática no campo da segurança não tradicional (como a luta contra o terrorismo, a fim de reunir a capacidade de responder à ameaça) para continuar oferecendo, dentro de seu escopo, ajuda para fortalecer as forças armadas dos países da região.

2 - Aprofundamento da Cooperação Judiciária e Policial: também está disponível para fortalecer o intercâmbio de informações de inteligência e tecnologia.

Também são guiadas pelos princípios de cooperação, intercâmbio, benefícios mútuos e compartilhados, além de assistência. Promovem o conhecimento mútuo em questões de segurança e defesa, visando gerar confiança mútua e reduzir a desconfiança, promove novas possibilidades de troca, incluindo a comercial em produtos relacionados ao setor de defesa e segurança cidadã.

Após analisar os documentos e alguns interesses gerais sobre os temas e áreas propostas, algumas reflexões sobre os resultados podem ser feitas.

Primeiro, a China proporia uma equação para materializar oportunidades de cooperação: maior conhecimento mútuo, maior confiança e, portanto, maior oportunidade de benefício mútuo e compartilhado. Nesse sentido, a China propõe uma série de iniciativas para que as contrapartes conheçam a dinâmica chinesa em diferentes áreas de atuação (comércio, defesa, educação, etc.). Ao mesmo tempo, as trocas permitem que as instâncias chinesas implantem recursos de inteligência (no sentido de coleta e informação), o que permite maior conhecimento das contrapartes, ajuste de suas próprias iniciativas e processamento de seus interesses com mais eficiência.

Na área política, incluindo assuntos internacionais, esperava-se que o documento aumentasse o conhecimento sobre a China por meio de intercâmbios políticos de alto nível. Com isso levantou-se a possibilidade de parceria complementar em questões relacionadas a soberania e integridade territorial, e de gerar a percepção, nos governos da ALC, de que as relações de cooperação com a China podem promover maior autonomia no interesse das potências mundiais, sob a premissa de apoio e benefício mútuos. Tal possibilidade teve impacto especialmente na percepção dos governos com projetos políticos destinados a reforçar o papel de intermediação do Estado, com uma imagem que pode ser caracterizada como “otimista pragmática”: a relação com a China traz benefícios na medida do possível e do viável (REYES, 2012).

Assim, nos anos seguintes, uma autonomia política relativamente maior se materializou contra as operações político-econômicas da hegemonia continental, especialmente por meio do SFI e outros mecanismos destinados a gerar restrição (mesmo em equipamentos associados à segurança). Pelo menos a presença chinesa ampliou as possibilidades de escolha, como no caso das exigências de financiamento do Brasil, que não sofreram restrições como Venezuela, Equador ou Argentina.

Por outro lado, na área Econômica, propôs-se aumentar ainda mais a taxa de crescimento do comércio por meio da cooperação em organismos e câmaras multilaterais e promotoras de comércio, e a possibilidade de equilíbrio foi aumentada. No entanto, se houve de fato um aumento crescente no setor de comércio nos anos subsequentes, o saldo permaneceu pendente. Isso também ocorreu porque, como mencionado, embora a China tenha declarado oficialmente sua vontade de equilibrar os desequilíbrios comerciais, os países deficitários da região não entenderam a importância do diálogo político direto ao mais alto nível para a realização de benefícios mútuos. Diálogos políticos, o que significa não só assistir às reuniões, mas processos de negociação complexa cruzados por ritos e rituais, ética e etiqueta (*li*, 礼), onde assimetrias exigem que o ator em desvantagem aprenda a “jogar o jogo” para obter os benefícios o ator em vantagem poderia compartilhar.

Sobre as áreas IED e financeiras, apesar de não ter sido enunciada diretamente a forma de processamento, e apenas vagamente áreas de interesse, estes dois setores – que já haviam começado a se desenrolar diante – tomou impulso nos anos seguintes, aproveitando a implantação na área de interesse: desenvolvimento de infraestrutura, declarado no documento, e com projeção, pois impacta no nível de integração regional e, portanto, na administração do espaço.

Além disso, em conclusão, se as propostas do *Livro Branco* são comparadas com iniciativas e projetos executados nas áreas inter-relacionadas (ver Anexo 1: IED e 2: implantação financeira), a materialização de oportunidades mútuas apresentou progresso significativo. Basta rever a análise dos sub-tópicos correspondentes nesta tese.

Por outro lado, no que diz respeito à Área Cultural e Social, deve-se notar que nos anos posteriores ao documento, há um aumento nos pontos referenciados, em termos de troca em praticamente todos os pontos.

Finalmente, na Área IV, também se reporta a anos posteriores, maior promoção no intercâmbio e colaboração militar, cooperação judicial e policial, e segurança não tradicional.

Além de todo o exposto, cabem as seguintes considerações:

1. Apesar de enunciar várias iniciativas focadas em oportunidades económicas, até o denário de apresentação do documento, a natureza da abordagem, tom e conteúdo do discurso, ainda estão presentes na implantação do SPC, especialmente com base na escola com centralidade nos valores culturais tradicionais chineses.

Ou seja, a intenção de projetar no campo das *ideias* (que se articula ao fortalecimento da estrutura de força: *capacidades materiais*) é gerar atração através da apresentação da China como um parceiro cooperativo, que compartilha vários princípios em relação à OM. Apresenta-se, assim, uma imagem que também tenta gerar atração pela superioridade ética em relação a outros atores-grandes potências, manifestando direta e indiretamente sua não intenção de buscar a emulação do modelo econômico político chinês em outros países, ou buscar “conversão” política em suas contrapartes.

2. Como se viu, o *Livro Branco* estabeleceu algumas iniciativas que foram enunciadas para serem efetivamente fortalecidas, aumentadas e/ou desdobradas. No entanto, nem a região nem seus países responderam proativamente (exceto pelas breves respostas de Chile e Brasil), nem entenderam o contexto do documento, ou as oportunidades que ele apresentou. Portanto, a região não processa propositivamente as oportunidades e benefícios propostos, o que demonstra a falta de compreensão da dinâmica e a maneira de processar os interesses da RPC na região.

3. Apesar do exposto, com base no documento, a dinâmica da PPC continuou a aprofundar a relação com a região, através da prática de concentração na relação Estado-Estado (matriz de articulação internacional da China). Isso não promoveu maior espaço de troca e conhecimento entre os setores mais amplos da sociedade ADS, déficit que a PPC aparentemente ainda não conseguiu dimensionar.

4.2.3. Do *Livro Branco* ao aprofundamento do relacionamento político e a cooperação

Além de alguns resultados já explorados no item anterior e nas seções referentes aos setores específicos de IED e implantação financeira, serão exploradas aqui algumas iniciativas que visam aprofundar o relacionamento político e a cooperação.

Como um primeiro ponto, pode-se ressaltar que até o estabelecimento do Fórum China-CELAC (janeiro de 2015), havia um cenário em que a **Cooperação Chinesa** começou a substituir os doadores dos países do norte em setores e espaços específicos. Essa tendência ocorreu basicamente por três motivos:

- Um cenário, de acordo Erthal e De Souza (2013, .p 78-79), “*en el que muchos de los donantes estaban bajo presiones políticas o presupuestarias vinculadas con la crisis económica, por lo que redujeron o reestructuraron sus roles en la asistencia para el desarrollo y buscaron delimitar nuevas prioridades temáticas*” (especialmente oportunidades econômicas e de segurança),

- Ajuda dos anteriores à ALC, especialmente para os países de renda média (ibid.), que também obedeciam a considerações políticas,

- Países como Venezuela, Equador ou Bolívia propuseram que a assistência fosse mediada por seus programas estaduais (inclusive por meio de seus planos nacionais de desenvolvimento, como no caso do Equador), etc. Esses países também denunciaram que as agências de desenvolvimento ou não articuladas a suas necessidades e políticas, e/ou estavam operando a partir da lógica política extra-nacional (ou sob orientações políticas funcionais para o articulação de cunhopositor entre FSH e interesses hegemônicos internacionais). A China, por outro lado, estava relutante em participar da cooperação triangular,¹⁷⁸ e sua orientação permaneceu sob relações bilaterais, aumentando as relações com a região.

Por outro lado, a China também propôs novas iniciativas, vistas como cooperação, que permitiram o acesso a recursos¹⁷⁹ de seu interesse através de propostas de troca. Por exemplo: “*debido a que algunos países han restringido la compra de tierra por parte de extranjeros (una acción preventiva a los intentos chinos), China ha adoptado una estrategia de intercambio de soya y maíz –proveniente sobre todo de Brasil y Argentina– por infraestructura agrícola*” (ERTHAL; DE SOUZA, 2013, p. 80). Tudo isso nos permite observar a flexibilidade tática da PPC e a clareza de seus objetivos estratégicos, que também são implantados numa perspectiva que pressupõe alcançar acordos de acordo com a lógica de como as contrapartes a propõem. Assim, mecanismos da PPC como o tipo de *swaps* aplicado, financiamento e troca de maquinário para alimentação, embora possam apresentar baixos lucros ou até perdas – dentro de uma lógica mercantil –, garantirão recursos essenciais para sua própria segurança alimentar a longo prazo.

Nesse contexto, deve-se notar que, em 2009, “*China adjudicó 13% de su asistencia extranjera a ALC, frente al 46% colocado en África y 33% en Asia (Consejo de Estado, 2011). El Ministerio de Comercio y el Exim Bank gestionan la mayoría de estos fondos*” (ERTHAL;

¹⁷⁸ Erthal y De Souza (2013) afirmam, com base em McEwan and Mawdsley (2012), que esta se refere a quando um doador do CAD ou um sócio de uma agência multilateral colaboram com um país “x” para dar assistência a um terceiro país, ajuste que tem sido cada vez mais comum após 2008, por temas orçamentários dos países del norte.

¹⁷⁹ Além dos que foram processados através de setores de comércio, IED e financeiro, já analisados.

DE SOUZA, 2013, p. 76). Sua assistência foi em grande parte orientada para os países da ADS, e especialmente aqueles com uma matriz desenvolvimentista, isto é, destinada a fortalecer o papel do Estado.

Na mesma lógica pode-se observar, no período pós-*Livro Branco* – a criação do Fórum China-CELAC –, a renovação da cooperação que ocorre no caso do Fundo Chinês Venezuelano, através de:

- Ativação da Seção B para um montante do Fundo de 6 bilhões; com 4 bilhões de dólares da China (CDB) e 2 bilhões a mais da Venezuela (Fonden) (MINCI.GOB.VE, 2014; TELESURTV.NET, 2015).

- Renovação da Seção B, no final de 2013, por US\$ 5 bilhões.

- Segunda renovação da Seção A, em julho de 2014, no valor de US\$ 4 bilhões.

Até então, alguns itens poderiam ter sido contabilizados no item de financiamento, onde se pode verificar as possibilidades de uma *cooperação* orientada para o crescimento endógeno. Assim, por exemplo, de acordo com relatórios oficiais venezuelanos, com o montante das diferentes parcelas do fundo até 2014, eles foram executados:

220 proyectos de gran envergadura en distintas áreas estratégicas de desarrollo, tales como infraestructura, industrial, agrícola, sistemas masivos de transporte, telecomunicaciones y generación eléctrica. Parte de esos proyectos están dirigidos a agregar valor a las materias primas venezolanas como el aluminio y derivados del petróleo, a desarrollar las potencialidades de crecimiento económico del país y mejorar la calidad de vida de la población (MINCI.GOB.VE., sept 2014).

Como se observa, no fundo comum há forte articulação com o desenvolvimento produtivo com transferência de tecnologia, e até mesmo se propôs o investimento conjunto de duas a três refinarias em Guangdong. A primeira iniciativa nesse sentido foi a colocação da primeira pedra da refinaria Jie Yang, em abril de 2012, no formato de uma empresa mista, com 40% de participação venezuelana e 60% de chineses (EL UNIVERSAL, 2012; MPETROMIN.GOB.VE, 2016).

Embora, em novembro de 2016, a marcha da iniciativa fosse ratificada, não se relatou o início das operações. Este último projeto revela novas oportunidades, como compartilhar o valor agregado gerado pelo processamento de matérias-primas sul-americanas.

Em qualquer caso, o Fundo e as oportunidades geradas por seus projetos ocorrem, no caso venezuelano, no contexto de maior pressão internacional e do cerco de mídia e finança. Isso, mais do que o interesse da China em recursos estratégicos, propõe uma leitura política que sugere a relevância de se observar a assistência chinesa como uma associação política estratégica. E ainda, por exemplo, a análise ultrapassa as percepções que acompanharam a

queda do petróleo, tal como a de analistas como Evans Ellis (2015), que sugeriu, no início da Cúpula China-CELAC, a iminente retirada de apoio da República Popular da China para a Venezuela e, portanto, uma análise que dotou a China de uma visão puramente pragmática centrada no utilitarismo para avaliar as relações com suas contrapartes.

Por outro lado, e paralelamente a essas iniciativas, **a cooperação em matéria de segurança e defesa** continua a se materializar por meio de vários mecanismos, que também podem ser observados a partir das questões levantadas no *Livro Branco* de 2008, na Área IV.

Assim, até 2010, o aspecto **Diálogo na defesa e intercâmbio de visitas**, segundo Malena (2012, p. 4), “*constituía la herramienta más intensa de la relación militar bilateral; tanto por el creciente número de encuentros entre altos mandos castrenses que se registran, como así también por el hecho de que en el transcurso de los mismos tiene lugar principalmente el objetivo de diálogo en materia de defensa*”. No período de 2001 a 2010, foram realizadas 155 visitas entre autoridades militares chinesas e nove países da ADS (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Uruguai, Peru e Venezuela) e duas do restante da ALC: México e Cuba (ver Anexo 3).

A partir do parceiro chinês, podem ser identificadas visitas de vários comandos, desde o Reitor da Academia de Ciências Militares, o Presidente da Comissão Militar Central do Conselho de Estado, incluindo visitas do Ministro da Defesa, do Chefe do Estado-Maior ou o Diretor do Departamento Político Geral do Exército de Libertação Popular (EPL), entre vários outros hierarquicamente relevantes (ibid.). Tudo isso – da construção cultural chinesa à importância conferida às relações hierárquicas – confirma o grande interesse do governo chinês em estabelecer relações de diálogo e geração de maior confiança mútua (ver detalhes no Anexo 3).

No aspecto **Aprofundamento do intercâmbio profissional**, pode-se notar que, em termos gerais, este foi executado em 2010 através de diversas iniciativas. Por exemplo, é relatado que o Instituto de Estudos de Defesa da Universidade Nacional de Defesa em Pequim ofereceu cursos em espanhol para pessoal militar latino-americano (ibid.), sobretudo da ADS (com apenas um país participante sul-americano extra-regional: México). Da mesma forma, Malena (2012) relata que “*otras instituciones dependientes del EPL, ofertaron cursos en inglés: el Instituto de Investigación Naval, en Pekín, ofertó cursos de radares y sonares navales; la Base de Shijiazhuang, para formación de comandos, ofreció cursos de operaciones especiales (Ellis, 2011, p. 15)*”, entre outros.

No ponto **Visitas dos portos de unidades navais de ADS**, entretanto, pode-se assegurar que, até 2010, a ADS também teria um peso de monopólio em relação a essas trocas

dentro da ALC, com exceção da Bolívia, pois é um país mediterrâneo (ver Anexo 3). No entanto, também se pode observar que a informação sugere uma relação de desequilíbrio nas visitas da delegação chinesa à região, já que estas só foram feitas uma vez na década anterior (o Brasil era o único país receptor fora da região andina, em sua única visita à América Latina em 2002). Tal tendência teria a ver com a complexidade do relacionamento triangular com os EUA. Cabe lembrar que *“desde 2006, China y EEUU mantienen un diálogo bilateral que versa sobre temas seguridad y defensa, entre otros, con el propósito de transparentar las agendas y evitar fricciones”* (RÍOS, 2016, p. 235). Tudo isso combina com as perspectivas estratégicas tradicionais e contemporâneas chinesas que informam a PPC.

Sobre este ponto, cabe assinalar que o intercâmbio, nos aspectos até aqui destacados continuaram normais até 2015, com exceção das visitas navais, sobre as quais não foram encontrados novos relatórios desde 2010.

Assim, até 2015, *“no se reportan ejercicios militares combinados en estricto sentido de la concepción clásica de seguridad y defensa en ALC ni en la región; a excepción de un único ejercicio en el Perú (última semana de noviembre de 2010) basado en el enfrentamiento de los efectos de un terremoto, considerada por China como ejercicio combinado”* (MALENA, 2012, p. 6). Pode-se deduzir e confirmar algumas conclusões: a primeira, que a China tem uma forma particular de estabelecer a cooperação militar neste tema, já que sua visão estratégica não contempla interesses militares fora de sua área de interesse. A segunda, que conta com a capacidade e está interessada em desenvolver iniciativas importantes que podem gerar habilidades para o setor de prevenção de riscos e desastres na região, elemento que pode ser visto no âmbito de cooperação.

Agora, naqueles referentes a **Ajuda na Construção das Forças Armadas**, os esforços concentraram-se, até 2012, na *“transferencia de tecnología y equipamiento militar, ya sea a través de transacciones y en menor grado de donaciones por parte de China”*¹⁸⁰ (ibid., p. 8), lógica que foi mantida até 2015 e concentrou na região da ALC, nos países da América do Sul: Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia. Embora essa circunstância fosse explicada pela restrição gerada pelos EUA. Deve-se notar também que os governos com uma matriz desenvolvimentista foram imersos em um processo que propunha a diversificação de suas RI, inclusive por sua posição em fatores econômicos, comerciais, mas também de segurança.

¹⁸⁰ Como suprimentos militares tais como uniformes, caminhões, jipes, fogões de campanha, suprimentos de engenharia, tendas de campanha, luvas e chapéus, para Bolívia, Colômbia e Peru. Em 2010, Peru recebeu um hospital móvel de campanha e outro equipamento avaliado em 300 milhões de SD (MARCELLA, 2012).

Desde 2010, a China também aumentou sua cooperação militar com a ALC; até recentemente, fornecia equipamentos não letais e apoio logístico para a região (MARCELLA, 2012). É neste contexto que “*el Foro de Alto Nivel para la Defensa de China y ALC, creado en noviembre de 2012, con la presencia de líderes militares de 6 países latinoamericanos, se orientaría a fortalecer tales vínculos*” (EMBAIXADA DA RPC NO BRASIL, 2011 apud ERTHAL; DE SOUZA, p. 77), considerando que: enquanto as contrapartes da ADS a propõem.

Adicionalmente, de acordo com Marcella (2012), acordos complementares foram criados para a implementação de empresas e indústrias conjuntas. Tudo isso nos permitiu deduzir que essa iniciativa permitiria captar a transferência de tecnologia e gerar capacidades próprias neste setor, com impacto em outros setores produtivos, como no caso de Argentina e Brasil.¹⁸¹

No caso venezuelano, foram criadas possibilidades para fortalecer capacidades como ativos estratégicos para sua segurança e defesa. Por exemplo, no âmbito do acordo da RPC com CAVIM (*Compañía Anónima Venezolana De Industrias Militares*), foram assinados durante o período da investigação vários acordos para a produção, na Venezuela, de uniformes, acessórios de campanha acesório, coletes à prova de balas, equipamentos de comunicação, bem como montagem de veículos, tanto administrativos como táticos.¹⁸² Em infra-estrutura militar, edifício foram executados pelo CITIC Group, complexos de edifícios inteligentes em Caracas, sede do Comando Geral dos quatro componentes militares – Exército, Marinha, Força Aérea e Guarda Nacional (ibid.).

Como pode ser visto, a informação até agora apresentada neste item sugere um interessante processo de aprofundamento das relações, mas isso não pode ser avaliado como parte de uma agenda chinesa para implantar concorrência dirta no campo de defesa, e menos ainda militar, frente à hegemonia continental.

Dado o fato de que as relações desde 2010 foram aprofundadas, bem como a confiança mútua, note-se que, após os acontecimentos da intervenção das grandes potências na Líbia, e

¹⁸¹ Assim, por exemplo, Marcella (2012) reporta que em outubro de 2011, Argentina anunciou um acordo com China National Aero-Technology Import & Export Corporation para fabricar o helicóptero ultraligeiro CZ-11. Aparentemente, uma produção mínima de 40 seria necessária para que fosse economicamente factível. O CZ-11 é uma versão de engenharia inversa (com pequenas mudanças) do helicóptero Eurocopter AS 350B Ecureuil. Uma versão similar deste último, Ecueril 2, é coproduzida por uma subsidiária da Eurocopter, Helibras, no Brasil. Brasil (até 2012) se esforçou para a transferência de tecnologia para realizar sua indústria tanto civil como militar. Embora não haja um acordo específico com a China sobre a transferência de tecnologia militar, ambos países criaram enlaçaram três satélites de tecnologia dos recursos terrestres para beneficiar os países que não possuem seus próprios satélites para vigiar os recursos naturais, zonas agrícolas e desenvolvimento urbano.

¹⁸² Que incluem caminhonete de passageiros Chery Rely X5, e a versão local do 4x4 Jeep Warrior de Beijing Benz Automotive Co. Ltd. (ibid.)

ainda mais depois de seu desenlace dramático, sob o princípio tradicional de interesse mútuo no pleno respeito pela soberania, foi possível identificar abordagens – de espaços acadêmicos e políticos chineses – sobre a necessidade de aprofundar estudos conjuntos de questões de segurança internacional e estratégicas.¹⁸³ Tais abordagens nos permitem deduzir que a agenda sobre estas questões seria aberta, especialmente entre os países que estão fortalecendo o papel do Estado, mas enquanto contrapartes dependendo de juros e como estas o propuseram.

Além das questões específicas aqui analisadas no campo específico da cooperação, novas dinâmicas são geradas paralelamente, visando aprofundar as relações político-estratégicas, as quais teriam um pé no desenvolvimento de iniciativas conjuntas que poderiam ser vistas também como parte do *continuum* da cooperação, mas também taticamente outro pé, na geração de dinâmicas conjuntas no cenário internacional.

Assim é que, desde o estabelecimento de um diálogo político (como visto no capítulo anterior), que acompanha o aumento das relações comerciais, de investimento e financiamento, incluindo a criação de espaço para o diálogo político bilateral e de cooperação, chegou-se, na segunda década do século XX, à ampliação de parcerias estratégicas, enquanto em outros casos estas se aprofundaram até a “associação estratégica global”, superior aos tipos até então mencionados (CEAP-EAFIT, 2016, p. 100).

Associações Estratégicas da RPC com Países Sul-americanos em 2015

Países	Tipo de relação estratégica	Ano de estabelecimento
Brasil	Relação associativa estratégica integral	2012
Chile ¹⁸⁴	Relação associativa estratégica	2012
Peru	Relação associativa estratégica integral	2013
Venezuela	Relação associativa estratégica integral	2014
Argentina	Relação associativa estratégica integral	2014
Equador ¹⁸⁵	Relação associativa estratégica	2015

Fonte: Oviedo (2014), a partir de dados do Ministério das Relações Exteriores da RPC.

Elaboração: Própria

Além disso, no caso da Colômbia, “a RPC manteve em 2015, uma relação de cooperação amistosa” (ibid., p. 101), o nível mais baixo de relações (GUEJAR, 2013), possivelmente por ser de países com perspectiva de abertura na região, e que não reconheceu a China como economia de mercado até 2015, enquanto que:

¹⁸³ MRH, Notas de campo, funcionários chineses, Quito 2012-2013; Fórum Mundial de Think Tanks, Pequim, dezembro de 2012; II Fórum de Intercâmbio de Think Tanks da ALC e China, Pequim, agosto de 2013.

¹⁸⁴ Elevou-se a relação ao nível de associação estratégica integral em 22 de novembro de 2016, durante a primeira visita de Xi Jinping, primeiro chefe de Estado que realizou visita oficial ao Chile.

¹⁸⁵ Elevou-se a relação ao nível de associação estratégica integral em 17 de novembro de 2016, durante a primeira visita de Xi Jinping, primeiro chefe de Estado que realizou visita oficial ao Equador.

- No caso uruguaio, uma parceria estratégica é gerada a partir de 18 de outubro de 2016, durante a visita de Estado do presidente uruguaio Tabaré Vázquez à China, a convite do Presidente Xi (UY.CHINA-EMBASSY.ORG, 2016).

- No caso boliviano, há um procedimento para se chegar a uma parceria estratégica, que pode ser acordada em 2018.

Tudo isso informa o aumento da importância dos diálogos políticos com a região sul-americana e a intenção de elevar o nível das relações. Leva em consideração que estes são desenvolvidos de acordo com a forma como os interesses das contrapartes os processam. Assim, como caracterização geral, pode-se argumentar que:

- No caso de interesses com vocação de abertura, a PPC propõe um jogo em que a China finalmente ganha os benefícios de acordo com as contrapartes modelo (abertura dos setores de energia e mineração, e os lucros comerciais, por exemplo), enquanto que:

- No caso de interesses com matriz desenvolvimentista, a China gerou oportunidades ligadas às necessidades estratégicas e esses modelos (por exemplo, ultrapassar os constrangimentos externos, investimento e financiamento em infraestrutura e outros setores para apoiar a produtividade nacional, os esforços iniciais de cooperação técnica no setor de segurança e defesa, etc.). Isso permitiu construir um cenário de garantia para recursos estratégicos de interesse para a própria China.

Tudo isso faz com que o aumento do diálogo político materializado nas parcerias realça a clareza da PPC dentro de um jogo tático para resolver as propostas de duas faces (interesses na abertura/interesses desenvolvimentistas). Em qualquer dos dois cenários, a China cumpre seus objetivos estratégicos. E ainda, é necessário observar dois elementos que de modo inter-relacionado expõem o contexto geral de forma e fundo para maior aprofundamento da relação e estabelecimento de acordos com a região:

- A posse do Presidente Xi Jinping em 2012, em um contexto em que o XVIII Congresso do PCC propunha aprofundar as reformas estruturais dentro do próprio processo de reforma, e

- O fato de que, entre 2012 e 2014, o discurso sobre a necessidade de passar de uma relação de complementaridade estática para uma dinâmica, e para realizar os objetivos eficazes estabelecidos sob um conceito que transita de uma cooperação omnidirecional a uma de caráter integral.¹⁸⁶

¹⁸⁶ MRH, notas de campo, vários encontros acadêmicos, fóruns e congressos, China, América do Sul, México, 2012-2014. Como exemplo, no texto de Song Xiaoping, 2015, acadêmico de CASS, se coloca a possibilidade de aprofundar na complementaridade econômico-comercial birregional. Na apresentação do documento em outubro

Este último ponto já gerava a percepção de que o aprofundamento dos temas discutidos em fóruns, encontros, diálogos políticos, visitas oficiais, etc. deveria também ser tratado sob as linhas de ação. Tal fato, também sob correlação temporal de forças políticas da região favoráveis à integração, levaria à realização do I Fórum China-CELAC, tema abordado a seguir.

4.2.4. Fórum China-CELAC

Como pano de fundo, recorde-se que, com o aumento na América do Sul de discursos provenientes de projetos político-econômicos, que propunham maior peso do papel do Estado nacional na intermediação contra as forças sociais e OM (segundo Cox). Sejam eles chamados de projetos *neo-nacional populares*, *neodesenvolvimentistas* ou *pós-neoliberais*, começam a se fortalecer ou construir projetos de integração nos níveis de ADS e ALC, como UNASUL ou CELAC. Isso também impacta no tipo de relacionamento institucional bilateral entre a região e a China.

Tal cenário vinculava-se às percepções da política externa chinesa de que o melhor cenário possível para a relação chinesa com os países da ALC seria a existência de uma organização forte que representasse a região em um fórum bilateral que processasse interesses mútuos. Levando em conta o tipo econômico, também fortaleceria essa articulação diante da configuração atual de poder político e econômico da OM, o que não significaria desconhecimento das relações bilaterais Estado-Estado.¹⁸⁷

Essa percepção já pode ser vista como um *continuum* dentro das abordagens da política chinesa, sobretudo no *Libro Blanco* (2008), no I Fórum de Intercâmbio de *Think Tanks* da ALC-China, 2010;¹⁸⁸ e na visita do ex-primeiro-ministro chinês Wen Jiabao à CEPAL em junho de 2012¹⁸⁹ (ROSALES, 2014), na qual

Propuso la creación de un foro para la cooperación entre China y ALC y enfatizó en el deseo de China de fortalecer sus alianzas en temas de “cooperación estratégica, comercio y seguridad alimentaria”. Como primer paso, China ofreció

de 2014, na FLACSO, México, o autor expressou que se referia à possibilidade de tal transição.

¹⁸⁷ Assim por exemplo, foi acordado no Programa de Cooperação China-CELAC 2015-2019, que este será implementado segundo os princípios de flexibilidade e participação voluntária, de conformidade com as políticas nacionais e as provisões dos sistemas jurídicos nacionais dos respectivos países, e sua implementação não afetará nenhum programa de cooperação bilateral previamente acordado por alguma das partes, nem substituirá os acordos bilaterais, decisões e compromissos estabelecidos entre las partes (Documento: Declaração de Pequim da Primeira Reunião Ministerial do Fórum China-CELAC, 2015).

¹⁸⁸ MRH, Notas de Campo, no encontro e entrevistas a informantes qualificados, novembro de 2010.

¹⁸⁹ XINGHUA: março de 2014, Entrevista a Oswaldo Rosales.

5.000 millones de US\$ para el desarrollo industrial y una línea de crédito con el Banco de China por 10.000 millones para infraestructura. Con respecto al comercio exclusivamente, Wen propuso un aumento de flujos comerciales a 400 000 millones en cinco años respecto de los 242.000 millones de inversión a 2013 (ERTHAL; DE SOUZA, 2013, p. 82).

Neste contínuo, somou-se o documento “Acordo de Pequim”, criado a partir de ações fortemente pró-ativas da China (agosto de 2013) no II Fórum de Intercâmbio de *Think Tanks* da ALC China, como parte de uma discussão bilateral que superou a discussão de aspectos comerciais e econômicos, e estendeu-se a questões sobre a necessidade de maior compreensão mútua (tendo o tema do intercâmbio cultural como um dos pilares de interesse mútuo), e a ratificação da proposta chinesa de gerar um tipo de relacionamento baseado no novo conceito de *cooperación integral*. Abordagens que também foram apoiadas pela contraparte da ALC e pela importante intermediação da delegação de vários ex-diplomatas chineses na ALC.¹⁹⁰

Tudo isso foi acompanhado posteriormente, quando os chefes de Estado da região da ALC concordaram em promover o Fórum China-Comunidade de Estados da América Latina e do Caribe (CELAC), por resolução especial na Segunda Cúpula da CELAC, em janeiro 2014, realizada em Havana. Ao mesmo tempo, a China já havia proposto a possibilidade (sem ainda estabelecer quem poderia se apresentar como contrapartida institucional) e manifestou sua vontade de trabalhar com o CELAC para o estabelecimento de um fórum bilateral antes do final do mesmo ano¹⁹¹ (2014).

Apesar de não se concretizar este ano, o fórum foi impulsionado pelo encontro entre os representantes do quarteto de CELAC e o presidente chinês, Xi Jinping, no âmbito da reunião dos BRICS no Brasil, em junho de 2014.

Durante a visita de Xi, propôs-se a estrutura "1 + 3 + 6", "para promover a cooperação de benefício recíproco entre a China e a ALC. "One" refere-se a um plano: o Plano de Cooperação (2015-2019), com o objectivo de alcançar um crescimento inclusivo e do desenvolvimento sustentável, e iria "garantir o pleno engajamento e unanimidade quanto às estratégias desenvolvimento "(RIOS, 2016, p. 236). "Três" significa “três motores” do comércio, o investimento e a cooperação financeira, enquanto “seis” concentra-se em seis domínios da energia e dos recursos, construção de infraestrutura, agricultura, manufatura, inovação científica e tecnológica, e tecnologia da informação, para alcançar um melhor desenvolvimento do setor. (XINHUA, 2014; RÍOS, 2016).

¹⁹⁰ MRH, Notas de Campo, no encontro e entrevistas a informantes qualificados, julho-agosto de 2013.

¹⁹¹ “China y la CELAC están comprometidos a construir el foro, a fin de establecer una importante plataforma para el desarrollo de una asociación de cooperación integral”, señaló en su momento, Hong Lei, portavoz del Ministerio de Relaciones Exteriores chino” (HU; ZHENG, 2014).

Nesse contexto, o fórum está finalmente estabelecido em janeiro de 2015.

Propostas Gerais do Fórum China-CELAC

Após dois dias de conversações no Fórum, a China e os 33 membros da CELAC assinaram a Declaração de Pequim da Primeira Reunião Ministerial do Fórum CELAC-China, que resume o consenso político entre as duas partes.¹⁹² Da mesma forma, em termos operativos:

- A Declaração estabelece as bases de direção e os regulamentos de cooperação.
- O documento referente aos regulamentos do Fórum, determina a frequência dos diálogos entre as duas partes e garante um sistema para a implementação do consenso e dos planos políticos.
- O Plano (já discutido por Xi e o Quarteto CELAC) define prioridades e medidas para relações abrangentes durante os próximos cinco anos (INFORMA-TICO.COM, 2015).

Com os líderes da ALC presentes, foi proposto “*el Plan de Cooperación China-CELAC, que fuera aprobado en enero del 2015, y el establecimiento del Foro China-CELAC, cuya primera reunión ministerial se llevó a cabo en la misma fecha*” (CEAP -EAFIT, 2016, p. 101).

Um dos pontos que geraram mais expectativa é que na primeira reunião ministerial da CELAC e China, Xi Jinping anunciou que seu país iria investir, em uma década, US\$ 250 bilhões na América Latina (ibid.), enquanto o “*Plan de Cooperación de los Estados Latinoamericanos y Caribeños – China (2015-2019)*” propunha:

No tema III, **Comércio, Investimento e Finanças**, Ponto 1:

Promover en mayor medida el comercio e inversión entre China y los Estados miembros de la CELAC. Trabajar en conjunto para incrementar el comercio en ambos sentidos entre China y la región y de forma balanceada y mutuamente beneficiosa, a los 500 mil millones de US\$ y elevar el stock de las inversiones recíprocas por lo menos a los 250 mil millones de US\$ durante los próximos diez años. En cuanto al stock de las inversiones de la CELAC, se pone especial énfasis en las áreas de alta tecnología y la producción de bienes de valor agregado.

¹⁹² A reunião teve início em 8 de janeiro de 2015, pelo presidente da China, Xi Jinping, acompanhado do Chefe de Estado da Costa Rica, Luis Guillermo Solís, como Presidente pro tempore da CELAC. Também participaram os presidentes do Equador, Rafael Correa, como presidente entrante da CELAC; o Chefe de Estado da Venezuela, Nicolás Maduro, país onde se estabeleceu esse organismo em 2011, e o premier das Bahamas, Pierre Christie, que representa o CARICOM no Quarteto.

Ao mesmo tempo que no tema IV, **Infraestrutura e Transporte**, convencionou-se que:

1. Fomentar la cooperación en infraestructura entre China y los Estados miembros de la CELAC y explorar la posibilidad de celebrar, en un momento oportuno, el Foro sobre Infraestructura China – ALC. 2. Promover el desarrollo de la infraestructura en áreas tales como el transporte, puertos, carreteras, e instalaciones de almacenamiento, logística empresarial, tecnologías de la información y comunicación, banda ancha, radio y televisión, agricultura, energía y electricidad, y vivienda y desarrollo urbano. 3. Incentivar a empresas competentes chinas y de los países CELAC a participar en los proyectos prioritarios destinados a favorecer la integración de ALC y a mejorar la conectividad e inter-comunicación entre China y los Estados miembros de la CELAC.

O tema da infraestrutura é observado continua a atrair grande interesse para os países da ALC e para a China, já que de diferentes matrizes de projetos político-econômicos, por exemplo na área de transporte, pode facilitar: quer seja o transporte de produtos destinados à exportação e extração de recursos estratégicos; e/ou obter conectividade intra-regional destinado à geração de maiores níveis de competitividade sistêmica dos setores secundário e terciário, e gerar dinâmico como investimento previsto do setor público orientado a gerar um efeito multiplicador. No caso dos projetos com matriz de desenvolvimento, a infraestrutura viária também permite maior integração nacional, ao mesmo tempo que melhor controle sobre seu espaço geográfico e, portanto, melhor planejamento no território, também tem potencial para conectividade e integração regional.

Ao nível da **Indústria, Ciência e Tecnologia, Aviação e Indústria Aeroespacial**, no tópico VII, os seguintes pontos principais foram acordados, entre outros:

1. Estudiar las iniciativas para la construcción conjunta de parques industriales, ciencia y tecnología, zonas económicas especiales y parques de alta tecnología entre China y los Estados miembros de la CELAC, en particular en actividades de investigación y el desarrollo, con el fin de mejorar la inversión industrial y la formación de cadenas industriales de valor. 2. Incrementar la inversión recíproca en la manufactura para impulsar la construcción de zonas industriales bajo iniciativas multilaterales y bilaterales, para incentivar la cooperación de beneficio mutuo en los ámbitos de equipamiento de construcción, petroquímica, procesamiento de productos agrícolas, energías limpias, equipos mecánicos, automotriz, aviación, equipamiento naviero y de la ingeniería marítima, equipos de transporte, electrónicos, equipos de medicina digital, tecnología de la información y comunicación, la transferencia recíproca de tecnología y conocimiento, biotecnología, alimentos y medicina. Explorar la posibilidad de la celebración, en un momento oportuno, del Foro sobre Desarrollo y Cooperación Industrial China – ALC.

Da mesma forma, em outras questões relevantes no âmbito econômico, foi acordada uma série de iniciativas para fortalecer as já existentes e gerar novos mecanismos para aprofundar o relacionamento e a cooperação nos temas a seguir.

Investimento e Finanças, especialmente em pontos

3. Estimular la promoción y facilitación de la inversión, incluyendo a través del establecimiento de alianzas de negocios y de asociaciones. 5. Promover la cooperación estrecha entre las micro, pequeñas y medianas empresas de la CELAC y China, con el fin de apoyar la internacionalización e integración de las PYMES en las cadenas de valor global. 7. Intensificar el diálogo y la colaboración entre los Bancos Centrales y las autoridades de regulación financieras. 8. Aprovechar plenamente el Fondo de Cooperación China – ALC, el Crédito Especial para la Infraestructura China – ALC, las líneas de crédito en condiciones preferenciales ofrecidas por China, así como otros recursos financieros para apoyar los proyectos de cooperación prioritarios entre China y los Estados miembros de la CELAC, de acuerdo con las necesidades de desarrollo en materia social, económica y medioambiental de la región CELAC, así como con una visión de desarrollo sostenible; y 9. Fortalecer la cooperación entre China y los Estados miembros de la CELAC a través de las instituciones financieras para el desarrollo en la región (Ibíd.).

No tema V - **Energia e Recursos Naturais**, destaca-se o ponto 5: Intensificar a colaboração para promover a industrialização de produtos de valor agregado nos países-membros da CELAC (ibid.).

Enquanto também sobre o assunto VI, **Agricultura**, os seguintes pontos principais foram levantados em conjunto:

3. Promover el desarrollo y la demostración de tecnologías agrícolas modernas y fortalecer la colaboración de los países en investigación y desarrollo, así como la inversión y zonas de desarrollo para avanzar la innovación tecnológica en materia agrícola e incrementar la producción y capacidad de procesamiento agrícola, así como la competitividad internacional de ambas Partes. 4. Utilizar el Fondo Especial de Cooperación Agrícola China – ALC, establecido por iniciativa china, para incentivar el desarrollo de más proyectos de cooperación agrícola.

Apresenta-se, assim, um quadro de ação que significa as diretrizes gerais para o relacionamento de cinco anos entre ambas as partes. Isso deve ser considerado pela ALC e pela América do Sul, como um horizonte do que é viável e possível, ao propor projetos conjuntos.

Finalmente, neste sub-tópico, deve-se notar que, embora a relação entre ambas as partes envolvesse um relacionamento sw ações, propostas e interesses em uma via de mão dupla, esta pesquisa, baseada na PPC, propõe analisar os interesses do gigante asiático.

Perspectivas sobre os interesses da China

Em geral, pode-se notar que a China processa seus interesses tendo em conta um duplo movimento: a) o estratégico de longo prazo (perspectiva tradicional chinesa), que se funde com as necessidades para enfrentar os desafios estruturais impostas pela necessidade de um rápido crescimento e desenvolvimento econômico (a superar, como o problema demográfico,¹⁹³ e alimentos), sem conflitos de tipo especialmente militar, que está contido no discurso sobre a ascensão e desenvolvimento pacífico; b) os interesses de médio e curto prazo vivem imprimindo uma aceleração nas propostas, acordos e ações em sua relação com aliados e parceiros potenciais para enfrentar os desafios presentes na OM atual – portanto, o ritmo da criação do Fórum China-CELAC, e a apresentação e assinatura do acordo e programa que marcará as relações de cooperação entre a China e os países da ALC de 2015 a 2019.

Além disso, teve que ser adicionado aos novos desafios apresentados à China no nível doméstico e como poder crescente na OM, juntamente com o fato de que a transformação do modelo produtivo chinês (nova normalidade) gerou “um repensar a relação bi-regional” (RIOS, 2015, p. 236).

No caso específico do estabelecimento do fórum, geralmente encontramos uma continuidade desse duplo movimento através dos seguintes interesses:

- Acesso e garantia de matérias-primas e recursos estratégicos para a sustentabilidade de seu desenvolvimento econômico; mas também pelo novo processo de urbanização. Este deve gerar maior crescimento econômico, mas também (entre outros) resolver conflitos distributivos em relação à população ligados à atividade agrícola, gerando maior demanda doméstica para empurrar o abastecimento interno, e incentivar novas atividades no setor terciário, que expandiu a ocupação do trabalho e, portanto, a demanda.¹⁹⁴

- Diversificação do investimento, dados os baixos rendimentos dos títulos do tesouro americano ou aqueles gerados pela crise europeia, no caso financeiro; e os maiores retornos de investimentos e financiamentos gerados por empreendimentos produtivos e investimentos em megaprojetos de infraestrutura. Por exemplo:

¹⁹³ Não haveria interesse em iniciar conflitos em outras regiões justamente porque isso supunha um desgaste em seu processo econômico. Isso também se relaciona com o problema demográfico do país, que tem uma população que envelhece rapidamente; e não existe um recâmbio geracional que garanta as pensões sociais para essa população, pelo que necessitam de um desenvolvimento acelerado para solucionar de algum modo tal problema. É justamente por isso que se entende por que a economia chinesa para o Estado chinês é tomada como objetivo principal frente aos interesses militares externos.

¹⁹⁴ MRH, Notas. I Fórum sobre desenvolvimento urbano sustentável, Santiago do Chile, CEPAL, 26 nov. 2014.

- Assegurando os mercados de seus parceiros latino-americanos contra possíveis riscos, tendo em vista a queda dos preços de recursos como petróleo e outras matérias-primas, o que poderia restringir: a) o poder de compra dos produtos chineses (no marco de uma sobrecapacidade industrial instalada); b) a capacidade de manter ou expandir o ritmo dos investimentos produtivos e financeiros chineses; e c) a capacidade de pagar. Situação ainda mais complexa quando se leva em conta que, nesse contexto regional particular, no caso de alguns países parceiros, havia o risco de que uma crise econômica significasse uma potencial crise política que favorecesse os interesses das FSH locais de assumir o poder político e direcioná-lo a uma articulação com os interesses estratégicos dos EUA (por exemplo: forte possibilidade de concretização da TPP).

- Anular potenciais restrições externas aos países parceiros, para superar possíveis pressões no contexto de crise ou estagnação econômica e que poderiam gerar um cenário semelhante ao anterior. É, por exemplo, o que é claramente visto também no caso do Equador, quando em 2015 teve acesso a um fundo de mais de US\$ 5 bilhões, a 2% de juros).

- Fortalecer a relação econômica pragmática (à vontade das contrapartes), como visto no capítulo anterior.

- Intercâmbio de capacidades, especialmente no que diz respeito a ciência e tecnologia, tendo em conta os próprios interesses chineses em habilidades ainda não adquiridas (por exemplo, no caso da biotecnologia, ou em medicina, como no caso de Cuba), também podem gerar uma transição na relação de complementaridade: de estático para um tipo dinâmico complementar, onde a capacidade é transferida de modo que os parceiros possam adquirir a capacidade de produção que realocariam na ALC até que novas fossem planejadas em conjunto, o que é uma etapa complementar à vontade de gerar maiores cadeias produtivas.

Fortalecer a possibilidade de construir um bloco, com base em uma articulação econômica, mas também significa projeção política. Tendo em conta parceiros estratégicos na América Latina, Rússia e África, poderia articular iniciativas nas configurações institucionais da OM, especialmente uma agenda ligada a questões de soberania e construção de uma ordem multipolar.

- Gerar concorrência, diante dos interesses dos EEUU, na área de oportunidades que permitam à China construir um cenário que articule seu interesse com: os dos países parceiros dos Estados Unidos, com o objetivo de conter ou minimizar as propostas de TPP que visavam reduzir a influência e a ascensão econômica do gigante asiático. Isso foi mais evidente durante a visita de Li Keqiang em maio de 2015.

- Dotar de racionalidade planificadora o investimento de US\$ 250 bilhões em uma década, tanto para o cumprimento de objetivos e metas internas, como para articular esse planejamento com as necessidades dos países da ALC para manter ou expandir seu crescimento econômico. E ainda, promover o planejamento de contrapartida por setores, com base em uma projeção real do financiamento oferecido e organizado por e com a China.

Também se enfrentou a tentativa de gerar um mecanismo que, como estrutura-estruturante, fornecesse ordem ao relacionamento, pois os interesses da região não eram homogêneos, e onde além desses – assim como das organizações regionais – competiam diferentes perspectivas econômico-políticas.

Por fim, nesta seção, deve-se notar que, devido ao curto espaço entre o desenvolvimento do I Fórum e o final do período aqui estudado, e também devido à duração da proposta, não se inclui uma avaliação dos resultados gerados. Mas é pertinente sugerir que, além de um necessário estudo dos resultados, a análise da orientação das propostas como componente da PPP pode possibilitar a compreensão dos interesses específicos que dela se desdobram. É o que se observou no caso do *Livro Branco* de 2008: a China expõe suas propostas, apresenta oportunidades para suas contrapartes, ao mesmo tempo que evidencia os pontos de ação concretos a serem desenvolvidos. Tudo isso pode orientar a região sobre a melhor maneira de processar uma ligação com os interesses chineses, mas a partir de uma manobra estratégica que signifique maiores margens de lucro.

No entanto, a limitação na apresentação dos resultados, alguns elementos são apresentados a seguir. Por exemplo, que explicam o aumento do relacionamento, e como exatamente se pode deduzir que as abordagens do Fórum norteiam as ações concretas da RPC na região.

Assim, em maio de 2015 o primeiro-ministro Li introduziu, além das iniciativas para o Fórum, uma nova política no modelo de cooperação bi-regional: o “3×3”. Trata-se de uma política de cooperação proposta entre empresas, sociedades e governos (3) da China e da ALC em logística, geração de energia e tecnologia da informação (3). Simultaneamente, Li propôs fundos especiais para apoiar o desenvolvimento de capacidades produtivas nessas e em outras indústrias (MYERS, 2015). Neste contexto, e como relatado por várias fontes, ali se encontra o germe do Fundo de Cooperação para Capacidade Produtiva Sino-América Latina para promover a capacidade produtiva, bi-regional, em áreas de inovação tecnológica, construção e operação de rodovias, ferrovias, aeroportos, portos, logística de armazenamento, gasodutos para gás natural, etc.

Assim, este fundo tem uma evolução acelerada, que o faz atingir, em setembro 2015, US\$ 10 bilhões para ALC (Banco Popular da China, Banco Central, Administração Estatal de Divisas e o Banco de Desenvolvimento da China). Em dezembro de 2015, materializou-se o primeiro investimento no valor de US\$ 600 milhões; e o Grupo Três Gargantas da China pagou US\$ 3,7 bilhões pelo direito de operar duas usinas hidrelétricas no Brasil por 30 anos, incluindo US\$ 1,9 bilhão do financiamento da dívida (CHINACELACFORUM.ORG, 2016).

Por fim, neste exemplo, pode-se apontar que, até junho de 2016 e já em outro contexto político na região, a lógica do Fundo elevou a sustentabilidade, ou seja, “devem-se alcançar benefícios consideráveis derivados do investimento e assegurar controle dos riscos do projeto”, segundo Han Deping (gerente geral da empresa do Fundo). Nesse sentido, o mesmo funcionário observou: “isso constitui um tipo de fundo comercial sem qualquer interesse estatal, e não funciona concedendo empréstimos favoráveis, nem é um fundo de assistência. Portanto, os projetos do Fundo devem proporcionar ganhos econômicos e a proporção de benefícios internos deve atingir o nível requerido para que seja duradouro” (ibid.). Propõe-se assim uma lógica pragmática de mercado, mas que aposta na geração de oportunidades em ambas as partes (dinâmicas já estudadas, na seção que trata da implantação financeira).

É assim que, sob esse argumento, reforça-se a ideia de que a cooperação chinesa considera o financiamento componente fundamental, o que, somado aos objetivos do fundo, permite entendê-lo tanto em sua projeção quanto como um *continuum* onde a infraestrutura é fator de alta relevância. De acordo com a CEPAL (*Perspectivas Económicas de América Latina, 2016*), 91% dos empréstimos da China na ALC estão concentrados em Argentina, Brasil, Equador e Venezuela, e apenas 2% no México; destes, 58% são concedidos para promover projetos de infraestrutura.

Os elementos de interesse já indicados em documentos oficiais chineses, incluindo o *Livro Branco* de 2008 e o Fórum China-CELAC, nos permitem concluir sobre a importância dos documentos como guia para compreender as ações concretas propostas pela implantação da PPC na América do Sul, tanto para reconhecer a dinâmica no período estudado, quanto para reconhecer a projeção em andamento.

Tal objetivo, como se referiu, significou o desafio de propor um projeto para analisar as relações por trás da construção da PPC, tendo em conta que a China, como um Estado-Civilização e como um Partido-Estado dentro de um *continuum* histórico de muito longo prazo, não pode ser entendida a partir de uma abordagem conjuntural. Portanto, considerando que sua implantação é informada por uma complexidade, articulam-se múltiplas *ideias, imagens, representações*, interesses, guias de ação estratégica, reconstrução e apropriação

dialética de diferentes pensamentos. Propôs-se aqui, então, uma abordagem que permite rever os elementos centrais para sua compreensão, ou pelo menos para abrir novas questões e investigações que permitam um maior conhecimento e, portanto, maiores oportunidades para responder aos desafios propostos pela ascensão deste poder como um poder central em nível global. Inclui-se a possibilidade de encontrar as janelas de oportunidades que a América do Sul requer para a materialização de seus interesses estratégicos. Se assim for, esta pesquisa terá logrado sua primeira contribuição.

Reflexões finais e conclusões do capítulo

Neste capítulo analisamos duas dinâmicas principais: uma baseada na implantação financeira, levando a um aprofundamento das relações políticas e econômicas, enquanto terceira dinâmica, do quarto movimento implantado em sua relação com a região (desde a fundação da República Popular da China); e outra que se articula ao aprofundamento do diálogo político e da cooperação.

Sobre a primeira dinâmica analisada neste capítulo, observa-se que a PPC nesta atividade foi implantada em articulação com o comércio dinâmico e com a estratégia chinesa de *Go Out* (à qual se articula seu IDE), compartilhando o lucro como objetivo comum, a garantia de recursos estratégicos e gerando possibilidades de contratação de mão-de-obra no exterior. Consta-se aqui que a implantação financeira teve peso maior a ser orientado politicamente na construção de associações, através de um apoio econômico que resulta em apoio político aos países com forte intermediação do Estado. Tanto que, por exemplo, mais de 90% dos créditos concedidos à região da ALC foram destinados a Brasil, Venezuela, Argentina e Equador, enquanto que em 2015, a Bolívia também começou a receber empréstimos significativos para mais de US\$ 1,2 bilhão. A partir daí, tornou-se um importante receptor de crédito.¹⁹⁵

Assim, dos quatro países que mais receberam financiamento até 2015 - Venezuela, Argentina, Equador e Brasil (justamente aqueles que mantiveram uma lógica de crescimento endógeno) -, constatamos que os três primeiros sofreram restrições externas na esfera financeira e restrição interna devido à especulação gerada pelas FSH domésticas. No caso brasileiro, a implantação financeira chinesa permitiu que o país tivesse mais opções, mas

¹⁹⁵ Por exemplo: “*Bolivia received considerable attention from Chinese policy banks in both 2015 and 2016. China announced a \$7 billion credit line to Bolivia in 2015, which was extended to \$10 billion in 2016*” (MYERS; GALLAGHER, 2017).

desde a queda dos preços das *commodities*, ele teve acesso a fundos para complementar suas necessidades financeiras. Como exemplo, pode-se observar os consideráveis volumes de créditos chineses em 2015 e as baixas taxas de juros, que também estão em sintonia com o objetivo da PPC de assegurar a disponibilização de recursos estratégicos a longo prazo, não só através de condições favoráveis em termos comerciais dos empréstimos, mas também pela perspectiva tradicional chinesa de procurar a consolidação de uma relação de confiança e, portanto, orientada para o longo prazo.

No caso argentino, pode-se assinalar que boa parte dos créditos recebidos é orientada para a infraestrutura: por um lado, melhora a mobilidade interna dos bens; e a modernização do sistema de transporte também é uma contribuição para os processos de produção ampliados (incluindo, por exemplo, instalações para a mobilização da força de trabalho). Ao mesmo tempo, esses recursos, como contribuição para o investimento público na Argentina, contribuem para aumentar a demanda, com vistas a fortalecer a oferta.

Observa-se uma particularidade no caso argentino, que apesar de ter aumentado seu déficit comercial frente à China, de 2011 a 2014, devido à queda no volume de suas exportações (de US\$ 6,2 para 4,4 bilhões), e ser o país com o maior déficit na região sul-americana, foi ao mesmo tempo beneficiário de mecanismos complementares de implantação financeira chinesa, como *swaps*. Isso teria aliviado as pressões geradas pela restrição interna especulativa das FSH e a restrição externa, fruto das disputas com os elementos mais predatórios, como os chamados “fundos abutre”, no âmbito do SFI. Assim, esse mecanismo também permitiu continuar empurrando a oferta para o lado do consumo.

Tudo isso pode ser interpretado como um interesse da China pela internacionalização de sua moeda; ao mesmo tempo, como a geração de oportunidades para a Argentina continuar gerando decisões políticas econômicas mais autônomas contra o SFI comandado pelo *hegemon* continental. Pode ser interpretado, ainda, como um sinal de aplicação do princípio chinês de benefício mútuo como *continuum* do campo de ideias e representações na implantação política chinesa, voltada para o aprofundamento articulações políticas, visando ao longo prazo.

No caso equatoriano e venezuelano, e recentemente o boliviano, desde 2015, a necessidade de suas economias é orientada para que suas capacidades produtivas sejam fortalecidas e/ou transformadas. Esta é a razão pela qual o financiamento chinês permitiu, nos dois primeiros casos, a instalação de novos recursos e infraestruturas para a implantação de uma base voltada para o desenvolvimento da produção interna (incluindo os setores de investimentos tecnológico, produtivo ou social – como a construção de moradias ou

infraestrutura educacional); assim como a mudança da matriz produtiva mediada pela geração de recursos compreendidos no conceito de competitividade sistêmica, como no caso equatoriano (através, por exemplo, da infraestrutura e áreas relacionadas à matriz energética, que geram produção industrial e tecnológico de maior valor agregado destinado a uma inserção menos dependente de seus recursos naturais frente à OEM). Esta lógica, então, implementa setores orientados ao crescimento endógeno, que como no caso da Bolívia, são fortalecidos com projetos de infraestrutura que se concretizaram em 2015. Estes também significavam a possibilidade de iniciativas a partir de um gerenciamento anti-cíclico (complementar ao uso das próprias reservas internacionais) em plena queda do preço das *commodities*.

Por outro lado, observando tema do financiamento chinês para os países da região com matriz de abertura (com intermediação mínima do Estado), observa-se claramente uma lógica persistente: a concessão de um percentual mínimo em relação ao total regional sul-americano e focada especialmente no Peru. Por exemplo, neste período, há a concentração de um crédito de US\$ 2 bilhões registrados no Peru, mas uma empresa de mineração com interesses chineses, enquanto que face ao volume destes recursos, apenas 2,5% foram para transporte e infraestrutura, e outros 7,5% para financiamento. Assim, é novamente possível deduzir que a projeção política na esfera financeira está concentrada nos países com maior centralidade do Estado, ou seja, aqueles com matriz desenvolvimentista. Isso também se deve ao fato de a China desenvolver suas relações bilaterais de acordo com a proposta de seus parceiros. Assim, a PPC não gerou maior implantação de crédito com países com menor centralidade de intermediação estatal (matriz de abertura), independentemente de esses países manterem um relacionamento de déficit comercial com a China, como o Peru, ou superavitário, como no caso do Chile.

Em resumo: descobrimos que na presença financeira chinesa, como nos temas comércio e IED, sua implantação é “montado” sobre estruturas preexistentes na OEM, mas também apresenta suas próprias características, tais como:

a) Uma primeira lógica de financiamento, relacionada a menores custos (especialmente nos créditos concedidos pelo Exim Bank), e que, como no caso brasileiro e venezuelano (boa parte dos créditos obtidos), tais condições são orientadas pelos objetivos da PPC para garantir recursos no longo prazo e aprofundar as relações políticas estratégicas.

b) Uma segunda lógica de financiamento, atravessada pelo objetivo de geração de lucro informado por considerações semelhantes às dos mercados de capitais internacionais. Considerações, como por exemplo, de valores de juros em relação à avaliação de risco. Mas

além disso não discrimina, mas facilita e resolve o financiamento que também deveria ser avaliado em relação ao custo de oportunidade, como no caso de alguns dos interesses (registrados) de créditos ao Equador e, em casos excepcionais, a Argentina e Venezuela

c) Uma não condicionalidade de natureza política, mas se as negociações que envolvem termos de percentagens de aquisição de bens e de mão de obra chineses, também presentes nos requisitos aos empréstimos concedidos por outros bancos de desenvolvimento.

d) Um tipo de avaliação que considera as taxas de juros como lucros gerados pelo projeto, por exemplo: se um grande volume de financiamento para investimento em energia hidrelétrica – como no caso do Equador – irá gerar grandes lucros e poupança para a contraparte, tal crédito é considerado como um empréstimo comercial, e os juros refletiriam uma tentativa de compartilhar lucros, benefício mútuo, com base em práticas consideradas normais sob a ideia de que nos negócios “todas as partes devem ganhar” (compartilhar lucros: neste caso, projetados como consideráveis).

e) que a PPC tem sido propensa a um desempenho que proteja as economias dos países parceiros e, portanto, com maior chance de participação nos lucros, visando construir blocos políticos que correspondem e operam em instituições internacionais.

Apesar do exposto acima, sobre o assunto de outros mecanismos que complementam a implantação financeira na região, cabe citar o caso do Chile, onde a PPC, quase no final do período estudado, defende o estabelecimento de uma plataforma financeira para a região (além da implementação de um *swap* e possibilidades de Santiago opere de maneira restrita no mercado de capitais chinês). Tudo isso permite deduzir, além das razões técnicas para a escolha:

a) O interesse da China em “atraer” os países-alvo guiados por uma matriz de abertura e que tivesse interesse em se articular à TPP, iniciativa com impacto geoeconômico global, percebida pela China como gerada por interesses americanos e orientada para contê-la na região da Ásia-Pacífico.

b) A possibilidade de que tal plataforma financeira facilitasse o comércio, o investimento e, especialmente, os empréstimos para as operações na região, incluindo países considerados parceiros estratégicos.

c) A reprodução da PPC de práticas executadas em nível doméstico, ou seja, “experimentação” de iniciativas para uma escala definida, se forem bem sucedidas serão ampliadas; e neste caso, com ênfase no objetivo de médio prazo da internacionalização total do *yuan*.

Assim, pelo exposto acima, pode-se concluir que na implantação financeira havia a orientação de que a PPC fosse implantada com maior orientação política para a possibilidade de parcerias em relação às outras duas dimensões (comércio e IED) e, portanto, tem havido maiores possibilidades de materializar lucros compartilhados.

Possibilidades que, como já mencionado, dependem também de uma leitura adequada para processar as oportunidades (evitando assim o déficit de conhecimento), e que considere que a China:

- Não é uma potência altruísta, nem uma benfeitora.
- Identificou claramente seus interesses estratégicos;
- Mas além disso: ela não processa ou promove a realização de seus interesses por meio de pressão política, ameaças ou unilateralmente.

E é que o último é evitada, já que a China iria contra sua própria imagem-*face*, e os princípios que informam sua projeção política. Princípios que, sendo éticos e de caráter moral, também são vistos pela PPC como guias de ação comprovada para legitimar a liderança, devido a sua extremamente longa experiência histórica.

Por outro lado e com respeito à quarta dinâmica dentro do quarto movimento da relação da RPC com a ADS – a cooperação e o aprofundamento do diálogo político –, podemos apontar algumas conclusões gerais:

-No período estudado, foi possível observar um aumento substancial nos diálogos políticos e cooperação.

- Por meio deles, diversas iniciativas têm sido apresentadas, nem sempre bem compreendidas ou bem estudadas pela região. Iniciativas que fazem parte da PPC, embora visem reforçar o alcance dos seus objetivos estratégicos, e abrem janelas de oportunidade conforme as necessidades da própria RPC, e também segundo a forma como propõem suas contrapartes.

- Pode-se deduzir que a China, em parte, enfrenta suas relações econômicas “montada” nas estruturas preexistentes da OEM, incluindo aquelas geradas pela *globalização*. Em matéria de assistência para o desenvolvimento e a cooperação, a resposta encontrada em relação às referidas pré-estruturas é absolutamente diferente. Pela forma concreta da relação monopolista chinesa - Estado-Estado -, essa quarta dinâmica também se baseia no princípio de soberania e integridade territorial. Tudo isso contradiz a lógica da cooperação norte-sul, e suas agências são vistas pela China e por alguns governos da região (no período indicado), como mecanismos de supervisão e controle orientados por e para os interesses da região.

- Para a China, a cooperação contém elementos de comércio, IEE e de financiamento, que juntamente com outros mecanismos, são indicados, por exemplo, no *Livro Branco* de 2008, no Acordo de Pequim 2013, nos documentos Fórum China-CELAC 2015 e no documento emitido por Xi Jinping em novembro de 2016. Estes vêm sendo implantados em vários setores e gerando oportunidades, nem sempre plenamente exploradas, devido à própria falta de iniciativa dos países sul-americanos, causada pelo não reconhecimento dos sinais emitidos pela dinâmica estratégica da política chinesa, e pelo não monitoramento de outros documentos de planejamento, como o exercício de planejamento quinquenal da RPC. E ainda devido à falta de vontade política dentro da região ADS, que dificulta o diálogo birregional, no sentido de uma região integrada. Diálogo que, sendo de interesse da China, também pode representar melhor os interesses de todos os países da América do Sul.

- Como foi visto e demonstrado especialmente com o caso do *Livro Branco*, os documentos efetivamente anunciam e enunciam os interesses estratégicos da China (não escondem isso) e as ações que poderiam acontecer. Estas, em termos gerais, nas áreas de especial interesse da China, avançam segundo a proposta das contrapartes. No entanto, a falta de conhecimento, por parte dos *policy makers* da região, sobre os documentos oficiais, é de fato uma diretriz a ser considerada, não permite que as oportunidades sejam processadas de maneira mais eficiente e, pior, interesses estratégicos (que são apenas uma amostra do déficit estrutural no entendimento sobre a China, por parte da região).

Dáí precisamente a importância de analisar os documentos, não só como uma referência para estudar os resultados, mas também para interpretar a projetiva chinesa, responder de forma proativa e articular seus próprios interesses aos interesses chineses estrategicamente para gerar uma win-win eficaz.

Por outro lado, deve-se reconhecer que, embora os diálogos políticos e as propostas de cooperação proponham a possibilidade de uma agenda estratégica compartilhada mais profunda para alguns países considerados parceiros, especialmente aqueles com um forte projeto de intermediação do Estado. Isso não pode ser considerado como parte de uma agenda chinesa para implantar um jogo de competição confrontacional diretamente contra a hegemonia continental, e pior no campo da segurança e / ou na defesa da corte militar.

Finalmente, deve-se assinalar que a dinâmica analisada no segundo item é atravessada por esforços chineses para construir um quadro de cooperação, num jogo em que novas oportunidades se apresentam e são parceiros que decidem a forma e profundidade de como envolver a dinâmica do desenvolvimento e projeção chineses.

REFLEXÕES FINAIS E CONCLUSÕES

Esta pesquisa, levando em conta o surgimento da China como um ator global e o aprofundamento acelerado das relações que foram geradas entre a China e nossa região, partiu de uma preocupação central sobre como a Projeção Política Chinesa na América do Sul foi implantada entre os países de 2002 a 2015. Para respondê-la, o objetivo central foi compreender o pensamento estratégico e a projeção política da RPC em relação aos Estados sul-americanos, no período indicado.

A partir daí, estabeleceu-se a necessidade de compreender tanto a conformação do pensamento estratégico da China, quanto a primeira caracterização do conceito particular da Projeção Política da China. Para tanto, no primeiro capítulo, realizou-se uma discussão sobre os elementos epistemológicos, teóricos e metodológicos que permitem abordar a complexidade do tema da pesquisa.

Esta discussão concluiu sobre a relevância da realização de uma análise que enfoca a Economia Política Internacional a partir de uma abordagem de TC, que também permitiu uma abordagem dialética e interdisciplinar sobre a complexidade do problema a ser estudado.

Da mesma forma, este exercício possibilitou construir uma estrutura abrangente para a PPC, como resultado da interação e influência mútua entre: a) os interesses no fortalecimento das capacidades materiais da China e sua ascensão global; b) o alcance das ideias que informam sua própria projeção e as que se desdobram em suas relações concretas com os países da região; c) a implantação de capacidades materiais concretas na relação bilateral, d) a dinâmica relacionada ao campo das instituições; e d) o contexto: cenário da OM histórica concreta.

Ao mesmo tempo, o debate baseou-se na necessidade de estudar a construção histórica estrutural do pensamento estratégico chinês, através do estudo das matrizes de longo prazo que informam a construção da PPC e elementos que também a compõem.

No primeiro tópico, foi realizada uma abordagem genealógica que levou em consideração ideias intersubjetivas de longo prazo e que mantêm uma centralidade na construção do Estado chinês e sua projeção política. Isso permitiu concluir que na República Popular da China, como partido-Estado e Estado-civilização, o pensamento da matriz confucionista tem uma centralidade que informa tanto o pensamento quanto guia a ação estratégica para a PPC. Além disso, outros elementos que informam o pensamento estratégico chinês na construção teórica e estratégica de suas RIs contemporâneas foram discutidos e apresentados. Tudo isso permitiu compreender que a base de pensamento que orienta a PPC

contém uma perspectiva dialética capaz de incorporar novos elementos, reconstruindo-os e gerando respostas de forma dinâmica aos desafios propostos por novos cenários dentro da OM.

Estamos assim, com a RPC em sua ascensão diante de novos cenários, dentro dos quais há aqueles referentes a desafios econômicos, mas também aqueles relacionados à segurança (no sentido amplo, entendida a partir do que se relaciona à defesa, até o que se refere à alimentação, por exemplo), no qual se pode também entender a particularidade que a PPC implanta na região.

A análise no capítulo 2 permitiu caracterizar os elementos que informam e se conformam com a PCP, para depois aplicá-los à projeção implantada na região entre 2002 e 2005. Assim, nos capítulos 3 e 4, foram discutidas quatro dinâmicas particulares que permitem entender os interesses e particularidades da PPC na região.

Além do que foi revisado nas conclusões de cada capítulo, abaixo são apresentados alguns elementos complementares de análise que levam em consideração tanto a dinâmica estudada quanto a relação PPC – tipo de relação estabelecida de acordo com a matriz do projeto político-econômico nos países da região, podendo ser apontadas algumas reflexões gerais nesse período:

- A região não é de interesse estratégico directo para a PPC no âmbito da sua segurança e defesa, como foi observado na caracterização dos “anéis de interesse da China”. Da mesma forma, não há predisposição para gerar presença, nem para se tornar um ator com interesses militares na região (o que inclui a possibilidade de expandir substancialmente o mercado de equipamentos neste setor).

- A PPC, em seus resultados, é montada sobre as estruturas preexistentes na OEM nos setores de comércio, IED e implantação financeira, mas politicamente há articulações diferenciadas. Na primeira, a lógica é orientada para o lucro e apresenta o nível mais baixo de articulação político-estratégica; neste setor, a dinâmica é instrumental, orientada para a geração de riqueza e, portanto, um aumento de poder. No IED, há uma lógica em que a orientação para o lucro mostra um equilíbrio com as possibilidades de articulação política e, portanto, há maiores espaços para o benefício compartilhado. Por fim, no desdobramento financeiro persiste o interesse por lucro, mas há um peso maior relacionado às possibilidades de articulação política estratégica, a longo prazo e, portanto, a uma janela maior para os benefícios compartilhados.

- Cooperação e assistência, ao contrário das dinâmicas anteriores, não se apoiam em estruturas preexistentes na OM, estando mais em contradição com elas, especialmente com as lógicas legitimadas pela dinâmica da *globalização*.

- A PPC opera tendo em conta os objetivos de médio e longo prazo, mas também tentando resolver os desafios conjunturais apresentados pela OM e regionais na ADS. Tudo isto é mediado pelas ideias *intersubjetivas* de longo prazo que o informam e moldam, mas também pelas *imagens coletivas* com as quais a PCC confronta a atual configuração da OM, onde é possível “transformá-la”.

- Embora a natureza dessas *imagens coletivas* possa levantar a possibilidade de uma ordem alternativa de desenvolvimento, é pertinente ressaltar que a China não tenta operar, liderar ou gerar a construção de blocos anti-hegemônicos ou contra-hegemônicos no curto prazo. O desdobramento da PPC indica que a China se propõe a promover articulações e associações que, na prática, podem conter o desdobramento do poder orientado por tentativas de consolidação de um unipolarismo omnidimensional.

- No mesmo sentido, tendo em conta que as relações se baseiam na forma como são propostas por suas contrapartes, o aprofundamento das relações políticas tem sido possível com os países orientados pela matriz de desenvolvimento, graças aos interesses da China, alinhados com interesses e princípios, tais como: a) centralidade do Estado, b) soberania, c) interesse em gerar uma OM multipolar e/ou multilateral, e portanto são orientados para a contenção mencionada. Assim, pode-se notar que na dinâmica entre 2002-2015 nos interesses mútuos no nível estratégico, havia um cenário onde os projetos China e PPC com papel de intermediação forte do Estado confluíram em mais conjunta bilateral, tais como no caso do Equador na votação da ONU, por exemplo.

- O tipo de contenção indicada (até 2015), é guiado pelo movimento tático para evitar um conflito direto com outras potências – que se relaciona com o *Weiqi*, e a manutenção discreta de Deng Xiaoping. E com a possibilidade de gerar blocos de associação política na OM (orientados para a contenção, e não conflito), acumulação de força própria em termos de recursos com uma visão de sustentabilidade a longo prazo, minimizando a possibilidade de países parceiros sofrerem turbulência econômica gerada pela restrição externa, o que afeta a viabilidade da manutenção dos referidos projetos políticos diante de seus respectivos Estados.

- Nem a China, nem sua projeção política impõem condições político-econômicas em suas relações; em vez disso, elas são estabelecidas de acordo com o estado das suas contrapartes: isso está ligado às *ideias* de estrutura de força, nas quais a China pretende manter uma imagem positiva (face). Atua sob os princípios da reciprocidade de corte

confuciano (relações consensuais são estabelecidas sob o acordo de ambas as partes). E se projeta através de iniciativas acordadas e guiadas pelos princípios que emergem de *Hé* (respeito à diferença, todos os componentes de uma ordem são importantes – grandes ou pequenos, e manutenção da harmonia), e até mesmo a idéia de individualidade e autenticidade (figura de *Jūnzi*). Tudo o que se destina a gerar legitimidade dentro de suas relações interestaduais e no tipo de implantação de sua projeção política na região.

- Frente a países com interesses diferenciados para fortalecer a centralidade do Estado, a China propôs iniciativas que podem gerar atratividade, mas sem tentar gerar dependência, nem condicionalidades, piores “conversões” com estas. Por exemplo, há uma projeção que também gera uma relação de longo prazo com base em complementaridades produtivas, então a China percebe a natureza desta relação e a disposição de seus parceiros, tal como um encontro positivo entre as perspectivas pragmáticas. Este tipo de relacionamento é consistente com o nível de lucros imediatos e em seu corte instrumental, e é principalmente empregado no comércio e investimento, especialmente no setor de energia e mineração, como no caso de Peru, Colômbia e Chile; bem como em participações menores em setores ligados à agricultura, no Peru e no Chile; e, em menor grau, no setor manufatureiro, no caso colombiano.

- Como foi observado, a China não pretende exportar seu modelo, portanto, nas duas matrizes de relacionamento; nenhuma condicionalidade de natureza política foi proposta. Isso também não significa que não haja assimetrias que impactem nos resultados das relações bilaterais, ao se negociar nas três dinâmicas analisadas. A assimetria é amplificada por causa da consciência regional limitada da complexidade da história, política, economia e construção cultural e civilizacional da China, e de como a RPC processa seus interesses e práticas de negociação concretas (ética e etiqueta) apenas como exemplos do déficit da região.

- A complexidade da PPC também resultou em um jogo tático que acaba por resolver sua relação em dois lados (matriz de interesses de abertura / matriz de interesse desenvolvimentista), onde em qualquer um dos dois cenários, China cumpre os seus objetivos estratégicos.

- Aqui também é necessário reconhecer que, embora para a PPC, informada por sua própria construção civilizacional de muito longo prazo, os estados sejam unidades hierarquicamente semelhantes. Da mesma forma, para os objetivos que informam a PPC, há atores hierarquicamente diferenciados, dado o peso específico das suas capacidades materiais, sua liderança regional e alcance internacional, e a existência de capacidades materiais indispensáveis para a consolidação da China como uma potência global, como seria o caso do

Brasil na região ADS – um ator que, além de seu atual projeto político-econômico, é e será relevante para a política internacional chinesa.

- No entanto, a China também apoiou – por meio de seu próprio desdobramento econômico – países com capacidades e/ou projeção limitada, com os quais coincide em uma agenda de defesa dos interesses dos países “em vias de desenvolvimento”, com os quais vem construindo agendas estratégicas de parceria. Tal tem sido o caso em países como Equador e Venezuela, que também servem como experiências para avaliar a enfrentar os desafios que se apresentam à influência político-econômica chinesa na região e outras geografias, e dentro de seu retorno à centralidade de um cenário mundial, que agora apresenta caráter global.

Além disso, neste momento é importante considerar que, enquanto ao desdobramento de capacidades materiais chineses na região (como IED e financeira) está focada no próprio interesse, como resolver necessidades do seu desdobramento estratégico global, garantir recursos para sua própria produção e até mesmo para o setor de defesa (como no caso de seu poder marítimo), e garantir o consumo de seu próprio mercado local, como na questão da alimentação. Essas capacidades não se baseiam em mera funcionalização da relação, nem na intenção de “periferalizar” a região sul-americana.

Como exemplo do exposto, podemos destacar o setor de infraestrutura, sendo que um deles recebeu o maior volume de recursos econômicos:

- O IED e especialmente o financiamento, de acordo com os dados analisados, não têm focado na geração de infraestrutura direta ou indireta (que facilite o trânsito de produtos para os portos), visando à exportação de matérias-primas necessárias à produção chinesa, nem consumo direto, como no caso da implantação inglesa no século XIX e início do XX.

-A infraestrutura construída na região é em grande parte voltada para a geração de capacidades próprias (por exemplo, hidrelétricas) e conectividade que facilitam a integração em nível nacional. Conectividade que, curiosamente, e ao contrário da Inglaterra, os Estados Unidos, não promoveu nos países da região (KENNEDY, 1990).

A partir do exposto, pode-se observar que, em um nível geopolítico, países com projetos político-econômicos orientados para um forte papel de intermediação do Estado poderiam gerar dinâmicas para a integração e controle nacional em território e, portanto, fortalecer o domínio do espaço; que também apresentou a possibilidade de impulsionar a integração regional através de conectividade mais ampla.

- Esses mesmos países também aproveitaram parte dos recursos financeiros investidos em infraestrutura para apoiar seu próprio desenvolvimento endógeno. Por exemplo, no caso do Equador, houve uma orientação para fortalecer a competitividade sistêmica, enquanto o

financiamento foi orientado para o investimento público, com o objetivo de gerar demanda e, assim, impulsionar a oferta.

Tudo isso resultou em impactos geopolíticos e geoeconômicos na região. Baseou-se numa lógica que também aproximou a região da dinâmica econômica chinesa, em detrimento da influência de outras potências.

Da mesma forma, pode-se concluir que não há interesse direto da China em implantar interesses geopolíticos diretos na região, embora se possa reconhecer que a garantia de recursos permite o fortalecimento de capacidades materiais no setor de segurança e defesa e com projeção geopolítica. Como exemplo, vale citar a obtenção de recursos estratégicos para sua capacidade militar ou sua projeção para gerar recursos como um poder naval, até o final do período estudado, que pode ser caracterizada como defensiva ou destinada à disputa no cenário da OM diante das grandes potências. Este, como vimos, baseia-se na estratégia de evitar conflitos e manter um perfil discreto, o que corresponde ao tipo de deslocamento estratégico e tático presente no *Weiqi*.

Perspectiva que também deve ser complementada pelo guia de ação estratégica presente nos escritores militares clássicos como na matriz confucionista sobre a possibilidade de conflito e guerra. Acumular recursos, acumular forças, para que se necessário, ações levar a uma vitória fulminante (“pedra contra os ovos, e o golpe de um falcão à sua presa”), evitando assim mais sofrimento, quando os conflitos armados forem inevitáveis. Ao mesmo tempo, se lembramos que para o pensamento estratégico chinês, a guerra deve ser evitada a todo custo, e no caso de inevitável, idealmente ela deve ser não-violenta (pode ser vencida pela força moral), também se pode compreender um tipo de projeção que tenta apresentar-se como pacífica e baseada em uma legitimidade atração presente ética na figura de *Jūnzǐ*, que se materializa também com potenciais parceiros para projetar a ideia de que a China não tenta impor condições a suas contrapartes.

Na mesma linha, a PPC reconhece a necessidade de acumular poder para enfrentar os desafios impostos pela estrutura de concreto que informa a construção do Sistema Internacional; igualmente, reconhece a presença de sua matriz baseada em um tipo de liderança hierárquica, mas cooperativa, de modo a tentar harmonizar (ou mais precisamente *Hé* 和) seus interesses com a cooperação, não de uma perspectiva altruísta ou filantrópica, mas a partir das articulações para as necessidades específicas da China para apresentar uma espécie de liderança baseada em vigor ético-moral, que fortaleça sua legitimidade. Estamos aqui de novo com o caráter meta-relacional do pensamento chinês.

Além disso, deve-se notar que, conforme observado, a PPC opera de maneira diferente de acordo com cada setor e de acordo com as particularidades do país (ao propor o tipo e a profundidade do relacionamento). Tudo tem a ver com uma dialética e perspectiva integradora, onde embora a perspectiva realista informe como opera a OM e, portanto, os interesses e as necessidades estratégicas chineses para promoção econômica e projeção de segurança e defesa, esta perspectiva dialética também leva tal acumulação a se voltar para a geração compartilhada e parcerias para permitir que a China tenha a possibilidade de estabelecer uma ordem unipolar omnidimensional, evitando conflitos, o que poderíamos caracterizar como a implantação de “estratégia econômica” a curto e médio prazo.

Por outro lado, e finalmente, comparando o tipo de desdobramento proposto pela PPC e o conceito e a prática de geração de *hegemonia*, deve-se notar que, nesse nível, a China:

- No campo das idéias, tenta-se implantar um tipo particular de *soft power* baseado na reconstrução do termo, mas que se assenta em sua própria matriz civilizatória. Assim, pode-se notar que no período estudado, haveria uma exposição sobre a centralidade da SPC, uma vez que se instalou na *escola cultural* na era Hu Jintao, no sentido de uma centralidade que poderia ser mais orientada para a construção de blocos políticos e “economia estratégica”, no curso da administração Xi. Tal centralidade não significa que as outras escolas, incluindo a holística, não continuem a coexistir na implantação, aplicação e geração de significados do SPC.

- Na prática de sua relação econômica, pretende gerar atração que favoreça seus próprios interesses, mas não há aqui tentativa de apresentar seus interesses particulares como interesses universais; nem pretende promover seu próprio modelo como um modelo para emular (nenhum interesse em “converter”). Além disso, a China evidencia seus interesses na região por meio de documentos oficiais e os processa de acordo com a concordância das contrapartes.

- Articula-se, assim como na ordem internacional, às instituições regionais, como são conformadas, enquanto é discursivamente orientada a promover o fortalecimento da resolução de disputas através do quadro normativo internacional, mas negando a possibilidade de que a legalidade internacional tenha um peso maior que o da soberania. Portanto, promove o cumprimento dos princípios fundadores de instituições internacionais como a ONU.

- Na região, promove acordos, fóruns e outros espaços que, tendo um suporte normativo e orientação em termos de capacidades materiais, também estão sujeitos ao diálogo político. Operando no marco da institucionalidade, estabelece acordos que são partilhados pelos parceiros, mas que também ordenam ou estruturam as relações no longo prazo, tendo

em conta os interesses chineses, numa construção de legitimidade estabelecida politicamente em possibilidades de benefício mútuo (e de acordo com o interesse de cada contraparte).

- No caso da existência de diferenças com os parceiros, a China não gerou retaliações para resolver o diálogo político, ou seja, entre pares: Estado-Estado apresenta-se como o cenário onde a PPC tem a intenção de resolver as divergências bilaterais.

Finalmente, enfocando as capacidades materiais, como o campo onde o SPC mais fortemente se assentaria com orientação política, e a PPC sobretudo na América do Sul, baseada na “economia estratégica”, pode-se destacar:

- Que, embora as relações entre China e América do Sul gerem lucros em primeiro lugar, e que estes no campo econômico seriam resolvidos na configuração preexistente e ainda atual da estrutura histórica da economia global, tem sido observado que a PPC apresenta espaços para obter lucros para os países da América do Sul, não só no plano estritamente econômico, mas também na forma como estes orientam ou reorientam sua inserção na OM (ou seja, também no nível político-econômico).

- Que a implantação da PPC e a construção da relação China-América do Sul, efetivamente neste período, também foram orientadas para o acúmulo de capacidades materiais (e poder da matriz realista). Esta é entendida não como sinônimo de uma lógica expansiva para gerar hegemonia, mas sim e pelo menos durante o período, para conter ameaças que poderiam sofrer do competidor global: a) a mesma China em sua ascensão global, e b) os países que possuem enormes recursos estratégicos também têm interesse em aprofundar associações políticas bilaterais e influenciar instâncias regionais, e ainda apresentam uma orientação para a construção de uma ordem internacional multipolar e/ou multilateral.

E tudo isso, dentro de uma dinâmica, que, como visto no caso da ADS, resulta em uma espécie de força centrípeta, que pacificamente sob ideais de *Hè*, *autenticidade* e *Datong*, atrai e pode voltar a dar à China um papel centralidade, mas já em uma dimensão global.

Tudo isso nos permite entender que, ao analisarmos a PPC, não enfrentamos uma tentativa de construir hegemonia ou desdobramento de poder, como foi implantado por outras potências no sistema mundial contemporâneo.

Também é possível concluir que a PPC apresentou espaços para benefício mútuo, mas que estes não foram totalmente explorados pelos países da região ADS. Isso tem origem numa série de fatores transversalmente analisados nesta pesquisa, incluindo todos os limites no entendimento que a região detém sobre a China, mas ainda por causa de seus próprios limites relacionados com a incapacidade política para apresentar uma perspectiva estratégica (como

países e menos ainda como região), visando resolver os desafios – também estratégicos – que são apresentados nos novos cenários da (des)Ordem Mundial.

Portanto, resumindo: embora aqui não haja negação da existência de assimetrias concretas nas relações bilaterais e birregionais, a PPC na América do Sul está longe de ser caracterizada como uma tentativa de construir hegemonia. Ainda mais quando, na prática, existem oportunidades efetivas de benefício mútuo, e houve ganhos concretos nas contrapartes. Tais resultados não foram mediados por condicionalidades políticas, tentativas de conversão política ou sob a proteção ideológica de que os interesses chineses são os interesses de todos.

E a China, afirmando que seu modelo não está definido para a consideração para emulação, não só expõe sua singularidade como uma civilização e projeto político, mas também que seus interesses são peculiares, como são úteis para seu próprio contexto e momento histórico.

Agora, e finalmente a partir de uma tentativa prospectiva, pode-se apontar que a PPC na ADS permite gerar acúmulo de poder (via riqueza e garantia de recursos estratégicos). Acumulação que está relacionada a um momento de transição orientado para a construção de longo prazo de uma OM de novo selo, e para a qual um conflito violento causado por outras potências não pode ser descartado. OM que, idealmente, se basearia em paradigmas próximos à matriz civilizacional chinesa: uma espécie de *Tiānxià* moderno, presente também no discurso do “destino comum da humanidade”. *Tiānxià* e destino comum que já estariam em ambos os sentidos/significados informados pela ideia de soberania em diálogo com os princípios da individualidade e autenticidade, graças à capacidade dialética do pensamento tradicional chinês.

Encontramo-nos, assim, com novos desafios que devem ser processados, tanto para dar respostas teóricas, quanto para gerar – como uma região – respostas práticas. Se esta abordagem pode então provocar novas questões, novas pesquisas e novas críticas, e provocar novos debates; então seu esforço já pode ser considerado uma contribuição e estaria plenamente justificada.

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, A.; BUZAN, B., **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**, New York and London: Routledge, 2010
- ANGUIANO, R., E. De la Dinastía Qing en el Siglo XIX, Hasta el fin de la República de China. En BOTTON F. (coord.), **Historia Mínima de China**, México: Colegio de México, 2010, p. 229-298.
- ÁLVAREZ, E. I (Coord.), Panorama Político y Económico de las Relaciones entre América Latina y China, **Boletín, FLACSO-BID-CAF**, Febrero – Setiembre, p. 1-52, 2014.
- ASHLEY, R. The Poverty of Neorealism, **International Organization**, Vol. 38, No. 2. Spring, p. 225-286, 1984.
- BADRI-MAHARAJ, S. La Creciente Venta de Armas de China a América Latina. Disponível em: <http://www.zona-militar.com/2017/02/15/la-creciente-venta-de-armas-de-china-a-america-latina/>. acesso em 30 jun. 2017.
- BAKER, K. **The Way to Go**, New York: American Go Association, 2008.
- BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**, 5ta Edição, Cambridge: Editora Guanabara, Digitalização: Argo, em www.portaldocriador.org, s/f.
- BARTESAGHI, I. Las Relaciones Comerciales Entre el Mercosur y China ¿Socios para el Desarrollo? , **Universidad Católica del Uruguay**, artículo que integra la publicación “América Latina y el Caribe y China Economía, Comercio e Inversión 2015, México, I seminario internacional de la Red ALC – China mayo, p. 22, 2014. Disponível em: http://ucu.edu.uy/sites/default/files/facultad/fce/dnii/Las_%20relaciones_comerciales_entre_e_l_Mercosur_y_China.pdf. acesso em 15 jul. 2017.
- BELL, D. War, Peace, and China's Soft Power: A Confucian Approach, **Diogenes**, 221, p. 26–40, 2009.
- BITTENCOURT G. (Coord.) **El Impacto de China en América Latina: Comercio e Inversiones**, Montevideo: Red Mercosur De Investigaciones Económicas, 2012.
- BIZZOZERO, L.; RAGGIO, A. El impacto de la República Popular China en el eje Argentina-Brasil entre el 2004 y el 2014. ¿Evolución sistémica-estructural o definiciones político estratégicas?, **Araucaria. Revista Iberoamericana de Filosofía, Política y Humanidades**, año 18, nº 35. Primer semestre, p. 341-364, 2016.
- BORJA J. **35 Años De Las Relaciones Ecuador – China**, Discurso Inauguración del Centro Latinoamericano, Universidad de Lengua y Cultura de Beijing, Beijing China, 22 abril 2015. Disponível em: <http://china.embajada.gob.ec/wp-content/uploads/2015/04/discurso-embajador-jose-m-borja-en-blcu.pdf>. acesso em 2 mai. 2015.
- BOURDIEU, P. **Intelectuales, Política y Poder**, Buenos Aires: Editorial Universitaria de Buenos Aires, 2006.

_____. **Poder, Derecho y Clases Sociales**, 2da edición, Bilbao: Editorial Desclée de Brouwer, S.A., 2001

BRAUDEL, F. **Escritos sobre Historia**, Sao Paulo: Perspectiva, 1978.

BROWN, K. What Beijing's Ring Roads Say about China's Foreign Policy, **South China Morning Post**, 6 Aug 2017. Disponível em: <http://www.scmp.com/week-asia/opinion/article/2105476/what-beijings-ring-roads-say-about-chinas-foreign-policy>, acesso em 15 oct. 2017.

BRZEZINSKI, Z. **El Gran Tablero de Ajedrez. El Mundo Visto desde el Prisma Geopolítico Norteamericano**, Paidós, Buenos Aires, 1997.

BUENO, E.; SALMADOR, M.; LI, D. Guanxi: Concepto E Implicaciones En La Dirección Estratégica De Las Empresas Españolas En China, **Economía industrial**, n. 362, p. 93-102, 2006

CARR, E. H. **Vinte Anos de Crise 1919-1939: Uma Introdução ao Estudo das Relações Internacionais**, Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

CASTELLANOS, M.L. China: ¿el Nuevo Acreedor de Sudamérica?, **GESTIÓN N°226**, p 22-28.

CEAP-EAFIT, **La Presencia de China en América Latina Comercio, Inversión y Cooperación Económica**, Medellín: Centro de Estudios Asia Pacífico de la Universidad EAFIT, 2016.

CENTENO, M. A. **Blood and Debt: War and the nation-state in Latin America**, Pennsylvania: The Pennsylvania State University Press, 2002.

CEPAL. **Perspectivas Económicas de América Latina 2016, Hacia una Nueva Asociación con China**, Santiago de Chile: CEPAL, 2016.

CHEN, X. Happiness and Authenticity: Confucianism and Heidegger, **Journal of Philosophical Research**, Volume 38, p. 261–274, 2013.

CHUN, C. The Underdevelopment of 'South Korean' IR Theories in Modern Times En ACHARYA; BUZAN (eds.), **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and Beyond Asia**, New York and London: Routledge, 2010, p. 69-91.

CLARKE, M. Beijing's March West: 'One Belt, One Road' and China's Continental Frontiers into the 21st Century, Conferencia, PSA conference 2016, Brighton: Political Studies Association. Disponível em: <https://www.psa.ac.uk/sites/default/files/conference/papers/2016/Clarke-PSA-2016-paper.pdf>. acesso em 31 nov. 2017.

CLAUSEWITZ K. **De la Guerra**, Librodot.com, 2002.

CONFUCIO, **Las Analectas**, Madrid: Editorial EDAF S.A, 3era edición, 2006.

CONFUCIUS, Analects, traducido por Eno Robert, **Online Teaching Translation**, 2015, Disponible em: [http://www.indiana.edu/~p374/Analects_of_Confucius_\(Eno-2015\).pdf](http://www.indiana.edu/~p374/Analects_of_Confucius_(Eno-2015).pdf). acceso em: 15 abr. 2017.

CORREA, G.; GONZÁLEZ, J. La Inversión Extranjera Directa: China como Competidor y Socio Estratégico, **Nueva Sociedad**, 203, **Mayo – Junio**, p. 114-127, 2006.

COSTA, W. M. **Geografía Política e Geopolítica. Discurso sobre o Território e o Poder**, São Paulo: Edusp/Hucitec, 1992.

COX, R. W. Fuerzas Sociales, Estado y Órdenes Mundiales: Más allá de la Teoría de las Relaciones Internacionales. En: MORALES, A. (org.), **El poder y el orden mundial**, San José de Costa Rica: FLACSO, 1993, p. 119-197.

_____. Social Forces, States and World Orders: Beyond International Relations Theory, **Millennium – Journal of International Studies**, Vol. 10, no. 2, June, p. 126-155, 1981.

_____. **Globalism, Democracy, Multilateralism**, Lecture in *John W. Holmes Memorial Lecture Series*, Academic Council on the United Nations System, 1992. Disponible em: <http://acuns.org/wp-content/uploads/2009/04/Robert-Cox.pdf>. acceso em 10 dez. 2014.

_____. **Multilateralism and the Democratization of World Order**. Paper for the International Symposium on Sources of Innovation in Multilateralism, Lausanne, Switzerland, 26-28 de Mayo de 1994.

_____. Civilizations: Encounters and Transformations, **Studies in Political Economy**, 47, summer, p. 7-31, 1995.

COX, R. W.; SINCLAIR T. **Approach to the World Order**, Cambridge: Cambridge University Press. 1996.

DEVETAK R. Critical Theory, In Burchill, S.; Linklater A. (Orgs.). **Theories of International Relations**, 3rd Edition, New York: Palgrave Macmillan, 2005, p.138-159.

DELAGE, F. La Política Exterior China en la Era de la Globalización, **Revista CIDOB d’Afers Internacionals**, Barcelona, nº 63, p. 67-81, 2003.

DE LA TORRE, Patricia: **El Poder en Foucoult y Weber**. Brasilia: Dpto. de Sociología, Universidad de Brasil (Mimeo.), 1992.

DESSEIN, B. Yearning for the Lost Paradise: The “Great Unity” (datong) and its Philosophical Interpretations, **Asian Studies**, V (XXI), 1 , 2017, p. 83-102.

DO, T., T. China’s Rise and the ‘Chinese Dream’ in IR Theory, **Second Oceanic Conference on International Studies**, University of Melbourne, 13p, July 2014 .

DOCUMENTO OFICIAL “**Sobre Situación y Política de China Respecto al Empleo**”, Pekín: Oficina de Información del Consejo de Estado de la República de Popular de China, 2004.

DOCUMENTO “**Sobre la Política de China hacia América Latina y El Caribe**”, Libro Blanco, 2008, República Popular China.

DOCUMENTO “**Declaración de Beijing de la Primera Reunión Ministerial del Foro CELAC-China**”, Primera Reunión Ministerial del Foro CELAC – China, Pekín, 8 y 9 de enero 2015. Disponible em: <http://politica-china.org/wp-content/plugins/download-attachments/includes/download.php?id=805>. acceso em 15 feb. 2015.

DOCUMENTO “**Disposiciones Institucionales y Reglas de Funcionamiento del Foro CELAC-China**”, Primera Reunión Ministerial del Foro CELAC – China, Pekín, 8 y 9 de enero 2015.

DOCUMENTO OFICIAL “**Sobre Situación y Política de China Respecto Al Empleo**”, Pekín: Oficina de Información del Consejo de Estado de la República de Popular de China, 2004.

DOCUMENTO “**Plan de Cooperación de los Estados Latinoamericanos y Caribeños – China (2015-2019)**”, Primera Reunión Ministerial del Foro CELAC – China, Pekín, 8 y 9 de enero 2015. Disponible em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_integracao/docs_CELAC/PLCOOP.2015ESP.pdf. acceso em 10 jun. 2016.

DONG, Q.; DAY, K. A Relational Orientation to Communication: Origins, Foundations, and Theorists. **Intercultural Communication Studies**, 13, p. 101-111, 2004.

DOUPE, A. Virtue and the Individual: Confucius' Conception of International Society, **Glendon Papers**, Glendon College, Ontario, Vol. no. 3, p. 1-8, 2003.

DUSSEL, E. Políticas Chinas de Comercio Exterior e Inversión Extranjera y sus Efectos. En **BITTENCOURT G.** (Coord.) **El Impacto de China en América Latina: Comercio e Inversiones**, Montevideo: Red Mercosur de Investigaciones Económicas, 2012, p. 51-80.

ECHAVARRÍA, P. China y América Latina. En Ministerio de Relaciones Exteriores (Eds), **Colombia y China: treinta años de amistad y cooperación**, Bogotá: Editorial Ministerio de Relaciones Exteriores, 2010, p. 29-38.

ELLIS, R. E. El Impacto del Comercio con China en las Economías y Sociedades de América Latina, **Revista de Dinámica de Sistemas**, v. 3, N. 2, Noviembre, p. 85-116, 2007.

_____. The China-CELAC Summit: Opening a New Phase in China-Latin America-U.S. Relations? , enero de 2015. Disponible em: <http://www.manzellareport.com/index.php/world/945-the-china-celac-summit-opening-a-new-phase-in-china-latin-america-u-s-relations>. acceso em 16 jan. 2015.

ERNST & YOUNG REPORT. China Going Global. The Experiences of Chinese enterprises in the Netherlands, UK: **EYGM Limited**, 2012, p. 1-44.

ERTHAL, E. A., DE SOUZA, N. N. Cooperación China en América Latina. Las Implicaciones de la Asistencia para el Desarrollo, **Íconos**, n. 47, p. 69-85, 2013.

- FEYERABEND, P. **Tratado Contra el Método**, Madrid, Editorial Tecnos, 1988.
- FIORI, J.L.; PADULA, R.; VATER, M.C. (eds.) “A Projeção do Brasil na América do Sul e na África Subsaariana, e o Controle da Bacia do Atlântico Sul”. **Relatório de Pesquisa, CGEE**, Brasília: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos, 2013.
- GALLAGHER, K.; IRWIN, A.; KOLESKI, K. The New Banks in Town: Chinese finance in Latin America, Inter-American Dialogue, **Interamerican Dialogue Report**, p. 1-40, Febrero 2012.
- GALLAGHER, K.; IRWIN, A.; KOLESKI, K. ¿Un Mejor trato? Análisis comparativo de los Préstamos Chinos en América Latina, **Cuaderno de trabajo n°1**, México: Centro de Estudios China México, 2013.
- GALLAGHER, K. **The China Triangle: Latin America's China boom and the fate of the Washington Consensus**. New York: Oxford University Press, 2016
- GLASER, B. S.; MURPHY, M. E. Soft Power with Chinese Characteristics: The Ongoing Debate. **Policy**, p. 10–26, 2009.
- GODEHARDT N. The Chinese Meaning of Just War and Its Impact on the Foreign Policy of the People’s Republic of China, **GIGA Research Programme: Violence, Power and Security**, N° 88, September, 39p, 2008.
- GRAMSCI, A. **Notas sobre Maquiavelo, sobre la Política, y sobre el Estado Moderno**, Madrid: Ediciones Nueva Visión, 1980.
- _____. **Selections from the Prison Notebooks**, New York: International Publishers, 1971.
- GRANADOS, U; ELLIS, R. La Conquista China de Latinoamérica, **Foreign Affairs Latinoamérica**, Vol. 15: Núm. 1, p. 42-50, 2015.
- GUELAR, D. **La Invasión Silenciosa. El desembarco chino en América del Sur**. Buenos Aires. Debate, 2013
- HO, D., Y. On the Concept of Face, **American Journal of Sociology**, Vol. 81, No. 4, p. 867-884, 1976.
- HOBBSBAWN E. **Historia del Siglo XX**, Barcelona: Editorial Crítica, 2003.
- HSU, C. Applying Confucian Ethics to International Relations, en ROSENTHAL, J (ed.) **Ethics and International Affairs**, Georgetown University Press, 1999, p. 148-69.
- HUNTINGTON, S. **El orden Político en las Sociedades en Cambio**, Barcelona: Editorial Paidós 1996.
- INTERNATIONAL ENERGY AGENCY (IEA). People’s Republic of China, **Oil & Gas Security, Emergency Response of IEA countries**, IEA, p. 1-19, 2012.

IRWIN, A.; GALLAGHER, K. Exporting National Champions: China's OFDI Finance in Comparative Perspective, **GEGI Working Paper**, Paper 6, June Boston: Boston University, p. 1-41, 2014.

ITURRE, M. **China en Sudamérica: Algo más que Sed de Energía**, Ponencia: III Encuentro del Centro de Reflexión en Política Internacional (CERPI) – I Jornadas del CENSUD, La Plata, 2007. Disponible em: http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/41111/Documento_completo.pdf?sequence=1. acceso em 5 mar. 2015.

JACKSON, R.; SORENSEN, G. **Introduction to International Relations: Theories and Approaches**, Oxford University Press, New York, 2003.

JIANG, S. Una Mirada China a las Relaciones con América Latina, **Nueva Sociedad**, v. 203, p. 62-78, 2006.

KENNEDY, P. **Auge y Caída de las Grandes Potencias**, Madrid: Plaza y Jánés eds., 1990.

KISSINGER, H. **La Diplomacia**, México: Fondo de Cultura Económica, 1995.

KJELLEN, R. Autarquía, en Rattenbach A. (Edit.), **Antología Geopolítica Completa**, Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1975, p 53-62.

KLARE, M. **Rising Powers, Shrinking Planet**. Glasgow: Bell & Bain, 2008.

KUCHER, F. Otra Dosis del Swap Chino, **Pagina 12**. Disponible em: <http://www.pagina12.com.ar/diario/economia/2-265123-2015-01-31.html>, acceso em 13 jul. 2015.

KUHN, T.S. **La Estructura de las Revoluciones Científicas**, Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2004.

LACLAU, E. y CHANTAL M., **Hegemonía y Estrategia Socialista. Hacia una Radicalización de la Democracia**, Madrid: Siglo XXI de España editores, 1987.

LAI, D. **Learning from the Stones: A Go Approach to Mastering China's Strategic Concept, Shi**, Strategic Studies Institute (SSI), 2004.

LI, C. The Philosophy of Harmony in Classical Confucianism, **Philosophy Compass**, 3/3, p. 423–435, 2008.

LICHTENSTEIN, D. China y su estrategia del «Go Out»: «La disminución del rol del Estado y la emergencia del Mercado dentro de la política de reforma y apertura», Buenos Aires: **Tesina N° 223, Universidad de Belgrano**, p. 1-21, 2006.

LING, L.H.M. What's in a Name? A Critical Interrogation of “The Chinese School of IR”, en Richard Little, Yongjin Zhang, and Simon Chang (eds.), **Constructing a Chinese School(s) of IR: Ongoing Debates and Critical Assessment**, London: Routledge, 2016, p. 1-35. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/296484345_What%27s_in_a_Name_A_Critical_Interrogation_of_the_Chinese_School_of_IR. acesso em 10 mai. 2017.

LUNA, M. República Popular de China: Un Dragón que despierta, Universidad Tecnológica de México, s/f. Disponível em: <http://www.econlink.com.ar/economia-china>, acesso em 12 sep. 2017.

MACKINDER, H. J. The Geographical Pivot of History, **The Geographical Journal**, vol. 170, nº. 4, p. 298–321, 2004.

_____. **Democratic Ideals and Reality: A Study in the Politics of Reconstruction**, Washington, DC: National Defense University Press, 1996.

MALDONADO, C. China Incrementa su Influencia Militar en América Latina, 23 de octubre de 2010. Disponível em: <http://www.onemagazine.es/noticia/2990/sin-especificar/china-incrementa-su-influencia-militar-en-america-latina.html>. acesso em 29 mai. 2014.

MALENA, J. **El segmento Paz y Seguridad del Libro Blanco de las Relaciones de China con América Latina: Análisis de los Enunciados y los Hechos de la Relación Militar Bilateral**. Ponencia presentada en Nombre del II Simposio Electrónico Internacional Política China, marzo de 2012. Disponível em: <http://www.asiared.com/es/downloads2/m3-jorge-malena.pdf>. acesso em 10 feb. 2014.

_____. Evolution of China's Diplomacy in the Last 25 years, with an Emphasis on Sino-Latin American Relations. **Revista Electrónica Jiexi Zhongguo**, Observatorio de la Política China, Primer Trimestre, p.17-23, 2015. Disponível em: http://www.politica-china.org/imxd/noticias/doc/1419601665jiexi_zhongguo14.pdf. acesso em 27 abr. 2015.

MARCELLA, G. La Actividad Militar China en América Latina, **Air & Space Power Journal**, p. 38-42, 2012. Publicado anteriormente en inglés en la edición de Invierno 2012 del Americas Quarterly (www.americasquarterly.org).

MEDEIROS, C. A. Globalização e a Inserção Internacional Diferenciada da Ásia E América Latina, Rio de Janeiro: Instituto de Economia, UFRJ, 65p. Originalmente publicado en: Tavares, M. C.; Fiori, J. L. (Org.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1997. Disponível em: <http://www.ie.ufrj.br/ecopol/pdfs/42/g19.pdf>. acesso em 7 feb. 2018.

_____. O Ciclo Recente de Crescimento Chinês e seus Desafios, **Textos Avulsos**, no. 3, Campinas: Unicamp / Instituto de Economia Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica, Junho, 23p., 2010.

MEDEIROS, C & SERRANO, F. Padrões Monetários Internacionais e Crescimento, 24p., 1999, Rio de Janeiro: Instituto de Economía, UFRJ. Originalmente publicado en Fiori, J. L. **Estados e Moedas no Desenvolvimento das Nações**, Petropoli 2000: Editora Vozes, 1999, p. 119-154. Disponível em:

http://www.ie.ufrj.br/intranet/ie/userintranet/hpp/arquivos/310120164031_medeiros_serrano_padres_monetrios_1999.pdf. acesso em 7 feb. 2018.

MELLO, L. A. **A geopolítica do Brasil e a Bacia do Prata**. Manaus: Ed.Univ. de Manaus, 1997.

_____. **Quem tem Medo da Geopolítica?** São Paulo: Edusp/Hucitec. 1999.

MIRANDA R. Argentina con China: el Riesgo de la Bonanza, **Estudios Internacionales 180**, Instituto de Estudios Internacionales – Universidad de Chile, p. 91-116, 2015.

MOHAMMADI A., M. **Critical Rationalism and Macrosociology of Globalisation**. Tesis, School of Geography, Politics and Sociology Department of Politics, Newcastle University, 364p, 2011,

MONCAYO G., P. **Geopolítica: Espacio y poder**, Quito: ESPE, 2016.

MONGE, C. China y América Latina: Asimetrías y Realineamientos en el Marco de la Construcción de un Nuevo Orden Mundial. **Colección Ideas**. Año 13 N°126, p. 1-26, 2012.

MYERS, M; GALLAGHER, K.; YUAN, F. Chinese Finance to LAC In 2015: Doubling Down. China-Latin America Report, **Interamerican Dialogue Report**, 9p, february, 2016.

MYERS, M; GALLAGHER, K. Chinese Finance to LAC, En 2016: China-Latin America Report, **Global Economic Governance Initiative / Interamerican Dialogue Report**, February, 8p, 2017.

MYERS, M. China & LAC: Doing the Math, The Interamerican Dialogue, julio de 2015. Disponível em: <https://www.thedialogue.org/blogs/2015/07/china-lac-doing-the-math/>. acesso em 30 ago. 2015.

NATHAN, A.; SCOBELL, A. How China Sees America. The Sum of Beijing's Fears, **Foreign Affairs**, Volume 91, Number 5, p. 31-47, 2012.

NATHAN, A. China's Search for Security, Seul: Mesa Redonda, The Asan Institute for Policy Studies, marzo, p. 8, 2015. Disponível em: <http://en.asaninst.org/contents/andrew-j-nathan-chinas-search-for-security/>. acesso em 7 dez. 2017.

NAUGHTON, B. **The Chinese Economy: transitions and growth**. Cambridge, MA: MIT Press, 2007.

NOYOLA, A. ¿Montevideo, la capital latinoamericana del yuan?, Septiembre 2014, disponível em: www.obela.org, acesso em 10 de junio de 2015.

_____. China Convertida en Banquero de la Región Latinoamericana, marzo de 2015. Disponível em: <https://www.nodal.am/2015/03/china-convertida-en-banquero-de-la-region-latinoamericana-por-ariel-noyola-rodriguez/>. acesso em 10 jun. 2015.

NYE, J. S. Soft Power, **Foreign Policy**, No. 80, autumn, p. 153-171, 1990.

_____. Soft Power: The Means to Success in World Politics, Chapter 4, en NYE, **Wielding Soft Power**, Public Affairs, 2004.

O'DONELL, G. **Modernización y Autoritarismo**, Buenos Aires: Paidós, 1972.

ONUF Nicholas & F. KLINK. Anarchy, Authority, Rule, *International Studies Quarterly*, **Blackwell Publishing**, Vol 22, No.2 (jun.) p. 149-173, 1989.

ORDOÑEZ DE PABLOS, P. La Importancia del Guanxi, Renqing y Xingyong en las Relaciones Empresariales en China, **Tribuna de Economía**. Nº 818, Octubre-Noviembre, p. 221-234, 2004.

ORTIZ, S. Inversión Extranjera Directa de China en América Latina y el Caribe, aspectos metodológicos y tendencias durante 2001-2016, **Economía Informa** | 406 | septiembre-octubre, p. 4-17, 2017

OVIEDO, E.D. China: Visión y Práctica de sus Llamadas Relaciones Estratégicas. **Estudios de Asia y África**, El Colegio de México, Vol. XLI (3), Nº 131, p. 385-404, 2006.

OVIEDO D. Argentina y China: Causas de la Disputa en Torno al Aceite de Soja, **Estudios de Asia y África**, El Colegio de México, Vol. XLVII: 2, p. 337-376, 2012

OVIEDO, E. D. Las Relaciones entre China y América Latina: Una Visión Contextualizadora; **Observatorio Política China**, 22p, 2014. Disponível em: <http://politica-china.org/wp-content/plugins/download-attachments/includes/download.php?id=908>. acesso em 30 ago. 2015

PADULA, R. A Geopolítica da Bacia do Pacífico e a Integração Regional na América do Sul, **Revista IMEA UNILA**, Vol. 1, Num. 2, p. 30-47, 2013.

_____. Disputa para uma Agenda de Segurança na América do Sul, **Revista IMEA UNILA**, Vol. 1, Num. 2, p. 30-47, 2013, *Revista da Escola de Guerra Naval*, v.21, p221-262, 2015.

PINTO, E. C.; CINTRA, M. América Latina e China: Limites Econômicos e Políticos ao Desenvolvimento, **Texto para Discussão 012**, Instituto de Economia, UFRJ, 2015. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2015/TD_IE_012_2015_PINTO_CINTRA.pdf. acesso em 29 jun. 2015.

POPPER, K. **A Miséria Do Historicismo**, São Paulo, EDUSP, 1980.

PREBISCH, R. **El Desarrollo Económico de la América Latina y Algunos de sus Principales Problemas**. CEPAL-Naciones Unidas, publicación original en 1949. Disponível

em: http://prebisch.cepal.org/sites/default/files/2013/prebisch_el_desarrollo_eco.pdf. acceso em 12 dez. 2015

QIN, Y. Why is There no Chinese International Relations Theory? **International Relations of the Asia-Pacific**, v. 7, Issue 3, p. 313–340, 2007.

_____. Development of International Relations Theory in China. **International Studies**, v. 46, N. 1-2, p. 185–201, 2009.

_____. Why is There no Chinese International Relations Theory?, en ACHARYA, A.; BUZAN, B., **Non-Western International Relations Theory: Perspectives on and beyond Asia**, New York and London: Routledge, 2010, p. 26-50.

_____. Development of International Relations theory in China: Progress through Debates, **International Relations of the Asia-Pacific**, v.11, N. 2, p. 231–257, 2011.

_____. Pensamiento Chino y Relaciones Internacionales: Dos miradas, **Documentos CIDOB ASIA**, n. 28, Julio, 17p., 2013

RATZEL, F.J. A Relação entre o Solo, a Sociedade e o Estado, **Revista do Departamento de Geografia FFLCH-USP**, n 02, p. 92-101,1983.

_____. Geografia do Homem (antropogeografia). In: MORAES, Antonio Carlos Robert (Org.) **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990, p. 32-107.

REGALADO E. Current Economic Relations Between China and Latin America, Institute of Developing Economies, **Japan External Trade organization, No.448 V.R.F Series**, March 2009. Disponível em: <http://www.ide.go.jp/English/Publish/Download/Vrf/pdf/448.pdf>. acesso em 2 jan 2015.

REUS-SMIT C. Constructivism. En Burchill, S.; Linklater A. (Orgs.). **Theories of International Relations**, 3rd Edition, New York: Palgrave Macmillan, 2005, p. 188-212.

REYES, M. El Rol del Estado: Agenda y Desafíos entre China y América del Sur. **Oikos**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 37-65, 2010a.

_____. La Inteligencia China, un Acercamiento Histórico Cultural, en Rivera, F. (Ed.). **Inteligencia Estratégica y Prospectiva**, Quito: Flacso, 2010b, p. 197-214.

_____. Comprendiendo China: Elementos Fundamentales para una Agenda de Beneficios Mutuos **Revista de Política Exterior Línea Sur**, n. 2, Mayo, Quito: Ministerio de Relaciones Exteriores, Comercio e Integración, p. 126-143, 2012.

REYES, M.; BONILLA M. Las Relaciones China-Ecuador 2007-2016: un acercamiento estratégico”. En Xulio Rios, ed. **Colección de Estudios Iberoamericanos (2016-2017)**. Xushou: Academia de Ciencias Sociales, 2018, en imprenta.

REYES, M.; PÉREZ, D. Fe Común con los Países en Desarrollo: Entrevista al Profesor Shi Yinhong. **Revista China Hoy**, febrero 2010. Disponível em:

http://www.chinatoday.com.cn/ctspanish/se/txt/2010-01/29/content_243399.htm. acceso em 15 abr. 2010.

RÍOS, X. China-América Latina y Caribe: Otra Relación para otro Futuro, **Pensamiento Propio**, N. 44, Volumen 21, julio-diciembre, p. 217-248, 2016.

ROCHA, M. China en Transformación: la Doctrina del Desarrollo Pacífico. **Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal**, 2006. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=59918604>, acceso em 15 dez. 2017.

RODRÍGUEZ M. La Batalla Diplomática de Beijing y Taipei en América Latina y el Caribe, **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, N. 81, marzo-abril. p. 209-231, 2008.

ROSALES, A. R. Brasil y Perú Acaparan la IED China en América Latina, **El Economista**, febrero, 2015. Disponível em: <https://www.economista.com.mx/economia/Brasil-y-Peru-acaparan-la-IED-china-en-America-Latina-20150215-0102.html>, acceso em 10 feb. 2017.

ROSENAU, P. M. **Post-Modernism and the Social Sciences**. Princeton: Princeton University Press, 1992

ROSERO, V. La Cooperación Internacional como Mecanismo de Ayuda Oficial al Desarrollo en el Ecuador: Caso de estudio China. Periodo 2008-2014, tesina, Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales, 92 p., 2014.

ROUQUIÉ, A. **América Latina: Introducción al Extremo Occidente**, México: Siglo XXI, 1987.

SALLUM, B. Jr.; PALACIOS G. Brasil bajo Cardoso: Neoliberalismo y Desarrollismo, **Foro Internacional**, Vol. 40, No. 4 (162) (Oct. – Dec.), p. 743-775, 2000.

SALOMÓN, M. La Teoría de las Relaciones Internacionales en los Albores del Siglo XXI: Diálogo, Disidencia, Aproximaciones. **Revista Electrónica de Estudios Internacionales**, n. 56, p. 1-59, 2002.

SHI, Y. China's Soft Power and Peacefull Rise, **Zhongguo Pinglun**, N.118, 2007.

_____. **Contemporary China: Tradition, Political Leadership, and Foreign Policy**, Ponencia, *mimeo*, Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales de Ecuador, Octubre de 2009.

_____. **China's Soft Power and Peaceful Rise: What China Has and Has Not Yet**, Ponencia, *mime_o*. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales de Ecuador, Octubre de 2009.

_____. **China's Complicated Foreign Policy under Xi Jinping, and Evolving Strategic Rivalry against the U.S. with Its Associates**, Paper, European Institute for Asian Studies, 2014. Disponível em: www.eias.org/sites/.../EIAS_Presentation_Shi_Yinhong_27.11.2014.pdf. acceso em 3 feb. 2015

SONG, X. China y América Latina en un Mundo en Transformación: una visión desde China. En Bonilla, A.; Millet, P (Edits.) **América Latina, Caribe y China: escenarios estratégicos subregionales**; San Jose: FLACSO, 2015, p. 51-74.

SPYKMAN, N. **Estados Unidos Frente al Mundo**. México: Fondo de Cultura Económica, 1944.

_____. Las dos Américas, en **Antología geopolítica completa**, Buenos Aires: Editorial Pleamar, 1975, p.161-190.

STALNAKER A. Xunzi's Moral Analysis of War and some of its Contemporary Implications, **Journal Of Military Ethics**, 11:2, p. 97-113, 2012.

STEINMÜLLER, H. A **'face project' and a funeral: Everyday forms of state formation in central China**, Paper, London School of Economics, Department for Social Anthropology, mimeo, 9p, June 2007.

STRANGE S. International Economics and International Relations: A Case of Mutual Neglect, **International Affairs**, Vol. 46, No. 2, April, p. 304-315, 1970

SUN, H. China y América Latina, ¿Una Relación con Futuro? Entrevista, BBC, 22 octubre 2012. Disponible em:
http://www.bbc.com/mundo/noticias/2012/10/121017_china_comercio_america_latina_ar.
acceso em 31 jun. 2017.

SUN TZU, **El Arte de la Guerra**, Biblioteca Virtual Universal, Disponible em:
<http://www.biblioteca.org.ar/libros/656228.pdf>. acceso em 10 jun. 2015.

TAMAKI, T. Confusing Confucius in Asian Values? A Constructivist Critique. *International Relations*, Sage, **Sagepublications.com**, p. 285-304, 2007. Disponible em:
<http://brianventura.files.wordpress.com/2010/02/confusing-confucius-in-asian-values.pdf>.
acceso em 10 jun. 2014.

TAVARES, M. C. "A Retomada da Hegemonia Norte-Americana". **Revista de Economia Política**, Vol. 5, nº 2, p. 5-15, 1985.

TILLY, C. War Making and State Making as Organized Crime. En EVANS, P.; RUESCHEMEYER, D; and SKOCPOL, T. (eds.) **Bringing the State Back**. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

U.S. Energy Information Administration (EIA), China International Analysis, **U.S. EIA Report**, 4 de noviembre de 2016. Disponible em:
https://energy.gov/sites/prod/files/2016/04/f30/China_International_Analysis_US.pdf. acceso em 6 feb. de 2018.

UTRERA, G., Para qué Sirve el "swap" con China, **La Voz**. Disponible em:
<http://www.lavoz.com.ar/negocios/para-que-sirve-el-swap-con-china>, acceso em 13 jul. 2015

VALENZUELA, J. **Long-term Topics in the China-CELAC Relation**, Ponencia Tercer Foro de Alto Nivel China – América Latina., Santiago de Chile, Chile, Universidad Nacional Andrés Bello (UNAB), Centro de Estudios Latinoamericanos sobre China (CELC), 23 de noviembre, 2014.

VAN NORDEN, B. A Guide to Reading Three Kingdoms, based on the abridged translation by Moss Roberts, 5p, 2013. Disponível em: <http://facultysites.vassar.edu/brvannor/ThreeKingdoms.pdf>, acesso 10 de mai. 2017.

WALTZ, K. **Theory of International Politics**. Nueva York: Random House, 1979.

WANG, Y. Explaining the Tribute System: Power, Confucianism, and War in Medieval East Asia, **Journal of East Asian Studies**, 13, p. 207–232, 2013.

WATSON, A. **The evolution of International Society**, London: Routledge, 1992

WEBER, M. **Economía y Sociedad**. México: Fondo de la cultura económica, 1era edición, 1942.

WENDT, A. The Agent-Structure Problem in International Relations Theory, **International Organization**, Vol. 41, No. 3, Summer, p. 335-370, 1987.

_____. Anarchy is What States Make of It: The Social Construction of Power Politics”. **International Organization**, Vol. 46, No. 2, spring, p. 391-425, 1992.

_____. **Social Theory of International Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WITKER, J. El Tratado de Libre Comercio Chile – China; **Revista China Hoy**, Vol. XLVIII, NO. 4, abril del 2007.

WU, Yan. Creado en China: ¿Etiqueta del Futuro?, **Revista China Hoy**, noviembre de 2006. Disponível em: <http://www.chinatoday.com.cn/hoy/2006n/s2006n1/sp39.htm>. acesso em 10 sept. 2007.

XU, S. Las Diferentes Etapas de las Relaciones Sino-Americanas. **Nueva Sociedad**, V. 203, p. 102-113, 2006.

YAO, X. Conflict, Peace and Ethical Solutions: A Confucian Perspective on War, **Journal of East Asian Studies**. Vol. 4, No. 2, Academy of East Asian Studies, p. 89-111, 2004.

ZHANG, L. Cambio de Modalidad del Comercio Exterior de China, **Revista China Hoy**, Marzo de 2015. Disponível em: http://www.chinatoday.mx/eco/analys/content/2015-03/19/content_678823.htm. acesso em 10 mar. 2016.

ZHANG, L. China's Traditional Values and Modern Foreign Policy, **Window into China series**, Beijing, Carnegie Tsinghua, Center for Global Policy, January 15th, 2013. Disponível em: <http://carnegietsinghua.org/2013/01/15/china-s-traditional-values-and-modern-foreign-policy-pub-50629>. acesso em: 10 Ago. 2017.

ZHANG W. **The China Wave: Rise of a Civilizational State**, New Jersey: World Century Publishing Corporation, 2011.

ZHOU, L. Los Dilemas Geopolíticos para la Emergencia de China en el Siglo XXI. Una Posible Salida a la búsqueda del Poder Marítimo en el Mar del Sur de China y el Océano Índico a través del Imaginario “String of Pearls”. Ponencia, IV Simposio Electrónico Internacional sobre Política China, Observatorio de Política China, marzo de 2014, 19p. Disponible em: http://www.asiared.com/es/downloads2/14_3s_zhou_liying.pdf. acceso em 13 jun. 2016

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AGENCIA CHILENA DE COOPERACIÓN INTERNACIONAL PARA EL DESARROLLO (AGCI), OCDE y CAD, Disponible em: <https://www.agci.cl/index.php/ocde-y-cad>. acceso em 15 dez. 2017.

ARENAL, C. **Introducción a las Relaciones Internacionales**, Madrid: Tecnos (3a. ed.) 1990. (Como citado en Salomón, 2005)

ARMY WAR COLLEGE STRATEGIC STUDIES INSTITUTE (SSI), publicaciones relacionadas al: Center for Hemispheric Defense Studies, Disponible en el buscador insitucional, <https://ssi.armywarcollege.edu/pubs/>, visitada el 17 de junio de 2015.

ASAMBLEA NACIONAL DE LA REPÚBLICA BOLIVARIANA DE VENEZUELA, Ley aprobatoria del segundo protocolo de enmienda al acuerdo entre el gobierno de la República Bolivariana de Venezuela y el gobierno de la República Popular China sobre el Fondo de Financiamiento Conjunto Chino-Venezolano, Asamblea Nacional N° 1022, 22 de mayo de 2012. Disponible em: <http://chinaenamericalatina.info/wp-content/uploads/2016/09/Protocolo-de-Fondo-Chino-Venezolano-montos.pdf>. acceso em 12 dez. 2017

BBC MUNDO. China y América Latina, ¿una relación con futuro?, entrevista a Sun Hongbo, 22 oct. 2012. Disponible em: http://www.bbc.com/mundo/noticias/2012/10/121017_china_comercio_america_latina_ar. Visitado, el 10 de nov. de 2017.

_____. Quién es Wang Huning, 10 de nov. 2017, disponible en <http://www.bbc.com/mundo/noticias-internacional-41932320>. acceso em 11 nov. 2017

BASE DE DATOS DATASUR. Disponible em: <http://www.datasur.com/datamerica.php>. acceso em 16 feb. 2017

BELL, D. «Introduction», en: **Xuetong Yan. Ancient Chinese Thought, Modern Chinese Power**. Princeton: Princeton University Press, 2011 (Como citado en Qin, 2013).

BRAUDEL, F. Histoire et Sciences Sociales: La Longue Durée. **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**, 13: 4, 1958, p. 725-753 (Como citado en Cox, 1981).

BRAUDEL, F. **A History of Civilizations**, London: Penguin Press, 1994 (Como citado en Cox, 1995).

CENTRO DE ESTUDIOS CHINA MÉXICO; Página web, México. Disponible em: <http://www.economia.unam.mx/cechimex/index.php/es/cuadernos>, acceso em 15 mai. 2015.

CEPAL, **América Latina y el Caribe y China. Hacia una nueva era de cooperación económica**. Santiago de Chile, CEPAL 2015 (Como citado en Ortiz, 2017).

CEPAL. 2016. **Relaciones económicas entre América Latina y el Caribe y China**.

Oportunidades y Desafíos. Santiago de Chile, CEPAL 2015 (Como citado en Ríos, 2016; y Ortiz, 2017)

CHAN, W. (1963). *A Source Book in Chinese philosophy*. Princeton, NJ: Princeton University Press (Como citado en Dong & Day, 2004).

CHINA GLOBAL INVESTMENT TRACKER. Disponível em: <http://www.aei.org/china-global-investment-tracker/>. acesso em mar. – ago. 2017.

COLEGIO DE MÉXICO, Perfiles de docentes. Disponível em: <http://ceaa.colmex.mx/areas-de-especializaciom/china>. acesso em 20 mai. 2015.

COLEGIO DE MÉXICO, Catálogo de Publicaciones. Disponível em: <http://ceaa.colmex.mx/catalogo-de-publicaciones/2014-09-04-15-45-56>. acesso em 20 mai. 2015.

CONFUCIANWEEKLY.COM, Individuality and Authenticity in Confucianism 儒家思想中的个性与真实性. Disponível em: <https://confucianweekly.com/2017/07/17/individuality-and-authenticity-in-confucianism-%e5%84%92%e5%ae%b6%e6%80%9d%e6%83%b3%e4%b8%ad%e7%9a%84%e4%b8%aa%e6%80%a7%e4%b8%8e%e7%9c%9f%e5%ae%9e%e6%80%a7/>>. acesso em 30 jul. 2017.

CONFUCIUS. *The Analects*. In *The Four Books and Five Classics*, Vol. 1, ed. XiaoMing Yang. Chengdu, China: Bachu Publishing House, 1996 (Como citado em Chen, 2013).

COX, R. W. **The New Realism: Perspectives on Multilateralism and World Order**, New York: United Nations University, 1997 (Como citado em Chun, 2010).

_____. (1983) ‘**Gramsci, Hegemony and International Relations**’, *Millennium*, 12(2). (Como citado em Devetak, 2005).

_____. *Civilizations and the twenty-first century*, in MOZAFFARI, M., (ed.) **Globalization and Civilizations**, Routledge, London, p. 1-23, 2002 (Como citado em Mohammadi, 2011).

DAWSON, R. **Confucius**. Oxford: Oxford U. Press, 1981 (Como citado em Doupe, 2003).

DING, W. (1997). *Understanding Confucius*. Beijing, China: Panda Books. (Como citado em Dong & Day, 2004).

DOMÍNGUEZ, J. I. **China’s Relations with Latin America: Shared Gains, Asymmetric Hopes**, Inter-America Dialogue Working Paper, Washington, 2006 (Como citado em CEAP-EAFIT, 2016)

DUSSEL, P.; ORTIZ, V., **Monitor de la OFDI de China en América Latina y el Caribe**. México: Red Académica de América Latina y el Caribe sobre China. 2017, (Como citado em Ortiz, 2017).

ELECONOMISTA.ES, Wen Jiabao Cierra su Visita a Argentina con Acuerdos y Propuesta al Mercosur, 26 de junio de 2012. Disponível em: <https://www.eleconomista.es/internacional/noticias/4071537/06/12/Wen-Jiabao-cierra-su-visita-a-Argentina-con-acuerdos-y-propuesta-al-Mercosur.html>. acesso em 10 nov. 2017.

ELLIS, R. E. **China on the Ground in Latin America: Challenges for the Chinese and Impacts on the Region**. Nueva York: Palgrave-Macmillan, 2014a. (Como citado en CEAP-EAFIT, 2016).

_____. **China-Latin America Military Engagement: Good Will, Good Business and Strategic Position**, Carlisle, PA: US Army War College Strategic Studies Institute, 2011, (Como citado en Malena, 2012).

EMBAJADA DE CHINA EN URUGUAY, China y Uruguay Establecen Asociación Estratégica, octubre de 2016. Disponível em: <http://uy.china-embassy.org/esp/gdxw/t1406921.htm>. acesso em 15 ago. 2017.

EMBAIXADA DA RPC NO BRASIL, China a América Latina Fortalecerão Relações Militares, 21 noviembre 2011. Disponível em: <http://tinyurl.com/kh57xjc> (Como citado en Erthal y Souza 2013)

EL UNIVERSAL. PDVSA y CNPC de China colocan piedra fundacional de refinería Jie Yang, Abril de 2012. Disponível em: <http://www.eluniversal.com/economia/120427/pdvsa-y-cnpc-de-china-colocan-piedra-fundacional-de-refineria-jie-yang>. acesso em 20 jan. 2017

ESCUELA DE NEGOCIOS INTERNACIONALES DE ESPAÑA, TLC Chile-China, Disponível em: <http://www.reingex.com/China-Chile-TLC.shtml>. acesso em 10 nov. de 2017

ESCUELA DE NEGOCIOS INTERNACIONALES DE ESPAÑA, TLC Perú-China, Disponible en <http://www.reingex.com/China-Peru-TLC.shtml>, Acesso em 10 de noviembre de 2017.

FEI, X. From the Soil. **The Foundations of Chinese Society**, Berkeley, University of California Press, 1992 (Como citado en ORDOÑEZ, 2006).

FIORI, J. L. Curso: Poder, História e Termodinâmica, Programa de pós-graduação Economia Política Internacional, Rio de Janeiro, Universidade Federal de Rio de Janeiro, septiembre de 2014

GALLAGHER, K., MYERS, M. China-Latin America Finance Database, Inter-American Dialogue, s/f. (Como citado en NAYOLA 2015).

_____. China Keeps Credit Flowing to Latin America's fragile economies», The Financial Times, 27 de febrero de 2015. (Como citado en NAYOLA 2015).

GE Z. Zhongguo **Sixiang Shi (A Chinese Intellectual History)**. Shanghai: Fudan University Press, 2001 (Como citado en Qin, 2010).

GLOBAL ASIA. China Financia América Latina, Abril 2014, Disponível em: <http://www.globalasia.com/actualidad/economia/china-financia-america-latina> (Como citado en ALVAREZ, 2014).

HAN, T. (韩欢平), Weiqi: The Surrounding Game, A Basic Guide to One of China's most Popular Games, 08·19·2014. Disponível em:

<http://www.theworldofchinese.com/2014/08/weiqi-the-surrounding-game/>. acceso em 13 sep. 2015.

HE, Z. **An Intellectual History of China**, Beijing: Foreign Language Press, 199 (Como citado en Qin, 2007).

HERNÁNDEZ C. China y su agresiva política militar para Latinoamérica, Infodefensa.com, septiembre de 2016. Disponible em: <http://www.infodefensa.com/latam/2016/09/21/opinion-china-agresiva-penetracion-campo-militar-latinoamerica-caribe.php>. acceso em 15 ago. 2017.

HERRLEE G., C. **Confucius: The Man and the Myth**, London: Routledge & Kegan Paul Ltd, 1951, (Como citado en DOUPE, 2003).

HISPANTV.COM. Armas chinas ganan peso en los ejércitos del mundo', 2 de marzo de 2017. Disponible em: <http://www.hispantv.com/noticias/china/334659/aumentar-exportacion-armas-ejercitos-mundo>. acceso em 29 jun. 2017.

KEOHANE, R. O. **After Hegemony: Cooperation and Discord in the World Political Economy**, Princeton, 1984 (Como citado en Devetak, 2005).

_____. **International Institutions and State Power: Essays in International Relations Theory**, Boulder, 1989. (Como citado en Devetak, 2005).

KLARE, M. The New Geopolitics of Energy, The Nation, Monday 19, May, 2008 (Como citado en Moncayo, 2016).

LATINOAMERICA HOY (marzo, 2016). Disponible em: <https://latinamericahoy.es/2016/03/20/evolucion-del-comercio-america-latina-china-1984-2014/>. acceso em 16 feb. 2017.

LI, Z., **Zhongguo Xiandai Sixiangshi Lun (On the Intellectual History of Modern China)**, Tianjing: Tianjing Social Sciences Academy Press. 2003 (como citado en Qin, 2010).

LIJI. 1988. En **Si Shu Wu Jing**. Vol.2. Beijing: Zhongguo shudian (como citado en Dessein, 2017).

MAQUIAVELO, N. **The Prince**; Adams, Robert M. (ed.), Nueva York: W.W. Norton, 1977 (Como citado en Cox, 1993).

MINISTERIO DEL PODER POPULAR DEL PETROLEO, Venezuela y China firmaron acuerdos por 2 mil 200 millones de dólares, noviembre de 2016. Disponible em: <http://www.mpetromin.gob.ve/portalmenpet/noticias.php?option=view&idNot=4132>. acceso em 20 jan. 2017.

MINISTERIO DEL PODER POPULAR PARA LA COMUNICACIÓN Y LA INFORMACIÓN, Fondo Chino-Venezolano ha Permitido Recursos para 220 Proyectos Sociales y Económicos, septiembre de 2014. Disponible em: <http://minci.gob.ve/2014/09/fondo-chino-venezolano-ha-permitido-recursos-para-220-proyectos-sociales-y-economicos/>. acceso em 10 dez. 2017

MINUTO A MINUTO, La Ciudad También Consigue Préstamos de China para Comprar Vagones para el Subte, 18 de agosto de 2014. Disponible em: <http://www.minutouno.com/notas/333467-la-ciudad-tambien-consigue-prestamos-china-comprar-vagones-el-subte>, acceso em 8 jul. 2015.

MINUTO 1, ¿Qué es el Swap chino y para qué Sirve?, 31 de octubre de 2014. Disponible em: <http://www.minutouno.com/notas/342614-que-es-el-swap-chino-y-que-sirve>. acceso em 5 jul. 2015.

OBSERVATORIO DE POLÍTICA CHINA, revista, Jiexi Zhongguo, Disponible em: <http://www.politica-china.org/nova.php?id=2467&clase=32&lg=gal>). acceso em 13 mai 2015.

OECD, Adhesión al Comité de Ayuda al Desarrollo. Disponible em: [http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:LgjuI64u9ucJ:www.oecd.org/dac/dac-global-relations/SPANISH%2520-%252002-02-15%2520-%2520Joining%2520the%2520DAC%2520\(2\).pdf+&cd=3&hl=es-419&ct=clnk&gl=ec](http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:LgjuI64u9ucJ:www.oecd.org/dac/dac-global-relations/SPANISH%2520-%252002-02-15%2520-%2520Joining%2520the%2520DAC%2520(2).pdf+&cd=3&hl=es-419&ct=clnk&gl=ec). acceso em 15 dez. 2017.

OFICINA DE INFORMACIÓN DEL CONSEJO DE ESTADO DE LA RPC, Defensa Nacional de China, ediciones de los años 2002, 2004, 2006, 2008 y 2010 (Como citado en Malena, 2012).

OLIVER, R. T. (1971). *Communication and Culture in Ancient India and China*. Syracuse, NY: Syracuse University Press (Como citado en Dong & Day, 2004).

PADULA, R. Anotaciones: Sugerencias para Investigación, febrero de 2018.

PÉREZ L., M. Chinese Investments in Latin America Opportunities for growth and diversification. **Series Production Development 208**, abril, Santiago de Chile: CEPAL, 2017. (Como citado en Ortiz, 2017).

PIEKE, F. Contours of an Anthropology of the Chinese State: Political Structure, Agency and Economic Development in Rural China, **Journal of the Royal Anthropological Institute**, NS 10, pp 517-538, 2004 (Como citado en Steinmüller, 2007).

PREBISCH, R. (1950): Crecimiento, Desequilibrio y Disparidades: Interpretación del Proceso de Desarrollo, Estudio Económico de América Latina, 1949, E/CN.12/164/Rev.1, Nueva York, Naciones Unidas. Publicación de las Naciones Unidas, N° de venta: S.51.II.G.1. Este texto corresponde a la primera parte de dicho Estudio económico y fue publicado posteriormente como Interpretación del proceso de desarrollo latinoamericano en 1949, en la Serie Conmemorativa del 25 aniversario de la CEPAL, Santiago de Chile, 1973 (Como citado en OCAMPO y PARRA, 2003).

QIN Y. IR Theory and Foreign Policy in China. Paper Presented to the Sino-US Symposium on International Relations. Beijing: China, 2002 (Como citado en Qin, 2007).

RAPOZA, K. China Kicks World Bank to the Curb in Latin America, *Forbes*, 26 de febrero de 2015, (Como citado en Noyola, 2015).

REAL INSTITUTO EL CANO, Crónica China.- Beijing asegura que China “No Busca ni Buscará nunca la Hegemonía Mundial”, s/f. Disponible em: <http://www.realinstitutoelcano.org/wps/wcm/connect/10f921004f018473b60ef63170baead1/REPORTAJE456.pdf?MOD=AJPERES&CACHEID=10f921004f018473b60ef63170baead1>. acceso em 25 jul. 2017.

RED ALC-CHINA, Pagina web de ejes temáticos. Disponible em: <http://www.redalc-china.org/index.html>. acceso em 15 mai. 2015.

RED SOCIAL ACADÉMICA ACADEMIA EDU, buscador de página web, Disponible em: <https://www.academia.edu>. acceso em 10 mai. 2015.

RED IBEROAMERICANA DE SINOLOGÍA (RIBSI). Disponible em: <http://www.politica-china.org/ribsi.php>. acceso em 13 mai. 2015.

REYES, HERRERA MILTON, Notas de campo, Alexei Páez Cordero, Quito, 1996.

_____. Notas de campo. Varias conferencias Alexei Páez Cordero, Quito, 1998-2004.

_____. Notas de campo. Varios seminarios en China, 2002-2011,

_____. Notas de campo. Varias reuniones con actores privados y funcionarios públicos chinos, Ecuador y China, 2004-2013.

_____. Diario de campo. Encuentros con ex militantes de movimientos maoístas sudamericanos, Quito, Beijing, 2010-2012.

_____. Notas de campo. Varios encuentros, seminarios, foros con la presencia de funcionarios, y/o académicos chinos, Beijing, Quito, Santiago de Chile. 2010-2014.

_____. Notas de campo. Funcionario público chino alto nivel, Quito, 2010.

_____. Notas, Fiori, J., L. Curso: Poder, História e Termodinâmica, Programa de pós-graduação Economia Política Internacional, Universidade Federal de Rio de Janeiro, septiembre de 2014.

_____. Notas de campo, intervención Director del ILAS-CASS, Wu Baiyi , Tercer Foro de Alto Nivel China – América Latina, Santiago de Chile, Chile, Universidad Nacional Andrés Bello (UNAB), Centro de Estudios Latinoamericanos sobre China (CELC), 23 de noviembre, 2014.

_____. Notas de campo. Entrevista Eduardo Crespo, Río de Janeiro, UFRJ, 17 agosto de 2016.

_____. Notas de campo. Varios encuentros, seminarios, foros con la presencia de funcionarios, y/o académicos chinos, Beijing, 20-30 marzo 2017.

_____. Notas de campo. Entrevista a Profesor Shi Yinhong, Beijing, China, Beijing, China, abril de 2017.

_____. Nota de campo. Entrevista a funcionario chino, se reserva el nombre del mismo de acuerdo a la práctica de *customary practice*, Beijing, China, abril de 2017.

RUSSELL B. **The Scientific Outlook**. Londres: W. W. Norton & Company Ltd, 1931 (Como citado en BARRACLOUGH, s/f).

SEMANAECONOMICA.COM. Comercio entre América Latina y China crecerá a menor ritmo en los próximos años, publicado el 25 mayo 2015, disponible en: <http://semanaeconomica.com/article/economia/internacional/161114-cepal-comercio-entre-america-latina-y-china-crecera-poco-en-los-proximos-anos/>, acceso em 26 de mayo de 2015.

SEVARES, J. **¿Por Qué Crecen los Países que Crecen?** Buenos Aires: Edhasa, 2010. (Como citado en Bartesaghi, 2015).

SPANISH PEOPLE DAILY, La Visita del Vicepresidente Xi Jinping a Chile Promoverá la Asociación de Cooperación Integral Bilateral, junio de 2011. Disponible em: <http://spanish.peopledaily.com.cn/31619/7410851.html>. acceso em 15 mai. 2014.

SMITH D., H., **Confucius**. New York: Charles Scribner's Sons, 1973 (Como citado en Doupe: 2003).

STANFORD ENCICLOPEDIA OF PHILOSOPHY, Xunzi, Feb 13, 2007. Disponible em: <https://plato.stanford.edu/entries/xunzi/>. acceso em 10 feb. 2018.

THALER, K. Using BRIC to Build at Sea: The Brazil-China Aircraft Carrier Agreement and Shifting Naval Power”. IPRIS Viewpoints. 2010, Visita enero del 2010 en <http://tinyurl.com/msyf9lg> (Como citado en Erthal, y Souza, 2013).

TU, W. Confucian Thought: Selfhood as Creative Transformation. New York: State University of New York Press, 1985 (Como citado en Chen, 2013).

24 HORAS, China firma acuerdo de swap cambiario con Chile y fomenta uso del yuan, 26 de mayo de 2015. Disponible em: <http://www.24horas.cl/economia/china-firma-acuerdo-de-swap-cambiario-con-chile-y-fomenta-uso-del-yuan-1673072>. acceso em 15 jul. 2015.

XINHUA, AGENCIA DE NOTICIAS. Fondo de Inversión para Cooperación en Capacidad Productiva China-América Latina destaca Sostenibilidad y Control de Riesgos, 20 julio de 2016. Disponible em: http://www.chinacelacforum.org/esp/zgtlmjlbjgix_2/t1370125.htm. acceso em 15 jul. 2017.

XU, S. Vinculaciones Asia y América Latina: Pasado, Presente y Futuro. Ponencia presentada en el **VII Congreso Internacional de la Asociación Asiática de Hispanistas**, Beijing, 2010 (Como citado en Ríos, 2016).

YUAN, P. China's Grand Periphery Strategy, **Contemporary International Relations**, 23:6, p. 59-62, 2013 (Como citado en Clarke, 2016).

ZHANG, W.; Guo J. (Eds.), **Zhongguo Xiandai Zhexue (Modern Philosophy of China)**, Beijing University Press, Beijing. 2003 (Como citado en Chen, 2010).

ANEXOS

ANEXO 1 INVESTIMENTOS CHINESES NA AMÉRICA DO SUL SEGUNDO SETOR

SETOR AGRICULTURA

País	Año	Proyecto	Entidad china	Monto US\$ en millones	Comentarios
Argentina	2012	Procesadora de soya en Córdoba	Chongqing Grain	n. d.	Con Molinos Cañuelas
	2014	Nidera (adquisición)	China National Cereals, Oils and Foodstuffs Corporation (COFCO)	1.200	Adquisición del 51% interés
	2014	H.K. Noble	COFCO	1.500	Adquisición del 51% interés
		Procesadora de soya en Santiago de Estero	Chongqing Grain	n. d.	-
		Fábrica de leche	China Mengniu Dairy	n. d.	-
Brasil	2011	Tierra para soya	Zhejiang Fudi	n. d.	-
	2012	Syngenta procesadora de azúcar (adquisición)		100	-
		Procesadora de soya en Bahía	Chongqing Grain	2.400	-
		Procesadora de soya en Goiás		7.500	-
Chile		Viñedo	COFCO	n. d.	350 ha
Perú	2006	36 empresas con flotas y procesadoras de pescado (adquisición)	China Fisheries Group	600	-
	2014	Copeinca	China Fisheries Group	800	-
Venezuela	2011	JV importadora de comida	Heilongjian Beidahuang	n. d.	-
	2012	Planta de aloe en Bolívar		1.200	-
	2013	Plantación en Cauagua	CITIC	n. d.	-
	2013	Plantas procesadoras de azúcar en Miranda	CAMC	n. d.	-
		Planta para pasteurizar leche en Tuy		n. d.	-

SETOR BANCÁRIO

País	Año	Proyecto	Entidad china	Monto US\$ en millones	Comentarios
Argentina	2012	Standard Bank	Banco de Comercio Internacional de China (ICBC)	600	-
Brasil	2013	BicBanco	China Construction Bank	573	-

SETOR MANUFATURA

País	Año	Proyecto	Entidad china	Monto US\$ en millones	Comentarios
Argentina	2003	Fábrica de televisores en Tierra del Fuego	TCL	n. d.	Con la empresa francesa Thompson
	2011	Fábrica de teléfonos en Tierra del Fuego	ZTE	160	-
		Fábrica de camiones en Santa Cruz	Foton	n. d.	-
		Planta de fertilizantes en Tierra del Fuego	Shaanxi Xinyida, JDC	1.000	Con JDC
		Fábrica de teléfonos en Tierra del Fuego	Huawei	n. d.	Con socios New San y BGH
		Fábrica de electrónicos en Tierra del Fuego	Lenovo	n. d.	-
Bolivia	2012	Kallutaca parque industria en La Paz		n. d.	-
Brasil	2000	Fábrica de aires acondicionados en Manaus	Gree	n. d.	-
	2005	Fábrica de electrodomésticos en Manaus	Haier	n. d.	-
	2011	Fábrica de grúas, excavadores en San Jose dos Campos	Sany	n. d.	Febrero del 2011- 1er excavador salió de la puerta
	2012	Fábrica de equipo pesado en Puerto Alegre	Xuzhou Construction Machinery Group (XCMG)	n. d.	-
	2012	Fábrica de equipo pesado	Jin Long Engineering Machinery Co.	n. d.	-
	2012	Planta de autos	Effa	n. d.	
	2012	Fábrica de electrónicos en Sorocaba	Huawei	56	Inaugurado en mayo del 2012, y expandido
	2012	CCE Brasil de Digibras (adquisición)	Lenovo	148	-
	2013	Fábrica de computadoras	Lenovo	n. d.	-
		Fábrica de equipo pesado en Jacarei	Sany	200	-
		Fábrica de equipo pesado en Indaiatuba	Zoomlion	n. d.	-
		Fábrica de equipo pesado	JP	n. d.	-
		Fábrica de equipo pesado	SDLG	n. d.	-
		Fábrica de trenes en Rio de Janeiro	China Northern Railway	125	-
		Planta de autos en Jacarei	Chery	400	-
		Planta de autos en Linhares	Chang'an	n. d.	-
		Planta de camiones en Camaari	Foton	n. d.	-
		Planta de autos en Camacari	Jianghuai Automobile CoJAC	492	-
		Planta de autos en Santa Catarina	Geeley	276	-
		Fábrica de motos en Recife	Shineray Motorcycle Co. (Shineray)	n. d.	-
	Fábrica de buses en Sao Paulo	BYD	100	-	
	Expansión de fábrica de computadoras	Lenovo	100	-	
	Fábrica de teléfonos de Hortolandia	Huawei	n. d.	-	
Colombia	1997	Fábrica de Motos en Cali	Jialing	n. d.	-
	1998	Fábrica de Motos en Barranquilla	Jincheng	n. d.	-
	2007	Fábrica de guantes médicos en Cartagena	Glormed	n. d.	-
	2012	Fábrica de autos en La Sabana	Foton	n. d.	Con Grupo Corbeta
	2014	Parque industrial en Buenaventura		n. d.	-
Ecuador	2014	Planta de acero	Sinosteel Equipment & Engineering Co	n. d.	-
Uruguay	2010	Planta de autos en Montevideo	Chery	n. d.	-
	2012	Planta de autos en Montevideo	Lifan	n. d.	Compra de Effa Motors
Venezuela	2009	Fábricas de teléfonos en Punto Fijo	ZTE	n. d.	Primer teléfono producido en mayo del 2009
	2010	Fábricas de teléfonos en Orinoquia	Huawei	n. d.	-
	2011	Fábrica de carros en Aragua	Chery	n. d.	-
		Fábrica de electrodomésticos en Tuy	Haier	n. d.	-
	Fábrica de componentes de ferrocarril en Tuy	China Northern Railroad	n. d.	-	

SETOR MINERAÇÃO

País	Año	Proyecto	Entidad china	Monto US\$ en millones	Comentarios
Argentina	2006	Sierra Grande	China Metallurgical Group	n. d.	-
	2010	Rioja	Grupo Betec	26	-
	2011	Cerro Famatina	Shandong Gold	350	-
	2011	La Ortiga	China Metallurgical Group	38	-
Brasil	2011	Jujuy	Sanhe Hopeful	22	-
	2010	Itaminais (adquisición)	East China Mineral Exploration and Development Bureau	1.200	-
	2010	Sul Americana de Metais (adquisición)	Honbridge Holdings	390	-
Chile	2011	CBMM (adquisición)	CITIC, Baosteel	1.950	15% de empresa; metales de tierra rara
		San Fierro	Hebei Wenfeng	250	-
Ecuador		Exploración	Yia He Wei Ye	n. d.	-
	2012	Mirador	Tongling, China Railway	652	Precio de adquisición en el 2010. Más pago de US\$ 100 millones por derecho a yacimiento, compromiso de invertir US\$ 1.400 millones durante 5 años
Perú	1992	Marcona (adquisición)	Shougang	n. d.	-
	2012	Las Mellizas		10	-
	2013	Marcona (desarrollo)	Shougang	1.480	-
	2013	Toromocho (desarrollo)	China Aluminum Corporation (Chinalco)	4.800	-
	2014	Las Bambas (adquisición)	Minmetals, CITIC, Guoxin	5.900	-
	2015	Las Bambas (desarrollo)	Minmetals, CITIC, Guoxin	3.300	Protestas violentas en septiembre del 2015, con muertos y declaración de estado de emergencia por el Gobierno
Venezuela		Río Blanco	Zijin	n. d.	-
	2012	Las Cristinas	CITIC	n. d.	Acuerdo para desarrollar yacimiento, por contrato

SETOR PETRÓLEO

País	Año	Proyecto	Entidad china	Monto US\$ en millones	Comentarios
Argentina	2010	Bridas (adquisición)	China National Offshore Oil Corporation (CNOOC)	3.100	-
	2010	Occidental Petróleo	Sinopec	2.600	Adquisición de veintitrés estaciones de petróleo en Santa Cruz, Chubut, Mendoza
	2012	Exploración en Jujuy	JHP	69	-
		Pan American Energy (PAE)	CNOOC	7.100	Fracasó. Sin embargo, cnooc retuvo un interés del 40% en PAE con compra de Bridas
Brasil	2010	Repsol YPF (adquisición)	Sinopec	7.100	Inyección de capital para adquirir interés de 40%
	2012	Galp	Sinopec	4.800	Adquisición del 30%
	2012	Perenco	Sinochem	n. d.	Adquisición del 10% de interés en 5 bloques
	2013	Repsol Brasil Yacimientos(desarrollo)	Sinopec	1.000	Inversión en operación para desarrollar yacimientos
		Peregrino (Statoil) (adquisición)	Sinochem	3.100	Adquisición de Statoil
		Para-Maranhao (desarrollo)	Sinopec	n. d.	Desarrollo con Petrobras
Colombia		Libre (Desarrollo)	China National Petroleum Corporation (CNPC), CNOFC	40.000	Compromiso de participar con interés de 10%
	2006	Mansarovar (Adquisición)	CNPC	n. d.	Con ONGC Videsh
Ecuador		Emerald Energy (adquisición)	Sinochem	15.100	Solo parte de sus operaciones en Colombia
		Andes (adquisición)	CNPC, Sinopec	1.420	-
Perú		Andes (inversión)	CNPC+	n. d.	<i>*Nota MRH: Según información oficial de Andes, ésta fue creada en 2006 con capital chino de CNPC y China</i>
	1997	Talara (desarrollo)	CNPC	n. d.	-
Venezuela	2003	PlusPetrol	CNPC	n. d.	Adquisición del 45% de interés
	2013	Bloques de Petrobras (adquisición)	Sinopec	2.600	Bloques 10, 57, 58
Venezuela	2004	Zumanao (desarrollo)	CNPC	n. d.	-
		MPE 3 (desarrollo)		5.000	JV con PDVSA "Sinovensa"
		Junín 4	CNPC	900	Pago inicial
		Junín 4 (desarrollo)	CNPC	16.400	Compromiso de inversión durante 10 años

SETOR TELECOMUNICAÇÕES

País	Año	Proyecto	Entidad china	Monto US\$ en millones	Comentarios
Venezuela		Infraestructura de Ventas	Huawei	n. d.	Presencia en 14 países de la región, con 4.500 empleados en 9 oficinas regionales
		Infraestructura de Ventas	ZTE	n. d.	

Fonte: Análise de projetos identificados por Ellis (2014a) / atualizado até outubro de 2015. CEAP-EAFIT (2016)

Relaboração para Sudamérica: Própria.

*Notas de cuadros elaborados por MRH:

- 1.- No se han incorporado en los cuadros las Inversiones Sector Logística: de Hutchison Port Holdings, en Argentina (Puerto de Buenos Aires) y Colombia (Parque industrial en Buenaventura), al ser empresa de Hong Kong.
- 2.- No se ha considerado la incorporación como IED china el proyecto de la Refinería del Pacífico. Según CEAP-EAFIT (2016) "No es clara la porción que es inversión vs. trabajo y gestión pagado" de los 12.000 millones de US\$ del proyecto. Los trabajos de la refinería avanzados finalmente no contaron con IED china en el proyecto
- 3.- No se ha considerado como IED China en Bolivia, en el Sector Minería: el Proyecto de Litio de Uyuni de 2012 a ser desarrollado por Gouan, por no haberse desarrollado a Octubre de 2015; ni el Proyecto El Mutún a ser desarrollado por China Machinery Engineering, por 15.300 millones de US\$, ya que la oferta nunca aceptada por Gobierno de Bolivia
- 4.- No se ha considerado como IED China en Perú, en el Sector Minería, el desarrollo del Proyecto Galleno, por parte de Jiangxi-Minmetals, por 3.800 millones de US\$, por estar congelado a octubre de 2015; ni el desarrollo de Proyecto Pampa de Pongo por parte de Nazhinzhao por 3.280 millones de US\$, por estar esperando aún aprobación a Octubre de 2015.
5. No se incluye además los siguientes proyectos, por no verificarse su ejecución:

SETOR PETRÓLEO

País	Año	Proyecto	Entidad china	Monto US\$ en millones	Comentarios
Venezuela		Junín 1	CNPC	20.000	Compromiso de inversión
		Junín 10	CNPC	15.000	Compromiso de inversión
		Boyacá 4	CNPC	n. d.	Compromiso de inversión

ANEXO 2
SUMARIO CRÉDITOS CHINA A ADS
CRÉDITOS DA CHINA PARA AMÉRICA DO SUL 2005-2011

Year	Borrowing Country	Borrower	Lender	Amount (\$m)	Purpose
2005	Brazil	Gerdau Acominas	ICBC and BNPP	201	Steel mill equipment
2005	Chile	Codelco	CDB	550	Improve company efficiency and technology
2008	Peru	Chinalco Peru	Ex-Im	2,000	Mining Equipment
2008	Venezuela	BANDES and PDVSA	CDB	4,000	Funding infrastructure, other projects
2009	Bolivia	YPFB	Ex-Im Bank	60	Home gas lines, oil drilling rigs
2009	Brazil	Telemar Norte/Oi	CDB	300	Expand telecom network
2009	Brazil	Petrobras	CDB	10,000	Pre-salt business plan
2009	Ecuador	Petroecuador	PetroChina	1,000	Advance payment for Petroecuador oil
2009	Peru	Cofide	CDB	50	Transportation, infrastructure
2009	Venezuela	BANDES and PDVSA	CDB	4,000	Infrastructure, including satellite
2009	Venezuela	CVG	CDB	1,000	Mining project credit
2010	Argentina	Government	CDB and others	10,000	Train system
2010	Bolivia	Government	CDB	251	Chinese satellite
2010	Bolivia	Government	Ex-Im Bank	67.8	Infrastructure
2010	Brazil	Vale Mining Company	CDB and Ex-Im	1,230	Ships to transport iron ore to China
2010	Ecuador	Government	Ex-Im Bank	1,682.7	Hydroelectric dam Coca-Codo Sinclair
2010	Ecuador	Petroecuador	CDB	1,000	80% discretionary, 20% oil-related
2010	Ecuador	Government	Ex-Im Bank	621.7	Sopladora hydroelectric dam
2010	Venezuela	PDVSA	CDB and BES	1,500	Trade-related credit facility
2010	Venezuela	BANDES and PDVSA	CDB	20,000	Funding infrastructure
2011	Bolivia	Government	Ex-Im Bank	300	Helicopters, infrastructure
2011	Ecuador	Government	CDB	2,000	70% discretionary, 30% oil-related
2011	Peru	BCP	CDB	150	Finance
2011	Venezuela	PDVSA	CDB	4,000	Infrastructure
2011	Venezuela	PDVSA	ICBC	4,000	Housing

Fonte: Gallagher; Irwin; Koleski, 2013

Elaboração: Adaptação para América do Sul: Própria

CRÉDITOS DE CHINA A SUDAMÉRICA 2012-2015

Año	País prestatario	Prestatario (PP= Pagadero en Petróleo)	Prestamista	Monto (\$ millones)	Propósito
2012	Argentina	Gobierno	BDC, ICBC	2.100	Subterráneos municipales y línea de tránsito Argentina-Bolivia
2012	Argentina		BDC	200	Proyectos de energías renovables
2012	Bolivia		Exim Bank	100	Compra de 2000 buses chinos
2012	Venezuela	Bandes y PDVSA (PP)	BDC	4.000	Infraestructura, Industria, Agricultura, Minería, Energía, Tecnología
2012	Venezuela		BDC	500	Compra de productos relacionados al petróleo
2012	Ecuador		BDC	2.000	Financiamiento del déficit de presupuesto 2013
2013	Ecuador		Exim Bank	80	Expansión de la Avenida Simón Bolívar* (Carretera al aeropuerto de Quito)
2013	Ecuador		Exim Bank	312	Represa hidroeléctrica Minas-San Francisco
2013	Venezuela	Bandes y PDVSA (PP)	BDC	4.000 (4020*)	Producción Sinovensa en Orinoco
2013	Venezuela		BDC	700	Minería de oro Las Cristinas
2013	Venezuela		Exim Bank	391	Terminal marítimo Pequiven
2013	Venezuela		BDC	5.000	Proyectos diversos
2014	Argentina		BDC, ICBC, Banco de China	2.500	Construcción de presa hidroeléctrica
2014	Argentina		BDC, ICBC	2.100	Línea ferroviaria de Cargas Belgrano (Belgrano Cargas rail line)
2014	Argentina		Exim Bank	162	Compra de coches para metro línea A
2014	Ecuador		Exim Bank	509	Financiamiento del sistema de transmisión de la represa Coca-Codo
2014	Venezuela		Exim Bank	4.000	Proyectos diversos
2015	Argentina	Nucleoeléctrica	ICBC	4.700	Construcción de una planta de energía
2015	Bolivia		Exim Bank	600	Construcción de una carretera Rurrenabaque-Riberalta
2015	Bolivia		Exim Bank	253	Construcción de una autopista
2015	Bolivia		Exim Bank	426	Autopista El Sillar
2015	Brasil		BDC	1.200	Línea industrial de procesamiento de soja
2015	Brasil		Exim Bank	3.200	Acuerdo de cooperación bilateral
2015	Brasil		BDC	1.500	Acuerdo de cooperación bilateral
2015	Brasil		Exim Bank	1.300	Venta de aviones E-195
2015	Brasil	Vale Mining Company	ICBC	4.000	Diversos acuerdos de financiación
2015	Brasil	Petrobras	ICBC	2.000	Acuerdo de cooperación ICBC-Petrobras
2015	Ecuador		Exim Bank	5.300	Proyectos de transportación, educación y de cuidado de la salud
2015	Ecuador		BDC	1.500	Financiamiento del plan de inversiones anual de 2015
2015	Ecuador		Exim Bank	250	Reemplazo de las estufas de cocina
2015	Ecuador	Gobierno	Banco de China	400	Construcción de escuela milenio
2015	Ecuador	Gobierno	Banco de China	80	Infraestructura
2015	Venezuela		BDC	5.000	Proyectos diversos

Fuentes: Gallagher; Irwin; Koleski, 2013 / China-Latin America Financial Database / * Según china.aiddata.org

Elaboración: Própria

CRÉDITOS CHINESES PARA AMÉRICA DO SUL SEGUNDO PAÍS - 2005-2015

País prestatario	Prestatario (PP= pagadero en petróleo=)	Prestamista	Año	Monto (\$ millones)	Propósito
Argentina		CDB	2007	30	Desarrollo del sector de las exportaciones
		CDB	2010	30	Renovación del préstamo de 2007
	Gobierno	CDB y otros	2010	10.000	Sistema ferroviario entre Buenos Aires, Rosario, y Córdoba
		CDB , CITIC	2010	273	Trenes de alta velocidad
	Gobierno	CDB, ICBC	2012	2.100	Subterráneos municipales y línea de tránsito Argentina-Bolivia
		CDB	2012	200	Proyectos de energías renovables
		CDB, ICBC, Banco de China	2014	2.500	Construcción de presa hidroeléctrica
		CDB, ICBC	2014	2.100	Línea ferroviaria Belgrano Cargas
		Exim Bank	2014	162	Compra de coches para metro línea A
	Nucleoeléctrica	ICBC	2015	4.700	Construcción de una planta de energía
Bolivia	YPFB	Exim Bank	2009	60	Instalaciones de gas domiciliario, perforaciones petroleras
	Gobierno	CDB	2010	251	Satélite chino
	Gobierno	Exim Bank	2010	68	Infraestructura
	Gobierno	CDB	2011	300	Helicópteros, infraestructura
		Exim Bank	2012	100	Compra de 2000 buses chinos
		Exim Bank	2015	600	Construcción de una carretera Rurrenabaque-Riberalta
		Exim Bank	2015	253	Construcción de una autopista
		Exim Bank	2015	426	Autopista El Sillar
Brasil	Gerdau Acominas	ICBC, BNPP	2005	201	Equipo molinero de acero
		CDB	2008	356	Planta de carbón
	Telemar Norte/Oi	CDB	2009	300	Ampliación de la red de telecomunicaciones
	Petrobras (PP)	CDB	2009	10.000	Plan de negocios tecnología petrolera para Pre-salt
	Vale Mining Company	CDB y Exim Bank	2010	1.230	Barcos para transportar mineral de hierro a China
		CDB	2015	3.500	Acuerdo de cooperación bilateral
		CDB	2015	1.200	línea industrial de procesamiento de soja
		Exim Bank	2015	3.200	Acuerdo de cooperación bilateral
		CDB	2015	1.500	Acuerdo de cooperación bilateral
		Exim Bank	2015	1.300	Venta de aviones E-195
	Vale Mining Company	ICBC	2015	4.000	Diversos acuerdos de financiación
	Petrobras	ICBC	2015	2.000	Acuerdo de cooperación ICBC-Petrobras
Ecuador	Petroecuador (PP)	Petrochina	2009	1.000	Anticipo para el petróleo de Petroecuador
	Gobierno	Exim Bank	2010	1.683	Represa hidroeléctrica Coca-Codo Sinclair
	Petroecuador (PP)	CDB	2010	1.000	80% discrecional 20% relacionado con petróleo
	Gobierno	Exim Bank	2010	571	Represa hidroeléctrica Sopladora
	Petroecuador (PP)	Petrochina	2011	1.000	Anticipo para el petróleo de Petroecuador
	Gobierno (PP)	CDB	2011	2.000	70% discrecional 30% relacionado con petróleo
		CDB	2011	2.000	Desarrollo de las energías renovables
		CDB	2012	2.000	Financiamiento del déficit de presupuesto 2013
		Exim Bank	2013	80	Carretera al aeropuerto de Quito
		Exim Bank	2013	312	Represa hidroeléctrica Minas-San Francisco
		Exim Bank	2014	509	Financiamiento del sistema de transmisión de la represa Coca-Codo
		Exim Bank	2015	5.300	Proyectos de transportación, educación y de cuidado de la salud
		CDB	2015	1.500	Financiamiento del plan de inversiones anual de 2015
		Exim Bank	2015	250	Reemplazo de las estufas de cocina
		Gobierno	Banco de China	2015	400
	Gobierno	Banco de China	2015	80	Infraestructura
Perú	Chinalco Perú	Exim Bank	2008	2.000	Equipamiento minero
	Cofide	CDB	2009	50	Transporte, Infraestructura
	BCP	CDB	2011	150	Financiamiento
Venezuela	Bandes y PDVSA (PP)	CDB	2007	4.000	Financiamiento de infraestructura, otros proyectos

Fuentes: Gallagher; Irwin; Koleski, 2013 / China-Latin America Financial Database
Elaboração: Própria

AMOSTRA DE PORCENTAGENS DE JUROS NA AMÉRICA DO SUL - 2009-2015

Year	Lender	Borrowing country	Borrower	Spread (bp above LIBOR)	Amount (\$m)	Payment period	Includes Purchase Requirements	Commodity Backed	Interest rate	Rate minus OECD Risk Premium	Purpose
2009	CDB	México	América Móvil	>100	1.000	10	Yes- Huawei telecom equipment	No	-		
2009	CDB	Brasil	Petrobras	280	10.000	10	Yes- \$3bn for oil-drilling equipment	Oil	-		
2010	CDB	Argentina	Government	600	10.000	19	Yes- Trains from CNR	No	-		
2010	CDB	Venezuela	PDVSA and BANDES	50-285	20.000	10	Yes- 70%, incl. CITIC construction	Oil	-		
2010	CDB	Venezuela	Government	50-285	20.000	10		No	-		
2010	CDB	Venezuela	Government	50-285	10.000	10		Yes	0,804		Diverse projects
2009	CDB	Brasil	Oi/Telemar Norte		300	7	Yes- Huawei telecom equipment	No	1,125		Mobile operations, etc
2009	Exim Bank	Bolivia	YPFB		60	20		-	2	-0,31	Home gas networks, oil drilling rigs
2010	CDB y otros	Bolivia	Bolivian Space Agency		251	15		No	3,219		Tupak Katari communications satellite
2010	CDB	Ecuador	Petroecuador		1.000	4		Yes	6		
2010	Exim Bank y otros	Ecuador	Government		571	15		No	6,35		Sopladora Hydropower Station
2010	Exim Bank	Bolivia	Government		40	20		No	2		Improve road infrastructure
2010	Exim Bank	Ecuador	Government		1.683	15		-	6,9	4,39	Hydroelectric dam Coca-Codo Sinclair
2011	Exim Bank	Ecuador	CELEC		313	-	Yes- China's Harbin Electric Int. Co.'s involvement	No	6,35		San Francisco Hydroelectric dam
2011	CDB	Bolivia	YPFB		192	20	Yes- Purchase of 6 Harbin H425 Helicopters	Yes	2		Bilateral cooperation and purchase of helicopters
2011	CDB	Ecuador	Government		2.000	8		Yes	6,9		70% discretionary 30% related to oil
2013	CDB y otros	Venezuela	PDVSA		4.020	8		No	5,5		Sinovensa
2013	Exim Bank	Ecuador	Government		80	20		No	2		Expansion of Simon Bolivar Avenue (to the Quito airport)
2013	CDB	Ecuador	Government		1.400	20		No	7		Financiamiento del presupuesto
2014	CDB	Argentina	CMEC		2.100	15		No	7,1		Belgrano Cargas rail line
2015	Exim Bank	Ecuador	Government		5.300	-		Yes	2		Irrigation and transportation construction

Fontes: Gallagher, Irwin y Koleski, 2013 / China-Latin America Financial Database

Elaboração: Própria

ANEXO 3

INFORMAÇÃO SOBRE INTERCÂMBIO - SETOR DEFESA 2001-2010

VISITAS MILITARES À CHINA-ADS 2001-2010

Países ADS (en orden decreciente) / China (origen y destino)	Número
Chile	25
Brasil	21
Argentina	17
Ecuador	12
Venezuela	12
Perú	10
Uruguay	10
Bolivia	9
Colombia	7
Total Región Sudamérica	123

Fonte: Malena (2012), com base no Conselho de Estado da RPC¹⁹⁶.

Elaboração: Própria

VISITAS POR AUTORIDADES SETOR DEFESA DE ADS NA CHINA

Países Región Andina (en orden decreciente)	Cargos (en orden jerárquico)
Argentina	Ministro de Defensa, Comandante del Ejército (2)
Bolivia	Ministro de Defensa (3), Comandante en Jefe de las FF.AA. (2), Comandante del Ejército, Comandante de la Fuerza Aérea, Comandante de la Marina
Brasil	Ministro de Defensa (3), Comandante del Ejército (3), Comandante de la Marina, Comandante de la Fuerza Aérea (2)
Chile	Ministro de Defensa, Jefe del Estado Mayor de las FF.AA., Comandante del Ejército, Comandante de la Marina (3), Comandante de la Fuerza Aérea (3)
Colombia	Comandante en Jefe de las FF.AA. (3), Comandante de la Fuerza Aérea
Ecuador	Ministro de Defensa (3), Jefe del Estado Mayor Conjunto (4), Comandante del Ejército
Perú	Ministro de Defensa (3), Jefe del Estado Mayor Conjunto, Comandante de la Marina, Comandante de la Fuerza Aérea
Uruguay	Ministro de Defensa, Viceministro de Defensa, Comandante del Ejército, Comandante de la Marina, Comandante de la Fuerza Aérea (3)
Venezuela	Comandante en Jefe de las FF.AA., Comandante de la Marina, Rector del Instituto Superior de la Defensa

Fonte: Malena (2012) com base no Conselho de Estado da RPC.

Elaboração: Própria

*Nota: entre parêntess se destaca se houve mais de uma visita (Malena 2012).

CURSOS OFERECIDOS INSTITUTO DE ESTUDOS PARA A DEFESA DA UNIVERSIDADE PARA A DEFESA NACIONAL

Cursos	Países representados por oficiais	Duración
Conducción Superior	Chile, Colombia, Perú, Uruguay	5 meses
Planeamiento Estratégico y Pensamiento Militar	Chile	3 meses
Defensa Nacional	Chile, Perú y Uruguay	10 meses
Estrategia Militar	Chile y Perú.	5 meses

Fonte: Malena (2012) com base no Conselho de Estado da RPC

Elaboração: Própria

¹⁹⁶ Defensa Nacional da China, edições dos anos 2002, 2004, 2006, 2008 e 2010.